

[DADOS PARA A CAPA]

**Investigações
em Lingüística Aplicada**
Editor Geral: Vilson J. Leffa

Texto situado

Textualidade e função comunicativa

*Leci B. Barbisan
Maria Eduarda Giering
Marlene Teixeira
(Organizadoras)*

ALAB/EDUCAT

O MODELO DE HASAN

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Chanceler

D. Jayme Henrique Chemello

Reitor

Alencar Mello Proença

Vice-Reitor

Cláudio Manoel da Cunha
Duarte

Diretora

da Escola de Educação
Clarisse Siqueira Coelho

Pró-Reitor Acadêmico

Gilberto de Lima Garcias

Pró-Reitor Administrativo

Carlos Ricardo Gass Sinnott

Coordenadora do Curso de Mestrado em Letras

Carmen Lúcia Matzenauer-
Hernandorena

ALAB

Presidente

Vera Menezes (UFMG)

Vice-Presidente

Deise Prina (UFMG)

Secretária

Heliana Mello (UFMG)

Tesoureira

Adriana Pagano (UFMG)

Conselho

Douglas A. Consolo (UNESP)

Ernesto Sérgio Bertolo (UFU)

Hilário Bohn (UCPEL)

Jandyra Cunha (UnB)

José Carlos P. de Almeida F^o
(UNICAMP)

Maria Antonieta Celani (PUCSP)

Vilson José Leffa (UCPEL)

Produção Editorial: Editora da Universidade Católica de Pelotas (UCPel)

Rua Félix da Cunha, 412 — 96010-000 — Pelotas/RS

Fax (0-XX-53)225-3105

Impressão: UCPel - Tecnologia Digital DocuTech Xerox do Brasil

Editoração Eletrônica: Lúcia Macedo Leffa

Capa: Luis Fernando M. Giusti

BEATRIZ VIÉGAS-FARIA

[DADOS PARA FOLHA DE ROSTO]

**Investigações
em Linguística Aplicada**
Editor Geral: Vilson J. Leffa

Texto situado

Textualidade e função comunicativa

*Leci B. Barbisan
Maria Eduarda Giering
Marlene Teixeira
(Organizadoras)*

ALAB/EDUCAT

O MODELO DE HASAN

FICHA CATALOGRÁFICA, ISBN, COPYRIGHT
A SER ORGANIZADO PELA BIBLIOTECÁRIA

Sumário

Prefácio	7
Apresentação	
Linguística do texto/Linguística aplicada	
<i>Leci Borges Barbisan</i>	
<i>Maria Eduarda Giering</i>	
<i>Marlene Teixeira</i>	9
Previsibilidade referencial e emprego de recursos anafóricos no português escrito	
<i>Artur Eugênio Jacobus</i>	17
A expressão do tópico em textos narrativos e em textos argumentativos de língua portuguesa	
<i>Magda Teresinha da Silva</i>	59
A importância do tópico na leitura	
<i>Leci Borges Barbisan</i>	
<i>Rejane Flor Machado</i>	
<i>Lia Lourdes Marquardt</i>	
<i>Rita Simone Spilmann Bexiga</i>	99
O modelo de Hasan para a textura de textos original e traduzido	
Beatriz Viégas-Faria	127

O MODELO DE HASAN

A coesão através de rótulos <i>Maria Maura Cezario</i>	161
Heterogeneidade composicional de textos: analisando a crônica “Zoeira” de Luís Fernando Veríssimo <i>Maria Eduarda Giering</i>	191
Os modos de organização descritivo e narrativo no estabelecimento do tema textual <i>Janaína Pimenta Lemos</i>	225
Construção complexa do leitor-modelo de manuais de geografia: exame do texto “Brasil no contexto internacional” <i>Maria Eduarda Giering Adila</i> <i>Beatriz Naud de Moura</i> <i>Maria Helena Albé Veppo</i>	263
Em busca de uma definição de tese <i>Tânia Maris de Azevedo</i>	281
Índice remissivo	305

Prefácio

Investigações em Lingüística Aplicada é uma coleção de livros temáticos que tem por objetivo mostrar o que se pesquisa no Brasil em termos de Lingüística Aplicada, vista aqui como área de conhecimento interdisciplinar, voltada para a investigação dos problemas que surgem quando se ensina ou se usa uma língua, dentro e fora da sala de aula. Os trabalhos aqui publicados foram inicialmente apresentados no V Congresso Brasileiro de Lingüística Aplicada, realizado em Porto Alegre em setembro de 1998, e posteriormente revisados e aumentados por seus autores – acrescidos, mais tarde, de alguns outros trabalhos, a critério dos organizadores de cada um dos volumes, por sua relevância e pertinência aos temas abordados.

Os livros que compõem a coleção parecem mostrar não só as preocupações dos pesquisadores da área, mas também as tendências da Lingüística Aplicada no Brasil. Destacam-se entre essas tendências, refletindo a interdisciplinaridade da área, os seguintes temas: (1) formação e prática do professor de línguas, (2) problemas na produção e recepção de textos; (3) aspectos fonológicos na aprendizagem incidental e intencional de línguas; (4) análise de discurso, dentro e fora da sala de aula; (5) o léxico na aprendizagem de línguas e (6) a relação entre texto e contextos. Se fosse propor uma síntese dessas tendências, diria que o que perpassa os trabalhos, independente do recorte feito, é a idéia de que nada existe por si mesmo. Cada componente repercute no outro, através de um constante processo de interação. Essa seria, a meu ver, a megatendência da área.

Investigações em Lingüística Aplicada é o resultado de uma ação recíproca entre a ALAB (Associação de Lingüística Aplicada do Brasil) e a Educat (Editora da Universidade Católica de Pelotas). A ALAB não teria condições de, sozinha, arcar com os encargos financeiros, técnicos e administrativos, de um empreendimento de tal porte. Também aqui, prevaleceu a idéia de interação, no sentido físico de uma união de forças entre duas entidades suficientemente próximas.

Investigações em Lingüística Aplicada tem uma trajetória que envolveu muitas pessoas e várias entidades. Não é possível, neste pequeno espaço, agradecer a todos que contribuíram para o sucesso

deste empreendimento, desde a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde o projeto começou, até a Universidade Católica de Pelotas, onde ele agora se conclui, passando pela Universidade Federal de Minas Gerais, onde atualmente está sediada a ALAB.

Há três pessoas, no entanto, que gostaria de destacar para um agradecimento especial: (1) a Margarete Schlatter, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela dedicação ao trabalho e competência na seleção dos textos que foram inicialmente apresentados durante a realização do congresso; (2) a Carmen Lúcia Matzenauer-Hernandorena, da Universidade Católica de Pelotas, pelo entusiasmo com que acolheu a proposta dos livros temáticos e incentivo que deu ao projeto de publicação e; (3) a Vera Menezes, da Universidade Federal de Minas Gerais, Presidente da ALAB, pelo apoio à continuidade do projeto.

Pelotas, março de 2002.

Vilson J. Leffa
Editor Geral

Linguística do texto/Linguística Aplicada

Leci Borges Barbisan
PUCRS
Maria Eduarda Giering
Marlene Teixeira
UNISINOS

Estudos linguísticos sobre a estrutura e o funcionamento dos textos começaram a se desenvolver na década de 60 na Europa, principalmente na Alemanha. As primeiras reflexões a respeito da necessidade de pesquisas nessa área, segundo Adam (1990), foram feitas por Bakhtin em *Estética e teoria do romance*, em que ele lembra que a linguística ainda não havia avançado além da frase complexa, ainda não tinha se ocupado das “grandes massas verbais”, quer dizer, diálogos da vida corrente, discursos, romances, etc., que também deveriam ser definidos e estudados como fenômenos da linguagem.

A linguística da sentença dos anos 50 e 60, exigindo formalização, rigor e coerência em seus trabalhos, desenvolveu questionamentos que não podiam ser resolvidos em seu âmbito. Assim, falhas no tratamento da referência, da definitivização, das relações entre frases não ligadas por conjunções, a ordem das palavras, a entonação, a concordância dos tempos verbais apareceram como fatos linguísticos que só poderiam ser explicados em termos de texto e em relação a um contexto situacional (Fávero, 1991). É o que se lê em Conte (1977), quando afirma que o que favoreceu o surgimento de uma linguística voltada para o texto foi a “descontinuidade entre enunciado e texto”. Duas perspectivas então se abriram: a da tentativa de modificar o modelo deficiente da linguística tradicional e a de uma revisão total das bases teóricas existentes, visando adequar-se aos novos objetivos da pesquisa.

Schmidt (1978), como um dos fundadores da linguística de texto na Alemanha, em 1968 preconiza o desenvolvimento da ciência da

LINGÜÍSTICA DO TEXTO

linguagem a partir da real situação do objeto texto, localizado na textualidade do sinal lingüístico original. O fato importante é o da comunicação lingüística que pressupõe a existência de interlocutores, em jogos de atuação comunicativa. A percepção de que a falta de um componente pragmático nos estudos da linguagem estava levando tanto a lingüística quanto a lógica a se cristalizarem num estado incompleto e inadequado para a descrição das línguas naturais é apontada por Schmidt (op. cit.). Os primeiros projetos de possíveis teorias de ordem pragmática foram apresentados por filósofos (J. T. Searle) e lógicos (R. Montague) e também por lingüistas (D. Wunderlich, T. A. van Dijk) e sociólogos (J. Habermas).

Pretendendo abranger a linguagem como um todo, esse desenvolvimento, diz Schmidt (op. cit.), marca mais um passo na trajetória da lingüística, dirigindo-a para a realidade da linguagem, isto é, para a comunicação lingüística social como campo central de pesquisa. Tende-se, assim, a substituir o estudo lingüístico da linguagem por uma teoria de texto, entendida como teoria da comunicação lingüística.

A comunicação, diz Leontev, mencionado por Schmidt (op. cit.) não é um processo de transmissão de informações codificadas de um indivíduo para outro, como quer Jakobson, mas passa a ser a correspondência entre a situação concreta em que se baseiam o conteúdo, o motivo e a forma de atuação, e a estrutura e os elementos da expressão verbal. Então, a fala não tem um fim em si mesma, mas constitui um meio, mesmo que utilizada de diferentes modos. Na comunicação lingüística cabe um papel importante ao conceito de situação: condições necessárias e suficientes para a realização da atuação verbal.

Como tarefa de pesquisa, cabe então a essa lingüística investigar meios e regras de produção e recepção de textos. A relação entre a teoria do texto e a lingüística tradicional, diz Schmidt, não deve ficar reduzida a uma adição. Ao contrário, deve verificar que produtos da lingüística são ajustáveis aos fundamentos, às perspectivas de pesquisa e aos métodos próprios da teoria de texto.

Conte (op. cit.) vê três tipos de desenvolvimento na passagem da frase à teoria de texto. O primeiro momento é o da análise transfrasal em que a pesquisa tem como objeto enunciados ou seqüências de enunciados em direção ao texto, entendido como “seqüência coerente

de enunciados”. São estudados os tipos de relação que podem ser estabelecidos entre os enunciados de uma seqüência significativa, principalmente as referenciais.

O segundo momento, o da gramática textual, analisa fenômenos lingüísticos inexplicáveis pela gramática do enunciado. Suas tarefas principais são a de verificar o que faz com que um texto seja um texto, a de encontrar critérios para a delimitação de textos, a de distinguir os vários tipos de texto. Dentre os modelos de gramática de texto destaca-se o de Petöfi.

O texto é visto em seu contexto pragmático nas teorias de texto, terceiro momento. Chega-se à análise do contexto, entendido como conjunto de condições externas da produção, da recepção e da interpretação do texto. Para Dressler (apud Koch, 1992), a pragmática é só um componente acrescentado a um modelo preexistente de gramática textual. Schmidt e Oller, no entanto, postulam um componente pragmático integrado à descrição lingüística. A competência, base da teoria de texto, deixa de ser a competência textual e passa a ser a competência comunicativa.

A expressão Lingüística Textual tem origem na obra de Cosériu denominada *Determinación y entorno; dos problemas de una lingüística del hablar* (1955). Entretanto, no sentido atual, a expressão foi empregada pela primeira vez por Weinrich em *Linguistik der Lüge*, em 1966 (Fávero, 1991).

A Lingüística do Texto expandiu-se amplamente em países anglo-saxões, nas duas Alemanhas, na França, no Brasil. Na Alemanha, por exemplo, a *Textlinguistik* existe nas linhas gerativa e estruturalista, próximas da semântica gerativa ou da lógica formal ou ainda da *Textpragmatik*. Nesse país mencionam-se as pesquisas de Siegfried Schmit e também a de Petöfi, a de Petöfi e Rieser, a de Rück. Nos Estados Unidos, a tagmêmica de Pike deu origem às pesquisas de Longacre sobre os tipos de parágrafos e sobre os tipos de discurso. Mais recentemente surgiram os trabalhos de Beaugrande e de Dressler, os de Kintsch, em colaboração com T. A. van Dijk e ainda, na Itália, os de Umberto Eco. Na Grã-Bretanha é preciso citar não só *Cohesion in English* (1976), obra clássica de referência, de M. A. K. Halliday e R. Hasan, mas também seus estudos mais recentes. Na França há trabalhos como os de D. Slakta, B. Combettes, Lundquist, Daniel Coste, Sophie Moirand, Jean-Michel Adam, Denis Apothéloz, Marie-José Reichler-

LINGÜÍSTICA DO TEXTO

Beguelin, Mondada, Georges Kleiber, sem esquecer Paul Ricoeur e Francis Jacques, cujas obras se constituíram em tentativas filosóficas de definição de texto.

Atualmente, a percepção do texto e da coerência como fenômenos dinâmicos tem levado a aproximações com estudos de outros sistemas naturais que possuem características semelhantes e que têm sido estudados de acordo com novos métodos e novos princípios científicos. É o caso da analogia entre os estudos da linguagem e do sistema biológico e da ecologia, cujos problemas de ordem epistêmica e metodológica revelam semelhanças com questões encontradas nas investigações de lingüística do texto. A linguagem como sistema complexo, dinâmico e aberto e a noção de auto-regulação são questões postas por esses recentes estudos interdisciplinares. Vinculam-se a essa linha trabalhos de lingüistas como Wilhelm Trampe e Enrique Bernardez.

Os estudos sobre texto no Brasil tiveram e continuam tendo amplo desenvolvimento. Para isso foi importante a tradução para o português de duas obras: *Semiótica Narrativa e Textual*, de Chabrol et al (1977), e *Lingüística e Teoria de Texto* de Schmidt (1978).

Na década de 80, tornaram-se importantes os estudos de Eunice Pontes sobre *Sujeito: da Sintaxe ao Discurso* (1986) e *O Tópico no Português do Brasil* (1987). Destacam-se ainda nessa época *Lingüística Textual; introdução*, de Fávero & Koch, de 1983 e *Lingüística do Texto: o que é e como se faz*, de Luiz Antônio Marcuschi, de mesma data. São publicados números de revistas dedicados aos estudos sobre texto, como *Letras de Hoje* nº 18, *Cadernos PUC* nº 22. Multiplicam-se os anais de congressos e seminários, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, tendo como objeto o texto.

Alguns temas são bastante enfatizados na segunda metade da década de 80, tais como os padrões de textualidade de Beaugrande & Dressler, a coesão textual, enfocada sob a perspectiva de Halliday & Hasan e da escola funcionalista de Praga, a progressão temática, a coerência, a intertextualidade, a informatividade, a situacionalidade, a argumentatividade.

A tipologia textual recebeu atenção especial de estudiosos brasileiros, principalmente inspirados no conceito de superestrutura proposto por Van Dijk. Também o conceito de macroestrutura, conduzindo ao resumo, foi estudado em artigos, dissertações e teses.

Em 1989 são publicadas duas obras: *A Coesão Textual*, de Koch e Texto e Coerência de Koch e Travaglia. Em 1990 é a vez de *A Coerência Textual* e Koch & Travaglia. Na primeira, explica a própria autora, os estudos se afastam dos referenciais teóricos de Halliday e se aproximam de trabalhos de autores alemães. Os recursos coesivos são classificados ou como referindo a outros elementos textuais ou inferíveis e como garantindo a continuidade de sentidos (coesão sequencial). Nas duas outras obras, é Charolles o inspirador da conceituação de coerência. Igualmente os trabalhos de Gülich e de Kotschi influenciaram pesquisas desse período no Brasil, no que se refere à *Linguística do Texto*.

Para o estudo dos processos cognitivos que envolvem o texto, a *Linguística Textual* tem se articulado também com outras disciplinas das Ciências Humanas, como a psicologia cognitiva, a sociologia interacional, a inteligência artificial. Os temas desenvolvidos por esse modo de abordagem do texto, conforme Koch (1999), são a estrutura e o funcionamento da memória, as formas de representação do conhecimento, as estratégias interacionais e textuais do processo de produção/compreensão dos textos. No Brasil, inserem-se nessa linha os trabalhos recentes de Marcuschi e Koch, que adotam uma perspectiva sócio-interacionista na investigação dos processos cognitivos implicados no fato textual.

Outra tendência dos estudos atuais vem de Jean-Michel Adam (1990, 1992) sobre os gêneros textuais, destacando-se as pesquisas de Marcuschi sobre tipologia textual. Além disso, alguns estudiosos têm aplicado conceitos fundamentais da *Linguística Textual* à alfabetização, à aquisição da escrita e ao ensino de língua materna e estrangeira, tais como Massini-Cagliari (1997), Koch (1993, 1994), Marcuschi (1993, 1997).

Estudos muito importantes estão sendo feitos em torno de textos falados, no interior de três grandes projetos: NURC, Censo/Peul e PGPF. O Projeto Gramática do Português Falado (PGPF), coordenado por Ataliba Teixeira de Castilho, teve início em 1988 com a finalidade de produzir uma gramática de referência do português culto falado no Brasil, com base nos dados do Projeto NURC. A pesquisa é composta de três grandes projetos temáticos: o de classes lexicais e gramaticais e sintaxe das classes gramaticais, o de relações gramaticais e o de organização textual-interativa. Há sete volumes publicados intitulados

LINGÜÍSTICA DO TEXTO

Gramática do Português Falado. As pesquisas mobilizam conceitos da Lingüística Textual, da Análise da Conversação e da Pragmática Lingüística.

Observa-se dessa forma que muitos trabalhos foram feitos no Brasil na área da Lingüística Textual em diversas universidades brasileiras, produzindo um acervo de bom porte tanto sobre o texto escrito quanto sobre o texto oral.

Muitos desses estudos, ao adotarem uma perspectiva paradigmática de inter e transdisciplinaridade, são assumidos pela Lingüística Aplicada (L.A.) como área de conhecimento que articula “múltiplos domínios de saber, em diálogo constante com vários campos que têm preocupação com a linguagem” (Celani, 2000, p. 19-20). A Lingüística Aplicada, nessa perspectiva, leva à superação da clássica dicotomia entre ciência pura ou básica e ciência aplicada, na medida em que se relaciona com outros campos de saber através de interfaces e migração de conceitos. Este livro testemunha a variedade de temas a que se dedicam os pesquisadores ligados ao estudo do texto. E também, e principalmente, registra a inserção desses estudos na L.A.

Embora os capítulos que são aqui apresentados possam ser lidos independentemente, vários deles são agrupados de acordo com os temas que tratam. A coesão referencial está presente nos cinco primeiros artigos a partir de diferentes abordagens, tanto teóricas quanto aplicadas. Os três últimos enfocam temas diversos: tipologia textual, construção de leitor-modelo e definição de tese. É comum aos artigos o fato de tratarem de questões relacionadas à função comunicativa dos textos.

Espera-se que os temas tratados neste livro possam trazer contribuição tanto a pesquisadores que atuam na área do texto quanto a professores que se dedicam ao ensino da língua materna.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. *Éléments de linguistique textuelle*. Liège: Mardaga, 1990.
- ADAM, Jean-Michel. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.

- CELANI, Maria Antonieta Alba. A relevância da Lingüística Aplicada na formulação de uma política educacional brasileira. In: FORTKAMP, Mailce; TOMICH, Lêda Maria B. *Aspectos da Lingüística Aplicada*. Florianópolis: Insular, p. 17-32, 2000.
- CHABROL, Claude (org.). *Semiótica narrativa e textual*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- CONTE, Maria Elizabeth, org. *La linguistica testuale*. Milano: Feltrinelli Economica, 1977.
- COSÉRIU, Eugenio. Determinación y entorno; dos problemas de una lingüística del hablar. *Romanistisches Jahrbuch*, v. 7, p. 29-54, 1995.
- FAVERO, Leonor L. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.
- FAVERO, Leonor, KOCH, Ingedore G. V. *Lingüística textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 1983.
- HALLIDAY, M. A. K. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HALLIDAY, M. A. K., HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. 1976.
- KOCH, I. G. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1999.
- KOCH, Ingedor. G.V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.
- KOCH, Ingedore G. V. A produção de interferências e sua contribuição na construção do sentido. *D.E.L.T.A.*, v. 15, número especial, p. 167-182, 1992.
- KOCH, Ingedore G. V., TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.
- KOCH, Ingedore G.V. Coesão e coerência: verso e reverso. *Morphé*, 9/10, p. 309-320, 1994.
- KOCH, Ingedore G.V., TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1993.
- KOCH, Ingedore, TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. A repetição da língua falada como estratégia de formulação textual. In KOCH, Ingedore, G.V. (org.). *Gramática do português falado.*, VI: desenvolvimentos. Campinas: Edunicamp/Fapesp, p. 95-130, 1997.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *O tratamento da oralidade no ensino de língua*. São Paulo: Ática, 1993.
- MASSINI-CAGLIARI, G. *O texto na alfabetização: coesão e coerência*. Campinas: Ed. da Autora, 1997.

LINGÜÍSTICA DO TEXTO

SCHMIDT, Siegfried J. *Lingüística e teoria do texto*. São Paulo: Pioneira, 1978.

Previsibilidade referencial e emprego de recursos anafóricos no português escrito¹

Artur Eugênio Jacobus
UNISINOS

INTRODUÇÃO

As línguas naturais oferecem a seus usuários vários recursos lingüísticos para o estabelecimento de relações de correferência. Um referente textual pode ser retomado, por exemplo, na forma de elipse, pronome ou sintagma nominal definido. Dada essa oferta de recursos, é pertinente questionar-se sobre o que leva o falante a usar determinada forma, e não outra qualquer, no momento de estabelecer uma relação anafórica.

O fato de os recursos anafóricos raramente serem intercambiáveis indica que cada um deles, além de desempenhar o papel comum de retomar informação, cumpre uma função que lhe é específica. Durante a produção de um texto, desconsiderar essas especificidades funcionais pode acarretar problemas de coerência; na etapa de recepção, a consequência pode ser a dificuldade de processamento das relações anafóricas. Esse tipo de interferência ocorre porque, conforme Charolles (apud Koch e Travaglia, 1989, p. 24), as marcas lingüísticas de coesão – entre as quais se incluem os dispositivos anafóricos – têm função de facilitar o cálculo de coerência, mas, quando usadas inadequadamente, podem provocar incoerências localizadas nos textos.

¹ Este texto é uma versão resumida da dissertação de mestrado com o mesmo título elaborada sob a orientação da Profa. Dr. Leci Borges Barbisan e defendida no Curso de Pós-Graduação em Letras da PUCRS em 1996.

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

Em nossa prática no ensino de língua portuguesa, temos observado que o desconhecimento das funções específicas de cada dispositivo anafórico, com frequência, é a causa de malformações textuais e dificuldades de leitura. Conforme Reichler-Beguelin (1988) e Garcia-Debanc (1993), o mesmo tipo de problema é constatado em atividades de leitura e produção de textos realizados nas escolas francesas. Charolles (1978) e Garcia-Debanc (1993) enfatizam a necessidade de os professores disporem de base teórica que os capacite a atuarem de forma mais eficiente na prevenção e superação dessas dificuldades apresentadas por seus alunos. Essa indispensável base teórica está sendo construída pelos estudos lingüísticos que buscam esclarecer os princípios textuais seguidos por falante e ouvinte na produção e no processamento das relações anafóricas.

Na investigação aqui relatada, o modelo teórico adotado é o que Givón (1992) propõe em sua concepção da gramática da coerência referencial, que dá conta da inter-relação entre correferência e topicalidade. Esse tipo de estudo insere-se na pragmática do discurso, domínio funcional da linguagem humana que tem a ver com a relação entre proposições e seu contexto comunicativo, ou, em outras palavras, com a seqüencialização e hierarquização das proposições na estrutura multiproposicional que constitui o discurso (Givón, 1984, 1989).

O objetivo da pesquisa que empreendemos foi o de verificar em que medida aspectos relacionados à topicalidade dos referentes (especialmente a previsibilidade referencial) interferem no emprego de dois recursos anafóricos do português escrito: o sintagma nominal definido repetido e o pronome pessoal. Através da identificação dos fatores que determinam o emprego desses dois dispositivos no estabelecimento de relações de correferência, pode-se entender melhor o funcionamento da língua e, assim, ampliar a base de conhecimentos de que dispõem os professores no ensino de leitura e de produção de textos.

TOPICALIDADE E CORREFERÊNCIA

Os estudos sobre o emprego dos recursos disponíveis em cada língua para estabelecimento de relações de correferência têm se voltado, no âmbito do funcionalismo e mais especificamente na

pragmática do discurso, para a relação entre correferência e topicalidade. Pesquisadores como Givón (1992 e 1995), Bentivoglio (1983), Ariel (1988), Fletcher (1984) e Frederiksen (1981), entre muitos outros, têm realizado estudos que demonstram haver, em diferentes línguas, uma significativa influência do grau de topicalidade dos referentes sobre o estabelecimento e a interpretação de relações anafóricas.

Entre todos os autores interessados nessa temática, destaca-se Givón, que oferece uma concepção de tópico em que se distinguem duas propriedades ao mesmo tempo relevantes e mensuráveis: a acessibilidade ou previsibilidade referencial, vinculada ao contexto discursivo precedente (anafórico); e a importância temática, vinculada ao contexto discursivo subsequente (catafórico).

A importância temática vincula-se ao contexto catafórico pois os dispositivos gramaticais que codificam essa dimensão da topicalidade orientam o ouvinte sobre a importância que um referente terá no decorrer do discurso. Dado o caráter essencialmente subjetivo desse aspecto da topicalidade, tem-se buscado fazer suposições sobre traços comportamentais e lingüísticos que possam se correlacionar com a importância temática e, então, quantificá-los. É o que faz Givón (1992, p. 16-17), que sugere, entre outras formas de quantificação, medidas de frequência em texto, que têm por base o princípio de que a frequência textual dos referentes, nos discursos humanos típicos, correlaciona-se com sua importância temática no discurso. A dimensão cognitiva abarcada por essas medidas é a atenção, pois é de se esperar que tanto falante como ouvinte dispensem mais atenção aos referentes tematicamente importantes do que aos sem importância.

O outro aspecto pragmático-discursivo da topicalidade em que Givón se concentra é a previsibilidade referencial, que se correlaciona com uma das concepções primitivas da topicalidade, aquela que vê o tópico como informação velha. A concepção dessa dimensão escalar fundamenta-se no fato de que qualquer informação transacionada em discurso tem um certo nível de previsibilidade em relação a seu contexto. Givón (1992, p. 12) aponta, para a acessibilidade referencial dos tópicos nominais nos discursos, três origens contextuais principais: o contexto compartilhado deitivamente, ou situação de fala; o contexto compartilhado genericamente, ou conhecimento cultural; e o contexto compartilhado através do texto, ou discurso precedente.

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

A terceira origem contextual da acessibilidade referencial, o contexto do discurso, recebe de Givón maior destaque em seu estudo sobre a topicalidade por ser mais facilmente mensurável e quantificável em textos. Desse contexto faz parte o conhecimento compartilhado por falante e ouvinte em razão do que foi dito anteriormente no discurso que está sendo transacionado ou em um discurso precedente. Segundo Givón (1989, p. 75), esse conhecimento não engloba apenas as proposições que compreendem o texto enunciado; abarca também proposições acarretadas e que o falante supõe possa o ouvinte derivar do texto por qualquer meio, incluindo, portanto, as proposições acarretadas que o falante supõe possa o ouvinte derivar da estrutura temática do texto.

Em termos cognitivos e do ponto de vista do decodificador, a acessibilidade de referentes no contexto discursivo precedente tem a ver com a busca cognitiva por referentes na representação mental do texto. São quatro os fatores que, conforme Givón (1992, p. 13-14), afetam essa busca:

- a continuidade referencial – ou o seu inverso, o intervalo referencial – da última ocorrência de um referente no contexto anafórico para sua corrente atualização;
- a complexidade referencial do discurso imediatamente precedente;
- a informação semântica redundante no nível da oração;
- a informação temática redundante do discurso precedente;

A continuidade referencial é um fator a que as gramáticas são particularmente sensíveis. Uma evidência dessa sensibilidade é encontrada quando se observa o uso de pronomes anafóricos átonos e sintagmas nominais definidos em contextos caracterizados por diferentes graus de continuidade referencial. Givón (*ibid*, p.14), por exemplo, observa no inglês a tendência para o uso de pronomes em contextos de continuidade referencial.

Outro fator que afeta a previsibilidade dos referentes tópicos é a complexidade referencial, determinada pela presença de dois ou mais referentes competidores no contexto anafórico precedente. A

complexidade referencial não é criada pela simples presença de quaisquer referentes mas sim de referentes que sejam semanticamente similares ao referente corrente a fim de competir com ele. A acessibilidade é afetada pela competição referencial porque a presença, no ambiente discursivo imediato, de dois ou mais tópicos competindo como possíveis correferentes de um mesmo item torna a interpretação desse item mais difícil em termos cognitivos.

A informação semântica da própria oração é um fator cujo efeito sobre a acessibilidade referencial é fácil de ser demonstrado, mas difícil de ser quantificado. Este fator diferencia-se dos outros em virtude de não ser anafórico no sentido mais preciso do termo, pois envolve as restrições de seleção do léxico dentro da oração em que o referente está alojado. Apesar disso, a informação semântica da oração pode conjugar-se com informações anafóricas, tornando, em casos de aparente competição referencial, um referente mais acessível que outro. A utilização de informações semânticas da oração no processamento de anáforas foi comprovada em diversos experimentos (entre outros: Dell et al., 1983; Stevenson e Vitkovitch, 1986).

O último dos quatro fatores que afetam a acessibilidade referencial é a informação temático-discursiva. Esse fator engloba tanto a informação relativa à estrutura como à substância temática do discurso precedente. Há evidências da utilização de informação temática puramente estrutural e da interação dos dois tipos de informação temática na interpretação de expressões referenciais. Além disso, pode ser verificada uma forte associação entre os recursos gramaticais que marcam continuidade temática e aqueles que marcam continuidade referencial, o que leva Givón (1990, p. 906) a sugerir que a coerência referencial é um componente da coerência temática. Segundo Givón (1988, p. 257), no discurso narrativo, a continuidade temática, mais abstrata, é, em parte, um produto da mais concreta continuidade de ação, de lugar, de tempo e de participantes. Essas quatro unidades, que compõem a estrutura hierárquica do discurso narrativo, são mais prováveis de serem mantidas dentro de uma unidade de discurso particular do que além de seus limites com outra unidade. Sendo assim, os pontos do discurso em que há uma ruptura temática tenderiam a ser aqueles com maior probabilidade de apresentarem descontinuidade referencial e, em consequência, menor acessibilidade referencial.

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

Na língua escrita, os sinais de pontuação estão entre os principais marcadores de continuidade ou ruptura temática. A pontuação interproposicional tem como função marcar o grau de ligação entre proposições adjacentes (Fayol, 1989; Passerault, 1991). Se duas proposições sucessivas descrevendo dois eventos ou estados devem ser interpretadas pelo leitor como sendo fortemente ligadas, o autor tenderá a integrá-las numa mesma frase e, no máximo, separá-las por uma vírgula. Se a ligação entre os fatos é mais fraca, a separação será marcada por ponto ou alínea. Por ter a função de delimitar o parágrafo, a alínea é o sinal de pontuação que sinalizará maior descontinuidade temática. Apesar das divergências sobre sua definição, o parágrafo tem sido considerado uma unidade estrutural do discurso (Longacre, 1979; Bessonnat, 1988; Hofmann, 1989). A unidade temática é a característica fundamental do parágrafo, cujo início é marcado por disjunção espacial, temporal ou actancial em textos narrativos e por disjunção temática em outros textos (Bessonnat, *ibid.*). Embora Longacre (*ibid.*) e Hofmann (*ibid.*) advertam que nem sempre o parágrafo de textos escritos corresponde ao parágrafo estrutural, Bessonnat (*ibid.*, p. 104) observa que existe uma significativa coincidência entre as segmentações de um texto apresentado em contínuo feitas por diferentes sujeitos e a segmentação original, feita pelo autor. Portanto, a alínea não tende a ser usada aleatoriamente, o que faz dela uma das pistas para identificar descontinuidades temáticas na comunicação escrita.

Medidas de previsibilidade referencial

Dos quatro fatores apontados como tendo influência sobre a acessibilidade dos referentes, apenas os dois primeiros – continuidade e complexidade referencial – são fáceis de quantificar e medir no discurso. Os outros dois fatores – informação semântica da oração e informação temático-discursiva – têm seu efeito demonstrado apenas por trabalho psicolinguístico experimental. A fim de quantificar a influência da continuidade e da complexidade referencial sobre a acessibilidade dos referentes, Givón (1988, 1989, 1992) delineou três medidas: distância referencial (DR), continuidade de referência (CR) e interferência potencial (IP). Todas essas três medidas acessam a

previsibilidade dos referentes por meio do exame do contexto discursivo precedente. Todavia, elas não contemplam diretamente as dimensões psicológicas supostamente envolvidas; medem apenas alguns de seus mais óbvios correlatos em textos.

A medição de DR consiste na contagem do número de orações desde a última ocorrência do referente no contexto anafórico do discurso (Givón, 1992, p. 16). A dimensão cognitiva dessa medida é a persistência do referente na memória. Portanto, através do cálculo da distância referencial, espera-se aferir, de forma indireta, o grau de dificuldade envolvido com a recuperação do referente na memória.

Já a medição de CR produz uma escolha binária discreta: ou a oração precedente tem o referente como um dos seus argumentos ou não. Para Givón (ibid., p. 49), a manutenção da referência é, em geral, a manutenção do mesmo sujeito. Ele argumenta que, como o sujeito da oração é o mais comum referente recorrente, é pequena a discrepância entre computar a medida considerando a continuidade ou descontinuidade do sujeito. De qualquer maneira, a medição de CR somente pode ter utilidade quando a distância referencial tem valor 1, pois, quando o valor de DR é igual ou superior a 2, sempre haverá descontinuidade de referência. Portanto, a aferição de CR tem um propósito bem específico: revelar, nos casos de grande proximidade do referente, se este já estava exercendo a função de tópico ou passou a exercê-la na oração que se está examinando.

A terceira medida anafórica delineada para mensurar a acessibilidade referencial é a IP, que consiste no levantamento do número de referentes semanticamente compatíveis no contexto discursivo imediatamente precedente (Givón, ibid, p. 16). Através dessa medida, é possível aferir, de forma indireta, se a acessibilidade de um referente relativamente próximo é diminuída pela presença de referentes competidores.

Tanto as medidas quantitativas de previsibilidade quanto as de importância temática têm sido aplicadas ao estudo da gramática no texto em diversas línguas. Como resultado, têm sido obtidas caracterizações numéricas da topicalidade dos sintagmas nominais marcados por diferentes recursos gramaticais.

A aplicação de medidas de topicalidade como as propostas por Givón têm revelado que o grau de previsibilidade de um referente apresenta forte correlação inversa com o tamanho fonológico do

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

dispositivo gramatical usado para codificá-lo. Estudos feitos em línguas tipologicamente diferentes revelaram que categorias definido-anafóricas usadas em condições discursivas distintas ordenam-se de forma bastante consistente com medições de previsibilidade referencial feitas através de DR. Esses estudos, sintetizados por Givón (1989, p. 217) mostram a anáfora zero, os pronomes átonos e a concordância verbal (elipse de sujeito) como codificadores de referentes mais previsíveis e os SNs definidos plenos e SNs definidos modificados restritivamente como recursos empregados quando os referentes são pouco previsíveis.

A aplicação de IP, outra medida de topicalidade, revelou que a forma dos recursos anafóricos é também influenciada pela complexidade referencial. A medida de DR havia revelado que os valores de distância referencial médios para pronomes átonos e pronomes tônicos são bastante próximos: os átonos com DR em torno de 1 e os tônicos entre 2 e 3. Porém, a medição do grau de interferência potencial (IP) mostrou uma forte distinção entre os dois tipos de pronome: enquanto os átonos estão na base da escala de IP, que vai de 1,0 a 2,0, os tônicos estão no topo. Isso significa que os pronomes tônicos são tipicamente usados quando há referentes competidores no ambiente anafórico imediato e os átonos costumam ser empregados quando esses referentes estão ausentes.

Evidências da relação entre previsibilidade referencial e emprego de recursos anafóricos

A aplicação das medidas de previsibilidade referencial revelou também uma associação entre quantidade de codificação e continuidade temática. Givón (1989, p. 219-220) fornece dois exemplos de como essa associação se manifesta no inglês falado. Nessa língua, anáfora zero e pronomes átonos apresentam DR bastante próxima e IP igualmente baixa. A escolha por um dos dois recursos é controlada por outro fator: a previsibilidade temática. No inglês, quando a progressão temática é maximamente contínua, a anáfora zero é preferida. O uso do ponto, porém, marca um sutil aumento na descontinuidade temática e, mesmo que não haja competição referencial e o referente esteja próximo, este não pode ser codificado com um recurso que sinaliza alto grau de acessibilidade; por isso, o pronome átono é o recurso escolhido.

A interferência da descontinuidade temática também ajuda a explicar a presença de sintagmas nominais definidos em contextos de DR e IP baixas, típicos do emprego de pronomes. Mesmo que um referente apresente valores reduzidos de DR e IP, tenderá a ser codificado como SN-DEF e não como pronome se aparecer em ambiente marcado por forte descontinuidade temática. Um exemplo desse tipo de ambiente é, segundo Givón (*ibid*, p. 233), o início do parágrafo: este ponto do discurso é caracterizado por apresentar maior descontinuidade temática do que o meio ou final de parágrafo. Como a coerência temática engloba a continuidade referencial, a descontinuidade temática parece apontar para uma imprevisibilidade referencial, estimulando o emprego, nesse tipo de contexto, de recursos que apresentam maior quantidade de codificação.

Bentivoglio (1983) estudou a continuidade tópica no espanhol latino-americano falado. A aplicação da medida de DR produziu resultados compatíveis com a tese de que o emprego das várias expressões referenciais de cada língua é determinado pelo grau de acessibilidade referencial. A ordenação dos recursos anafóricos de acordo com seus valores médios de DR para sujeitos humanos é a seguinte: concordância verbal e pronome átono, 1,31; pronome tônico, 2,05; SN-DEF não-modificado, 3,41; nome próprio, 8,11; SN-DEF modificado, 9,24; SN-DEF modificado por oração adjetiva, 14,14. Essa escala sofre pequena alteração quando o sujeito tem o traço [- humano] ou quando o referente não é sujeito: nesses casos, o nome próprio troca de posição com o SN-DEF modificado. O levantamento do número de ocorrências de pronomes tônicos conforme o traço [\pm humano] revelou um número muito reduzido de pronomes tônicos para referentes não-humanos, fato que pode sugerir a interferência de outra variável sobre a escolha do recurso anafórico ou ser apenas uma consequência dos temas abordados nos textos que compõem a amostra.

A influência da acessibilidade sobre o estabelecimento das relações anafóricas também foi estudada por Ariel (1988), que adotou como corpus trechos de novelas, contos e artigos de jornais tanto em hebraico como em inglês escritos. A partir de seu estudo, Ariel (*ibid.*) pôde distribuir os recursos anafóricos em três categorias: os de alta acessibilidade, que incluem pronomes e elipses; os de média acessibilidade, representados pelos demonstrativos; e os de baixa acessibilidade, que incluem não apenas as descrições definidas mas

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

também nomes próprios. Estes últimos apresentaram valores de acessibilidade mais baixos do que os das descrições definidas. Entre as formas de codificação dos nomes, também foram percebidas diferenças, com os nomes inteiros apresentando menor acessibilidade do que prenomes. Ariel percebeu a utilização de cadeias referenciais padronizadas, geralmente iniciadas por nome completo, seguidas por uso apenas do sobrenome e, mais adiante, por um pronome. Outra observação de Ariel foi a de que as referências tendem a voltar para formas mais plenas de tempos em tempos nos textos, provavelmente para que o falante lembre ao receptor quem é o referente. Sendo essa constatação generalizável para outras línguas, tem-se aqui mais um fator que interfere sobre a acessibilidade referencial e revela outra limitação do uso exclusivo da medida de distância para mensuração da acessibilidade.

Os diferentes experimentos até aqui relatados põem em evidência a distinção entre pronome e SN-DEF, os dois recursos enfocados na presente investigação. Essa distinção também é enfatizada por Combettes (1986). Ele rejeita a concepção do pronome anafórico como um signo de economia ou como retomada deste ou daquele antecedente, entendendo que a função principal deste recurso lingüístico é a de servir como um índice de que não há outro sujeito-tema a ser introduzido no texto. O valor negativo do pronome – sinalizar ausência de mudança – estaria em oposição a um valor positivo do SN-DEF: sinalizar mudança temática. Essa concepção é similar à de Givón (1992), que vê pronome e SN-DEF como recursos que sinalizam diferentes graus de previsibilidade referencial. Combettes, porém, chama a atenção para um aspecto subestimado por Givón: as diferentes formas de SN-DEF. Ele observa que há uma significativa diferença entre a repetição de um SN e o uso de uma substituição vocabular. Esta última permite um aporte de informação, levando o leitor a descobrir que determinado elemento do discurso possui propriedades antes ignoradas. Percebe-se aqui a atuação de um fator determinante da escolha do recurso anafórico que escapa a uma explicação centrada apenas no aspecto previsibilidade. A necessidade de se fazer um texto progredir semanticamente pode, portanto, explicar pelo menos parte dos casos de emprego de substituições vocabulares em vez de simples repetições de SN ou mesmo de pronomes.

Para Charolles (1988), os recursos de correferência estão entre as marcas de que as línguas dispõem para indicar as relações entre as unidades do discurso. Esses recursos fornecem ao destinatário potencial dos textos instruções interpretativas que lhe favorecem a compreensão. As variações nos recursos empregados para formar cadeias anafóricas recebem de Charolles (*ibid.*) explicação semelhante à formulada por Combettes (1986) e também por Givón (1992). A anáfora pronominal é vista como a forma não marcada de retomada, usada sistematicamente quando há continuidade de referência. Segundo Charolles (*ibid.*), esse seria o princípio básico subjacente à escolha dos recursos anafóricos. Ele, porém, lembra que também atuam, embora de forma secundária, critérios estilísticos, entre eles a proibição de repetição.

A respeito das repetições de sintagmas nominais definidos, Pierson (1993) entende que elas se assemelham aos pronomes na medida em que ambos os recursos satisfazem apenas à regra da repetição, um dos princípios seguidos por autores/falantes para assegurarem a coerência de seus textos. Pierson deixa subentendido que muitos autores e leitores consideram a repetição termo a termo um erro ou uma demonstração de falta de habilidade. Segundo ele, esse juízo explicaria a preocupação dos autores de textos escritos em variar as formas de retomada de elementos textuais. Porém, nem sempre os recursos alternativos à repetição literal implicam atendimento à regra de progressão, um dos princípios que asseguram o estabelecimento da coerência textual. Quando a retomada se faz por meio de palavra de sentido próximo – que Pierson (*ibid.*, p. 60) denomina de “parassinônimo” – evita-se a repetição, mas não se gera aporte de informação nova significativa. O mesmo acontece quando há a retomada parcial de um grupo nominal, ou seja, quando apenas os constituintes de base – determinante e nome – de um grupo nominal são recuperados, deixando-se de fora suas expansões como complementos, adjetivos e orações restritivas. Somente nos casos em que há retomadas com aporte semântico significativo é que estaria atuando o princípio da progressão.

Assim como Charolles (1988) e Pierson (1993), Cano (1983) também chama a atenção para o aspecto estilístico envolvido na escolha dos recursos anafóricos em textos escritos. Cano (*ibid.*), que restringiu seu estudo ao processo de correferência na linguagem da imprensa

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

espanhola, observa que, especialmente em textos jornalísticos curtos, existe restrição a redundâncias formais, o que impõe a necessidade do emprego de variações expressivas para designar um mesmo referente. Os recursos anafóricos não-pronominais observados por Cano (ibid.) em textos jornalísticos espanhóis são os seguintes: a repetição lexical total ou parcial; a sinonímia ou quase sinonímia lexical, uma variação formal com propósito estilístico em que não há aporte semântico significativo; a paráfrase ou sinonímia construcional, utilizada, por exemplo, quando “o Papa” é retomado como “o chefe da Igreja”; e a nomenclatura descritiva, que possibilita uma ampliação explicativa do conteúdo sêmico do elemento referido, tal como acontece quando “Picasso” é retomado por meio da expressão “o pintor”.

Pode-se perceber, a partir da exposição dessas diferentes formas de explicar o emprego dos recursos anafóricos, que a previsibilidade referencial (designada e concebida de diferentes formas) é o fator considerado mais importante na escolha entre pronome e sintagma nominal. Porém, fica igualmente evidente que é preciso considerar também a atuação de outros fatores, entre os quais estão a utilização de substituições vocabulares para garantir progressão temática e a condenação estilística ao excesso de repetições em textos escritos.

UM OLHAR SOBRE O PORTUGUÊS ESCRITO

No português, faltam estudos quantitativos que apontem a distribuição dos recursos anafóricos em função da previsibilidade referencial. Não se sabe se os princípios que têm se mostrado válidos para outras línguas valem para o português. Também não se sabe se, na modalidade escrita do português, a previsibilidade é o único fator determinante do emprego dos recursos anafóricos ou se ela se articula com outros fatores. Buscamos, pois, através de uma investigação empírica, lançar alguma luz sobre essas questões. Dentre os recursos anafóricos disponíveis no português escrito, escolhemos dois: o pronome pessoal e o SN definido repetido. Ambos têm em comum o fato de que não possibilitam o aporte de informação nova no discurso, mas se diferenciam por se associarem a diferentes graus de previsibilidade, conforme estudos realizados em outras línguas. A restrição da pesquisa a esses dois recursos anafóricos tem a grande

vantagem de viabilizar um minucioso exame de suas condições de emprego. Dessa forma, torna-se possível não apenas identificar as tendências de utilização desses dispositivos gramaticais mas também buscar explicações para os eventuais desvios dessas tendências.

O objetivo principal da investigação que empreendemos foi, portanto, o de verificar em que medida o emprego de pronome pessoal e SN definido repetido é determinado pela previsibilidade referencial. Nosso interesse também estava voltado para a identificação de outros fatores que eventualmente concorram com a previsibilidade e possam explicar certos usos dos pronomes e dos SNs definidos repetidos.

O corpus da pesquisa foi constituído de textos jornalísticos e literários escritos originalmente em língua portuguesa, constituindo um total de 4211 orações. As ocorrências de pronomes e SN definidos repetidos foram submetidas à aplicação de medidas que permitem quantificar diferentes aspectos da previsibilidade referencial. Com os resultados do estudo quantitativo, tornou-se possível identificar tendências de emprego dos dois recursos anafóricos. Procedeu-se então a um estudo qualitativo das ocorrências de pronome pessoal e de SN-DEF repetido que eventualmente se afastem das tendências observadas. O universo estudado incluiu apenas textos contemporâneos, bem formados e escritos originalmente em língua portuguesa pois tínhamos a intenção de obter uma melhor compreensão dos princípios que orientam os usuários do português na escolha dos recursos anafóricos em textos escritos.

A comparação entre a frequência de uso de pronomes pessoais anafóricos e SNs definidos repetidos, demonstrada na tabela 1, indica uma distribuição diferente daquela evidenciada nas pesquisas de Givón (1983a) e Ariel (1988).

Tabela 1- Frequência de uso de pronome pessoal anafórico e de SN-DEF repetido

Recurso anafórico	N ^o	%
Pronome pessoal	280	33,3
SN-DEF repetido	560	66,7
Total	840	100,0

Ao estudar o inglês falado, Givón (1983a) encontrou 73% de pronomes e apenas 27% de SNs definidos. É importante ressaltar que,

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

embora os SNs definidos da pesquisa de Givón não se restringissem a repetições, a categoria dos pronomes abarcou também a anáfora zero. Já Ariel (1988), que investigou o inglês escrito, encontrou uma frequência ainda mais elevada de pronomes: 79% contra 21% de SNs definidos. O número proporcionalmente reduzido de pronomes verificado em nosso levantamento pode ter duas motivações. O estudo que desenvolvemos enfocou apenas pronomes pessoais; o de Givón englobou todos os pronomes, e o de Ariel deixou de contemplar apenas os demonstrativos. Porém, mais importante do que isso é o fato de o português, a exemplo do espanhol, contar com um recurso anafórico não disponível no inglês: a concordância verbal. O uso desse dispositivo, em que o sujeito, apesar de elidido, tem seu número e pessoa revelados na desinência verbal, não foi quantificado em nosso levantamento, mas certamente ocorreu em número superior ao dos pronomes. Dessa forma, se as ocorrências de concordância verbal com função anafórica fossem somadas às de pronomes, essa nova categoria englobando formas menos marcadas superaria em número a categoria dos SNs definidos repetidos.

A fim de determinarmos a relação entre a forma do recurso anafórico e a previsibilidade referencial, iniciamos nossa investigação com a aplicação das medidas propostas por Givón. Porém, a distância referencial não foi medida apenas em orações, como na proposta original, mas também em sentenças e parágrafos, contemplando, dessa forma, os limites de unidades textuais.

Questionamentos acerca da continuidade referencial

Como se pode verificar através da tabela 2, a medida de continuidade de referência (CR) não produziu resultados compatíveis com a tese de que o aspecto por ela contemplado exerce influência sobre o emprego dos dois recursos anafóricos estudados.

Tabela 2 - Continuidade/descontinuidade referencial conforme recurso anafórico empregado

ARTHUR EUGÊNIO JACOBUS

Contexto	Pronome		SN-DEF Repetido		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Continuidade referencial	53	58,2	38	41,8	91	100,0
Descontinuidade referencial	36	57,1	27	42,9	63	100,0

Comparando os dados da tabela 2 com os da tabela 1, podemos observar que, quando é aplicada a CR, há uma redução na diferença percentual entre pronomes e sintagmas nominais. Essa redução é quase idêntica com continuidade e com descontinuidade referencial. Aliás, a razão pronome pessoal x SN-DEF repetido é praticamente a mesma tanto num como noutro contexto.

Se a continuidade/descontinuidade referencial interfere na acessibilidade dos referentes e os recursos anafóricos marcam diferentes graus de acessibilidade, então era de se esperar que a proporção de pronomes fosse marcadamente mais alta com continuidade referencial e mais baixa com descontinuidade referencial. Os dados da tabela 2, contudo, não dão sustentação a essa tese. Essa contradição pode receber duas explicações não excludentes. Em primeiro lugar, não foi considerada a elipse de sujeito (a concordância verbal anafórica), que, no espanhol e ao que tudo indica também no português, é o recurso preferido para sinalizar continuidade tópica. Em segundo lugar, a CR é uma medida que não prevê distinção entre oração principal e subordinada, embora Givón (1983b) aponte as orações principais como sendo as que apresentam maior probabilidade de conterem tópicos contínuos. Assim, o simples cotejo dos sujeitos de duas orações adjacentes, sem levar em conta o status dessas orações, parece não ser o método mais adequado para medir a influência da continuidade referencial. Esta pode se exteriorizar de forma menos mecânica do que previa Givón ao criar a CR. De uma forma ou de outra, o fato é que a aplicação dessa medida revela que a manutenção ou a mudança do sujeito de uma oração para outra não exerce influência significativa sobre a escolha entre pronome pessoal e SN-DEF repetido.

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

Medindo a distância em orações, sentenças e parágrafos

Já as medidas de distância referencial produziram resultados que confirmam, de modo geral, os encontrados em pesquisas feitas em outras línguas. O uso de pronomes revelou-se associado a contextos de baixa distância referencial; já o emprego dos SNs definidos repetidos mostrou-se associado a ambientes em que a distância entre o item anafórico e seu referente textual é superior à dos pronomes. Essa tendência pode ser observada na tabela 3, em que a distância referencial é calculada em número de orações – DR(o):

Tabela 3 – Distribuição de pronomes pessoais e SNs definidos repetidos conforme DR(o)

DR(o)	Pronome		SN-DEF repetido	
	Nº	%	Nº	%
0	4	1,4	-	-
1	169	60,4	76	13,6
2	64	22,9	83	14,8
3	19	6,8	52	9,3
4	10	3,6	46	8,2
5	8	2,9	46	8,2
6	3	1,1	26	4,6
7	1	0,3	14	2,5
8	1	0,3	19	3,4
9	-	-	16	2,9
10	1	0,3	18	3,2
11-19	-	-	63	11,3
20+	-	-	101	18,0
Total	280	100,0	560	100,0

A tabela 3 revela que as ocorrências de pronomes pessoais não se distribuem aleatoriamente ao longo da escala de DR(o). Em 84,7% das ocorrências, os pronomes foram usados quando a distância referencial era inferior a três orações. De duas para três orações, há uma queda expressiva no número de ocorrências, que se tornam quase insignificantes quando a distância supera seis orações (0,9% do total de pronomes). Nenhuma ocorrência de pronome pessoal foi encontrada

quando a DR(o) esteve acima de 10 orações. Esses dados estão bastante próximos dos encontrados por Givón (1983a) para o inglês falado, que teria 90% de seus pronomes empregados com DR inferior a três orações.

Os SNs definidos repetidos, por sua vez, distribuem-se ao longo de toda a escala de DR(o). O maior número de ocorrências registrado na coluna 20+ é explicado pelo fato de que ela abarca distâncias referenciais iguais ou superiores a 20 orações. Percebe-se, assim, que não há uma concentração das repetições de SN-DEF numa faixa estreita da escala de distância referencial. O pico de ocorrências acontece com DR(o) de duas orações, mas representa um valor percentualmente baixo (14,8%). Apesar disso, nota-se uma tendência, muito tênue, para o emprego de SN-DEF repetido com DR(o) baixa a média, pois 54,1% dos casos ocorreram com distância referencial inferior a cinco orações.

A distribuição dos pronomes e SNs definidos repetidos revelada na tabela 3 está de acordo com a tese, defendida por Givón (*ibid.*), de que os pronomes tendem a ser empregados em contextos de alta previsibilidade ao passo que os sintagmas nominais costumam ser utilizados em contextos de menor previsibilidade. Chama a atenção, porém, o fato de que, enquanto são muito raros os pronomes usados com DR(o) superior a cinco orações, não são poucos os SNs definidos repetidos empregados em contextos de baixa DR(o). A tabela 4 demonstra que, mesmo com DR de uma oração, as repetições de SNs definidos somam quase um terço dos pronomes e, com DR de apenas duas orações, superam os pronomes em número de ocorrências.

Tabela 4 Distribuição dos valores de DR(o) 1 a 5 conforme recurso anafórico empregado

DR(o)	Pronome		SN-DEF repetido		Total	
	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%
1	169	69,0	76	31,0	245	100,0
2	64	43,5	83	56,5	147	100,0
3	19	26,8	52	73,2	71	100,0
4	10	17,9	46	82,1	56	100,0
5	08	14,8	46	85,2	54	100,0

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

Os dados da tabela 4 mostram uma distinção bem mais tênue entre os dois recursos anafóricos sob estudo do que seria de se supor a partir da perspectiva delineada por Givón (1992) em sua gramática da coerência referencial. Devemos lembrar, porém, que a DR(o) é apenas uma forma de medir um dos fatores que, segundo o próprio Givón (ibid.), determinam a acessibilidade dos referentes. Em seu estudo sobre o inglês e o hebreu escrito, Ariel utilizou outras formas de mensurar distância, considerando sentenças e parágrafos. A partir da proposta de Ariel, resolvemos também ampliar as formas de se medir distância referencial. A DR(s) e a DR(p) – distância referencial em número de sentenças e de parágrafos, respectivamente – mensuram não apenas o fator “continuidade referencial” mas também a interferência da informação temático-discursiva. A argumentação a favor dessa função adicional tem por base estudos em diferentes línguas que têm observado uma relação significativa entre pontuação interproposicional e um fator que interfere na previsibilidade referencial: a continuidade/descontinuidade temática.

A mensuração de DR(s), cuja última coluna inclui distâncias iguais ou superiores a 10 sentenças, revela, com maior ênfase, o uso diferenciado de pronomes e SNs definidos repetidos.

Tabela 5 – Distribuição dos valores de DR(s) conforme recurso anafórico empregado

DR(s)	Pronome pessoal		SN-DEF repetido		Total	
	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%
0	136	79,5	35	20,5	171	100,0
1	131	39,2	203	60,8	334	100,0
2	10	10,6	84	89,4	94	100,0
3	2	4,1	47	95,9	49	100,0
4	1	2,5	39	97,5	40	100,0
5	-	-	19	100,0	19	100,0
6-9	-	-	50	100,0	50	100,0
10+	-	-	83	100,0	83	100,0

Conforme mostra a tabela 5, os pronomes são o recurso preferencialmente usado quando o referente se encontra na própria sentença; a preferência se inverte quando a distância sobe para uma sentença, ainda que os pronomes ocorram numa proporção considerável

(39,2%). A situação se altera radicalmente a partir da distância de duas sentenças, quando o SN-DEF repetido passa a ser preferido numa proporção muito mais elevada. Já a partir de uma distância de cinco sentenças, nenhum caso de pronome foi constatado, revelando o mesmo tipo de restrição verificado na medição de DR(o). É de se observar, porém, que, quando a distância referencial é de uma sentença, a distinção entre pronome SN-DEF repetido fica menos marcada do que quando são outros os valores de DR(s), uma atenuação que também se percebe quando a DR(o) é de uma ou duas orações. Apesar disso, as restrições ao uso do pronome quando seu correferente está em outra sentença, de modo geral, evidenciam a interferência das informações temático-discursivas sobre a escolha dos recursos anafóricos: o ponto tende a sinalizar uma maior descontinuidade temática (conseqüentemente, menor acessibilidade referencial) do que a vírgula, motivando o emprego de recursos anafóricos mais marcados do que pronomes.

A interferência da informação temático-discursiva torna-se ainda mais evidente quando se mensura a distância referencial em número de parágrafos. Embora nem sempre o parágrafo de textos escritos corresponda ao parágrafo estrutural, não se pode afirmar, considerando os estudos desenvolvidos por Bessonnat (1988), Fayol (1989) e Passerault (1991), que a alínea seja usada aleatoriamente nos textos. Ao contrário, a alínea tende a funcionar como um sinal de descontinuidade temática, contexto ao qual costuma associar-se a imprevisibilidade referencial. Dessa forma, é de se esperar que os pronomes sejam usados preferencialmente quando têm seu último correferente no próprio parágrafo (ambiente de maior previsibilidade temática e referencial) e a repetição de SN-DEF seja o recurso preferido quando o último correferente apareceu em outro parágrafo.

Tabela 6 – Distribuição de pronome pessoal e SN-DEF repetido conforme DR(p)

DR(p)	Pronome		SN-DEF repetido	
	N ^o	%	N ^o	%
0	268	95,7	308	55,0
1	12	4,3	151	27,0

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

2	-	-	38	6,8
3	-	-	16	2,9
4	-	-	11	2,0
5+	-	-	36	6,4
Total	280	100,0	560	100,0

A tabela 6 confirma as previsões feitas com base na associação entre previsibilidade referencial e segmentação de textos em parágrafos. A quase totalidade dos pronomes têm um referente codificado no mesmo parágrafo, o que demonstra ser essa unidade temática uma forte barreira para o uso anafórico dos pronomes. Quando a DR(p) é igual ou superior a dois parágrafos, os pronomes são substituídos, entre outros recursos, pela repetição de SN-DEF. Novamente, porém, observa-se uma atenuação do contraste entre pronome pessoal e SN-DEF repetido na base da escala de DR: desta vez, constata-se, inclusive, que os SNs definidos repetidos são maioria quando seu último correferente está localizado no mesmo parágrafo.

Complexidade referencial Examinando o contexto anafórico recente

A complexidade referencial, outro fator que determina a previsibilidade dos referentes, é mensurada por meio do cálculo da interferência potencial (IP). A aplicação de IP consiste no levantamento, no contexto anafórico recente, do número de referentes que compartilham o mesmo gênero, número e traços semânticos gerais. O resultado é expresso na forma de uma escala binária: 1 representa ausência de competição e 2 a presença de dois ou mais referentes semanticamente compatíveis.

Tabela 7 – Interferência potencial conforme recurso anafórico empregado

IP	Pronome		SN-DEF Repetido		Total	
	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%
1	238	63,3	138	36,7	376	100,0
2	35	17,4	166	82,3	201	100,0

A tabela 7 apresenta o resultado da aplicação de IP às ocorrências dos dois recursos anafóricos com distância referencial entre uma e cinco orações. Percebe-se que a ausência de complexidade referencial predomina em relação a sua presença. Esse dado vai ao encontro da afirmação de Givón (1992) de que os fenômenos gramaticais que exigem menor esforço mental para serem processados tendem a ser mais freqüentes nas línguas. De fato, a ausência de competição referencial no contexto discursivo imediatamente precedente torna a interpretação cognitivamente mais fácil. Os dados da tabela 7 também sustentam a relação estabelecida entre esforço mental, freqüência no discurso e quantidade de codificação. Os pronomes, formas gramaticais menos marcadas, são preferidos quando não há interferência potencial, embora muitas das 376 ocorrências com IP1 aconteçam com DR(o) típica de uso de SN-DEF. A repetição de SN-DEF predomina quando há interferência potencial (IP2) e, embora seja minoritária na ausência de competição referencial, aparece numa proporção considerável (36,7%) nesse contexto. Já o número de pronomes pessoais reduz-se sensivelmente quando se verifica a competição referencial, o que fica mais bem evidenciado na tabela 8.

Tabela 8 – Distribuição de pronome pessoal e SN-DEF repetido conforme interferência potencial

Recurso Anafórico	IP1		IP2		Total	
	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%
Pronome	238	87,2	35	12,8	273	100,0
SN-DEF rep.	138	45,4	166	54,6	304	100,0

Os dados expressos na tabela 8 são compatíveis com o que se observa no inglês falado, onde, segundo Givón (1983a), o falante prefere o SN-DEF ao pronome quando há competição referencial. Entretanto, esses mesmos dados revelam novamente uma restrição mais acentuada para o emprego de pronomes do que para o uso de sintagmas nominais: o número de pronomes pessoais em contextos de interferência potencial é severamente limitado ao passo que se verifica quase um equilíbrio entre o número de SNs definidos repetidos usados com IP1 e IP2.

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

Apesar de a mensuração da distância referencial e da interferência potencial ter produzido resultados que confirmam a influência da previsibilidade referencial sobre o emprego de recursos anafóricos, repetiu-se o que se verificou em outras línguas com a aplicação das medidas de DR e IP: em alguns contextos – distância referencial de duas orações, por exemplo – , a preferência por um ou outro recurso mostrou-se pouco marcada. Resultados como esses confirmaram a necessidade de investigarmos a interação entre essas duas medidas e também a interferência de outras variáveis sobre o emprego de pronome pessoal e de SN-DEF repetido.

A influência do traço semântico [\pm animado]

Em seu estudo sobre a continuidade tópica no espanhol falado, Bentivoglio (1983) encontrou evidências de que a frequência de certos recursos anafóricos nos discursos pode ter relação com determinados traços semânticos dos referentes. Ela encontrou reduzido número de pronomes (especialmente os pessoais de caso reto e demonstrativos) codificando referentes com traço semântico [- humano]. Duarte (1989), estudando a forma como é codificado o objeto direto no português falado, verificou que o número de clíticos e, especialmente, de pronomes lexicais usados com referente [- animado] também é reduzido. Em vista disso, decidimos investigar o traço semântico [\pm animado] em relação às três categorias de papéis gramaticais adotadas na pesquisa. Os resultados desse levantamento estão resumidos na tabela 9:

Tabela 9 – Distribuição de papéis gramaticais e traço [\pm animado] conforme recurso anafórico empregado

Papel gramatical/ traço semântico	Pronome pessoal		SN-DEF repetido		Total	
	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%
Sujeito [+ animado]	147	29,1	359	70,9	506	100,0
Sujeito [- animado]	5	7,0	66	93,0	71	100,0
Objeto [+ animado]	86	55,8	68	44,2	154	100,0
Objeto [- animado]	29	34,9	54	65,1	83	100,0
Outros [+ animado]	11	50,0	11	50,0	22	100,0
Outros [- animado]	2	50,0	2	50,0	4	100,0

Chamam a atenção na tabela 9 os resultados relativos aos sujeitos [- animado], codificados maciçamente através de SNs definidos repetidos. Por outro lado, percebe-se o crescimento, em termos percentuais, de pronomes na posição de objeto, o que pode ser favorecido pela forte restrição à elipse de objeto no português escrito, fator que reduz as opções de recursos anafóricos para codificar referentes com esse papel gramatical. Os pronomes chegam a superar os SNs definidos repetidos quando o traço semântico é [+ animado] e somam mais da metade dos SNs quando o traço semântico é [- animado]. Embora sejam poucas as ocorrências incluídas na categoria “outros”, os dados da tabela 9 sugerem não haver interferência do traço semântico [± animado] sobre a escolha entre pronome pessoal e SN-DEF repetido quando o referente não é sujeito nem objeto de oração. A predominância de referentes com traço [+ animado] tanto para pronomes como para SNs é um fato que fica à espera de explicação. Pode ser mera consequência dos temas dos textos que constituem o corpus da pesquisa ou expressão de uma tendência geral do discurso humano.

Deve-se observar, porém, que mesmo a influência do traço semântico sobre o emprego de recursos anafóricos pode estar de alguma forma vinculada à topicalidade. Afinal, conforme Givón (1992), referentes com traço [- animado] tendem a ser menos tópicos do que aqueles que têm traço [+ animado], o que justificaria sua codificação preferencial na forma de recurso anafórico associado com baixa topicalidade.

Importância temática: influência sutil

Outro fator investigado em nosso levantamento foi a importância temática, que se constitui, segundo Givón (1992, 1995), na dimensão catafórica da topicalidade. Embora Givón não a situe como um dos fatores que determinam a acessibilidade dos referentes, há indícios de que ela exerce alguma influência sobre a dimensão anafórica da topicalidade. Ariel (1988), em seu estudo sobre o inglês escrito, verificou que, excluídos os tópicos discursivos, caía a frequência de pronomes com valores de distância referencial mais elevados. Esses tópicos discursivos, que seriam os referentes mais salientes, foram determinados por Ariel de forma intuitiva. Givón (1992), porém,

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

partindo do princípio de que há uma correlação entre importância temática e frequência no discurso, considera que a importância pode ser um fator quantificável. Com base nesse princípio, dividimos os referentes com reduzida distância referencial em dois grupos: aqueles que se mantêm como tópicos ao longo de todo o texto e aqueles que têm uma frequência baixa ou intermediária. Com essa divisão, procuramos verificar se a menor ou maior frequência de menção (a maior ou menor importância tópica) tinha efeito sobre a escolha entre pronome pessoal e SN-DEF repetido.

Tabela 10 – Distribuição de valores de DR(o) para referentes com frequência de menção elevada, conforme recurso anafórico empregado

DR(o)	Pronome pessoal		SN-DEF repetido		Total	
	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%
1	78	71,6	31	28,4	109	100,0
2	27	47,4	30	52,6	57	100,0
3	9	29,0	22	71,0	31	100,0

Comparando-se os dados da tabela 10 com os da tabela 4, percebe-se, nas três faixas de DR(o), um sutil aumento da frequência dos pronomes com a correspondente redução dos SNs definidos repetidos. Esse incremento é mais pronunciado com DR de duas orações: independentemente da frequência de menção, os pronomes pessoais e os SNs definidos repetidos com DR(o) 2 têm, respectivamente, frequências de 43,5% e 56,5%; quando se contam apenas os tópicos mais importantes, as frequências passam a ser de 47,4% e 52,6%. O fenômeno deve ocorrer porque a elevada frequência de menção torna o referente um pouco mais acessível para o interlocutor, favorecendo sua codificação na forma de pronome pessoal.

Cadeias referenciais padronizadas com nomes próprios

A presença de cadeias referenciais padronizadas iniciadas por nome próprio foi outro aspecto que investigamos com o propósito de determinar os fatores que interferem na escolha dos recursos anafóricos. Em nosso levantamento, incluímos os nomes próprios na

categoria dos SNs definidos, tal como fizera Givón (1983a) em seu estudo sobre o inglês. No entanto, aos nomes próprios podem estar associadas formas de correferência não verificadas com sintagmas nominais definidos típicos. Ariel (1988) identificou, no hebraico escrito, a tendência de se retomar um nome próprio completo inicialmente pelo sobrenome (e mais raramente pelo pronome) e só depois por pronome. Essa padronização contraria previsões baseadas na influência da acessibilidade, de acordo com as quais a tendência seria de se usar um pronome (e não uma repetição de SN) quando a distância referencial é baixa e não há competição referencial. Para verificar se o comportamento diferenciado dos nomes próprios também ocorre no português escrito, examinamos a frequência de uso de pronome pessoal e de SN-DEF repetido com distância referencial entre uma e três orações logo após a introdução de nomes próprios.

Tabela 11 – DR(o) para correferentes de nomes próprios recém introduzidos conforme recurso anafórico empregado

DR(o)	Pronome pessoal		SN-DEF repetido		Total	
	N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%
1	10	50,0	10	50,0	20	100,0
2	6	42,9	8	57,1	14	100,0
3	3	75,0	1	25,0	4	100,0

Os dados da tabela 11 sobre referentes com distância referencial de três orações são pouco representativos para permitir uma generalização. Já a distribuição dos dois recursos anafóricos para distância de duas orações é quase idêntica à da tabela 4, quando não se distinguiram nomes próprios do conjunto de SNs. A comparação com os dados da tabela 4, no entanto, revela um significativo aumento da proporção de SN-DEF repetido quando a distância referencial é de apenas uma oração. Enquanto a distribuição dos SNs definidos repetidos em geral é de apenas 31,0%, o percentual desses recursos sobe para 50,0% quando o correferente é um nome próprio recém introduzido. Em vista disso, pode-se afirmar que, pelo menos quando a DR é de uma oração, aumenta a probabilidade de que a segunda menção de um nome próprio tenha a forma de uma repetição parcial ou integral do nome e não de um pronome.

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

O fenômeno de atenuação gradual das formas lingüísticas de cadeias referenciais iniciadas por nome próprio pode explicar pelo menos uma parte dos SNs definidos repetidos usados com a reduzida distância referencial de uma oração. O comportamento diferenciado dos nomes próprios é interpretado por Ariel (1988) como sendo um reflexo de uma distinção entre nomes próprios completos e incompletos: os primeiros sinalizariam baixo grau de acessibilidade; os últimos seriam empregados com referentes mais previsíveis. Teríamos, pois, em relação aos nomes próprios, duas opções de codificação de grau elevado de previsibilidade: pronomes e repetição de nomes. De fato, a tabela 11 aponta uma distribuição equilibrada de pronomes pessoais e SNs definidos repetidos quando a DR é de uma oração. O emprego de um ou outro recurso não seria, então, determinada pelo princípio da acessibilidade; envolveria uma simples questão de estilo, fator que, segundo Charolles (1988), também pode interferir na escolha entre pronome e SN-DEF.

Interação entre medidas

A investigação sobre os fatores que podem determinar o emprego de pronome pessoal e SN-DEF repetido revelou que alguns deles têm papel mais importante do que outros. A aplicação de medidas de distância referencial e interferência potencial permitiu a constatação de que o emprego dos dois recursos anafóricos sob estudo segue tendências muito próximas das verificadas em outras línguas. As outras medidas e os levantamentos de dados complementares diagnosticaram, no máximo, a interferência secundária de outros fatores.

Consideradas uma a uma, as tendências de uso explicitadas com a aplicação das medidas de acessibilidade estão longe de oferecerem uma explicação completa sobre os princípios que regem, no português escrito, a escolha entre pronome pessoal e SN-DEF repetido. A aplicação de DR(o), por exemplo, demonstrou que 84,7% dos pronomes pessoais são usados quando o último correferente está na própria oração ou, no máximo, a uma distância de duas orações. Demonstrou também que 71,6% dos SNs definidos repetidos são empregados quando o último correferente está a uma distância de pelo menos três orações. São tendências consistentes, que refletem uma significativa influência da distância referencial. Porém, com esse

recurso apenas, ficamos sem poder explicar por que 15,3% dos pronomes pessoais são usados com o DR(o) preferencial de SNs definidos repetidos e 28,4% destes são utilizados com o DR(o) típica de pronomes.

A medição da interferência potencial revelou uma forte tendência de se empregar o SN-DEF repetido quando há competição referencial no contexto anafórico imediato: em 82,3% das ocorrências de IP2, a forma marcada é utilizada. Porém, na ausência de interferência potencial, a vantagem do pronome pessoal (63,3%) é acompanhada por um índice razoável de SN-DEF repetido (36,7%). Já a análise conjunta do papel gramatical e do traço semântico [\pm humano] dos referentes detectou outra tendência que interfere na escolha entre os dois recursos anafóricos estudados: quando o sujeito tem o traço [- humano], independentemente de outros aspectos, o SN-DEF repetido é o recurso preferido, com um índice de 93,0%.

Dois outros fatores também revelaram alguma interferência sobre a escolha entre pronome pessoal e SN-DEF repetido: a importância temática, medida em termos de frequência global de menção do referente, e a existência de cadeia referencial padronizada iniciada por nome próprio.

Em vista dessa diversidade de fatores e das limitações específicas de cada um, resolvemos fazer novo levantamento de dados, interagindo parâmetros testados até aqui, em especial aqueles que revelaram ter mais força na escolha entre pronome pessoal e SN-DEF repetido. Nessa interação, demos especial atenção às ocorrências registradas com valores reduzidos de distância referencial, contexto em que a diferenciação entre os dois recursos anafóricos se mostrou atenuada.

SN-DEF repetido em situações de baixa distância referencial

A aplicação simultânea das medidas de DR e IP revelou que a maior parte dos SNs definidos repetidos com distância referencial de uma a três orações é usada em contextos de baixa previsibilidade: ou o referente textual da anáfora está localizado em outro parágrafo ou a uma distância igual ou superior a duas sentenças ou, então, há presença de complexidade referencial no contexto discursivo imediatamente precedente.

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

A medição de DR(s) produziu resultados que demonstram uma forte influência da segmentação do texto em sentenças sobre o emprego dos pronomes. Dos 280 pronomes pessoais anafóricos encontrados, 95,4% têm seu último correferente na mesma sentença ou na sentença prévia. Entre os itens anafóricos cuja DR(s) é de duas sentenças, 89,4% foram codificados como SN-DEF repetido. Assim sendo, um referente com DR(o) de duas ou três orações e DR(s) de duas ou três sentenças é um forte candidato a ser codificado como SN-DEF repetido, o que poderia explicar pelo menos parte dos casos dessa forma de SN usados com baixa DR(o). Um exemplo dessa tendência é (1), onde um SN-DEF repetido (Alves) foi o recurso empregado para retomar um referente que fora expresso a uma distância de duas orações e, simultaneamente, duas sentenças.

Exemplo 1 Em 1942 João Alves se tornava inspetor nacional da Previdência. Da Previdência viria o salto para a política. Ambicioso, *Alves* freqüentava o Palace Hotel, na Avenida Chile, o grande ponto de encontro de políticos e poderosos em Salvador.

A medição de DR(p) tornou evidente que o parágrafo funciona como uma espécie de barreira para o emprego anafórico de pronomes. Uma prova disso é que apenas 4,3% dos pronomes foram usados quando seu antecedente não estava no mesmo parágrafo. Mesmo quando a distância referencial é de uma oração, a norma é empregar SN-DEF repetido, e não pronome, se a DR(p) for de um parágrafo. Esse princípio é seguido no exemplo (2):

Exemplo 2 Lindauro é detetive particular. Foi contratado por José Carlos para seguir uma de suas amantes, Crislene de Oliveira. Na noite que (sic) a polícia descobriu o corpo de Ana Elisabeth, o economista tentou se matar, cortando os pulsos. *José Carlos* não revela por que resolveu fazer suas denúncias.

Em (2), “José Carlos” aparecera, na forma de anáfora zero, como sujeito da última oração do décimo parágrafo do texto. Apesar da distância de apenas uma oração, a repetição do nome próprio foi o

recurso utilizado para reinaugar, no novo parágrafo, a cadeia referencial do principal tópico do texto.

A distribuição de pronome pessoal e repetição de SN-DEF repetido de acordo com a interferência potencial refletiu uma restrição significativa que atinge apenas os pronomes. Quando há interferência potencial, 82,3% dos referentes são codificados na forma de SN-DEF repetido (contra 17,7% de pronomes pessoais). Pode-se supor, portanto, que, mesmo quando a distância referencial é reduzida, a existência de interferência potencial tende a reduzir a previsibilidade do referente, favorecendo a utilização de um recurso anafórico mais marcado. Em (3), temos um exemplo de anáfora num contexto de proximidade referencial mas com dois referentes competidores.

Exemplo 3 Nando voltou com uma pasta em que enfiara os remédios, a garrafa térmica de café e o pão. Desinfetou e atou a mão ferida enquanto Levindo, muito branco, desviava o olhar para não assistir ao curativo. Depois *Levindo* mordeu com fome o pão e tomou grandes sorvos do café.

Em (3), “Nando” e “Levindo” têm os mesmos traços semânticos gerais e são, portanto, competidores referenciais. O uso de pronome pessoal, nesse contexto, poderia provocar ambigüidade, evitada com a repetição do nome.

Decidimos, pois, investigar as ocorrências de SN-DEF repetido com baixa DR(o) considerando os seguintes parâmetros, aos quais se associa uma expressiva preferência pelo recurso anafórico mais marcado: DR(s) igual ou superior a duas sentenças; DR(p) de pelo menos um parágrafo; e presença de interferência potencial. Em virtude do emprego extremamente freqüente de SN-DEF repetido para codificar sujeito [animado]), excluíram-se sujeitos com esse traço semântico na nova análise.

Nos casos em que a DR(o) é de uma oração, não pode haver DR(s) superior a uma sentença. Portanto, nas ocorrências de SN-DEF repetido com DR(o) 1 foram examinados apenas dois contextos potencialmente favoráveis à ocorrência do recurso anafórico considerado: DR(p) 1; DR(p) zero e IP2. As ocorrências que não se enquadraram em nenhum desses contextos foram registradas na categoria “outros”.

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

Tabela 12 – SN-DEF repetido (exceto sujeito [- animado]) com DR(o) 1 conforme contexto

Contexto	Nº	%
DR(p) 1	17	25,0
DR(p) 0, IP2	19	27,9
Outros	32	47,1
Total	68	100,0

O levantamento dos contextos de emprego de SN-DEF repetido, cujos resultados aparecem na tabela 12, permitiu verificar que mais da metade das ocorrências desse recurso anafórico aconteceram em ambientes de baixa previsibilidade: ou o termo antecedente estava em outro parágrafo, ou, estando no mesmo parágrafo, enfrentava uma competição referencial. Sobraram 32 ocorrências de SN-DEF repetido que não apareceram nos dois outros contextos. Considerando que, descartado o sujeito [- animado], foram registradas, para distância referencial de uma oração, 233 anáforas envolvendo os dois recursos lingüísticos sob estudo, então os 32 casos restantes de SN-DEF repetido constituem apenas 13,7% do total. Resultados semelhantes foram encontrados quando se efetuou a mesma interação de medidas a SNs definidos com distância referencial de duas e de três orações.

O exame dos poucos casos de SN-DEF repetido usado em contexto típico do emprego de pronome pessoal indicou a possibilidade de haver a interferência de outros fatores ligados à acessibilidade: a reduzida importância temática do referente ou a baixa topicalidade do papel gramatical de referente introduzido ou reintroduzido recentemente no discurso. Também encontramos casos que envolveram a construção de cadeias referenciais padronizadas com nomes próprios, o que pode ser verificado no seguinte exemplo:

Exemplo 4

Acertar o nó da gravata parece ser a última barreira a separar o jovem Ricardo Tadeu Almeida Cabral Soares, 16 anos, do chamado “solene mundo dos adultos”. No próximo dia 24 de agosto, *Ricardo* vai se formar em Direito pela faculdade carioca Cândido Mendes e, provavelmente, entrar para a história como o mais jovem advogado do Brasil, talvez do mundo.

No exemplo (4), a acessibilidade do referente é elevada; apesar disso, não foi usado pronome, mas a repetição parcial do nome, procedimento também verificado no hebraico escrito. A explicação de Ariel (1988) para esse tipo de ocorrência é de que a repetição parcial de nome, ao contrário do nome integral, seria um marcador de alta acessibilidade. Ainda que se estabeleça uma distinção entre as formas dos nomes próprios em termos do grau de previsibilidade que elas codificam, o fato é que, com DR(o) de uma oração, pronomes e nomes próprios repetidos apresentam distribuição equilibrada. Pode-se pensar, pois, que a opção pela repetição de nome, nessas condições, seja uma questão de estilo.

Com a identificação das tendências de emprego de SN-DEF repetido e o exame das ocorrências que não seguem essas tendências, chegamos a algumas conclusões parciais. Fica evidente que o uso de SN-DEF repetido é fortemente condicionado por dois aspectos mensuráveis da acessibilidade referencial: a distância referencial (em orações, sentenças e parágrafos) e a interferência potencial. Também encontramos indícios de que outros aspectos da previsibilidade, mais dificilmente mensuráveis, podem exercer alguma influência sobre o emprego da repetição de SN. Foi possível constatar igualmente a interferência de fatores não ligados à previsibilidade, mas a regras estilísticas. Em suma, o SN-DEF repetido mostra-se um recurso que tende a ser empregado em contextos de baixa previsibilidade, mas isso não impede que ocasionalmente, por ação de outros fatores – estilísticos, por exemplo –, ele seja empregado em situações em que o referente apresenta alto grau de acessibilidade.

Emprego de pronome pessoal em contextos não-convencionais

A grande maioria dos pronomes pessoais que constituem o *corpus* desta pesquisa é empregada em contextos típicos de alta acessibilidade, ou seja, com reduzida distância referencial e ausência de interferência potencial. Há, porém, ocorrências que não seguem essa tendência.

A interferência potencial mostrou-se um aspecto caracterizador de acessibilidade reduzida. Porém, apesar de a maioria dos pronomes ser empregada quando não há competição referencial, 17,4% das

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

anáforas envolvendo interferência potencial foram codificadas na forma de pronomes pessoais. Para compreender melhor esse comportamento dos pronomes, é preciso considerar a forma como foi calculada a interferência potencial. Em nosso estudo, a identificação dos referentes semanticamente compatíveis no contexto anafórico envolveu todos os casos em que a DR foi igual ou inferior a cinco orações. O cálculo de IP não é sensível ao papel gramatical dos referentes ou a sua distância em relação ao item anafórico – dois fatores que interferem no grau de previsibilidade referencial. Existe, portanto, a possibilidade de que os casos de pronomes usados com IP2 sejam aqueles em que o item correferente da anáfora é mais tópico do que seu concorrente, o que descaracterizaria sua presumida baixa topicalidade. Para testar essa hipótese, fizemos novo levantamento das anáforas envolvendo interferência potencial e DR de uma a três orações.

A determinação do grau de topicalidade local dos referentes competidores levou em conta seu papel gramatical no contexto anafórico e a distância em relação ao pronome ou à repetição de SN. Em vista disso, foram considerados dois tipos de contexto.

O primeiro contexto é aquele em que os referentes competidores se encontram na mesma sentença. Nessa circunstância, há três possibilidades: o referente da anáfora pode ser o mais tópico ou o menos tópico ou pode haver igualdade no grau de topicalidade. Para avaliar a topicalidade, consideramos que o sujeito tende a ser mais tópico do que o objeto e este mais tópico do que os demais papéis gramaticais. Nos casos em que os competidores, apesar de exercerem a mesma função, estão em orações diferentes, é considerado como mais tópico aquele localizado numa oração principal. Se os referentes têm o mesmo papel e aparecem em orações com o mesmo *status*, há igual grau de topicalidade.

No outro contexto, os competidores aparecem em sentenças diferentes. Nesse caso, a avaliação da topicalidade não leva em conta o papel gramatical mas sim a distância em relação ao item anafórico. O referente da sentença mais próxima é considerado mais tópico pois a contigüidade resulta em continuidade referencial, aspecto caracterizador de alta acessibilidade.

No levantamento das ocorrências de anáforas envolvendo DR(o) 1 a 3, DR(p) zero e IP2, foram novamente descartados os sujeitos com traço [- animado].

Tabela 13 – Pronomes pessoais e SNs definidos repetidos (exceto sujeito [- animado]) com DR(o) 1 a 3, DR(p) zero e IP2, conforme topicalidade do referente em relação a competidor referencial.

Topicalidade comparativa do referente	Pronome		SN-DEF repetido	
	N ^o	%	N ^o	%
Maior	18	66,7	16	23,9
Menor ou igual	9	33,3	51	76,1
Total	27	100,0	67	100,0

A tabela 13 mostra que a medida de IP iguala competidores com diferentes graus de topicalidade. Quando a aplicação de IP é conjugada com a avaliação do grau de topicalidade local, pode-se perceber que cabe ao SN-DEF repetido uma função distintiva: ele é o recurso preferencialmente usado quando o referente é menos tópico ou tem a mesma topicalidade de outro competidor. Em (5), o nome repetido “Isabel” cumpre essa função.

Exemplo 5 Micaela observava a filha, em silêncio, entusiasmando-a com um olhar de incentivo. Raçudo, pensava *Isabel*, bom pradeador, forte e cheio de ângulos, tinha uma força que saía pelos poros, pela respiração.

“Micaela” e “a filha” (Isabel) são os referentes competidores na primeira sentença de (5). A diminuição da acessibilidade se intensifica porque o referente textual da anáfora é objeto das duas orações, cumprindo papel menos tópico do que o outro competidor, sujeito em ambas as orações.

Em (6), o grau de topicalidade é determinado pelo fator distância:

Exemplo 6 A pesca é feita com uma vareta com cerca de 1 metro de comprimento, que é preciso segurar sobre um formigueiro e esperar até que fique repleta de insetos. Quando o enxame está bem perto de sua mão, o animal rapidamente ergue *a vareta* e, no mesmo movimento, desliza a outra mão sobre as formigas para apanhá-las.

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

Os referentes competidores em (6) estão em sentenças diferentes. “Uma vareta”, referente textual do item anafórico, aparece em outra sentença, sendo, portanto, menos tópico do que “sua mão”, item que tem os mesmos traços semânticos gerais. A baixa previsibilidade, nesse caso, determina a utilização de SN-DEF repetido.

Porém, como revela a tabela 13, há casos em que o SN-DEF repetido é empregado quando o item correferente é mais tópico do que seu competidor. No exemplo (7), “Julinho” é mais tópico do que o competidor “Garrincha”, mas o recurso usado foi a repetição do nome.

Exemplo 7 Vou tentar traduzir: Julinho foi o maior ponta-direita que este futebol já produziu. Um dos maiores da história do futebol mundial, ameaçado apenas por Stanley Matthews e por Garrincha. Mas, como, perguntará o leitor, ele pode ter sido o maior ponta brasileiro, se rivaliza internacionalmente com Garrincha. É que *Julinho* só disputou uma Copa, a de 54, quando foi considerado um dos melhores do mundo, ao lado de Puskas e Kocsis, o artilheiro.

Casos como os de (7) indicam que, embora os SNs definidos repetidos sejam preferencialmente empregados quando o item correferente não é o mais tópico, a simples presença de interferência potencial já se constitui em motivo suficiente para utilizá-los.

Dois terços dos pronomes utilizados em contextos com complexidade referencial tiveram como correferente o item mais tópico. Em (8), por exemplo, o correferente do pronome “lo” exerce o papel de sujeito enquanto o item concorrente (locativo) tem uma função de menor topicalidade.

Exemplo 8 Na ocasião, ele disse que o programa habitacional era prioritário em seu governo. Mas fez questão de caracterizá-lo não como um mero programa de obras e, sim, como um meio para o resgate da cidadania de milhares de famílias de trabalhadores paulistas.

Também em (9), a interferência potencial envolve referentes que não têm o mesmo grau de topicalidade num determinado ponto do discurso. “A fruta”, referente textual do pronome “ela”, exerce papel de

objeto ao passo que “uma bigorna”, seu concorrente potencial, é um locativo.

Exemplo 9 Uma das técnicas consiste em colocar a fruta sobre uma ‘bigorna’ – geralmente uma raiz grossa – e desferir contra *ela* uma dúzia de golpes usando uma pedra de 10 kg erguida acima da cabeça.

A maior topicalidade dos referentes de pronomes também aconteceu em virtude de eles ocuparem sentenças mais próximas dos itens anafóricos.

Exemplo 10 Francisca estava freqüentemente sozinha, como agora no Mosteiro. E esse procedimento, que Nando estranharia se outra fosse a noiva, aceitava como intuição perfeita do noivo. Mesmo no seio de uma montanha o cristal é infenso à terra. Mesmo imersa no mundo Francisca era invulnerável a *ele*.

A informação semântica da última sentença de (10) não restringe os referentes potenciais do pronome “*ele*” àqueles que têm o traço semântico [- animado]. Dessa forma, consideradas as sentenças prévias, há mais de um possível candidato a referente textual do “*ele*”. Porém, o mais próximo é “o mundo”, que, embora exerça papel de locativo, está na própria oração do pronome. Além desse fator, certamente contribui para a eliminação dos outros competidores a percepção de um paralelismo estrutural entre a última e a penúltima sentença. Se na penúltima sentença, estruturalmente semelhante à última, o complemento de “*inverso*” é uma expressão relacionada ao locativo da oração, então é provável que, na sentença seguinte, o complemento de “*invulnerável*” seja o referente que aparece como locativo.

A comparação dos referentes potenciais de pronomes quanto a sua topicalidade mostra que a virtual imprevisibilidade advinda de uma complexidade referencial, aferida com base exclusivamente semântica, pode não se confirmar quando o referente textual se mostra localmente mais tópico que os outros competidores. Porém, como mostrou a tabela 13, um terço das ocorrências de pronomes envolvendo interferência potencial têm referentes menos tópicos que os demais competidores. O

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

exame dos nove casos incluídos nessa situação revela que outros fatores, também ligados à acessibilidade, podem explicar a opção pelo pronome pessoal.

Dois dos nove casos têm como referente um participante importante introduzido no discurso na sentença anterior. Essa introdução de referente tende a deslocar a maior topicalidade do sujeito para o objeto, tal como acontece em construções apresentativas típicas. No exemplo (11), o pronome não tem como referente o sujeito mas sim o objeto da oração anterior.

Exemplo 11 Menos de um ano após sua morte, Tutu Pombo já tem sucessor na administração dos lucrativos negócios dos índios. *Ele* atende pelo nome de Tapiêt, tem 40 anos, fala português corretamente e desfruta de uma das 13 vagas de vereador de Cumaru do Norte, um município recém-criado no sul do Pará.

Da mesma forma que em (11), o exemplo (12) tem um pronome pessoal que se refere a um elemento recém introduzido no discurso e codificado como objeto.

Exemplo 12 Mas, mesmo o fato de Marcos ser operário de carteira assinada desde os 14 anos não impressiona Otelo de Oliveira. *Ele* é titular da 22ª Delegacia de Polícia, na Penha, com jurisdição sobre Olaria.

Tanto em (11) como em (12), a topicalidade do sujeito, normalmente maior do que as dos outros papéis gramaticais, é transferida para o objeto em virtude de este estar servindo para a introdução de um referente textual. Não se deve descartar, porém, a possibilidade de que a utilização de conhecimento genérico-cultural, em ambos os exemplos, contribua para aumentar a acessibilidade dos referentes dos pronomes.

Outros quatro casos de pronomes usados em contextos não-convencionais envolvem a oposição entre concordância verbal anafórica (elipse de sujeito) e pronome. As escalas de recursos anafóricos, ordenadas conforme o grau de acessibilidade que elas codificam, situam o pronome como um dispositivo que sinaliza menor grau de continuidade referencial do que a elipse ou a concordância

verbal. De fato, há ocasiões em que o uso do pronome em vez da elipse serve para indicar que o referente da anáfora é o menos tópico do contexto anafórico imediato. Em (13), por exemplo, o emprego do “ele” e não da elipse sinaliza que o referente textual não é o tópico daquela sentença mas sim o da sentença anterior. Se o pronome fosse substituído por uma elipse, a tendência seria de se considerar o sujeito mais próximo como sendo o referente textual da anáfora.

Exemplo 13 E Shabtai Zvi era de Smirna, na Ásia Menor – o que se notava por sua pele morena e seus olhos escuros. O capitão nos contou que *ele* era de uma família muito rica.

Os outros três casos de pronome usado em contexto de interferência potencial e com referente ocupando função de menor topicalidade não envolvem sujeitos. Nesses três casos, o mais provável é que a utilização de conhecimento genérico-cultural garanta a previsibilidade referencial ameaçada pela competição entre referentes semanticamente compatíveis, como se pode observar em (14):

Exemplo 14 Maria do Socorro ganha Cr\$ 200 mil por semana, lavando roupa. Sobrevive com a ajuda do sogro do segundo casamento, um aposentado de olhar sofrido, perdido, que observa a agitação à sua volta sem aparentemente *a* entender.

Em (14), o referente mais tópico da sentença é “Maria do Socorro”, sujeito elíptico de “sobrevive”. Porém, esse participante tem seu grau de topicalidade atenuado com a introdução de novo referente: “o sogro do segundo casamento”. O outro potencial competidor, o objeto “a agitação à sua volta”, também é introduzido na mesma sentença do pronome e tende a ser interpretado como o referente pois “agitação” é o mais provável objeto de um “não-entendimento”.

Em função do que foi apresentado até aqui, pode-se perceber que os casos de pronomes pessoais envolvendo interferência potencial não estão necessariamente associados com acessibilidade reduzida. A introdução de tópico importante pode transferir, para o papel de objeto, a maior topicalidade de uma oração, favorecendo a interpretação de um pronome que se refira a esse objeto. Em outras oportunidades, é o

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

conhecimento genérico-cultural que estimula determinada interpretação, anulando o efeito de uma competição referencial. Em todos os casos examinados, o pronome só codifica referente com menor grau de previsibilidade quando seu emprego se opõe ao da elipse, recurso anafórico que codifica referentes altamente acessíveis.

Outro emprego de pronome pessoal que não segue as tendências de uso verificadas nesta pesquisa é aquele em que a distância referencial é superior a três orações. São 24 as ocorrências de pronomes nessa condição.

Um exemplo de pronome usado com DR elevada e IP1 é (15), em que o pronome “ele” está a uma distância de 10 orações de seu referente – recorde para os pronomes pessoais desta pesquisa.

Exemplo 15 Há cinco meses operando duas máquinas no Santillo, Rocha pensa em ir embora. Por causa da estiagem, começa a faltar água para lavar a terra e separar o cascalho no qual se encontra o ouro. Com isso, diminuiu a produção e já começa a haver prejuízo. “No mês passado só deu para pagar a taxa e comprar comida”, conta *ele*.

Entre a última atualização do referente (“Rocha”) e o pronome, há um parêntese temático que se estende por duas sentenças. Embora não haja menção explícita ao referente ao longo desse trecho, este tem a função argumentativa de justificar a decisão de “Rocha” de abandonar o garimpo. Ao término das duas sentenças, a presença do pronome “ele” sinaliza o retorno à linha temática interrompida, o que se torna possível na medida em que, ao longo das dez orações, não apareceu outro referente semanticamente compatível com “Rocha”.

A topicalidade – global ou local – do referente explica outros casos em que o pronome é empregado em início de parágrafo. Em (16), o fato de “Miguel” ser o tópico com maior frequência de menção e de não haver interferência potencial justifica o emprego de pronome pessoal em início de parágrafo.

Exemplo 16 Miguel sentia-se protegido dos que buzinavam com fúria ou se vingavam da lentidão do trânsito, acelerando como maníacos os motores dos carros.
No meio da chuva, na hora do pique do trânsito, *ele*

ARTHUR EUGÊNIO JACOBUS

limitava-se a esvaziar seus pensamentos, porque era o máximo que podia fazer agora.

A análise dos poucos casos em que o pronome pessoal foi usado em contexto de distância referencial elevada ou em início de parágrafo revela que esse emprego não-convencional de anáfora pronominal também é determinado fundamentalmente pela previsibilidade referencial. Pistas colhidas na estrutura temática do texto, a frequência de menção dos referentes, o papel gramatical exercido por eles na oração e o emprego de conhecimento genérico-cultural são fatores que tornam os referentes de pronomes mais acessíveis do que indica a mecânica aplicação de medidas quantitativas.

A influência da previsibilidade sobre o emprego dos pronomes pessoais mostra-se maior do que sobre o uso de SNs definidos repetidos. Os pronomes devem se referir apenas a tópicos com alto grau de acessibilidade. Por isso, sua utilização em contextos de maior distância referencial acontece com uma frequência muito reduzida e sob condições especiais, que preservem a acessibilidade de seus referentes.

CONCLUSÃO

A análise quantitativa e qualitativa do corpus forneceu subsídios para sustentar a tese de que o grau de previsibilidade dos referentes é o principal fator determinante do emprego de pronome pessoal e de SN-DEF repetido no português escrito. Os pronomes são utilizados para codificar referentes de alta acessibilidade, e os SNs definidos repetidos servem para atualizar referentes menos previsíveis. Atuando de forma secundária e paralelamente à previsibilidade, dois outros fatores influenciam a opção por um dos recursos anafóricos: o traço semântico [- animado] e a “condenação” estilística ao excesso de repetições.

A categoria mais influenciada pela previsibilidade é a dos pronomes, cujas ocorrências se concentram num número limitado de contextos. O SN-DEF repetido, ao contrário do pronome, pode, por motivações estilísticas, ser empregado em circunstâncias em que, considerado apenas o aspecto previsibilidade, o recurso adequado seria o pronome. A pesquisa também pôde demonstrar que, para avaliar a previsibilidade de um referente, é preciso considerar outros fatores,

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

além da distância e complexidade referenciais. As informações genérico-culturais, a importância temática do referente, o papel gramatical por ele exercido e sua posição no texto em relação a eventuais competidores também são fatores que podem aumentar ou diminuir a previsibilidade.

O papel fundamental que a previsibilidade demonstra ter sobre o emprego de pronome pessoal e SN-DEF repetido vai ao encontro da tese de que os recursos anafóricos funcionam como instruções de processamento mental. A codificação de um referente como pronome ou SN-DEF repetido fornece diferentes indicações sobre sua localização na representação mental do texto elaborado pelo leitor. Porém, a inter-ferência do fator estilístico no uso de SN-DEF repetido indica que a gramática da coerência referencial funciona como um dispositivo não totalmente automatizado.

A possibilidade de se estabelecer um minucioso estudo comparativo entre pronome pessoal e SN-DEF repetido acarretou a principal limitação deste trabalho: ele oferece um retrato de apenas dois dos recursos anafóricos disponíveis no português. É muito importante que sejam feitas outras investigações, que considerem o conjunto de recursos anafóricos do português, comparando sua distribuição em função da previsibilidade no oral e no escrito. Acreditamos que trabalhos que sigam a linha adotada nesta investigação podem oferecer importantes subsídios para a elaboração de uma gramática textual do português, base teórica que pode melhor fundamentar a atuação dos professores no ensino de leitura e produção de textos.

REFERÊNCIAS

- ARIEL, Mira. Referring and accessibility. *Journal of Linguistics*, n. 24, p. 65-87, 1988.
- BENTIVOGLIO, Paola. Topic continuity and discontinuity in discourse: a study of spoken Latin-American Spanish. In: GIVÓN, Talmy (Ed.). *Topic continuity in discourse: quantified cross-language studies*. Amsterdam: John Benjamins, p. 255-311, 1983.
- BESSONNAT, Daniel. Le découpage en paragraphes et ses fonctions. *Pratiques*, n. 57, p. 81-105, mars 1988.

- CANO, Pedro Carbonero. La correferencia en el language periodístico. *Revista Española de Lingüística*, v. 13, n. 1, p. 27-39, ene./jun. 1983.
- CHAROLLES, Michel. Introduction aux problèmes de la cohérence des textes. *Langue Française*, n. 38, p.7-43, mars 1978.
- CHAROLLES, Michel. Les plans d'organisation textuelle: périodes, chaînes, portées et séquences. *Pratiques*, n. 57, p. 3-13, mars 1988.
- COMBETTES, Bernard. Introduction et reprise des éléments d'un texte. *Pratiques*, n. 49, p. 69-84, mars 1986.
- DELL, Gary S. et al. The activation of antecedent information during the processing of anaphoric reference in reading. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, n. 22, p. 121-132, 1983.
- DUARTE, Maria Eugênia L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, Fernando. *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes, p. 19-34, 1989.
- FAYOL, Michel. Une approche psycholinguistique de la ponctuation: étude en production et compréhension. *Langue Française*, n. 81, p. 21-39, 1989.
- FLETCHER, Charles R. Markedness and topic continuity in discourse processing. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, n. 23, p. 487-493, aug. 1984.
- FREDERIKSEN, John R. Understanding anaphora: rules used by readers in assigning pronominal referents. *Discourse Processes*, v. 4, n. 4, p. 327-347, oct./dec. 1981.
- GARCIA-DEBANC, Claudine. Einsegnement de la langue et production d'écrits. *Pratiques*, n. 77, p. 3-23, mars 1993.
- GIVÓN, Talmy. Topic continuity in spoken English. In: _____ (Ed.). *Topic continuity in discourse: quantified cross-language studies*. Amsterdam: John Benjamins, p. 343-363, 1983a.
- GIVÓN, Talmy. Topic continuity in discourse: the functional domain of switch reference. In: HAIMAN, J., MUNRO, P. (Eds.). *Switch reference and universal grammar*. Amsterdam: John Benjamins, p. 51-82, 1983b.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, V. 1, 1984.
- GIVÓN, Talmy. The pragmatics of word-order: predictability, importance and attention. IN: MORAVCSIK, E. et al. (Eds.).

PREVISIBILIDADE REFERENCIAL

- Typology and language universals*. Amsterdam: John Benjamins, p. 243-283, 1988.
- GIVÓN, Talmy. *Mind, code and context: essays in pragmatics*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1989.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, V. 2, 1990.
- GIVÓN, Talmy. The grammar of referencial coherence as mental processing instructions. *Linguistics*, n. 30, p. 5-55, jan./mar. 1992.
- GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- HOFMANN, Thomas R. Paragraphs, & anaphora. *Journal of Pragmatics*, n. 13, p. 239-250, 1989.
- KOCH, Ingedore V., TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.
- LONGACRE, Robert E. The paragraph as a grammatical unit. In: GIVÓN, Talmy (Ed.). *Discourse and syntax*. New York: Academic Press, p. 115-134 (Syntax and semantics, 12), 1979.
- PASSERAULT, Jean-Michel. La ponctuation: recherches en psychologie du langage. *Pratiques*, n. 70, p. 85-104, juin 1991.
- PIERSON, Claude. Les reprises lexicales dans la perspective de la synthèse de textes. *Pratiques*, n. 77, p. 58-82, mars 1993.
- REICHLER-BEGUELIN, Marie-José. Anaphore, cataphore et mémoire discursive. *Pratiques*, n. 57, p. 15-43, mars 1988.
- STEVENSON, Rosemary J., VITKOVITCH, Melanie. The comprehension of anaphoric relations. *Language and Speech*, v. 29, n. 4, p. 335-360, 1986.

A expressão do tópicos em textos narrativos e em textos argumentativos de língua portuguesa

Magda Teresinha da Silva
PUCRS

INTRODUÇÃO

O estudo textual ganhou força há algumas décadas, em virtude de serem textos o que os usuários da língua utilizam na comunicação e não sentenças desconexas. Além disso, determinadas relações que não podem ser explicadas no nível da frase, encontram razão de ser no nível do texto. Tais relações não se esclarecem numa dimensão exclusivamente sintática, mas evocam também aspectos semânticos e pragmáticos. Muitas são as linhas teóricas que embasam o estudo textual. O estruturalismo e o gerativismo aparecem entre as correntes que, embora tenham transposto os limites da frase, tiveram sua pesquisa circunscrita a tipos de relação entre enunciados de uma seqüência, negligenciando as condições de produção. A corrente funcionalista, por sua vez, se preocupa em verificar não apenas aspectos imanentes do texto, mas também destaca o estudo do mesmo em relação à situação de comunicação, considerando o emissor, as suas intenções, e a quem se destina.

O texto consiste numa unidade de sentido. Uma mera seqüência de sentenças, que não pode ser considerada como um todo significativo, não constitui texto. Atribuir-lhe sentido requer que o mesmo seja compreendido como coerente. A coerência, por sua vez, está vinculada à coesão, à continuidade de sentido e ao contexto sociocomunicativo, que de forma integrada tornam-se relevantes no estabelecimento da mesma.

Talmy Givón, cuja proposta teórica serve de fundamento ao trabalho aqui apresentado, defende a idéia de que a linguagem não pode

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

ser adequadamente explicada sem referência também à função comunicativa. Nessa função, uma das noções pragmáticas centrais é a de tópico, visto que a topicalidade leva em conta o interlocutor e a situação de comunicação. Numa perspectiva funcionalista, as expressões linguísticas visam à interação entre os participantes do ato comunicativo, adquirindo significado na relação entre o emissor e o receptor. Dessa forma, o modelo teórico adotado por Givón analisa o tópico numa concepção pragmático-discursiva em que a topicalidade é motivada pela cognição. O autor reinterpreta a gramática da topicalidade como um conjunto de instruções do processo mental, ou seja, os sinais gramaticais usados pelo emissor para codificar a topicalidade no discurso causam operações específicas na mente do interlocutor. De acordo com Givón (1992), os sinais gramaticais que aparecem no discurso para codificar o tópico representam o esforço do emissor para embasar a informação na perspectiva do receptor. Esses recursos gramaticais utilizados na expressão do tópico tendem a registrar a dimensão cognitiva que subjaz ao uso de estruturas sintáticas formais, procedimento imprescindível para o processamento da informação pelo receptor.

Givón (1992) define o tópico como o elemento nominal recorrente dentro do texto que serve de fio condutor, marcando a continuidade para um conjunto de declarações, resultando numa coerência referencial, importante no estabelecimento da coerência temática. A continuidade topical pode ser mantida ou não pelo emissor através do uso de certas estratégias, tendo como parâmetro a sua pressuposição sobre a acessibilidade da informação para o receptor. O referido autor examinou construções topicais em narrativas e conversações de língua inglesa e concluiu que contextos cujo tópico apresenta baixa distância do antecedente requerem recursos gramaticais menos marcados de codificação; contextos que apresentam distância referencial alta, ao contrário, exigem recursos mais marcados. Assim, Givón (1989) faz relação entre a previsibilidade e a quantidade de código e estabelece o princípio de que um referente menos previsível ou menos acessível receberá mais material de codificação. Cognitivamente, o recurso gramatical é mais marcado, se é usado em situações em que o emissor presume que o receptor terá dificuldade em identificar o referente. Por outro lado, o recurso gramatical é menos

marcado, se a informação é mais previsível, ou seja, mais facilmente verificável no contexto pelo receptor.

Nessa perspectiva, a presente investigação tem como objetivo verificar a continuidade referencial, um dos fatores que interferem na acessibilidade, tendo como corpus textos narrativos e textos argumentativos de língua portuguesa.

Outra questão importante que se buscou investigar, além da relação entre distância referencial e quantidade de codificação do tópico, diz respeito à existência de especificidades nas expressões lingüísticas de retomada do tópico na continuidade topical em textos narrativos e em textos argumentativos na língua portuguesa. Barbisan e Machado (2000), ao estudarem o tópico em textos argumentativos, nas modalidades oral e escrita, observaram algumas especificidades nas formas de expressão do tópico, analisando os resultados obtidos em relação também ao texto narrativo.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

O conceito de texto

Segundo Marcuschi (1983), o texto pode, por um lado, ser definido a partir de critérios internos, sob o ponto de vista imanente ao sistema lingüístico e, por outro, a partir de critérios temáticos ou transcendentais ao sistema, em que o texto constitui-se numa unidade em uso ou unidade comunicativa. No primeiro caso, as teorias ficam restritas ao nível do sistema lingüístico e procuram montar gramáticas de texto, fazendo predominar os aspectos sintáticos, desleixando o nível cognitivo-conceitual e o pragmático. Quanto ao segundo caso, as definições de texto abrangem critérios mais amplos que os puramente lingüísticos, tomando-o como uma unidade comunicativa e não como uma simples unidade lingüística. Na verdade, a conclusão a que se chega é que as atividades de produção e de recepção não envolvem apenas codificar e decodificar sinais lingüísticos, num processo mecânico, mas envolvem principalmente a possibilidade de atribuir ao texto um sentido, levando em conta também aspectos pragmáticos. Com base nisso, fatores como a interação, a situação de comunicação, a

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

funcionalidade, a coerência e a coesão devem ser considerados conjuntamente. O texto nasce da intenção de quem o produz, estando associado às funções da linguagem e a sua produção devendo levar em conta, além dos objetivos do produtor, o contexto de comunicação, os interlocutores, o seu conhecimento prévio de mundo, bem como o conhecimento partilhado pelo produtor e pelo receptor. O texto se define, então, pelas suas propriedades formais, ou seja, pelos elementos lingüísticos correspondentes aos diferentes níveis: lexical e sintático, e pelas suas propriedades semântico-pragmáticas. Assim, o texto é visto, neste trabalho, como algo produzido num certo contexto sociocomunicativo, a partir da intenção que motiva o produtor a escolher um tipo de texto que permita consolidar tal intenção, valendo-se de elementos lingüísticos, semânticos e pragmáticos adequados a esse fim. Tais estratégias resultarão num todo passível de compreensão pelo receptor, o qual é levado em conta já na produção, uma vez que a interação entre ambos – produtor e receptor – só acontecerá mediante a possibilidade de ser atribuído ao texto um sentido.

Os tipos de texto

O texto, conforme van Dijk (1978), apresenta três estruturas constituintes: a micro, a macro e a superestrutura. A microestrutura situa-se no nível local ou da sentença, enquanto a macro e a superestrutura relacionam-se ao nível global, ou seja, não definem relações entre orações isoladas, mas o seu conjunto. A microestrutura, de natureza abstrata, pode ser verbalizada através de uma macroproposição resumitiva do texto, resgatando-o como um todo. A superestrutura, por sua vez, é denominada por van Dijk (1978) como a estrutura global que caracteriza o tipo de texto. Para o autor, a superestrutura é um tipo de «forma do texto» e a macroestrutura é o seu conteúdo. O mesmo fato pode ser comunicado através de “formas textuais” diferentes, segundo o contexto comunicativo.

Assim, de acordo com van Dijk (1978), os diferentes tipos de texto distinguem-se um do outro, tanto por possuírem diferentes funções comunicativas, como por possuírem diferentes tipos de construção. O referido autor compara a superestrutura a uma espécie de esquema, ao qual o texto se adapta, isto é, o conteúdo é organizado de acordo com as categorias de cada superestrutura. Essa, na verdade,

impõe certas limitações ao conteúdo do texto, no sentido de que este, quanto à sua superestrutura, organiza-se em categorias que diferem de um tipo para outro. Se é narrativa ou se é argumentação, por exemplo, a “forma” será diferente, isto é, a superestrutura terá categorias específicas. Cada categoria constitui-se num fragmento que tem relação um com o outro e juntos formam o texto. Para explicitar melhor essa questão, tomemos como exemplo o esquema narrativo proposto por van Dijk (1986), que apresenta as seguintes categorias: a introdução, a complicação, a resolução, a avaliação, a moral. Tal esquema é abstrato, não diz nada sobre o conteúdo da narração, mas quando as respectivas categorias tiverem conteúdo, seu conjunto será identificado como narração.

Adam (1987), por sua vez, defende a idéia de que o texto é um fenômeno extremamente heterogêneo. Assim, ao invés de enquadrá-lo numa só tipologia, afirma que o mesmo comporta várias seqüências (narrativas, argumentativas, descritivas etc.). A uma seqüência é que pode ser atribuída uma única tipologia (ou tipologia homogênea). Dessa forma, a seqüência é uma unidade constituída, da qual se pode descrever a estrutura interna e os constituintes e uma unidade constituinte, isto é, entre as seqüências que um texto pode ter estão as de asserção – conversações inseridas em narrativas, por exemplo – e aquela que o autor chama de dominante. Como unidade constituinte, a seqüência é um componente de texto; como unidade constituída, a seqüência é composta de proposições (macroproposições diferentes segundo os tipos de seqüencialidades e compostas elas mesmas de N proposições). Portanto, Adam (1987) fala em tipos de seqüencialidade.

Charaudeau (1992) também defende a questão da heterogeneidade através da idéia de que um mesmo tipo de texto pode inscrever um ou mais modos de organização. Um modo de organização descritivo pode ser encontrado num texto didático, por exemplo, onde as passagens descritivas têm finalidade explicativa. Em outras palavras, um texto pode ser descritivo, mas possuir uma finalidade que não seja exclusivamente descrever. Ao mencionar os modos de organização do discurso, Charaudeau (1992) não se refere a uma tipologia de textos, mas aos componentes e aos procedimentos de um modo de organização que, combinados, permitem compreender os textos. Assim, um procedimento discursivo ou um modo de organização discursivo pode ser narrativo, descritivo ou argumentativo,

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

inserido numa totalidade. Numa narração, por exemplo, ocorrem descrições, tanto de ações, como de qualificações, o que resulta no emprego dos modos do discurso narrativo e descritivo.

O texto narrativo

Van Dijk (1978) aponta as “ações dos personagens” como característica fundamental do texto narrativo, ficando subordinados a este outros aspectos do texto, como descrições de circunstâncias, objetos. A essa característica semântica junta-se outra de ordem pragmática: aquilo que é narrado leva em conta um critério de interesse, ou seja, conta-se uma história que tem ligado a ela algo de especial, um acontecimento inesperado a ter um desenlace. A primeira categoria da superestrutura para textos narrativos está relacionada a esse critério. Trata-se da *complicação*, cujo conteúdo consiste na descrição de um evento que é de alguma maneira interessante ou importante e que frequentemente cria obstáculos entre o participante dos eventos narrados e suas metas. Pode ser um evento em que não intervenham personagens, como um terremoto ou uma tempestade, o que não impede que ao longo do texto apareçam personagens numa reação ante o fato. Essa reação tem o caráter de desenlace da complicação e gera outra categoria que é a *resolução*, a qual pode ser positiva ou negativa, ou seja, a reação ante o fato pode ter êxito ou fracassar, isto é, a narração pode acabar bem ou mal. Essas duas categorias, *complicação* e *resolução*, constituem o núcleo do texto narrativo cotidiano, e juntas formam o que o autor chama *fato* ou *acontecimento*. O *fato* ocorre num lugar e num tempo determinados, em circunstâncias específicas que constituem a categoria *marco*. O autor menciona, além dessas categorias, a existência de outras, como a *avaliação*. O narrador não só conta fatos, mas também apresenta a sua opinião ou valoração sobre os fatos narrados.

Conforme Adam (1987), a seqüencialidade narrativa possui seis componentes indispensáveis: ao menos um ator; predicados X e X', definindo um ator em um tempo; uma sucessão temporal mínima; uma transformação dos predicados X e X' no curso de um processo; uma lógica singular onde o que vem depois aparece como causa; um fim-finalidade sob a forma de «moral», que se constitui numa avaliação presente ou inferível. Esse último componente é que atribui à narrativa

a propriedade da argumentação. A sequencialidade narrativa corresponde, assim, a uma estrutura hierárquica global que confere aos diferentes acontecimentos um certo valor diferencial. De acordo com o referido autor, a superestrutura narrativa é composta, então, pelas seguintes proposições: *orientação*, *complicação*, *ação* ou *avaliação*, *resolução* e *moral* ou *situação final*. Além dessas, o autor aponta duas macroproposições como as responsáveis pela inserção da seqüência narrativa no texto: o *sumário* ou *prefácio* e, constituindo a *avaliação final*, a *coda* ou *moral*.

A questão da heterogeneidade levantada por Adam (1987) é um aspecto importante a ser considerado, pois os textos não se apresentam essencialmente como narrativos, ou descritivos, ou argumentativos, mas comportam mais de uma seqüência, conforme a terminologia empregada pelo autor. Nesse sentido, num mesmo texto, a utilização de uma seqüência ocorre em contribuição a outra. Uma descrição, por exemplo, pode ser empregada, servindo de complemento à narração.

O texto argumentativo

Adam (1987) apresenta a definição de J. B. Grize para a argumentação, isto é, “argumentar é buscar pelo discurso, levar um ouvinte ou um dado auditório a uma certa conduta”. Para estabelecer as categorias da superestrutura, Adam baseia-se em O. Ducrot: *tese anterior*, *premissas*, *argumento*, *conclusão*, *nova tese*, cuja ordem pode mudar, ou seja, a *nova tese* pode ser dada no início; a *tese anterior*, as *premissas* ou mesmo a *conclusão* podem, às vezes, ser subentendidas.

Charaudeau (1992) diz que o modo de organização argumentativo é mais delicado de tratar do que o narrativo. O narrativo, por tratar de ações humanas, está preso a uma forma de realidade “visível e tangível”. O argumentativo, ao contrário, está em contato com um saber que tenta dar conta da experiência humana por meio de certas operações de pensamento; em outras palavras, o texto argumentativo trata de fatos menos palpáveis e mais abstratos. Conforme Charaudeau (1992), para haver argumentação é necessário que exista um propósito (tese) sobre o mundo, que seja questionado por alguém quanto à sua legitimidade; um sujeito que se empenhe em relação a esse questionamento e desenvolva um raciocínio para estabelecer uma verdade sobre essa tese; um outro sujeito que, com

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

relação à mesma tese, questionamento e verdade, constitui a finalidade da argumentação. Trata-se da pessoa a quem se dirige o sujeito que argumenta no desejo de levá-lo a partilhar a mesma verdade (persuasão), sabendo que ele pode aceitar ou refutar a argumentação. A argumentação é definida, então como uma relação triangular entre um sujeito argumentador, uma tese sobre o mundo e um sujeito alvo. A argumentação é dirigida ao raciocínio do interlocutor à sua capacidade de refletir e compreender. O sujeito que argumenta passa pela expressão de uma convicção e de uma explicação que ele tenta transmitir ao interlocutor para persuadi-lo e modificar seu comportamento. Para Charaudeau (1992), toda relação argumentativa se compõe de ao menos três elementos: uma *asserção de partida* (premissa), uma *asserção de chegada* (conclusão) e uma ou várias *asserções de passagem* que permitem passar de uma a outra (inferência, prova, argumento). A *asserção de partida*, que se configura sob a forma de um enunciado, representa o elemento de partida destinado a fazer admitir e justificar em relação a si mesmo outra asserção: a *asserção de chegada*. Essa representa o que deve ser aceito de fato da *asserção de partida* e da ligação que as correlaciona. A *asserção de passagem* deve conduzir à aceitação da tese, de como os fatos se entredeterminam na experiência ou no conhecimento de mundo. Esse universo de crença deve, então, ser partilhado pelos interlocutores implicados pela argumentação, de modo que seja estabelecida a prova da validade da relação que une a *asserção de partida* à *asserção de chegada*, o argumento que, do ponto de vista do sujeito argumentador, deverá incitar o interlocutor ou o destinatário a aceitar como verdadeira essa tese.

Com relação à questão da heterogeneidade, Charaudeau (1992) coloca que o modo de organização argumentativo faz parte de uma totalidade chamada argumentação, que é o resultado de uma combinação de diferentes componentes a serviço de uma situação persuasiva. Na concepção do referido autor, o texto resulta de enredamento de modos de organização, sendo alguns textos possuidores de uma organização dominante. Os relatórios, as reportagens, os noticiários, segundo o autor, tendem ao argumentativo. O modo de organização descritivo ou o narrativo, por exemplo, podem combinar-se com o argumentativo no interior de um texto, mas o que se tem na totalidade é uma argumentação.

A coerência, a coesão e a relação entre ambas

O texto é sobretudo uma unidade global de sentido e a coerência é o fator de textualidade que permite atribuir ao texto essa propriedade. Estão envolvidos na coerência aspectos de ordem lingüística, semântica e pragmática. O primeiro diz respeito aos marcadores gramaticais e lexicais, mecanismos de coesão, que estabelecem relações entre elementos do texto onde, em muitos, casos, a interpretação de um depende da do outro, o que resulta do fato de tais relações não serem exclusivamente formais, mas também semânticas. Além disso, o conhecimento de elementos lingüísticos e sua relação com o contexto de comunicação também é importante para o cálculo do sentido e a percepção do texto como coerente. Não só do modo como se combinam elementos lingüísticos depende a coerência, mas também do conhecimento prévio sobre o mundo e do conhecimento compartilhado entre os interlocutores do texto. Assim, aspectos cognitivos são incorporados a esse fator de textualidade pois, segundo Koch e Travaglia (1997, 1999), através de processos cognitivos o receptor é capaz de realizar inferências face ao mundo registrado na memória, estabelecendo relações entre os elementos do texto aparentemente sem relação, instituindo uma continuidade de sentido. O produtor do texto, já no ato da produção, conta com essa capacidade de pressuposição do receptor, não necessitando explicar todas as informações. A continuidade de sentido é uma condição crucial para o estabelecimento da coerência. A dimensão pragmática da coerência envolve a compreensão do texto inserido numa dada situação sociocomunicativa. Isto significa que, para atribuir coerência ao texto, também é preciso levar em conta a intenção comunicativa do produtor, os seus objetivos, a quem se destina o texto, os recursos lingüísticos empregados, a sua função comunicativa. Para cada ato comunicativo, há a adequação de um tipo particular de discurso. Na verdade, segundo Koch e Travaglia (1999), é na interlocução, ou seja, na interação entre os usuários da língua numa determinada situação comunicativa que se estabelece a coerência de um texto. O texto precisa ser percebido pelo receptor como um todo significativo. Alguns autores concentram essa propriedade em fatores lingüísticos e semânticos, outros em fatores pragmáticos. Entretanto, é importante salientar que esses fatores não

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

ocorrem isolados, mas ao mesmo tempo no texto. Juntos constituem aspectos relevantes no estabelecimento da coerência.

A expressão da coerência no plano lingüístico é definida como coesão. No entanto, os mecanismos coesivos, conforme já foi mencionado, não só abrangem relações formais, como também semânticas e cognitivas subjacentes, promovendo a continuidade e a progressão do texto.

Hasan (1989) revela em seu *The texture of a text* que a textura, condição que faz do texto uma unidade de sentido, é construída através de elos existentes entre os constituintes do texto. A natureza dessa ligação é semântica, ou seja, os termos de um elo são unidos através da mesma relação de significado. São essas relações semânticas que formam a base para a coesão. A referida autora aponta tipos diferentes de relações semânticas que podem ocorrer nos textos. Elas aparecem tanto no nível gramatical como no nível lexical. No primeiro, Hasan (1989) situa a relação de correferencialidade e de co-classificação e no nível lexical, a co-extensão. A relação de correferencialidade evidencia um elo semântico de identidade entre um item e outro, ou seja, um elemento só pode ser interpretado com referência a outro. A correferência é tipicamente realizada por pronomes pessoais, artigos definidos e pronomes demonstrativos.

Exemplo 1 Eu tinha *uma pequena noqueira*
 Nada *ela* poderia produzir...

A relação de co-classificação envolve um elo semântico entre dois termos que não é de identidade como a correferencialidade, mas de substituição ou elipse, isto é, os termos referem-se à mesma classe, mas são objetos distintos, cuja interpretação de um item continua sendo possível com referência a outro elemento do texto.

Exemplo 2 Eu *toco violoncelo*. Meu marido \emptyset também.

Enquanto a correferencialidade e a co-classificação estabelecem, no plano gramatical, relações semânticas entre itens do texto, a co-extensão, relação semântica no nível lexical, é realizada pela referência ao contexto situacional. Dessa forma, a fonte de interpretação dos elos semânticos além de co-textual, pode ser também contextual. Na co-

extensão, o elo coesivo pode ser estabelecido através da sinonímia, antonímia e hiperonímia, em que as palavras se relacionam pelo campo do significado. Na sinonímia, o significado de dois itens lexicais é idêntico, o que não significa o acobertamento total do significado, podendo constituir também uma quase sinonímia. A antonímia caracteriza-se pela oposição de significados entre dois termos. A hiperonímia, por sua vez, é uma relação em que um item se sobrepõe a outro, ou seja, há relação entre uma classe geral e uma subclasse, como ocorre com os termos “animal” e “cachorro”, em que o primeiro é chamado de hiperônimo e o segundo de hipônimo. Uma questão importante ressaltada por Hasan (1989) é a interdependência das coesões gramatical e lexical. Num texto típico, ambas as coesões movimentam-se lado a lado, uma dando suporte à outra. No texto, cada grupo de itens relacionados semanticamente, seja pela correferência, pela classificação, seja pela co-extensão, forma dentro do texto uma cadeia coesiva, que possibilita uma linha de continuidade, resultando na já mencionada propriedade crucial do texto: a textura. A correferencialidade é responsável pela cadeia de identidade, onde todos os membros possuem o mesmo referente. Numa narrativa, por exemplo, uma mesma cadeia de identidade pode abranger o texto do início ao fim. Já os membros relacionados pela co-classificação e pela co-extensão, formam a cadeia de similaridade, cuja relação entre os elementos recai dentro de um campo geral de significado, formando um grupo semântico.

Assim, embora a coesão através de marcadores lingüísticos torne explícitas relações que proporcionam a compreensão do texto, nem sempre esses marcadores ou a relação entre eles vêm explícitas no texto, o que não impede que sejam resgatados pelo leitor e estabelecida a coerência. Dessa forma, a coesão não diz respeito exclusivamente a aspectos gramaticais e lexicais, nem é tomada separadamente da coerência. A coesão toma parte no estabelecimento da coerência na interpretação dos textos, pois os elementos lingüísticos servem de pistas, de ponto de partida. A relação entre a coesão e a coerência é um processo de mão dupla, isto é, na produção, se vai da coerência (profunda), a partir da intenção comunicativa, do pragmático até o sintático e, na compreensão, do texto se percorre o caminho inverso, das pistas lingüísticas na superfície do texto à coerência profunda (Bernárdez apud Koch, Travaglia, 1997, p. 24).

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

Se a continuidade de sentido é crucial para que se estabeleça a coerência, os mecanismos coesivos, expressão da coerência no plano lingüístico e que envolvem também relações semânticas e cognitivas subjacentes, têm sua participação na promoção dessa continuidade. Dessa forma, a coerência não pode ser vista desvinculada da coesão. Um texto caracteriza-se pela continuidade de sentidos entre os conhecimentos ativados pelas expressões do texto. O tópico, elemento recorrente no texto, é uma estratégia gramatical, semântica e pragmática que expressa essa continuidade.

O tópico

De acordo com van Dijk (1988), o tópico tem a função de determinar sobre o que se fala e está associado com o que já se sabe em algum contexto do discurso ou o que é pressuposto por alguma oração. Assim, a uma frase pode assinalar-se, além de suas estruturas sintáticas e semânticas, uma estrutura binária tópico-comentário. Se o tópico refere-se àquilo de que se fala, à informação dada, o comentário relaciona-se à informação nova, devendo-se a essa a progressão do texto, enquanto ao tópico deve-se a continuidade temática. O autor questiona a noção de alusividade, isto é, a noção de tópico “sobre o que se fala” no nível da oração, pois nem sempre essa noção é muito precisa. De um modo geral, a alusividade deve estabelecer-se em termos (con)textuais, o que significa que um discurso ou uma passagem de discurso se refere a algo, se esse «algo» está sendo mencionado por quase todos os sintagmas com função de tópico. Então, não se trata mais do tópico de uma frase, mas do tópico do discurso, em que há um referente permanente.

O tópico segundo Givón

O tópico numa abordagem discursivo-funcional de base cognitiva

Givón apresenta outra proposta de explicação do tópico que se insere no modelo discursivo-funcional de base cognitiva. Segundo o autor, a estrutura da linguagem não pode ser explicada satisfatoriamente sem referência à função comunicativa. A análise de um enunciado não se restringe, portanto, aos níveis fonológico,

morfológico e sintático, mas abrange também o nível comunicativo (pragmático). Dentro desse modelo funcional, uma das noções pragmáticas centrais é a de tópico, sendo que o referido autor reinterpreta a gramática da topicalidade como um conjunto de instruções do processo mental. Para Givón (1992), a gramática não interage diretamente com o texto, a gramática interage com a mente de quem produz ou interpreta o texto. Para explicar como isso funciona, Givón (1992) afirma que os sinais gramaticais usados pelo falante para codificar a topicalidade no discurso causam operações específicas na mente do interlocutor. Essas operações mentais pertencem a dois domínios cognitivos: ativação da atenção e busca na memória armazenada. Segundo o autor, à medida que a mente processa um texto, esse vai sendo armazenado na memória episódica através de arquivos. Os tópicos das proposições do texto, por sua vez, funcionam como etiquetas desses arquivos indicando onde a informação nova deve ser armazenada. Para Givón (1992), os referentes nominais que se mantêm ao longo de uma seqüência de orações constituem informação velha, considerada acessível ao receptor e têm a função de indicar os arquivos onde deve ser armazenada a informação nova, considerada de difícil acessibilidade ao receptor. São esses aspectos cognitivos que motivam as topicalizações na comunicação verbal. Assim, os sinais gramaticais que aparecem no discurso para codificar a topicalidade representam o esforço do emissor para embasar a informação na perspectiva do receptor.

Givón (1992) chama a atenção para o fato de que o tópico é considerado importante se ocorre repetidas vezes no discurso, formando cadeias equitópicas. Segundo o autor, a visão de tópico como “a respeito do que se fala” ou “o que é importante” só é verdadeira se o tópico permanece como tal por um número sucessivo de sentenças. No nível da sentença, tópico como tal não tem sentido. Na verdade, sentenças individuais tornam-se coerentes dentro do discurso por causa de duas propriedades fundamentais: o discurso humano é multiproposicional e tematicamente coerente. Assim, o tópico torna-se identificável apenas no nível do discurso. Para Givón (1992), histórias, capítulos ou parágrafos temáticos são construídos através de seqüências de sentenças, as quais compreendem o mesmo tema e tendem a manter o mesmo tópico. Esse último é, portanto, um elemento nominal recorrente dentro do texto, mas que pode apresentar valores de

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

continuidade diferentes, isto é, se a continuidade em relação ao antecedente é alta, a previsibilidade do tópico é maior e mais fácil é processá-lo, recuperá-lo mentalmente. Em contraste, se a continuidade tópica em relação ao antecedente é baixa, isto é, se há descontinuidade, o tópico torna-se menos acessível, mais difícil de recuperar.

De acordo com Givón (1989), definitivização e pronomes estão associados com alto grau de topicalidade, mas diferem um do outro quanto a níveis de topicalidade. Os nomes definidos tendem a ser mais topicais, porque requerem uma busca por um arquivo já existente na memória do receptor. Já os indefinidos, requerem a abertura de um novo arquivo, constituindo-se em mecanismos menos topicais. Em outras palavras, os nomes definidos são sintagmas já familiares para o receptor através do contexto discursivo precedente, enquanto os indefinidos são introduzidos pela primeira vez no discurso. Quanto ao pronome, a condição de mais topical do que o nome está no fato de que sua interpretação também requer procura por um referente já mencionado. Um elemento nominal é também mais topical na posição de sujeito da oração e, numa ocorrência menor, na posição de objeto direto.

A codificação do tópico

Conforme Givón (1983), o tópico desempenha diferentes funções no discurso. Essa diferença é elucidada pelo referido autor através da noção de acessibilidade topical que, por sua vez, encontra-se associada à continuidade no discurso. O início do parágrafo representa a quebra da continuidade da cadeia tópica do parágrafo precedente. O tópico é descontínuo nesse ponto. Além disso, o tópico pode retornar depois de uma longa lacuna de ausência ou depois de uma pequena lacuna, e esse contexto do discurso condiciona diferentes codificações sintáticas do tópico.

Givón (1983) esclarece ainda que qualquer tópico pode aparecer em contextos onde haja mais de um antecedente possível na mesma oração ou no seu ambiente imediato do discurso. Essa situação, especialmente quando os possíveis referentes compartilham o gênero semântico e/ou gramatical com o tópico em questão e possuem o mesmo papel temático funcional frente ao verbo, cria um potencial para a ambigüidade, gerando dificuldade para o leitor identificar o

verdadeiro antecedente. Além disso, mecanismos sintáticos diferentes podem ser usados para codificar tópicos em ambientes de ambigüidade tópica mais alta ou mais baixa.

De acordo com Givón (1983), todas essas considerações são extremamente importantes para a compreensão do domínio funcional da continuidade tópica no discurso, tanto quanto os vários mecanismos sintáticos usados para codificar vários pontos desse domínio. Conforme Givón (1995), gramaticalmente, a marcação do tópico está relacionada com a continuidade referencial, isto é, se o referente é contínuo ou descontínuo. Referentes topicais contínuos são codificados como zero ou pronomes anafóricos, considerados recursos gramaticais menos marcados. No contexto discursivo de máxima continuidade referencial, um referente importante (topical) é, portanto, menos marcado, já que ele permanece ativado no discurso. Tópicos codificados como zero e pronomes apresentam pequena distância do referente.

No que se refere à anáfora zero, trata-se da estratégia de codificação do tópico que apresenta o mais alto valor de continuidade e que representa, portanto, o mecanismo de menor quantidade de codificação, cujo emprego se dá em contextos de baixa distância referencial.

Exemplo 3 Ele chegou, Ø avistou Maria, Ø puxou a cadeira e Ø sentou.

Na análise do pronome como mecanismo gramatical de codificação do tópico, Givón faz referência ao uso do pronome não-enfaticado, tido como menos marcado, e ao pronome enfaticado, tido como marcado, característicos da língua inglesa. Todavia, em línguas como o espanhol e o português o pronome não-enfaticado é codificado como concordância do verbo e o pronome pessoal, assim como a anáfora zero, é considerado uma estratégia menos marcada pelo fato de codificar um referente ativo no discurso, contínuo. O fato de os tópicos contínuos serem menos marcados do ponto de vista gramatical é, segundo Givón, derivado do princípio de iconicidade: *informação já ativada requer menor quantidade de código*. Do ponto de vista cognitivo, o processamento desses tópicos requer menos esforço mental.

No que diz respeito aos tópicos descontínuos, gramaticalmente recebem quantidade maior de código e cognitivamente exigem mais

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

esforço mental, sendo representados pelos SNs definidos. Givón(1995) afirma que SNs definidos (e topicais) são cognitivamente acessíveis ao ouvinte por três vias: a situação imediata de fala, a origem genérico-lexical (conhecimento compartilhado por membros do mesmo grupo lingüístico-cultural) ou a pré-existência de um arquivo na memória episódica, ou seja, na memória textual. O SN DEF é empregado em contextos que apresentam descontinuidade referencial, ou ainda descontinuidade da ação/tema, como ocorre no exemplo (4):

Exemplo 4 Ele entrou na sala, olhou em volta e sentou. *O homem de casaco azul* era alto e bem vestido, meia idade, mas ainda em plena forma.

Mas a escalação da estratégia de SNs definidos pode ser realizada também por motivo de ambigüidade do referente, como mostra o exemplo (5):

Exemplo 5 Ele deu presentes ao rei e ao general. *O rei* agradeceu, mas *o general...*

Outro recurso de codificação do tópico, característico de contextos de descontinuidade referencial, é o SN DEF modificado. Segundo Givón (1992), esse recurso é usado quando há distância referencial elevada. O SN DEF modificado consiste num SN DEF que vem acompanhado de informação específica, ou seja, um modificador restritivo, que pode ser um adjetivo, uma oração relativa, um numeral ou um possessivo.

Exemplo 6 O livro vermelho (adjetivo)

Exemplo 7 A mulher que você trouxe ontem (oração relativa)

Exemplo 8 A terceira criança (numeral ordinal)

Exemplo 9 A casa de João (posse)

Quanto ao SN DEF repetido, trata-se também de um recurso de codificação do tópico de longa distância referencial. Esse tipo de

estratégia recupera um antecedente além dos limites do parágrafo temático. É a mais descontínua estratégia de codificação do tópico.

Segundo Givón (1990), há construções topicais, consideradas marcadas, e que codificam tópicos com baixa acessibilidade. Essa baixa acessibilidade pode ocorrer devido às seguintes razões: introdução do tópico pela primeira vez no discurso; reintrodução do tópico no discurso após lacuna ou ausência; ou devido à competição referencial ou contraste. Assim, os sujeitos constituintes de construções gramaticais como deslocamento à esquerda e movimento Y tendem a ser topicais.

Givón (1982, 1990) revela que o movimento Y ou topicalização contrastiva é usada tipicamente quando um referente é contrastado com outro de mesma classe semântica. O primeiro referente cria certas expectativas, com as quais o tópico contrasta. Há, portanto, uma quebra na continuidade, onde o primeiro referente estabelece algum tipo de expectativa e o seguinte a quebra, evidenciando descontinuidade ou surpresa.

Exemplo 10 Eu comprei um livro e uma revista. O livro eu li em casa,
mas *a revista* eu li na praia.

A descontinuidade e o fator surpresa surgem da combinação de outros dois componentes de descontinuidade: a presença de outros referentes topicais em contextos imediatos do discurso e a comparação contrastiva de dois ou mais referentes, possivelmente com o primeiro estabelecendo certas expectativas e o próximo quebrando essas expectativas. Em adição a ser contrastivo, o referente também tende a ser anaforicamente topical, isto é, ele tende a ser definido ou genérico. Sua previsibilidade anafórica é também reforçada pela sua característica de baixa distância referencial. O movimento Y é usado principalmente num ambiente localizado, com uma distância referencial pequena de 1 ou 2 orações. Além disso, a medida de interferência de referentes envolvidos numa construção de movimento Y é alta, um fato que é conseqüência da presença do contraste, isto é, de referentes semanticamente similares no ambiente imediatamente precedente no discurso.

O deslocamento à esquerda, segundo Givón (1983, 1990), é uma estratégia típica para marcar tópicos, principalmente definidos. O

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

referente deslocado à esquerda deve ser anaforicamente topical, o que é justificado pelo fato de que ele pode ser definido ou genérico, mas nunca referente indefinido. Em outras palavras, o deslocamento à esquerda não é usado como uma estratégia para introduzir novos tópicos no discurso.

Exemplo 11 ...Agora *o rei*, ele não quer mais casar.

Tipicamente, a distância referencial dos referentes das construções com deslocamento à esquerda é alta.

A acessibilidade referencial

A acessibilidade referencial é marcada por elementos anafóricos e diz respeito à procura cognitiva pelo referente nominal já existente no contexto discursivo mentalmente armazenado, ou identificado através do conhecimento prévio presente na memória do receptor ou ainda pela sua capacidade de compreender o texto numa certa situação discursiva.

De acordo com Givón, o tópico torna-se acessível ao receptor na continuidade referencial, ou seja, se a distância entre o elemento corrente e a sua última ocorrência no discurso precedente for pequena; se não houver competição referencial surgida pela presença de um ou mais referentes semanticamente compatíveis no contexto precedente; pela informação temática da oração; e ainda pelo fato de o emissor e o receptor compartilharem a mesma cultura.

A acessibilidade referencial constitui um dos aspectos pragmático-discursivos da topicalidade que é relevante e mensurável. Givón (1992) apresenta como medidas da acessibilidade à distância referencial (DR), a referência contínua/descontínua (RC/RD) e a interferência potencial (IP). A DR indica o número de orações existentes a partir da última ocorrência do referente no discurso precedente. A RC/RD indica se a oração tem o referente como argumento ou não. A IP indica a existência ou não de referentes semanticamente compatíveis nas orações precedentes. Segundo Givón, o tópico, elemento recorrente dentro do texto, pode apresentar valores de continuidade diferentes, isto é, se a continuidade em relação ao referente é pequena, a previsibilidade do tópico é melhor e mais fácil é processá-lo, recuperá-lo mentalmente. Nesse caso receberá menos

material de codificação. Em contraste, se a continuidade tópica em relação ao referente é grande, isto é, se há descontinuidade, o tópico torna-se menos acessível, mais difícil de recuperar, exigindo maior quantidade de codificação.

O tópico no texto argumentativo

Barbisan e Machado (2000), numa pesquisa sobre o tópico em textos argumentativos orais e escritos, observaram algumas especificidades nas formas de expressão do tópico nesse tipo de texto. Esse estudo foi realizado em conformidade com a teoria pragmático-discursiva de base cognitiva proposta por Givón. As autoras constataram que, pelo fato de os textos argumentativos encontrarem-se centrados em temas abstratos, apresentam coerência referencial também abstrata. Os textos narrativos, por sua vez, evidenciam ações de personagens e é em torno dos elementos nominais que designam os personagens que se dá a coerência referencial. Por conseguinte, os tópicos nos textos narrativos possuem traço semântico [+ humano], enquanto nos textos argumentativos caracterizam-se como [abstrato], o que acarreta diferenças no que se refere ao emprego dos mecanismos de codificação do tópico em cada uma dessas tipologias. Os textos argumentativos escritos analisados por Barbisan e Machado (2000) evidenciam tópicos cuja retomada ocorre de forma parcial ou expandida ou ainda pela particularização do tema. É bastante comum também a retomada topical por anáfora conceitual, que consiste na referência a uma idéia que subjaz a orações ou parágrafos anteriores e não a um único elemento já dado, o que exige do leitor maior esforço mental na interpretação do antecedente. Já a simples repetição do elemento nominal ou a substituição lexical são estratégias menos usadas na codificação do tópico nesse tipo de texto. Além disso, quanto à forma de expressão do tópico, foi possível constatar a predominância de sintagmas nominais sobre anáforas zero e pronomes. Sintagmas nominais acrescidos de oração e orações nominalizadas, bem como tópicos extensos, que exigem um esforço maior de armazenagem de informação na memória também foram identificados como característicos de textos argumentativos escritos.

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

METODOLOGIA

Este estudo fundamenta-se no modelo discursivo-funcional para a análise do tópico proposto pelo lingüista Talmy Givón. De acordo com essa abordagem, a primeira hipótese que permeia o presente trabalho refere-se à questão de que o tópico é lingüisticamente menos marcado na continuidade referencial e mais marcado quando há descontinuidade em textos narrativos de língua portuguesa, tal qual ocorre em narrativas e conversações de língua inglesa. A outra hipótese consiste em verificar se as expressões lingüísticas de retomada do tópico na continuidade topical realizam-se de forma específica em textos narrativos e em textos argumentativos na língua portuguesa.

Formação do corpus

A fim de verificar as hipóteses feitas, esta pesquisa tem como *corpus* de análise vinte textos narrativos e vinte textos argumentativos extraídos de jornais escolhidos aleatoriamente. No que se refere aos textos narrativos, foram escolhidos textos jornalísticos que se configuram como predominantemente narrativos. Quanto aos argumentativos, trabalhou-se com editoriais.

Procedimentos de análise

Em primeiro lugar, foi feito o levantamento das orações e dos elementos topicais codificados como recurso zero, pronome pessoal, sintagma nominal definido (SN DEF), SN DEF modificado, SN DEF repetido e anáfora conceitual. Com relação a esses elementos, foi averiguado seu papel gramatical, bem como o papel gramatical do antecedente. Em seguida, procedeu-se à medida da distância referencial (DR) em orações, depois em sentenças e, por último, em parágrafos. Examinou-se ainda a complexidade referencial através do cálculo de interferência potencial (IP). O traço semântico dos referentes foi outro aspecto averiguado. O tópico foi identificado mediante critérios baseados em Givón (1992): o tópico é o elemento nominal sobre o qual se fala; o tópico é o dado (informação velha); o tópico corresponde ao sujeito gramatical e, em menor escala, ao objeto direto.

Givón divulga no artigo *The grammar of referencial coherence as mental processing instructions* os resultados de um estudo sobre a codificação do tópico, segundo a distância da última menção, em textos narrativos e conversacionais de língua inglesa. O autor concluiu a utilização de recursos gramaticais menos marcados para codificar o tópico numa distância referencial (DR) pequena e recursos gramaticais mais marcados para codificar o tópico numa DR maior. Os resultados do referido estudo aparecem na tabela a seguir:

Tabela 1 – Comparação entre o valor da distância referencial (DR) mínima e o grau de distribuição categorial para o esquema de codificação de tópicos

Construção	DR mínima (n ^o de orações)	Grau de distribuição categorial
Anáfora zero	1.0	100%
Pronome não-enfatizado	1.0	95%
Pronome enfatizado	2.5	90% entre 2-3
Movimento Y	2.5	90% entre 2-3
SN DEF	7.0	25% em 1 35% disperso 5.0 - 19 40% em 20
SN DEF modificado	10.0	55% disperso 5.0 - 19.0 45% em 20
SN DEF deslocado à esquerda	15.0	60% em 20+ 25% em 4-9 13 % em 10-9
SN DEF repetido	17.0	75% em 20+ 18% em 3-8 6% em 15-19

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

A primeira coluna da tabela 1 apresenta as construções topicais analisadas por Givón; a segunda coluna revela o valor da média da distância referencial calculada em orações; a terceira coluna mostra o quanto os valores se desviam ou não da média, no que diz respeito à distância referencial.

A anáfora zero refere-se à elipse, omissão de um elemento lingüístico e é empregada em contextos de máxima continuidade e baixa distância referencial. O pronome não-enfatizado refere-se à elipse de mínima ruptura na continuidade. O pronome enfatizado refere-se ao uso do pronome pessoal, apresentando antecedente anafórico dentro de 2 ou 3 orações precedentes. O movimento Y refere-se à existência de um tópico com dois ou mais possíveis antecedentes cuja distância referencial abrange 2 ou 3 orações. O SN DEF codifica tópicos descontínuos cujo antecedente é heterogêneo, ou seja, de origem situacional, genérica ou textual. Tende a ser empregado em contextos de alta distância referencial. O SN DEF modificado refere-se ao sintagma nominal acompanhado de artigo definido e um adjetivo, por exemplo. Também codifica tópicos descontínuos e de origem heterogênea e apresenta valores altos de distância referencial. O SN DEF deslocado à esquerda refere-se ao sintagma nominal em posição pré-verbal e o SN DEF repetido refere-se ao sintagma nominal acompanhado de artigo definido que é expresso da mesma forma mais de uma vez dentro do texto. Ambos são empregados em contextos de descontinuidade com antecedente anafórico distante no texto.

Sobre a anáfora zero é importante considerar que, de acordo com Bentivoglio (1983), em espanhol, essa estratégia é atribuída apenas aos casos em que ocorrem verbos de modalidade, como “ele quer comer”, construções do tipo “Dizendo isto, se foi” e em sentenças onde o sujeito da oração principal e o da subordinada são correferenciais. A concordância do verbo e clíticos, em espanhol, abrangem áreas que em outras línguas são cobertas pela anáfora zero. Para o espanhol, sempre que o verbo é finito (isto é, com exceção dos gerúndios, participios e infinitivos) a referência para o sujeito está presente no final do verbo.

Na língua portuguesa, também ocorre que o sujeito, mesmo sem estar explicitado na oração, é facilmente apreendido através da desinência verbal, o que não ocorre na língua inglesa, em que uma ação no passado, como *worked* por exemplo, pode ser atribuída à 1ª, 2ª e 3ª pessoas, tanto do singular, como do plural. De acordo com Cunha e

Cintra (1985), em português, a solidariedade entre o verbo e o sujeito exterioriza-se na concordância, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito. A concordância evita a repetição deste último, que pode ser identificado pela flexão do verbo a ele ajustada. Ao analisarmos o tópico segundo a teoria de Givón, temos como elemento topical o sujeito. Numa seqüência de orações em que o sujeito é elíptico, é a concordância do verbo que possibilita resgatar o antecedente topical. A cadeia referencial que se forma pela desinência dos verbos revela a continuidade do tópico e a sua conseqüente acessibilidade.

Exemplo 12 Alguns jovens jogaram água nos policiais, Ø lavaram
roupa suja e Ø tiraram as calças (Texto narrativo).

Tendo como objetivo a verificação dos mecanismos de codificação do tópico evidenciados em textos narrativos e em textos argumentativos de língua portuguesa, o presente estudo está centrado naqueles recursos que são mais comuns nas referidas tipologias, abrangendo, dessa forma, o recurso zero, o pronome pessoal, o SN DEF, o SN DEF modificado, o SN DEF repetido e a anáfora conceitual. Procedeu-se também à comparação dos recursos gramaticais de expressão do tópico em textos narrativos e em textos argumentativos de língua portuguesa, a fim de se averiguar especificidades nas expressões lingüísticas empregadas na codificação do tópico conforme a tipologia textual.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a análise da codificação do tópico em textos narrativos e em textos argumentativos escritos, à luz da teoria pragmático-discursiva de base cognitiva proposta por Givón, pudemos concluir que o emprego de recursos anafóricos ocorre não apenas em consonância com a relação entre a distância referencial e a quantidade de codificação, mas também apresenta especificidades conforme a tipologia textual.

Inicialmente, será demonstrada a tabela geral com os valores encontrados no cálculo da DR em orações, bem como o número de

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

ocorrências e o percentual correspondentes a cada mecanismo de codificação topical em ambos os tipos de textos analisados.

Tabela 2 – Tabela geral da frequência dos mecanismos de codificação do tópico analisados nos textos narrativos e nos textos argumentativos de língua portuguesa

Construção	Textos Narrativos		Textos argumentativos	
	Total de ocorrências	DR (Nº de orações) Nº de ocorrências %	Total de ocorrências	DR (Nº de orações) Nº de ocorrências %
Recurso zero	85	1 - 76 (89,4) 2 - 8 (9,4) 3 - 1 (1,2)	58	1 - 48 (82,8) 2 - 8 (13,7) 3 - 1 (1,7) 5 - 1 (1,7)
Pronome pessoal	43	1 - 13 (30,2) 2 - 12 (27,9) (3- 13) - 18 (41,9)	11	1 - 7 (63,6) 2 - 4 (36,4)
SN DEF	100	(1-2) - 41 (41,0) (3-19) - 56 (56,0) (20+) - 3 (3,0)	115	(1-2) - 52 (45,2) (3-19) - 56 (48,7) (20+) - 7 (6,1)
SN DEF modificado	27	(2-3) - 8 (29,6) (4-19) - 18 (66,7) (20+) - 1 (3,7)	66	(1-2) - 20 (30,3) (3-19) - 39 (59,1) (20+) - 7 (10,6)
SN DEF repetido	68	(2-3) - 18 (26,5) (4-19) - 43 (63,2) (20+) - 7 (10,3)	34	(1-2) - 8 (23,5) (4-6) - 22 (64,7) (20+) - 4 (11,8)
Anáfora conceitual	3	-	26	-

A primeira coluna da tabela 2 apresenta as construções topicais analisadas no presente estudo; a segunda e quarta colunas revelam o total de ocorrências das construções topicais nos textos narrativos e nos textos argumentativos, respectivamente; na terceira e quinta colunas são demonstrados os valores de DR calculada em orações, bem como o número de ocorrências e o percentual correspondentes às tipologias em questão.

A codificação do tópico como anáfora zero

Este estudo demonstrou que a codificação do tópico como recurso zero em textos narrativos e em textos argumentativos, de um modo geral, ocorre em contextos cuja distância referencial calculada em orações é baixa, havendo concentração de ocorrências quando o valor é de 1 oração, conforme mostra a tabela 2. Confirmando a tese de Givón, trata-se de um mecanismo que apresenta pouca quantidade de código e requer previsibilidade/acessibilidade referencial para que o leitor possa estabelecer a relação correferencial. Convém salientar que, no *corpus* examinado, foram considerados os casos de anáfora zero em sentenças onde o sujeito da oração principal e o da subordinada são correferenciais e os casos de concordância, conforme os exemplos (1) e (2), respectivamente:

Exemplo 13 Em janeiro deste ano, *Luísa* foi à Associação de Assistência Judicial de Valdivia, onde Ø pediria ajuda para obrigar Aguirre a pagar pensão alimentícia para os dois filhos menores (Texto narrativo).

Exemplo 14 As razões do sucesso: *as ONGs* estão sempre na ofensiva, Ø difundem suas mensagens diretamente ao público, Ø são capazes de formar coalizões, Ø têm causas claras e compreensíveis, Ø agem com a velocidade da Internet e Ø sabem falar para a mídia (Texto argumentativo).

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

Jacobus (1996), ao analisar a acessibilidade do tópico codificado como pronome e SN DEF repetido, ampliou a medição da distância referencial em orações para distância referencial em sentenças e parágrafos, a fim de averiguar a interferência da continuidade/descontinuidade temática na acessibilidade referencial. Givón (1992) defende que há uma forte associação entre os recursos gramaticais que marcam a continuidade temática e os que marcam a continuidade referencial ou tópica. Mecanismos menos marcados estão relacionados a ambientes de continuidade temática, ao passo que mecanismos mais marcados são destinados a ambientes de descontinuidade temática.

Assim, fazendo a análise da distância referencial conforme o número de sentenças (DRs) e da distância referencial conforme o número de parágrafos (DRp), foi constatada a predominância do recurso zero em contextos de continuidade temática, em que permanece acessível, favorecendo a interpretação cognitiva. As tabelas (3) e (4) mostram a preferência de uso do recurso zero na mesma sentença e no mesmo parágrafo em que se encontra o referente.

Tabela 3 – Distribuição do recurso zero conforme a (DRs) e a (DRp) em textos narrativos

Construção	N ^o de sentenças/N ^o de parágrafos	(DRs)		(DRp)	
		N ^o de ocorrências	%	N ^o de ocorrências	%
Anáfora zero	0	57	67,1	77	90,6
	1	23	27,1	8	9,4
	2	4	4,7	-	-
	3	1	1,1	-	-
Total		85	100,0	85	100,0

Tabela 4 – Distribuição do recurso zero conforme a (DRs) e a (DRp) em textos argumentativos

MAGDA TERESINHA DA SILVA

Construção	Nº de sentenças/ Nº de parágrafos	(DRs) Nº de ocorrências	%	(DRp) Nº de ocorrências	%
Anáfora zero	0	32	57,1	51	91,1
	1	14	25,0	5	8,9
	2	10	17,9	-	-
Total	-	-	100,0	-	100,0

O recurso zero, sendo um recurso anafórico menos marcado, para que possa ser resgatado, deverá estar ativo na memória do leitor. Entretanto, conforme já foi mencionado, a distância referencial não é o único fator que interfere na acessibilidade. Pode acontecer de haver entre dois elementos correferenciais um outro item que, compartilhando alguns traços semânticos com esses elementos e constituindo-se também num possível referente, torne confusa para o leitor a interpretação correferencial. Isto é, a presença de ambigüidade pode interferir no estabelecimento da correta relação entre os correferentes. Essa complexidade referencial, outro fator que, segundo Givón, determina a previsibilidade dos referentes, é medida por meio do cálculo de interferência potencial (IP). A aplicação de IP consiste no levantamento do número de referentes que compartilham o mesmo gênero, número e traços semânticos gerais e que se encontram no contexto anafórico precedente entre o antecedente e o elemento topical em questão. O resultado é expresso na forma de uma escala binária: 1 representa ausência de competição e 2 a presença de dois ou mais referentes semanticamente compatíveis.

A averiguação da ausência ou presença de referentes competindo nos textos narrativos demonstrou a quase inexistência de complexidade referencial, apenas 2,4%. Já nos textos argumentativos, foi constatado um índice significativo de ocorrências de interferência potencial no emprego do recurso zero, 18,9%, o que provoca surpresa por se tratar de uma estratégia menos marcada, típica de ambientes de baixa DR. Uma análise mais atenta mostra que o uso de outro mecanismo de codificação seria mais adequado, evitando a ambigüidade constatada nessas situações. É o que se observa no exemplo (3), único caso em que a DR no emprego do recurso zero chega a 5 orações no texto

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

argumentativo. Essa DR mais elevada para um mecanismo de pouco material de codificação e a interferência de outro possível referente tornam a recuperação do verdadeiro referente confusa para o leitor.

- Exemplo 15 Declararam que *as ONGs* atrapalham 13%. Nada menos que 27% dos brasileiros afirmaram que gostariam de participar de uma ONG. No caso da juventude, essa manifestação é ainda mais forte: 36% dos jovens de 16 a 24 anos manifestam seu desejo de integrar uma organização não-governamental.
- Seus principais argumentos são: Ø possuem um papel fundamental no Brasil de hoje, Ø atendem as necessidades que não são atendidas pelo Estado, Ø organizam a sociedade civil para lutar pelos seus direitos, Ø existem para defender os interesses dos mais necessitados e Ø existem para fiscalizar a ação do Estado (Texto argumentativo)

Por outro lado, a ocorrência de DR de 5 orações nos textos narrativos não compromete o resgate do referente, pois não há interferência de outro possível referente e a precisão e a fácil apreensão da cadeia topical nesse tipo de texto auxiliam na correta interpretação correferencial. Tal evidência reforça a teoria de Givón de que recursos menos marcados de codificação do tópico devem ser empregados em contextos destituídos de complexidade referencial, a fim de que seja possível o resgate do antecedente topical pelo leitor.

O tópico é o elemento nominal retomado várias vezes dentro do texto, de tal forma que isso se traduza numa coerência referencial, importante para que se estabeleça também a coerência temática. Na maioria dos textos narrativos, é possível observar que a cada parágrafo se forma uma cadeia referencial que é repetida ao longo do texto. Constituindo essa cadeia, no início do parágrafo, encontramos um mecanismo mais marcado de codificação do tópico, retomado num primeiro momento como recurso zero e, posteriormente, como pronome pessoal que, por sua vez, é retomado novamente como recurso zero. Nesses casos, observa-se que a interrupção da cadeia topical de zeros ocorre em consequência da mudança no ponto de vista da narrativa, ou seja, o locutor passa a narrar o fato do seu ponto de vista, conforme é

possível visualizar no exemplo (16). Esse pode ser apontado como outro fator que interfere na acessibilidade referencial, exigindo na codificação do tópico um mecanismo mais marcado.

Exemplo 16 *O motorista* dobrou da Rua Fernando Abott em direção à Rua Enes Bandeira. Segundo Ø relatou à polícia, somente quando Ø desceu a via é que Ø percebeu estar sem freios. *Ele* ainda teria tentado virar à direita na Rua Barão de Itaquí – seguindo o sentido obrigatório –, mas Ø foi obrigado a andar na contramão pela impossibilidade de fazer a curva (Texto narrativo).

Outro aspecto observado ainda na codificação do tópico através do recurso zero refere-se ao índice menor de emprego desse mecanismo gramatical nos textos argumentativos, enquanto nos narrativos a sua frequência é constatada em número mais elevado, conforme mostra a tabela 2. As peculiaridades do tópico nos textos argumentativos, ou seja, a predominância do traço semântico abstrato, a extensão, as retomadas parciais ou ampliadas, bem como o tipo de relação que se estabelece entre os elementos nominais topicais, baseado muito mais no contexto do que no próprio texto, são alguns fatores que contribuem para a preferência de SNs definidos como estratégias de codificação do tópico nesse tipo de texto em detrimento do recurso zero.

A codificação do tópico como pronome pessoal

No que diz respeito ao emprego de pronomes pessoais foram constatadas em ambas as tipologias estudadas que esse recurso de codificação do tópico se apresenta predominantemente em ambientes de baixa distância referencial, de acordo com o que pode ser visto na tabela 2. A continuidade temática é tida também como pré-requisito para o emprego de pronomes pessoais, pois normalmente retomam referentes no mesmo parágrafo. No que se refere à distância referencial calculada em sentenças, o valor encontrado na maioria dos casos é de 1 sentença, já que o mecanismo preferencialmente usado para retomar o referente na mesma sentença é o recurso zero. As tabelas 5 e 6 mostram os valores de (DRs) e (DRp) nos textos narrativos e nos argumentativos.

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

Tabela 5 – Distribuição do pronome pessoal conforme a (DRs) e a (DRp) em textos narrativos

Construção	Nº de sentenças/ Nº de parágrafos	(DRs) Nº de ocorrência	%	(DRp) Nº de ocorrências	%
Pronome pessoal	0	7	16,2	34	79,1
	1	27	62,8	9	20,2
	2	5	11,7	-	-
	3	4	9,3	-	-
Total		43	100,0	43	100,0

Tabela 6 – Distribuição do pronome pessoal conforme a (DRs) e a (DRp) em textos argumentativos

Construção	Nº de sentenças/Nº de parágrafos	(DRs) Nº de ocorrências	%	(DRp) Nº de ocorrências	%
Pronome pessoal	0	5	45,5	11	100,0
	1	6	54,5	-	-
Total	-	11	100,0	11	100,0

Além disso, foi possível observar a ocorrência reduzida do emprego de pronomes pessoais em contextos de competição referencial. Nos casos em que o pronome foi empregado em ambientes de DR mais elevada nos textos narrativos, o resgate do referente só é possível devido a essa ausência de complexidade referencial e também à precisão da cadeia topical constatada nesse tipo de texto. Até aqui os resultados condizem com a teoria de Givón, mas um fato que chama a atenção sobre a codificação do tópico como pronome pessoal é o emprego do mesmo em larga escala nos textos narrativos, ao passo que nos argumentativos o uso é bastante reduzido, conforme se constata na tabela 2.

No texto narrativo, é provável que a presença de personagens humanos e a recorrência dos elementos nominais que os designam contribuam para o emprego do pronome pessoal na codificação do tópico, pois a análise do traço semântico dos pronomes pessoais do texto narrativo revelou que estes se caracterizam como [+ humano]. Já o texto argumentativo por tratar de temas abstratos, que envolvam a argumentação do autor frente aos mesmos, enfim pela função textual, requer outros mecanismos de retomada do tópico mais adequados do que o pronome pessoal.

A codificação do tópico como SN DEF

No que se refere à análise do mecanismo mais marcado de codificação do tópico, o SN DEF, foi possível verificar a predominância do seu uso em contextos que atingem alta distância referencial, ainda que apresentando valores dispersos entre 1 oração e acima de 20 orações, tanto nos textos narrativos, quanto nos argumentativos. No entanto, é surpreendente o elevado índice de casos em que o SN DEF, sendo um recurso mais marcado, é empregado para codificar o tópico em ambientes de baixa distância referencial em ambos os tipos de textos. Tais resultados são demonstrados na tabela 2. Todavia, observa-se que tal fato ocorre sob condições divergentes em cada uma das tipologias aqui analisadas.

Nos textos narrativos, a caracterização do traço semântico do tópico como [+ humano], pelo fato de serem recorrentes os elementos nominais relacionados aos personagens, juntamente com o fato desses tópicos serem retomados por SNs definidos que apresentam formas lingüísticas diversificadas parecem explicar o emprego desse recurso gramatical em baixas distâncias referenciais. Ampliando essa questão, o SN DEF pode retomar um dado referente através de uma expressão que o qualifica, evidenciando a nacionalidade, a atividade profissional, religiosa, política ou artística. Dessa forma, o SN DEF “Brilhante” é retomado por “o artista”, “Milosevic” é retomado por “o expresidente”, “Popó” é recuperado pelo sintagma “o baiano”. Outra possibilidade é quando o SN DEF é expresso através do nome próprio completo na primeira menção, mas retomado pelo nome próprio parcial. Além disso, nominalizações, hiperônimos e termos quase sinônimos são empregados como formas de expressão do SN DEF. O

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

que se pode concluir disso é que essas formas variadas de expressar um SN DEF topical são usadas em curtas distâncias referenciais, porque não retomam o tópico simplesmente, mas o retomam de forma diferenciada, acrescentando-lhe significado. Por outro lado, o emprego do SN DEF em contextos de baixa distância referencial contribui para a facilidade na identificação do tópico nos textos narrativos por parte do leitor, que a todo instante o tem reforçado, saliente na memória.

Nos textos argumentativos, também observamos diferenças na forma de expressão do SN DEF topical. Enquanto nos textos narrativos predominam substituições lexicais simples como formas de expressão do SN DEF, nos argumentativos este assume peculiaridades que se manifestam na retomada parcial ou ampliada do tópico. Os casos de quase sinônimos, hiperônimos, hipônimos são também, muitas vezes, reduzidos ou ampliados. Além disso, a retomada do referente não envolve apenas uma relação correferencial entre os elementos topicais, mas compreendem também a situação de comunicação em que se insere o texto. O tipo de variação nas formas de expressão, diferente do constatado nos textos narrativos, revela complexidade na expressão em si mesma, ora reduzida, ora expandida e, principalmente, na maneira de estabelecer a relação entre os elementos topicais, que exige do leitor recorrer ao contexto sociocomunicativo. Tais dificuldades impõem ao leitor que ele empregue maior esforço mental para manter o tópico ativo na memória. Nesse tipo de texto, assim como constataram Barbisan e Machado (2000), o que se observa é uma cadeia topical difusa e pouco saliente em função da característica abstrata do tópico, de maneira que estabelecer a relação entre os elementos topicais também se torna difícil para o leitor. Além disso, não podemos deixar de mencionar a extensão dos tópicos codificados através de SNs definidos como um elemento que também interfere na apreensão topical. Muitos deles se caracterizam como sintagmas frasais. Por todas essas razões é que percebemos haver uma grande diferença entre relacionar correferentes topicais como “Elizabete” e “a menina”, típicos de textos narrativos, a ter que interpretar a relação que há entre “Providência simples como a ênfase no asseio na Escola Fundamental Bahia e na busca de auto-estima na Escola Estadual de 1^o Grau Ferreira de Abreu” e “O ponto em comum entre ambos os estabelecimentos, e entre esses e os demais selecionados”, típicos de textos argumentativos.

É importante salientar que o que se observa no emprego dos SNs definidos é uma variabilidade de expressões, cujo estabelecimento das relações existentes entre as mesmas resulta de uma heterogeneidade de origens: textual, situacional ou cultural. Vimos que a continuidade textual não é atribuída unicamente à recorrência de elementos nominais ao longo do texto, mas é proporcionada também pelo elo semântico que se estabelece entre os sintagmas do texto e que é determinado pelo conhecimento de mundo dos interlocutores ou pelo contexto situacional. É possível constatar que, nos textos argumentativos, o emprego de SNs definidos evidencia a continuidade temática, ou seja, as relações de significados são obtidas através da co-extensão definida por Hasan (1989). Já no texto narrativo, o emprego dos SNs definidos evidencia a continuidade tópica, em que a relação entre estes elementos nominais ocorre no próprio texto através da correferencialidade.

Conforme mostram as tabelas 7 e 8, a análise da distância referencial em sentenças e em parágrafos apresenta resultados congruentes com a idéia de que, de um modo geral, o SN DEF é preferido para contextos de descontinuidade temática, comparado ao recurso zero e ao pronome. No entanto, pelos fundamentos arrolados até aqui sobre o emprego do SN DEF em pequenas distâncias, percebemos um índice bastante significativo de SNs definidos em ambientes de continuidade temática.

Tabela 7 – Distribuição do SN DEF conforme a (DRs) e a (DRp) em textos narrativos

Construção	Nº de sentenças/ Nº de parágrafos	(DRs) Nº de ocorrências	%	(DRp) Nº de ocorrências	%
SN DEF	0	9	9,0	36	36,0
	1	37	37,0	43	43,0
	2	21	21,0	11	11,0
	3	8	8,0	4	4,0
	4+	25	25,0	6	6,0
Total		100	100,0	100	100,0

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

Tabela 8 – Distribuição do SN DEF conforme a (DRs) e a (DRp) em textos argumentativos

Construção	Nº de sentenças/ Nº de parágrafos	(DRs) Nº de ocorrências	%	(DRp) Nº de ocorrências	%
SN DEF	0	10	8,7	62	53,9
	1	44	38,3	33	28,7
	2	26	22,6	9	7,8
	3	8	6,9	7	6,1
	4+	27	23,5	4	3,5
Total	-	115	100,0	115	100,0

A codificação do tópico como SN DEF modificado

Outro mecanismo de codificação do tópico, o SN DEF modificado, que se caracteriza pelo acréscimo de informação ao antecedente, aparece em maior número nos textos argumentativos do que nos narrativos, conforme mostra a tabela 2. Novamente a explicação parece estar na organização do tópico que é própria do texto argumentativo. Nesses textos, os tipos de SNs definidos modificados caracterizam-se pelo conteúdo abstrato, sendo talvez por isso bastantes empregados pelo escritor. Outro fato verificado com relação ao SN DEF modificado é que este recurso de codificação do tópico também apresenta variações na forma de expressão. O referente pode ser retomado através de sinônimos e hiperônimos modificados ou pode estar ainda reduzido ou elíptico.

Voltando à tabela 2, é possível constatar que a distância referencial alta é a que predomina, mas esse mecanismo de codificação do tópico apresenta valores que variam entre 1 oração e acima de 20 orações e apresenta ainda um índice significativo de ocorrências cuja distância referencial calculada em orações é baixa. Por isso, nos textos analisados, podem-se encontrar evidências de SN DEF modificado no mesmo parágrafo em que se encontra o referente. No entanto, comparado com estratégias menos marcadas de codificação do tópico, a preferência de uso está em ambientes de descontinuidade temática. As tabelas 9 e 10 evidenciam tais resultados:

Tabela 9 – Distribuição do SN DEF conforme a (DRs) e a (DRp) em textos argumentativos

Construção	Nº de sentenças/ Nº de parágrafos	(DRs) Nº de ocorrências	%	(DRp) Nº de ocorrências	%
SN DEF modificado	0	-	-	5	18,5
	1	4	19,8	11	40,8
	2	9	33,3	6	22,2
	3	2	7,4	3	11,1
	4+	12	44,5	2	7,4
Total		27	100,0	27	100,0

Tabela 10 – Distribuição do SN DEF conforme a (DRs) e a (DRp) em textos argumentativos

Construção	Nº de sentenças/ Nº de parágrafos	(DRs) Nº de ocorrências	%	(DRp) Nº de ocorrências	%
SN DEF modificado	0	3	4,5	29	43,9
	1	20	30,3	19	28,8
	2	14	21,2	10	15,1
	3	4	6,1	6	9,1
	4+	25	37,9	2	3,1
Total		66	100,0	66	100,0

A codificação do tópico como SN DEF repetido

A análise do tópico codificado como SN DEF repetido, estratégia que envolve a pura e simples repetição do referente, repetição esta cujo excesso pode afetar o aspecto estilístico do texto e impedir a progressão temática, importante na coerência do mesmo, é mais encontrada em textos narrativos do que em textos argumentativos, ao contrário do SN DEF modificado o que pode ser conferido na tabela 2.

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

Vimos que nos textos narrativos o SN DEF é expresso de várias formas, através de substituições lexicais, e é importante colocar que a repetição ocorre com essas diferentes expressões, não comprometendo a progressão, nem o estilo. Assim, quando os SNs definidos, como “Milosevic”, “o ex-ditador”, “o ex-presidente”, formam uma cadeia topical, a retomada do SN DEF através da repetição não ocorre apenas com o tópico “Milosevic”, mas também são repetidos “o ex-ditador”, “o ex-presidente”. Também essa estratégia mais marcada de codificação do tópico reforça a saliência da cadeia topical e contribui para a facilidade com que o tópico, enquanto elemento recorrente dentro do texto, é apreendido pelo leitor.

Nos textos argumentativos, o SN DEF repetido não é um recurso de codificação do tópico que apareça em todos os textos, nem é freqüente naqueles onde se faz presente. A repetição ocorre com SNs definidos mais simples, menos extensos e que não possuam maiores dificuldades de apreensão.

Foi verificada uma distância referencial escalonada de 1 a 6 orações e um pequeno percentual com uma distância de mais de 20 orações, conforme tabela 2. Os casos de baixa distância referencial do SN DEF repetido, nos textos argumentativos, ocorrem quando há mudança de parágrafo, ou então quando já existe entre o referente e o seu elemento de retomada um pronome que recupera outro referente. De acordo com o que demonstram as tabelas 11 e 12, nenhuma ocorrência de SN DEF repetido na mesma sentença foi constatada, o que parece lógico por envolver repetição, mas se constatou o emprego de SN DEF repetido no mesmo parágrafo que o seu referente. Uma explicação para tal fato pode estar na referência a um tópico mais local e ainda à extensão dos parágrafos nos textos argumentativos, maior do que nos textos narrativos. Nestes quase não há repetição do SN DEF no mesmo parágrafo, evidenciando o uso deste mecanismo de codificação do tópico em ambientes de descontinuidade temática.

Tabela 11 – Distribuição do SN DEF repetido conforme a (DRs) e a (DRp) em textos narrativos

MAGDA TERESINHA DA SILVA

Construção	Nº de sentenças/ Nº de parágrafos	(DRs) Nº de ocorrências	%	(DRp) Nº de ocorrências	%
SN DEF repetido	0	-	-	3	4,4
	1	9	13,2	30	44,1
	2	18	26,5	16	23,5
	3	6	8,8	5	7,4
	4+	35	51,5	14	20,6
Total		68	100,0	68	100,0

Tabela 12 – Distribuição do SN DEF repetido conforme a (DRs) e a (DRp) em textos argumentativos

Construção	Nº de sentenças/ Nº de parágrafos	(DRs) Nº de ocorrências	%	(DRp) Nº de ocorrências	%
SN DEF repetido	0	-	-	10	29,4
	1	8	23,5	9	26,5
	2	7	20,6	9	26,5
	3	4	11,8	3	8,8
	4+	15	44,1	3	8,8
Total		34	100,0	34	100,0

A codificação do tópico como anáfora conceitual

Outra diferença que se verifica ainda na codificação do tópico em textos narrativos e em textos argumentativos escritos é a presença, nestes últimos, da anáfora conceitual na retomada de um antecedente topical. Este mecanismo, no entanto, apresenta uma diferença em relação aos demais abordados nesta pesquisa, visto que não retoma um elemento referencial específico, mas uma idéia que pode abranger desde parte da oração, como várias orações e até mesmo o texto inteiro.

Quando o tópico é codificado como anáfora conceitual, não é tão simples estabelecer o valor de distância referencial, já que não contamos com um referente específico, mas com um referente que

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

possui uma abrangência agora condensada numa só expressão. No entanto, é possível verificar nos textos argumentativos analisados grande proximidade entre a anáfora conceitual e o seu enunciado referente. O que se conclui é que a complexidade envolvida neste recurso de codificação do tópico requer esta baixa distância referencial. O processamento de uma anáfora conceitual certamente exige do leitor maior atenção e esforço mental. Resgatar o referente, nesse caso, não será tão acessível quanto o uso de um recurso zero em ambientes de baixa distância referencial ou o emprego de um SN DEF em ambientes de alta distância referencial. A anáfora conceitual, além do caráter condensador, traz em si uma carga semântica que também deve ser apreendida pelo leitor. Esta estratégia de codificação do tópico, segundo Descombes-Dénervaud e Jespersen (1992), analisada nos textos argumentativos, exerce determinadas funções. Anáforas conceituais que representam uma reclassificação do referente e traduzem a posição argumentativa do escritor são bastante características dessa tipologia textual. Parágrafos conclusivos introduzidos por anáfora conceitual com função de síntese também é outro tipo de ocorrência observada nos textos argumentativos.

As funções textuais e enunciativas abordadas por Descombes-Dénervaud e Jespersen (1992) presentes na anáfora conceitual retratam a complexidade que subjaz a este recurso anafórico topical e que envolve o seu processamento mental por parte do leitor. Não só há um correferente ao qual a anáfora conceitual está relacionada, mas ela também incorpora determinadas funções dentro do texto argumentativo, que precisam ser compreendidas pelo leitor.

Dessa forma, com relação à primeira hipótese do estudo aqui apresentado, que diz respeito ao fato de o tópico ser lingüisticamente menos marcado na continuidade referencial e mais marcado quando houver descontinuidade, concluímos que de fato não se pode desconsiderar a relação entre a quantidade de codificação na expressão do tópico e a distância referencial. No entanto, nem sempre o valor baixo da DR está associado a recursos menos marcados ou o valor elevado da DR associado a recursos mais marcados. O emprego do recurso zero e dos pronomes pessoais em distâncias referenciais mais altas é possível nos textos narrativos, uma vez que não há interferência potencial e o tópico nesse tipo de texto constitui uma cadeia bastante precisa, de fácil apreensão, o que propicia a acessibilidade. Também é

muito comum o uso do SN DEF em contextos de baixa DR, tanto em textos narrativos, como em textos argumentativos, o que se explica em relação às características do tópico em cada tipologia. Esses resultados, além da constatação da maior frequência de zeros, pronomes pessoais e sintagmas nominais repetidos nos textos narrativos, bem como de sintagmas nominais modificados e anáforas conceituais nos textos argumentativos, nos possibilitam confirmar a segunda hipótese feita neste estudo, de que as expressões lingüísticas para retomar o referente na continuidade topical realizam-se de forma específica nessas tipologias em língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. Types de séquences textuelles élémentaires. *Pratiques*, Metz, n. 56, p. 54-79, dec. 1987.
- BARBISAN, Leci B., MACHADO, Rejane F. O tópico no texto argumentativo. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 96-109, set. 2000.
- BENTIVOGLIO, Paola. Topic continuity and discontinuity in discourse: a study of spoken Latin-American Spanish. In: GIVÓN, Talmy (Ed.). *Topic continuity in discourse: quantified cross-language studies*. Amsterdam: John Benjamins, 1983, p. 255-311.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette-Éducation, 1992.
- CUNHA, Celso, CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DESCOMBES-DÉNERVAUD, Monique, JESPERSEN, Janine. L'anaphore conceptuelle dans l'argumentation écrite. *Pratiques*, Metz, n. 73, p. 79-94, mars. 1982.
- van DIJK, T. A. *La ciencia del texto: un enfoque interdisciplinario*. Barcelona/Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1978.
- van DIJK, T. A. *Estructuras y funciones del discurso*. México/España/Argentina/Colombia: Siglo Veintiuno Editores, 1986.
- van DIJK, T. A. *Texto y contexto: semántica y pragmática del discurso*. Madrid: Cátedra, 1988.

A EXPRESSÃO DO TÓPICO

- GIVÓN, Talmy. Topic continuity in discourse: the functional domain of switch reference. In: HAIMAN, J., MUNRO, P. (Eds.). *Switch reference and universal grammar*. Amsterdam: John Benjamins, p. 51-82, 1983.
- GIVÓN, Talmy. *Mind, code and context: essays in pragmatics*. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, p. 205-235, 1989.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, v. 2, 1990.
- GIVÓN, Talmy. *Functionalism and grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- GIVÓN, Talmy. The grammar of referential coherence as mental processing instructions. *Linguistics*, Berlim, n. 30, p. 5-55, jan./mar. 1992.
- HASAN, Ruqaya. The texture of a text. In: HALLIDAY, M. A. K., HASAN, Ruqaya. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- JACOBUS, Artur E. *Previsibilidade referencial e emprego de recursos anafóricos no português escrito*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras e Artes, PUCRS, 1996.
- KOCH, Ingedore G. V., TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1997.
- KOCH, Ingedore G. V., TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1999.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. *A lingüística do texto: o que é e como se faz*. Recife: UFPE, 1983.

A importância do tópico na leitura¹

Leci Borges Barbisan,
Rejane Flor Machado
Lia Lourdes Marquardt
Rita Simone Spilmann Bexiga
PUCRS

INTRODUÇÃO

A pesquisa que aqui é apresentada tem como tema a possível relação entre as especificidades de realização do tópico em textos argumentativos escritos e dificuldade de leitura de alunos do 3º grau, pouco familiarizados com a linguagem escrita.

Diversos fatos justificam esta pesquisa. Julga-se inicialmente que a apreensão dos elementos referenciais é essencial para a leitura e que faltam estudos que explicitem a relação entre diferentes formas de organização temática e, portanto, dos tópicos, e a compreensão de textos. Em relação aos informantes, pensa-se que eles têm maior familiaridade com as especificidades da linguagem oral do que com as da escrita, apresentando então, a escrita, maior dificuldade de compreensão para eles. Considera-se ainda que a leitura de textos argumentativos é freqüentemente solicitada a esses alunos no nível universitário, já que o conhecimento é veiculado através de textos argumentativos, e que impõe-se, conseqüentemente, um estudo que identifique causas da dificuldade de compreensão desses textos para que soluções pedagógicas sejam procuradas.

Duas hipóteses conduzem o estudo: (1) Alunos pouco familiarizados com a linguagem escrita têm maior dificuldade de

¹ Esta pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS com o apoio do CNPq.

A IMPORTÂNCIA DO TÓPICO NA LEITURA

identificar tópicos de textos argumentativos escritos do que de textos argumentativos orais; (2) A existência de especificidades na realização do tópico em textos argumentativos escritos provoca dificuldade de compreensão desses textos por parte de alunos pouco familiarizados com a linguagem escrita.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para o desenrolar da pesquisa, é necessário definir conceitos como texto, texto escrito e oral, texto argumentativo, tópico, tópico no texto argumentativo oral e escrito, leitura e dificuldade de leitura.

O que é texto?

Texto é uma unidade semântica em que categorias gramaticais e lexicais materializam os dados de significação. Anterior a essa questão é o fato de o texto ser a materialidade da interação comunicativa intencional entre os seres e de se dar através de elementos lingüísticos. O texto então é visto, numa perspectiva pragmática, como uma unidade funcional de enunciação. O significado é a representação de algum tipo de acontecimento ou estado do mundo real, além de ser o resultado do modo de interação entre falante e ouvinte.

Segundo Van Dijk (1981), a visão pragmática do texto configura-o como um ato de linguagem ou como uma seqüência de atos de linguagem. Para que esses atos façam sentido, é preciso que sejam preenchidas certas condições que dizem respeito ao contexto no qual os enunciados são pronunciados.

Para Halliday (1989), a íntima relação entre texto e contexto permite ao leitor/ouvinte fazer predições. Em seu entender, esse é o fenômeno mais importante da comunicação humana e que propicia o sucesso da interação comunicativa.

Com tais colocações, procura-se justificar que o empenho em destacar as propriedades funcionais do texto implica na saliência não só das propriedades internas desse texto, isto é, as que dizem respeito a sua estrutura e a sua textura, relações semânticas entre as partes do texto, mas igualmente das características externas desses mesmos textos: os contextos em que ocorrem, as funções que desempenham, os

efeitos que provocam. Leva-se sempre em conta, dessa forma, as relações que existem entre o texto e o contexto.

Dentre os contextos, destaca-se o cognitivo, fator primordial na armazenagem da informação na memória e no processo inferencial que possibilita a compreensão.

Não é pertinente estudar o texto como um produto acabado. Ao invés disso, é necessário vê-lo em seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção, como resultado da atividade lingüística de indivíduos socialmente atuantes.

Segundo Koch (1997), as teorias socio-interacionais reconhecem a existência de um sujeito planejador/organizador que, em sua inter-relação com outros sujeitos, constrói o texto, levando em consideração uma complexa rede de fatores, entre os quais destaca: a especificidade da situação, o jogo de imagens recíprocas, as crenças e convicções, a atitude dos interactantes, os conhecimentos supostamente partilhados, as expectativas mútuas e as normas e convenções sócio-culturais. Conforme a autora, esses fatos evidenciam a existência de uma série de atividades cognitivo-discursivas que vão dotar o texto de certos elementos, propriedades ou marcas que, em seu inter-relacionamento, serão responsáveis pela produção de sentidos.

Nesta pesquisa focaliza-se o texto como resultado do processo de comunicação entre o falante/escritor e o ouvinte/leitor. Estuda-se como se verifica a relação entre marcas lingüísticas que apontam para a estrutura da informação do texto e o contexto cognitivo representado pela atividade de recepção pelo ouvinte/leitor.

Texto escrito e texto oral

Há duas modalidades de uso da linguagem: falada e escrita. Essas formas não devem ser vistas de modo dicotômico, mas como um *continuum* tipológico, conforme Tannen (1982).

A diferença entre as duas modalidades, no entender de Kato (1990), são determinadas pela dependência contextual, o grau de planejamento, a submissão consciente às regras prescritivas convencionalizadas para a escrita. Assim, a dependência contextual determina o grau de explicitação textual: quanto menos dependente do contexto, maior a explicitação e maior a autonomia.

A IMPORTÂNCIA DO TÓPICO NA LEITURA

O grau de planejamento, por sua vez, influi no nível de formalidade: quanto mais tenso, mais formal, gramaticalizado; quanto menos tenso, mais casual ou informal. Para Redeker, o discurso falado é normalmente não-planejado e informal, é dirigido a um número limitado e conhecido de ouvintes, que interagem com o falante. O texto escrito, formal e bem planejado, atinge leitores geralmente não presentes e muitas vezes desconhecidos do escritor.

Givón, em sua obra, associa oral a informal e escrito a formal. Propõe considerar o oral/informal como não-marcado e o escrito/formal como marcado. Atém-se a parâmetros como complexidade sintática, ordem das palavras, morfologias, velocidade de processamento e dependência do contexto para diferenciar uma modalidade da outra.

Quanto à complexidade sintática, o discurso oral apresenta orações mais curtas, justapostas, predomínio da coordenação sobre a subordinação, enquanto o escrito apresenta mais orações encaixadas. A morfologia gramatical é escassa no oral e abundante no escrito. A ordem das palavras é mais rígida no oral do que no escrito.

O texto argumentativo

Para definir texto argumentativo é necessário entender inicialmente o que é argumentar. A argumentação tenta dar conta da experiência humana através de operações de pensamento. Entretanto, argumentar não é apanágio só da razão, mas também da emoção. Perelman (1983) define uma “nova retórica”, estudando as técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos indivíduos a teses. É então em função de um auditório que se desenvolve toda argumentação e que se utiliza a linguagem para persuadir e para convencer.

Também Charolles (1980) considera o discurso argumentativo como sendo orientado para o receptor. Para ele toda conduta argumentativa toma lugar numa situação, engaja participantes, diz respeito a um objeto ou campo problemático, visa a um fim, que é a adesão a uma tese, e exige do argumentador meios, que são os argumentos.

Toda relação argumentativa se compõe de três elementos: uma asserção inicial (premissa), uma asserção final (conclusão) e asserções de passagem (inferência, prova, argumento). A premissa é um dado

inicial, primeiro, colocado antes; a conclusão apresenta aquilo que deve ser aceito, decorrente da premissa e do elo que a liga a esta. O argumento é o que deve levar o interlocutor a aceitar o propósito como verdadeiro. É uma asserção muitas vezes implícita, não dita.

O texto argumentativo se fundamenta sobre a atividade de argumentar. Adam (1987) estuda o texto argumentativo do ponto de vista de sua complexidade tipológica. Ao descrever a sequencialidade argumentativa, apresenta sua superestrutura como sendo constituída pelas seguintes categorias: tese anterior, premissas, argumentos, conclusão, nova tese. Nesta pesquisa são utilizados, para a avaliação da leitura dos alunos, textos argumentativos orais e escritos. São selecionados textos com características claras de argumentação, conforme os estudos acima mencionados.

Adam cita como variantes da argumentação o judiciário (acusação/defesa), o epidítico (elogio/censura), o deliberativo (conselho/desaconselhamento) e o crítico (demonstração/refutação, acordo/desacordo). No presente trabalho escolhe-se a variante de texto argumentativo que Adam denomina crítico, e dentro dessa variante, um texto escrito de opinião, extraído de jornal, e uma entrevista de rádio.

O texto de opinião é definido por Charaudeau (1997) como um comentário argumentado, que impõe uma visão explicativa do mundo. Traz à luz o que não se vê, o que é latente e constitui o motor do acontecimento. O texto de opinião problematiza o acontecimento, levanta hipóteses, desenvolve teses, traz provas, impõe conclusões. Trata-se, para o leitor, de avaliar, medir, julgar o comentário para aderir a ele ou rejeitá-lo. Esse tipo de texto argumentativo questiona o leitor, exige dele uma atividade intelectual, um trabalho de raciocínio, uma tomada de posição.

A entrevista é uma forma de troca verbal na qual dois participantes estão presentes fisicamente e têm direito a uma alternância na tomada da palavra. A entrevista exige uma diferenciação no estatuto dos participantes de tal modo que um deles esteja legitimamente no papel de questionador e o outro no de questionado, com razões para ser questionado.

No rádio, o entrevistador e o entrevistado são ouvidos por uma terceira pessoa, ausente, o ouvinte, num dispositivo triangular. O entrevistador leva seu convidado a falar para descobrir uma verdade escondida, já que seu papel consiste em fazer surgirem opiniões. O

A IMPORTÂNCIA DO TÓPICO NA LEITURA

entrevistado tem algo a dizer concernente ao bem comum. O ouvinte quer ouvir alguma coisa de interesse geral que lhe é dado como uma revelação.

O que é tópico?

Tópico é, juntamente com leitura, uma das palavras-chave desta pesquisa, que procura averiguar sua relação com dificuldade de leitura. Como teoria para fundamentar as análises, adota-se a perspectiva funcionalista proposta por Talmy Givón, embora se saiba que muitos outros pesquisadores debruçaram-se sobre o estudo dessa questão.

O tópico segundo Givón

O tópico é visto por esse autor como aquilo de que se fala. São entidades nominais que assumem as funções de sujeito (na grande maioria das vezes) e de objeto da oração.

Estudando o discurso numa abordagem interativa entre falante/escritor e ouvinte/leitor, Givón (1990, 1992) entende a topicalização como um processamento mental. Do ponto de vista cognitivo, os referentes nominais tópicos identificam ou ativam etiquetas de arquivos para unidades de armazenamento na memória do texto, ou seja, na memória episódica.

Cada unidade de armazenamento é como uma cadeia de orações ou parágrafos, através da qual o mesmo referente tópico persiste. Esse tópico persistente é o tópico importante da cadeia. Então, na memória do texto um certo número de orações constitui uma cadeia, um certo número de cadeias faz um parágrafo, um certo número de parágrafos, um episódio, etc.

A estrutura da memória do texto é, pois, tanto sequencial quanto hierárquica. Dentro da estrutura hierárquica, cada cadeia pode ser vista como um nó do discurso. A informação das orações sucessivas é arquivada sob um nó de cada vez. Ativar um referente é, assim, ativar um nó do discurso, é arquivar todas as informações subseqüentes sob um nó de arquivo etiquetado pelo referente.

Sinais gramaticais aparecem no discurso para codificar a topicalidade e representam o esforço do emissor para fundamentar a informação na perspectiva do receptor.

Quanto ao conteúdo informacional, todo discurso é híbrido, ou seja, contém parte de informação velha e parte de nova. A informação velha é aquela que o falante/escritor considera acessível ao ouvinte/leitor. É nova a informação tida como inacessível ao receptor. Givón (1990, 1992) argumenta que é necessário um equilíbrio entre informações velhas e novas.

A continuidade tópica é fator importante para a coerência do discurso. Além disso, cadeias topicais mais contínuas são mais acessíveis, mais previsíveis e mais fáceis de serem recuperadas mentalmente. Ao contrário, a descontinuidade cria dificuldade de recuperação do tópico.

A acessibilidade referencial se refere à procura cognitiva pelo referente nominal já existente no contexto discursivo mentalmente armazenado. A acessibilidade referencial é marcada pelos anafóricos, que indicam ao receptor se o tópico está ativo ou inativo. Se ativo, a informação é registrada no mesmo arquivo da memória que a informação anterior. Se inativo, mas definido e importante, deverá ser reativado através de recursos gramaticais existentes nesse contexto, para que a informação nova seja registrada sob essa etiqueta.

No que diz respeito à continuidade referencial, outro aspecto é o da importância temática. Essa concerne à persistência catafórica do tópico. Os elementos catafóricos indicam ao ouvinte/leitor se o referente é importante e, portanto, precisa ser ativado para servir de etiqueta de um arquivo recentemente aberto na memória episódica. Se, ao contrário, o referente não é importante, não é ativado, ele é arquivado como informação nova no arquivo da memória ativa.

Givón (1989) afirma que o esforço mental despendido para processar a informação interfere nos recursos de codificação de referentes. As estratégias de codificação: quantidade de codificação, repetição do tópico, ordem das palavras são recursos icônicos que indicam como a informação deve ser processada. Principalmente o uso da ordem das palavras é importante para marcar as funções de topicalidade e referência e para assinalar, num nível mais global, a coerência temática. Os recursos gramaticais serão mais marcados se usados em situações em que o falante/escritor presume que o ouvinte/leitor irá ter mais dificuldade em identificar o referente.

A IMPORTÂNCIA DO TÓPICO NA LEITURA

O tópico no texto argumentativo

Não se conhece nenhum estudo que analise a organização do tópico em textos argumentativos. Por isso, utilizam-se aqui os resultados da pesquisa *Tópico e compreensão de textos argumentativos orais e escritos*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS.²

Nessa pesquisa procura-se verificar como é organizada a informação em textos argumentativos. É aplicada, no referido estudo, a teoria funcionalista proposta por Givón para a análise de textos narrativos e conversacionais e, a partir desse modelo, busca-se entender as especificidades do texto argumentativo quanto à organização e à realização do tópico.

O tópico no texto argumentativo oral

A análise de 12 textos orais gravados e transcritos a partir de programas de rádio e de televisão que apresentavam interação comunicativa mostrou que, com relação aos traços semânticos, há predominância do traço + humano em 53,2% dos tópicos. Esse dado aproxima o texto argumentativo oral da narrativa e da conversação que, abordando temas da vida cotidiana, apresentam, como norma, tópicos + humanos.

O percentual de tópicos abstratos encontrados nos textos argumentativos orais se aproxima dos valores dos tópicos humanos. Nisso, o tipo de texto em questão difere da narrativa. Pode-se dizer que o texto argumentativo oral está em uma área de intersecção entre o texto argumentativo escrito e o texto narrativo quanto ao traço semântico que caracteriza o tópico.

O levantamento das seqüências ou cadeias tópicas mostra que, no oral, 77,4% dos tópicos estão em cadeias e apenas 22,6% de elementos anafóricos se apresentam desconectados. As cadeias tópicas são mais freqüentes no oral, o que mostra que os textos argumentativos orais estariam exigindo menor esforço para o processamento da informação.

² A pesquisa *Tópico e compreensão de textos argumentativos orais e escritos* foi desenvolvida de 1994 a 1996, com o apoio do CNPq, por Leci Borges Barbisan (coordenadora), Rejane Flor Machado e Joselaine Sebem de Castro.

A análise da extensão das seqüências tópicas revela que as mais extensas ocupam 42,3% do total e as menos extensas, 11%. Comparando com os textos escritos, chega-se à conclusão de que as cadeias tópicas são maiores, mais extensas no oral, logo, há maior continuidade referencial nessa modalidade de texto.

Verificando se as cadeias tópicas eram mais contínuas ou mais interrompidas, percebe-se que elas são bem mais encadeadas, menos interrompidas nos textos argumentativos orais do que nos escritos. Então, segundo a hipótese de Givón, pode-se dizer que os textos orais são mentalmente mais acessíveis do que os escritos.

Anáforas conceituais ocorrem em textos argumentativos orais, mas apenas em parte deles. No oral, diferentemente do escrito, essa forma de realização do tópico encontra elementos para sua identificação na situação discursiva. Requerendo um processamento mental complexo, a anáfora conceitual é um elemento complicador da compreensão do texto.

No que diz respeito à extensão do tópico, a quantidade de tópicos curtos, de até 3 palavras, é o que predomina. Apenas 1,7% deles têm mais de 9 palavras.

O tópico se realiza de diferentes formas no oral: como anáfora zero, como pronome, como sintagma nominal, como sintagma nominal seguido de oração e como oração nominalizada. Predominam, nessa modalidade de discurso, os pronomes. Depois aparecem as anáforas zero e os sintagmas nominais. Poucas vezes são encontrados sintagmas nominais + orações e orações nominalizadas.

O referente topical contínuo que mais aparece no oral é codificado normalmente como zero ou pronome anafórico. É a forma não-marcada em termos estruturais e cognitivos. O tópico é aí mais previsível, havendo menor necessidade de codificação.

O tópico no texto argumentativo escrito

Analisaram-se 12 textos argumentativos escritos de opinião, extraídos das revistas *Veja*, *Isto É*, *Senhor* e dos jornais *Zero Hora*, de *Porto Alegre*, e *Folha de São Paulo*.

Quanto aos traços semânticos (humano/não humano, concreto/abstrato) do elemento topical de cada oração, observa-se que a maioria dos tópicos (cerca de 62,9%) são não-humanos e abstratos.

A IMPORTÂNCIA DO TÓPICO NA LEITURA

Esse aspecto é importante porque a questão referente ao traço semântico provoca diferenças na forma de realização dos tópicos, ou seja, na maneira de marcar a condução temática em textos argumentativos, relativamente aos narrativos.

Na maioria das vezes, a relação anafórica se realiza entre elementos mais topicais, que funcionam como etiquetas de arquivo. Entretanto, essa relação se mostra muito complexa. Há, no processo de correferenciação, a retomada de apenas uma parcela do tópico. Outras vezes, a partir dessas retomadas, há a expansão do tópico, a particularização do tema, etc. Situações semelhantes a essas são comuns em textos argumentativos. A repetição simples do elemento nominal ou a substituição lexical ocorrem mais raramente. Assim, a ligação entre elementos topicais, embora existente, é tênue, tornando-se um dificultador da acessibilidade mental e da compreensão do texto.

No que diz respeito à questão de como se processa a continuidade temática, 69,5% dos tópicos se apresentam em cadeias e apenas 30,5% dos elementos anafóricos aparecem mencionados apenas uma vez no texto.

Outro aspecto observado nos textos estudados foi o da extensão das seqüências tópicas. Como média, as mais extensas, no escrito, ocupam 29,7% do total de orações dos textos, enquanto que as menos extensas ocupam em média 5,8%. Então no escrito as cadeias tópicas são menores, havendo, assim, menor continuidade referencial.

Analisando ainda como se processa a continuidade temática, é importante observar se as cadeias tópicas são contínuas ou interrompidas e, nesse último caso, com que freqüência. Vê-se que as cadeias tópicas, nos textos argumentativos escritos, são freqüentemente interrompidas. Isso aponta para a menor acessibilidade mental nos textos argumentativos escritos, traduzida por maior interferência de outros tópicos.

Quanto à extensão, os tópicos curtos de 3 palavras, no escrito, ocorrem menos do que no oral, enquanto os considerados longos, com mais de 4 palavras perfazem, no escrito, 24,9%, total bastante significativo.

No que diz respeito à realização do tópico, no escrito encontram-se 23,2% de pronomes, 25% de anáforas zero, 44,6% de sintagmas nominais e ainda SN + orações nominalizadas. Predominam, pois, os sintagmas nominais nessa modalidade de texto.

O processamento de uma seqüência maior e a complexidade referencial, realizada por SN plenos acompanhados de oração, exigem maior esforço mental. Há, logo, menor acessibilidade mental do tópico em textos argumentativos escritos e conseqüentemente maior dificuldade de compreensão.

O que é ler?

Ler e compreender um texto implica ser capaz de apreender os significados inscritos no seu interior e de relacionar tais significados com o conhecimento de mundo que circula no meio social em que o texto é produzido.

A compreensão leitora envolve processos cognitivos múltiplos e está intimamente relacionada ao conhecimento prévio do leitor, ou seja, o leitor é capaz de compreender o que lê em relação ao que já sabe. Assim, a leitura passa a ser um processo interativo entre o texto e o leitor. Este constrói o significado a partir da correspondência, ao menos parcial, entre os conhecimentos ativados a partir do texto e o conhecimento de mundo, adquirido através de experiências e convívio numa sociedade.

Segundo Kleiman (1992), a leitura é um processo interativo, porque o leitor, mediante a interação de diversos níveis de conhecimento, como o lingüístico, o textual, o conhecimento de mundo, consegue construir o sentido do texto. Conforme a autora, o conhecimento lingüístico, que compreende o implícito, desempenha um papel central no processamento do texto, pois à medida que as palavras são percebidas, a mente está ativa, ocupada em construir significados dos itens lexicais e das estruturas sintáticas que compõem o texto. Além do conhecimento lingüístico, também o conhecimento textual influencia na compreensão, e quanto maior a exposição do leitor a tipos distintos de textos, mais fácil será sua compreensão.

Michel Scott (1983) ressalta, além da importância do conhecimento prévio, conhecimento que o leitor traz para o texto antes de lê-lo e que abrange o conhecimento de mundo, o conhecimento da língua (a compreensão do contexto, que faz com que o leitor perceba as ligações internas de um texto) e também a habilidade de raciocínio, intrínseca à leitura, que é um processo inconsciente, automático, através do qual o leitor interpreta o texto.

A IMPORTÂNCIA DO TÓPICO NA LEITURA

Goodman (1991) vê a leitura como um *jogo psicolinguístico de adivinhação*, que resulta da habilidade do leitor em identificar as pistas que o autor coloca no texto para a compreensão. O leitor elabora pistas e as testa, à medida que vai lendo o texto. Suas hipóteses fazem com que certos aspectos do processamento se tornem possíveis, tais como o reconhecimento global e instantâneo das palavras e frases relacionadas ao tópico, bem como as inferências sobre as informações contidas no texto. Estratégias básicas são então empregadas para controlar a leitura e o sentido do que está sendo lido, isto é, os leitores desenvolvem um processo de monitoração de sua própria leitura.

Também aspectos sócio-interacionais são relevantes para a conceituação do que é ler. A leitura é uma prática social que remete a outros textos e a outras leituras. Ao ler-se um texto, coloca-se em ação todo um sistema de valores, crenças e atitudes que refletem o grupo social em que ocorre a socialização primária (Kleiman, 1992).

Ler o texto oral e o texto escrito

Marcuschi (1988) recomenda que não se veja a compreensão de texto escrito e de texto falado como atividades diversas. A leitura, com certeza, terá processos e estratégias diferentes em se tratando de fala ou de escrita. Mas não há uma radical diferença no processamento cognitivo. As distinções se situam antes nas saliências textuais e de organização discursiva nas duas modalidades.

Há, segundo o autor, razões teóricas para essa posição, mas há também motivos de natureza prática. É o fato de que, apesar de submetidos a situações de aprendizagem formal na escola, jovens e adultos se encontram, em 80% do tempo, na condição de ouvintes. Deduz-se então que há maior exposição ao oral do que ao escrito, logo às diferenças quanto às estruturas linguísticas, ao léxico e à forma de organização discursiva da informação que caracterizam esses dois tipos de texto.

Parece verdade que a modalidade comunicativa linguística predominante é a oral. Entretanto, são diferenciadas as situações comunicativas também no domínio da oralidade. É evidente, segundo Marcuschi, que a passagem para a escrita, que comporta novidades significativas em vários níveis, é mais penosa para quem está muito mais familiarizado com o oral.

Mas as distinções entre fala e escrita não são, segundo o autor, as mais complexas. As mais salientes são de natureza discursiva. Assim, “a coerência temática, por exemplo, essencial para a compreensão de qualquer tipo de texto, realiza-se no texto escrito com marcadores diversos do texto falado” (Marcuschi, op. cit., p. 43). Entretanto, há certos fatores que distinguem a leitura do escrito e a do oral: tipo de texto, experiência do leitor com textos escritos, tarefa a que ele está sendo submetido, familiaridade com o conteúdo.

Há ainda condições em que operam os processos de compreensão: a existência de um sistema lingüístico comum aos interlocutores, conhecimentos compartilhados, texto coerente, condição de cooperação, interpretações mutuamente aceitáveis, contextos situados, determinação tipológica dos textos.

É nesse conceito de compreensão de texto que se quer situar esta pesquisa. Entende-se que uma das relevâncias do texto, oral e escrito, é a sua organização temática, vista aqui como uma continuidade de tópicos relacionados. No texto argumentativo, essas relações se vinculam também a tese, argumentos e conclusão.

Dificuldade de leitura

Intensificam-se estudos que, além de atribuírem ao leitor um papel ativo e importante, exploram a relação desse com o texto. Assim, é possível conceber-se a leitura não mais como mera decodificação, mas como um processo cognitivo extremamente complexo.

É a interação leitor-texto motivo de trabalhos mais recentes nessa área. Em relação aos trabalhos sobre dificuldade de leitura, alguns dos estudos têm colocado seu centro de interesse no leitor, em contraposição a estudos anteriores que centravam-se no texto e, a partir daí, na decodificação de palavras e orações.

Nos estudos com enfoque no leitor, foram apontados como elementos causadores de dificuldade de leitura o vocabulário, a ligação intersentencial e as funções retóricas. Mais recentemente, estudos ainda com o mesmo enfoque detêm-se nas estratégias utilizadas pelo leitor para o processamento do texto. Na década de oitenta, os lingüistas começaram a se voltar para a questão interacional do leitor com o texto, unindo os pontos de observação que antes eram vistos separadamente.

A IMPORTÂNCIA DO TÓPICO NA LEITURA

É importante o conhecimento prévio para a compreensão. Esse conhecimento está armazenado na mente através dos esquemas, que proporcionam economia e seletividade na comunicação, permitindo deixar implícito aquilo que é típico de uma situação. Os esquemas têm fundamental importância para o sucesso da leitura. Assim, tomando-se dois indivíduos com conhecimentos prévios diferentes, terá melhores condições de compreender um texto aquele que puder ativar um maior número de esquemas.

Dificuldades de leitura podem surgir ainda de problemas relacionados com um mau domínio do sistema lingüístico. Sem o conhecimento prévio, que envolve conhecimento lingüístico, textual e de mundo, pode haver problemas para a compreensão.

Como se vê, são elementos de natureza diferentes que estão envolvidos e, se não houver harmonia entre eles, a compreensão será prejudicada.

Nesta pesquisa vai-se analisar o resultado de leituras, ou seja, o produto. Não se investiga, portanto, o processo que se desenvolve na mente do leitor para chegar à constituição do sentido. Interessa antes saber qual é o sentido produzido pelo ato de leitura. Postula-se que, por ter menor familiaridade com o texto argumentativo escrito, e por apresentar esta organização informacional e complexidade específicas, esse tipo de texto, nessa modalidade, traz maior dificuldade de compreensão.

METODOLOGIA E ANÁLISE

Metodologia

Para verificar as hipóteses, foram coletados dados junto a alunos do 4^o, 5^o e 6^o semestres de Letras. Montaram-se três instrumentos: para avaliar hábitos de leitura e audiência de rádio e televisão, um para verificar a compreensão do oral e outro, a do escrito.

O texto oral escolhido foi, como já mencionou-se, uma entrevista de rádio gravada e transcrita e o escrito, um texto opinativo, retirado de jornal.

Tratando-se de textos argumentativos, e considerando sua especificidade, as duas primeiras perguntas dos instrumentos 2 e 3,

sobre texto oral e escrito respectivamente, foram relativas a tese e a argumentos. Com essas questões pretendeu-se verificar se os alunos percebiam as características básicas desse tipo de texto e se o compreendiam, apreendendo tópicos. As demais questões se constituíram na solicitação de resumo de três trechos importantes dos textos. Com isso procurou-se averiguar se os alunos identificavam tópicos e compreendiam o texto.

Na aplicação dos instrumentos, o objetivo foi o de verificar como os alunos entendiam as entrevistas e liam textos opinativos em sua vida diária. Assim, eles deviam ouvir uma só vez toda a entrevista e deviam responder às perguntas relativas à tese e aos argumentos. Para fazer os resumos, os alunos ouviam novamente uma vez cada trecho. O mesmo procedimento foi adotado quanto ao escrito: os alunos podiam ler o texto inicialmente quantas vezes quisessem durante quinze minutos; a seguir era-lhes solicitado que lessem alguns parágrafos para resumo. A pergunta não era fornecida antes da audição ou da leitura e os alunos não tinham a possibilidade de reformular respostas dadas anteriormente, já que cada uma delas era escrita em uma folha recolhida imediatamente pelo pesquisador.

Para o estabelecimento dos procedimentos de análise, é necessário voltar às hipóteses. As afirmações aí feitas foram: há pouca familiaridade dos alunos com a linguagem escrita; o texto argumentativo escrito apresenta complexidade maior, o que o torna mais difícil de ser compreendido.

A primeira afirmação deve ser verificada pela avaliação do instrumento relativo a hábitos de leitura e audiência de rádio e televisão. A comprovação da segunda afirmação deve aparecer na análise dos dados coletados pelos instrumentos sobre o texto oral e o escrito.

Análise dos dados

A familiaridade com a leitura e a linguagem oral

A análise dos dados relativos ao instrumento 1, sobre leituras, contatos com rádio e televisão e percepção de dificuldade de leitura pelos próprios alunos, mostrou que, quanto ao texto escrito, aproximadamente a metade dos alunos lê jornal e que desses, só a

A IMPORTÂNCIA DO TÓPICO NA LEITURA

metade o faz diariamente, preferindo assuntos e seções que excluem noticiário político, editorial e reportagem. Quanto a revistas, 60% dos alunos que dizem ler revistas afirmam que lêem todas as seções, mas o percentual dos que lêem revistas é mais baixo do que o dos que procuram jornais. Os assuntos que interessam são os mesmos que para os jornais.

Quanto a livros técnicos os mais citados são os de lingüística e gramática. Os textos técnicos consultados pelos alunos são os exigidos pelo Curso. A metade dos romances, contos, crônicas, poemas mencionados são aqueles solicitados pelos professores.

A metade dos alunos considera como sua maior dificuldade de leitura o desconhecimento dos assuntos, seguido pelo vocabulário e a sintaxe. 34,5% afirmam ser difícil apreender o tema e dados e idéias mais importantes.

Dentre os programas preferidos na televisão aparecem os noticiários, os filmes e os documentários e, no rádio, a preferência recai sobre os programas de música e notícias. As dificuldades de compreensão de programas orais se concentram na identificação de argumentos, embora a maioria considere não ter nenhuma dificuldade.

Conclui-se, então, que os alunos lêem e têm contato com rádio e televisão, mas que essas são atividades não muito freqüentes e de apenas alguns.

A apreensão da tese e dos argumentos

Tratando-se de texto argumentativo, o primeiro passo para a avaliação da leitura foi o da percepção pelos alunos da organização argumentativa dos textos. Por esse motivo, as duas primeiras perguntas dos instrumentos 2 e 3 foram: *O que defende o editorialista/articulista?* e *Que razões ele(s) apresenta(m) para sustentar a defesa de seu ponto de vista?* A percepção da tese e dos argumentos passou pela identificação dos tópicos.

Como subjaz às hipóteses, o pressuposto de que uma maior complexidade organizacional do tópico provoca maior dificuldade de compreensão, procurou-se analisar como se organizava cada um dos textos submetidos à leitura dos alunos.

Examinando a entrevista de rádio, viu-se que há boa percentagem de tópicos fora de cadeias, as quais são sempre curtas e, além disso,

interrompidas por outras igualmente curtas que se intercalam e que constituem um segundo plano que deve ser percebido como tal pelo aluno. Esses dados poderiam levar a crer que o texto em análise é incoerente, o que contraria a competência de compreensão de texto de um falante/ouvinte nativo. Conclui-se daí que a análise da organização do tópico não é suficiente para dar conta da coerência textual. A observação mais detalhada mostrou que elementos que parecem isolados, na verdade não o são, já que se articulam não a um tópico anterior, mas a um comentário precedente. Entende-se por comentário aquilo que é dito sobre o tópico; é a informação nova introduzida no texto.

Esse fato levou a olhar a articulação entre tópicos e comentários. Essa segunda análise evidenciou uma nova relação entre elementos do texto, aumentando o grau de coesão. A necessidade dessa articulação para o entendimento da coesão e da coerência do texto já parece indicar que a hipótese, que propõe que a identificação do tópico permite a compreensão do texto, não pode ser pensada como tal. Nossa análise mostrou que é indispensável a identificação também da informação nova, o comentário.

Mas essa articulação ainda não parece suficiente para explicar a coesão e a coerência. Examinando novamente a entrevista, percebem-se fatores como conectores argumentativos, marcadores de integração linear, pressuposições, etc., que apontam para a relação entre os tópicos. Conectores são palavras que estabelecem ligação entre duas entidades semânticas. Assim, conectores como “porque” indicam argumentos que apóiam a tese. Expressões como “em primeiro lugar”, “em segundo lugar”, etc. são marcadores de integração linear que pontuam os tópicos com papel de argumentos. Pressuposições como “outra”, de “outra possibilidade”, mostra uma relação com informação anteriormente fornecida.

Conclui-se que a relação tópico-comentário e a presença de elementos como conectores, marcadores de integração linear, pressuposições, etc., contribuindo para o estabelecimento da coesão e da coerência, devem tornar o texto oral que está em estudo menos difícil de ser compreendido.

Os resultados relativos à compreensão da tese, que era composta por dois elementos semânticos ligados pelo conector “mas”, cada qual seguido por seus respectivos argumentos, mostrou que a percepção de

A IMPORTÂNCIA DO TÓPICO NA LEITURA

tópicos e comentários referentes só à primeira parte da tese foi duas vezes mais freqüente do que a percepção só da segunda parte. Apenas quatro alunos indicaram os dois elementos que compunham a tese. É importante registrar que, sendo complexa, a tese exigia a associação de informações e que a quase total ausência de percepção de suas duas partes estaria apontando para uma possível dificuldade dos alunos de associar informações.

Vários procedimentos de leitura (usamos o termo “leitura” para designar tanto a compreensão do escrito quanto a do oral) foram identificados, que não eram esperados: apreensão alterada de informação do texto, identificação de informações secundárias não pertinentes, acréscimo de informações oriundas de conhecimento acumulado do aluno, respostas sem relação com o texto.

Quanto aos argumentos, embora o entrevistado os apontasse com o conector “porque”, e os enumerasse por meio de marcadores de integração linear, havia argumentos apoiando cada uma das duas partes da tese.

Os resultados da análise dos dados indicaram ocorrência maior de identificação de apenas um argumento, mas houve um percentual bastante próximo de percepção de mais de um argumento. Esses números, entretanto, foram baixos. Estratégias de leitura constituídas por acréscimo de informações de conhecimento acumulado, inferências a partir de informações do texto, alterações de informações e respostas sem relação com o texto corresponderam à metade dos procedimentos apresentados pelos alunos. É interessante observar que, embora tenha havido identificação de alguns argumentos, muito raramente foi feita relação entre tese e argumentos.

A observação de um texto escrito de opinião extraído de jornal mostrou a existência de muitos tópicos longos, com o traço -animado, cadeias curtas, com relação complexa entre seus elementos. Notou-se uma certa simetria entre as informações: em todos os parágrafos, o primeiro enunciado retoma elementos nucleares da tese, constituindo-se o restante do parágrafo em argumentos para a tese. Em todo o texto há apenas dois conectores, o que significa que a relação entre as informações se verifica quase sempre sem marcas lingüísticas explícitas de ligação. Isso deve dificultar a leitura.

A análise dos dados indicou que a grande maioria dos alunos identificou tópicos e comentários com função de tese na compreensão

do texto escrito. Na verdade, o aparecimento de parte da tese no título e nos tópicos introdutórios dos três primeiros parágrafos deve ter facilitado a leitura. Estaria se confirmando aqui o que foi proposto desde o início de nossas análises: a correlação entre estruturação informacional e leitura?

Na questão relativa à apreensão de tópicos e comentários com papel de argumentos para a tese, encontrou-se um percentual muito baixo de respostas esperadas, que seria a identificação de dois argumentos (2,1%). Um número um pouco maior de enunciados indicaram a apreensão de apenas um argumento (17%). A relação entre tese e argumentos foi muito raramente percebida. Encontrou-se grande frequência de respostas alteradas e de informações inexistentes no texto; poucas vezes ocorreram inferências a partir do texto e informações derivadas de conhecimento acumulado dos alunos.

Em relação às hipóteses, mais uma constatação pode ser feita em decorrência dos resultados obtidos a partir das análises: a de que, diferentemente do que foi previsto, a identificação de tópicos (e, embora não tenha sido mencionado nas hipóteses, acrescente-se agora a identificação de comentários) foi tão difícil no escrito quanto no oral.

Uma última constatação, que deriva do estudo desenvolvido sobre a compreensão da tese e dos argumentos que a apóiam, é relativa à hipótese de que a não-identificação do tópico pode trazer dificuldade de leitura. De acordo com as análises, a dificuldade para o aluno não reside na não-percepção das informações, mas na dificuldade de selecionar informações relevantes, de estabelecer relação entre elas, de hierarquizá-las. Essa dificuldade se estenderia à apreensão do papel específico de tese e de argumentos que certas informações estariam desempenhando no texto argumentativo.

O resumo na verificação da compreensão

O resumo, condensação das informações de um texto oral ou escrito, reduz as proposições contidas num texto em uma série menor de proposições de alto nível ou macroproposições. Essa série de proposições descreve a organização global do texto. Na criação dessas macroproposições, proposições são primeiro diferenciadas de acordo com sua relevância. Para isso o leitor deve decidir o que é relevante. Uma vez feita a atribuição de relevância, proposições irrelevantes são

A IMPORTÂNCIA DO TÓPICO NA LEITURA

apagadas e as relevantes são incorporadas à macroestrutura, depois de serem modificadas por outros macroprocessos, formando então uma macroproposição. Um dos macroprocessos é a generalização sobre pormenores irrelevantes. Isso pode levar ao apagamento de qualificadores, nomes específicos, datas, lugares, etc. Estruturas de conhecimento, como os esquemas mentais (scripts, frames, etc), são cruciais para o estabelecimento de diferenças entre proposições relevantes e irrelevantes.

O processo de generalização que ocorre no resumo está relacionado à compreensão do texto. Psicolinguistas, quando procuram medir a compreensão e detectar as operações implicadas, recorrem a um teste de lembrança imediata que não é muito diferente de um teste de resumo. Não podendo reproduzir literalmente os dados que excedem sua memória de trabalho, os sujeitos produzem um condensado do texto, representando sua macroestrutura. Toda atividade de leitura ou audição implica, assim, operações de condensação-reformulação.

No texto argumentativo, objeto da pesquisa, a hierarquia informacional é marcada de modo específico. Constata-se a complexa relação entre tópicos, a descontinuidade na organização topical e cadeias curtas. Nesse tipo de texto, têm grande importância para a hierarquização das informações os conectores como “mas”, “porque”, etc. Esses conectores indicam que funções semântico-pragmáticas ligam sua enunciação aos segmentos que os precedem e permitem ao leitor reconstruir o que o enunciado quis dizer. A interpretação do leitor leva-o a reunir conjuntos de enunciados que têm a mesma função enunciativa. Por exemplo, na hierarquização das informações se, numa seqüência de dois enunciados, o leitor reconhece que o segundo enunciado tem por função justificar a asserção anterior, ele interpretará que a justificativa é subordinada à asserção. Se, ao contrário, o leitor entende que o produtor do texto pretendeu tirar um enunciado de outro que ele já mencionou, esse leitor interpretará o segundo enunciado como sendo sua intenção principal. Outros mecanismos do resumo são a nominalização, a pressuposição e a implicação. Além disso, o sistema de resumo que se apóia sobre marcas presentes no texto, marcas que funcionam como instruções para interpretação relativamente estáveis, já que são convencionais, não pode prescindir de intuição para fundamentar a idéia de informação semanticamente essencial à compreensão.

Nesta pesquisa, a relação tópico-comentário pode ser marca de significatividade da informação. Os indícios textuais em que o tópico aponta para um elemento adquirido anteriormente, resgatável em todo o texto em que esse tópico vem a ser empregado, parece poder ser mantido já que não é um acaso se a informação sentida intuitivamente como essencial é também aquela que ocupa uma posição temática e é anaforizada. As cadeias anaforizadas que remetem a uma mesma expressão-fonte são também fator de solidariedade textual, além dos conectores.

A inclusão do resumo nas questões para verificar a compreensão dos textos reside na especificidade das operações psicolinguísticas envolvidas na atividade. O leitor deve identificar os tópicos, as cadeias que eles constituem e sua relação hierárquica, pois só nessa perspectiva se define um texto como uma unidade de significação, de nós conectados de modo seqüencial e hierárquico. Na elaboração do resumo, o leitor/ouvinte evidencia a apreensão do texto como um todo significativo. E, sobretudo, as respostas às questões de resumo evidenciam os procedimentos de leitura dos sujeitos da pesquisa.

Nesta pesquisa foram propostas três questões de resumo. As respostas consideradas de acordo com o esperado alcançaram percentuais relativamente baixos: 4,2% referentes ao texto escrito e 18,0 % ao oral na terceira questão; 12,7 % igualmente para o texto escrito e oral na quarta questão; 1,8 % para o texto escrito e 2,4 % para o oral na sexta questão. Quanto aos procedimentos de leitura, houve, em relação ao texto escrito e ao oral, evidências de não-percepção de dados relevantes, não-percepção da relação entre os dados, não-estabelecimento de relação lógica entre as informações, alteração das relações entre os dados, alteração de informações por interpretação pessoal, alteração de informações por inferência não oportunizada pelos textos, não-hierarquização das informações, isto é, informações secundárias mencionadas como relevantes, acréscimos de informações não mencionadas, introdução de informação nova a partir do conhecimento acumulado com uso do vocabulário do texto, imprecisão de informação.

Tais evidências revelaram, no processo de leitura dos alunos, a dificuldade em suprimir informações não-pertinentes e em hierarquizar tópicos e comentários. O resumo é, portanto, um recurso adequado não

A IMPORTÂNCIA DO TÓPICO NA LEITURA

só para avaliar a compreensão de leitura mas, sobretudo, para identificar os procedimentos de leitura dos sujeitos.

Convém salientar que a dificuldade demonstrada pelos alunos na elaboração do resumo pode ser atribuída à sua falta de hábito com tal atividade. Outra limitação pode ser encontrada na forma de proposição da atividade que visava a aproximar-se de uma situação real de audição ou de leitura de texto. Em razão desse propósito, não foi permitido aos alunos confrontarem seus resumos com o texto-base para possíveis correções. Cumpre ressaltar ainda a dificuldade existente na redação de um resumo, que exige uma reformulação econômica e precisa, o que nem sempre ocorreu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em busca de respostas para as pressuposições antes comentadas de que há inter-relação entre dificuldade de leitura e não-apreensão do tópico e de que a existência de especificidades na realização do tópico em textos argumentativos escritos provoca dificuldade de compreensão desses textos por alunos pouco familiarizados com essa modalidade, realizou-se a análise dos dados obtidos através da aplicação de instrumentos que contemplam tanto a linguagem oral quanto a escrita. Foram feitas as seguintes solicitações: identificação da tese e dos argumentos apresentados e realização de resumo de três partes dos textos. O instrumento para análise da linguagem oral foi elaborado tendo em vista a necessidade de verificar se o aluno, sendo mais familiarizado com o oral, entende melhor esse texto, identificando os tópicos.

Com as solicitações acima especificadas, elicitaram-se dados com a finalidade de aferir dois pontos importantes: apreensão/não-apreensão do tópico e conseqüente compreensão dos textos realizados nas diferentes modalidades de linguagem. Com o primeiro tipo de questão, que se refere à estrutura argumentativa do texto, pretendeu-se avaliar a compreensão global do discurso. Com o segundo tipo, procurou-se privilegiar a relação, a hierarquização e o destaque das informações mais importantes. Entendeu-se que tanto as questões que solicitam a indicação de tese e argumentos em prol da tese quanto as questões que solicitam o resumo de passagens do texto permitem

averiguar a apreensão topical. Como resposta à solicitação da tese e dos argumentos necessariamente deveriam aparecer os elementos nominais ou nominalizados responsáveis pela costura temática do texto, isto é, os tópicos, que se sobrepõem hierarquicamente ao longo do texto. Também nos resumos, após supressões e apagamentos, a série de proposições resultantes, relevantes em termos do tópico discursivo, formam uma macroproposição e se caracterizam por se embasarem em elementos nominais informacionalmente hierarquizados, os tópicos.

Tendo como suporte a literatura consultada, viu-se que as características existentes em relação aos tópicos do texto argumentativo escrito e a aparente descontinuidade referencial que esse tipo de texto apresenta provocam uma menor acessibilidade mental, esforço para o processamento da informação e, portanto, maior dificuldade leitora.

O texto escrito utilizado mostra a realização das especificidades antes apontadas para esse tipo de texto: tópicos que se caracterizam pelo traço semântico “menos animado”; predomínio de SN e vários tópicos longos. Há dificuldade em se estabelecer identidade entre os tópicos, uma vez que, nem sempre ao primeiro olhar, ou observando somente elementos topicais, pode-se perceber essa identidade. Ainda, muitas vezes, o comentário é importante por tornar-se tópico na continuidade do texto. A tessitura do texto, portanto, se faz de modo complexo.

O texto oral se aproxima do texto escrito em termos dos traços semânticos dos tópicos, mas difere em termos de formas de realização e extensão dos tópicos. A predominância de pronomes e anáforas tornam os tópicos desse texto mais curtos do que os do escrito. Há diferença também com respeito às cadeias topicais entre os dois tipos de textos. Ainda que o texto oral apresente cadeias topicais curtas, interrompidas por outras informações, estas são, comparadas ao texto escrito, em maior número. A continuidade referencial topical é assim mais evidente no texto oral. E, de acordo com a teoria que serviu de suporte para esta pesquisa, a maior continuidade dos tópicos é um facilitador de leitura.

A avaliação dos dados obtidos para o texto oral e para o texto escrito permitiu fazer a seguinte consideração: numericamente, os resultados contrariam a hipótese de maior dificuldade de compreensão do texto argumentativo escrito em relação ao oral.

O exame das respostas dos alunos possibilitou considerações mais específicas. Critérios foram estabelecidos para a avaliação dos

A IMPORTÂNCIA DO TÓPICO NA LEITURA

dados. A comparação entre o que se considerou a “leitura esperada” dos textos oral e escrito, uma vez que foi necessário estabelecer um parâmetro para efetuar a avaliação, e a informação dada pelo aluno determinaram o julgamento das respostas. Foram consideradas satisfatórias as respostas cujos dados estivessem contidos no texto; não foram aceitas informações de conhecimento acumulado dos alunos, alterações ou outras informações que não fossem mencionadas no texto. Com essa análise pretendemos chegar a um perfil mais acurado dos alunos quanto à compreensão de texto argumentativos orais e escritos, detendo-nos no último, e verificar as hipóteses que levantamos.

Houve grande dificuldade na primeira questão do texto oral em perceber a tese defendida pelo entrevistado. Enquanto para o texto escrito a tese defendida pelo articulista foi percebida e indicada por quase setenta por cento dos pesquisados, para o texto oral houve apenas um percentual de 23,81 % de alunos e a maioria deles apenas conseguiu identificar parte da tese.

A análise detalhada do texto torna válido o comentário: a primeira parte da tese do texto oral integra a pergunta do entrevistador, que pede a confirmação ou a negação do entrevistado e espera a argumentação em favor de seu ponto de vista. Isso torna-a mais acessível. A segunda parte é menos acessível por exigir que o aluno perceba o conector *agora* com o sentido de *mas*, que marca a inversão argumentativa do discurso.

A dificuldade em perceber a tese defendida pelo entrevistado está, como mostram os dados, diretamente relacionada à dificuldade de associar informações, já que a tese é complexa e exige o estabelecimento de relação entre tópicos e comentários. Esse tipo de procedimento de leitura também se estende à segunda questão.

Na questão de apreensão de argumentos para a tese, encontrou-se um percentual muito baixo das respostas esperadas tanto para o texto oral como para o escrito. No oral, os argumentos apreendidos mais freqüentemente são os que se referem à primeira parte da tese. Para o escrito, os dois argumentos em prol da tese, que deveriam constituir a resposta, foram pouco apontados. A relação entre tese e argumentos foi raramente percebida e assim a dificuldade de compreensão dos diferentes textos, conseqüentemente, se tornou evidente.

Já nas questões de resumo foi possível observar principalmente que os alunos, de modo geral, apreendem tópicos e comentários do

texto, mas têm dificuldade de selecionar os mais relevantes e hierarquizá-los. Os resultados da avaliação dos resumos tanto para o texto oral como para o escrito foram abaixo da expectativa.

Particularmente em relação ao texto escrito, os três parágrafos sobre os quais foram formuladas as perguntas se estruturam de modo simétrico e a relação entre as informações é bastante complexa, estabelecendo-se quase sempre através dos elementos lexicais. Em todos os parágrafos, o primeiro enunciado assume a função de tese. As informações da tese aparecem desenvolvidas no decorrer do parágrafo. Então, a relação entre os diversos tópicos e comentários adquire coerência pela sua articulação com a tese sustentada pelo autor no início do parágrafo. Esse fato faz com que seja definido um tópico e um comentário principais e informações secundárias, derivadas, que interagem semanticamente numa relação complexa.

Na estruturação da informação da entrevista oral, por outro lado, é nítido que a relação semântica entre os tópicos que constituem cadeias é reforçada pela articulação também com comentários. A coesão textual é ainda estabelecida através de marcas lingüísticas como os conectores introduzindo argumentos e tese, marcadores de integração linear destacando argumentos, pressuposições, etc., que auxiliam na tessitura do texto.

De acordo com os dados relatados, a hipótese de maior dificuldade de compreensão do texto escrito, devido a suas especificidades de organização, em termos do tópico, não se confirma. Primeiramente, houve dificuldade de compreensão tanto para o texto oral quanto para o escrito. Em segundo lugar, essa dificuldade não se restringe à não-identificação dos tópicos e, dessa forma, à possível não-identificação de informações, mas à dificuldade de selecionar e hierarquizar essas informações, distinguindo as informações importantes das secundárias, dificuldade de estabelecer relação entre elas e de definir a função que elas ocupam no texto. Foi, dessa forma, constante a leitura de informações isoladas, sem relação entre elas. O não-estabelecimento de elos entre as informações pareceu ser a dificuldade maior de leitura dos alunos, conforme mostrou a análise efetuada.

Em relação às outras questões dos instrumentos, os alunos, além de apresentarem os desvios de interpretação já citados, acrescentaram interpretações contrárias a afirmações do texto, introduziram

A IMPORTÂNCIA DO TÓPICO NA LEITURA

informações aí não contidas, além de produzirem alargamento semântico de informações.

Voltando a refletir sobre a hipótese da inter-relação entre não-apreensão do tópico e dificuldade de leitura, vê-se que, embora seja possível separar tópico e comentário para a realização de estudos teóricos, como o fazem Givón e outros lingüistas, quando se trata de avaliar a linguagem em uso, em atividades como a leitura, a separação polarizada entre tópico e comentário, sem levar em consideração a hierarquia informacional, se torna impossível. Uma melhor formulação da hipótese seria, então: há correlação positiva entre a dificuldade de relacionar e hierarquizar tópicos e comentários em textos argumentativos escritos e também orais e a dificuldade de compreender esses textos.

Diante dos fatos apresentados, acredita-se que são pertinentes ainda as considerações que se faz a seguir sobre os possíveis fatores que interferiram nos resultados obtidos.

A situação apresentada pelo instrumento do oral é um deles. Mesmo estando em contato permanente com a linguagem oral, também através dos principais veículos de comunicação, os alunos podem ter estranhado a situação da entrevista que lhes foi proposta. Embora houvesse boas condições acústicas, não havia imagem, nem a presença do falante, diferentemente do que ocorre na televisão ou no dia-a-dia. Além disso, o oral exige atenção maior do que o escrito, no qual se pode sempre voltar atrás e repetir a leitura. Essa variável pode ter interferido nos resultados.

Na seqüência de possíveis fatores intervenientes estão a provável diminuição do interesse dos alunos pelo trabalho, aplicado por pesquisadores e não pela professora responsável e, também, a falta de hábito dos alunos de realizar tarefas desse tipo.

Essas variáveis talvez tenham sido determinantes no trabalho dos alunos e não puderam ser controladas. Fica, porém, a observação de que, independentemente desses fatores, quando se compara o oral e o escrito, no que diz respeito à seleção de informações, estabelecimento de relação e hierarquização entre elas, os resultados são muito semelhantes. Além disso, constata-se a existência de procedimentos de leitura muito próximos, tanto no oral quanto no escrito.

Não se pode deixar de mencionar outras limitações que se percebe neste trabalho. Nas análises, a avaliação foi baseada em

respostas que se considerou serem as desejadas para cada questão. Certamente outras leituras diferentes e igualmente válidas poderiam ser feitas.

Além disso, sabe-se que a análise dos diferentes procedimentos de leitura poderia ser aprofundada. Algumas vezes ainda, não se soube distinguir com clareza procedimento de leitura e dificuldade de formulação do enunciado, ou seja, muitas vezes não se teve condições de perceber se tratava-se de uma dificuldade de leitura ou de uma dificuldade de redação.

Outra restrição, ainda, é o fato de que foram analisados apenas um texto oral e um escrito. Coloca-se uma pergunta: os resultados obtidos a partir de um só texto de cada modalidade seriam válidos para outros textos? Não se tem resposta para a questão, já que não foram feitas outras análises. Entretanto, uma outra pergunta pode também ser feita: quantos textos seriam necessários para que se chegasse a resultados generalizáveis, uma vez que cada texto tem sua própria estruturação? Resta, entretanto, a correlação proposta entre complexidade de organização informacional e dificuldade de leitura. Não se pode negar, todavia, que outras análises precisam ser feitas para verificar se essa correlação se mantém.

Considera-se que a complexidade de organização da informação em textos argumentativos orais e escritos, apesar de já se ter desenvolvido pesquisa sobre isso, não está ainda suficientemente explorada. Antes de procurar solução para as perguntas colocadas, quanto a dificuldades de leitura dos alunos, são necessários outros estudos sobre a forma como tópicos e comentários se estruturam em textos argumentativos orais e escritos. Esse, na verdade, deve ser o tema de próximas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. Types de séquences textuelles élémentaires. *Pratiques* 56, déc. 1987.
- BARBISAN, Leci Borges et al. *Tópico e compreensão de textos argumentativos orais e escritos*. Porto Alegre: PUCRS, mimeo, 1996.

A IMPORTÂNCIA DO TÓPICO NA LEITURA

- CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours d'information médiatique*. Paris: Nathan, 1997.
- CHAROLLES, Michel. Les formes directes et indirectes de l'argumentation. *Pratiques* 28, oct. 1980.
- GIVÓN, Talmy. *Mind, code and context*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associated Publishers, 1989.
- GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, v. 2, 1990.
- GIVÓN, Talmy. The grammar of reference coherence as mental processing introductions. *Linguistics* 30 (1-3), 1992.
- GOODMAN, Kenneth S. Unidade de leitura: um modelo psicolinguístico transacional. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: PUCRS, v. 26, n. 86, 1991.
- HALLIDAY, M.A.K., HASAN, Ruqaiya. *Language, context and text*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- KATO, Mary. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1990.
- KLEIMAN, Ângela. *Oficina de leitura – teoria e prática*. Campinas: Pontes, 1992.
- KOCH, Ingedore G. V. A repetição na língua falada como estratégia de formulação textual. In: KOCH, Ingedore G. V.(org.). *Gramática do português falado: desenvolvimentos*, v. 6. Campinas: EDUNICAMP/FAPESP: 95-130, 1996.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Leitura e compreensão de texto falado e escrito como ato individual de uma prática social. In: ZILBERMAN, Regina et al. *Leitura: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Ática, p. 38-58, 1988.
- PERELMAN, Chaim, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Traité de l'argumentation; la nouvelle rhétorique*. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 1983.
- TANNEN, Deborah. Oral and literate strategies in spoken and written narratives. *Language*, v. 58, 1982.
- VAN DIJK, Teun Adrianus. A descrição do texto. In KIBEDI-VARGA. *Teoria da literatura*. Lisboa: Presença, 1981.

O modelo de Hasan para a textura de textos original e traduzido

Beatriz Viégas-Faria
PUCRS

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo mostrar a aplicação de um modelo para avaliação da textura de textos e, conseqüentemente, da coerência textual desses mesmos textos, conforme proposto por Ruqaiya Hasan na obra *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective* (Halliday e Hasan, Oxford University Press, 1989). Essa aplicação pretendeu verificar se, segundo os parâmetros sugeridos no modelo, quais sejam, mecanismos coesivos e cadeias coesivas, dois textos que se apresentam como de igual teor – texto original e sua tradução – exibem quantidades aproximadas desses itens tomados como parâmetros de harmonia coesiva.

Os textos que receberam a aplicação do modelo são trechos selecionados do conto *Pearls are a nuisance*, de Raymond Chandler, e de sua tradução para o português, *Pérolas são um incômodo*.

A hipótese que norteou o trabalho e que se procurou corroborar é a seguinte: original e tradução, por dever ser esta fiel não só ao conteúdo do texto-fonte mas também ao estilo do autor, devem apresentar índices aproximados de textura de texto.

DEFINIÇÃO DE TERMOS

No Capítulo 5 da obra *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective* (Halliday e Hasan, 1989), a autora Ruqaiya Hasan apresenta, com o título “The texture of a text”,

O MODELO DE HASAN

suas idéias para uma possível avaliação comparada de textos quanto a sua coesão e conseqüente coerência.

Entram nesse capítulo as definições de vários termos técnicos para a Lingüística, segundo a visão dos autores. Um texto é visto como uma unidade, e essa unidade caracteriza-se pelo amalgamento de dois elementos: estrutura e textura. Além da continuidade estrutural, que é básica para se definir o gênero em que se insere o texto, temos também o que Hasan chama de continuidade em termos de textura. “A *textura* de um texto manifesta-se por certos tipos de relações semânticas entre suas mensagens individuais.” (p. 71, tradução minha, como de resto todas as demais passagens traduzidas daquele texto e citadas no presente capítulo.) Em outras palavras, a textura é urdida e tramada pelas relações de significado entre as partes do texto.

Um texto pode estar incompleto em sua estrutura, e, mesmo assim, a parte que está escrita necessariamente terá textura. Essa textura será percebida pelo leitor como coerência.

A textura de um texto é criada a partir de elementos semânticos e léxico-gramaticais. Hasan, tendo isso em mente, parte para a definição dos seguintes termos:

1. *Elo coesivo*: uma relação entre dois membros que se encontram separados dentro do espaço linear e contínuo de um texto. O vínculo entre os dois é semântico. “Tais relações semânticas formam a base para a coesão entre as mensagens de um texto.” (p. 73)
2. *Co-referencialidade*: (ou identidade de referência) quando os referentes situacionais de ambos os termos ligados por um elo coesivo são a mesma coisa.
3. *Co-classificação*: tipo de relação semântica em que as coisas, processos ou circunstâncias a que se referem os termos ligados por um elo coesivo pertencem a uma mesma classe, sendo que os dois são diferentes entre si, i.e., seus referentes situacionais são coisas distintas.
4. *Co-extensão*: os dois termos do elo coesivo encontram referentes dentro do mesmo campo semântico.

Essas três relações semânticas concretizam-se via padrões léxico-gramaticais, chamados por Hasan de mecanismos coesivos.

1. Mecanismos coesivos gramaticais de elos de co-referencialidade e co-classificação: os que concretizam a co-referencialidade são tipicamente as formas pronominais, os artigos definidos e as formas gramaticais que denotam comparação. Os que concretizam a co-classificação são tipicamente a substituição ou elipse (nominal, verbal, da oração). Esses mecanismos coesivos gramaticais também são chamados pela autora de mecanismos de codificação implícita, porque a interpretação de cada um deles só vai se dar com referência a algum outro item do texto. “E é essa natureza essencialmente relacional dos mecanismos de codificação implícita que os dota da possibilidade de funcionarem como mecanismos coesivos.” (p. 75) A função coesiva desses mecanismos realiza-se (e assim tece a textura do texto) exatamente quando eles são interpretados através de sua relação com mecanismos de codificação explícita presentes no mesmo texto ou parte de um texto. O emprego de elos coesivos é o que vai criar a coesão de um texto.

Hasan observa então que os mecanismos coesivos de codificação implícita podem ser interpretados de acordo com fontes (seus referentes) que se encontram ou no ambiente extralingüístico – o contexto, e essa interpretação é chamada EXOFÓRICA, ou no ambiente lingüístico – o co-texto, e a essa interpretação dá-se o nome de ENDOFÓRICA. Os elos endofóricos são os mais importantes na formação da textura de um texto, e dividem-se em dois tipos: *anafóricos*, quando o referente lingüístico antecede o mecanismo coesivo gramatical, e *catafóricos*, quando o referente aparece depois do termo implícito.

A autora observa que “um vínculo coesivo pode se estabelecer mesmo quando o significado específico permanece desconhecido. Isso demonstra que mais importante para a textura é a identidade e/ou similaridade do conteúdo semântico e não o conteúdo propriamente dito” (p. 78).

1. *Mecanismos coesivos lexicais de elos de co-extensão*: no caso da co-extensão, os dois termos do elo coesivo são explícitos, i.e., são

O MODELO DE HASAN

itens lexicais que pertencem a um mesmo campo semântico. Hasan observa que essa definição é vaga. A autora então apresenta cinco tipos de mecanismos coesivos lexicais que serviriam para determinar com maior precisão o termo “campo semântico”.

- 1.1. **SINONÍMIA:** a relação que há entre dois itens lexicais que têm idêntico um tipo de significado, sem que haja uma sobreposição total de significados.
- 1.2. **ANTONÍMIA:** relação de oposição (a autora cita “prateado” e “dourado” como exemplo).
- 1.3. **HIPONÍMIA:** relação de hierarquia, entre uma classe geral e suas subclasses. O termo que refere a classe geral chama-se *superordenado*, e os termos que se referem às subclasses chamam-se *hipônimos* (co-hipônimos entre si).
- 1.4. **MERONÍMIA:** relação entre o todo (o termos superordenado) e suas partes (co-merônimos entre si).
- 1.5. **REPETIÇÃO:** ocorrências repetidas de um mesmo item ou unidade lexical.

A autora observa que os mecanismos acima definidos, gramaticais e lexicais, são típicos de relações componenciais. “Os itens que servem de termos de um elo formam parte de uma mensagem ou mensagens, i.e., são componentes de mensagens. A vinculação dos componentes cria a coesão entre mensagens.” (p. 81)

Com um exemplo onde dois termos implícitos ficam sem interpretação, a autora mostra que é possível perceber relações de co-referência entre eles. Com um segundo exemplo, de um poema, Hasan apresenta como pode-se interpretar um mecanismo implícito mesmo quando não aparece no texto o seu referente lingüístico. Isso porque textos apresentam elos lexicais, e estes “costuram” relações semânticas. Essas relações semânticas são os “fios de linha”, e Hasan observa que “para ser eficaz, a coesão gramatical requer o suporte da coesão lexical”, mas também acontece que “a coesão lexical, por sua vez, requer o suporte da coesão gramatical” (p. 82). A reciprocidade dos dois tipos de coesão e a simultaneidade com que operam no texto os diferentes tipos de relações semânticas são características daquilo que Hasan denomina textura.

BEATRIZ VIÉGAS-FARIA

Observe-se o seguinte trecho do conto *Pearls are a nuisance*, de Raymond Chandler:

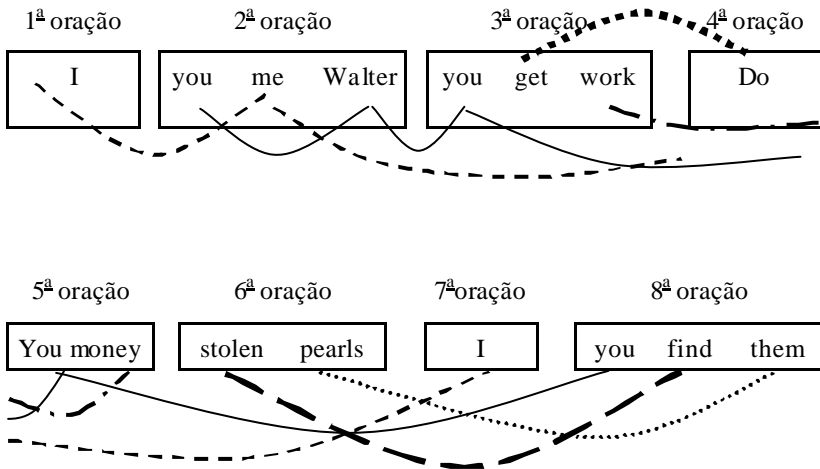
“I don’t think you love me, Walter. And anyway you ought to get some work to do. You have too much money. Somebody has stolen Mrs. Pen Ruddock’s pearls and I want you to find them.” (p. 139)

Leia-se também o mesmo trecho em sua tradução para o português:

Acho que você não me ama, Walter. E, de qualquer modo, devia arranjar algum trabalho para fazer. Você tem dinheiro demais. Roubaram as pérolas da Sra. Penruddock, e quero que você as encontre. (p. 137)

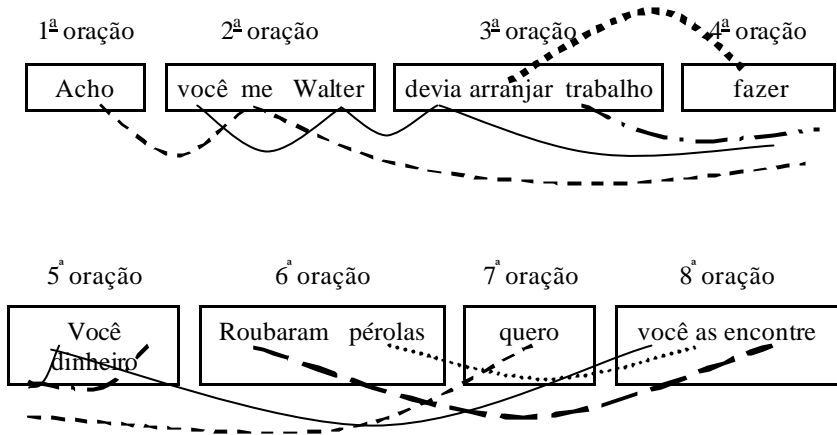
Esta foi uma passagem escolhida aleatoriamente e, por coincidência, apresentam, original e tradução, exatamente os mesmos fios de continuidade, conforme pode-se verificar abaixo:

ORIGINAL:



O MODELO DE HASAN

TRADUÇÃO:



Cada fio de continuidade textual entra na formação de uma *cadeia coesiva*. O diagrama acima dá uma idéia de como operam simultaneamente muitas cadeias coesivas. Cada uma dessas cadeias fundamenta e delimita a área de significado das outras cadeias – e isso basicamente explica por que “nos usos naturais da linguagem, dificilmente detectamos ambigüidades” (p. 84).

Uma *cadeia de identidade* apresenta entre seus termos relações de co-referência. Uma *cadeia de similaridade* apresenta entre seus termos relações de co-classificação ou co-extensão.

Note-se que, numa cadeia de identidade, como diz Hasan, pode parecer paradoxal, mas “a identidade extralingüística da coisa [referida] é imaterial para a textura [do texto]” (p. 84). A autora sugere que, quando pensamos em co-referência, pensamos não só na “mesma coisa extralingüística”, mas também na “mesma coisa extralingüística dentro do contexto do texto específico” (p. 85) que se está lendo. Em outras palavras, dois termos quaisquer, membros de um elo coesivo, são mecanismos textuais e não entidades independentes do texto.

Interação entre cadeias coesivas são relações (“essencialmente gramaticais”, p. 91) que se formam entre membros de duas ou mais cadeias coesivas, apresentando-se esses aos pares, ou seja, para que seja caracterizada a interação entre cadeias é necessário que pelo menos

dois membros de uma cadeia tenham uma relação gramatical do mesmo tipo (ex: sujeito da voz ativa – verbo de ação; substantivo – adjetivo; verbo transitivo direto – objeto direto; etc.) com dois membros de outra cadeia. Essas relações de interação entre cadeias coesivas podem ser visualizadas para textos curtos quando se monta uma figura em forma de diagrama.

Os membros da uma cadeia coesiva que entram em interação chamam-se *ocorrências centrais*, enquanto que os demais membros da mesma cadeia são *não-centrais*. Ocorrências centrais e não-centrais, membros de cadeias de identidade ou similaridade, são o que se chama de OCORRÊNCIAS RELEVANTES. Em oposição às relevantes, as OCORRÊNCIAS PERIFÉRICAS são aqueles termos que não entram em nenhuma cadeia coesiva.

1. *Cadeias focais*: são aquelas cadeias coesivas com o maior número de interações com outras cadeias, menores.

Quanto menos ocorrências periféricas em relação ao número de ocorrências relevantes, mais *coerente* o texto. Quanto mais ocorrências relevantes em relação ao número de ocorrências periféricas, mais *coerente* o texto. Quanto menos falhas no diagrama de interação entre cadeias coesivas, mais *coerente* o texto. Essas três regras somam-se para dar ao texto sua *harmonia coesiva*. Assim sendo, Hasan afirma que “a variação em coerência é função da variação em harmonia coesiva de um texto” (p. 94).

O MODELO DE HASAN

Com base nos conceitos acima apresentados, Ruqaiya Hasan propõe que se avalie a textura de textos em termos de comparação fundamentada em dados quantitativos. Quatro tabelas e uma figura são sugeridas pelos exemplos utilizados pela autora no Capítulo 5 de *Language, context, and text*. Uma das tabelas consiste naquilo que a autora chama de “leitura lexical” de cada texto investigado. Nessa tabela entram todos os itens lexicais (explícitos e interpretados coesivamente) do texto. Outra tabela mostra os mecanismos coesivos gramaticais (de codificação implícita) que, interpretados coesivamente

O MODELO DE HASAN

segundo o texto, serão “lidos” semanticamente conforme seus referentes lingüísticos aparecem no texto (ou conforme seus referentes extralingüísticos aparecem no contexto da situação).

Assim temos que, para um número x de mecanismos coesivos gramaticais desta segunda tabela encontraremos o mesmo número x de itens lexicais devidamente marcados na primeira tabela. No presente trabalho, esses itens lexicais aparecem em negrito (itens exofóricos), em itálico (substantivos modificados por artigo definido) ou sublinhados (as interpretações de seus respectivos mecanismos coesivos gramaticais).

A terceira tabela mostra as cadeias coesivas do texto, sendo que primeiramente são examinadas as cadeias de identidade e, em segundo lugar, as de similaridade.

A quarta tabela apresentará então em valores numéricos a contagem dos itens anteriormente apresentados nas três tabelas citadas. Com o título “Mecanismos coesivos gramaticais e lexicais”, a tabela mostra principalmente as porcentagens em que são encontrados esses mecanismos dentro do texto, lado a lado com as porcentagens encontradas para o texto comparado. Essa tabela vem a ser o coração do modelo de Hasan, e fundamental no que se refere ao meu interesse específico em comparar texto original e texto traduzido.

A figura (em formato de diagrama), que a autora nos oferece como exemplo dentro de seu modelo de comparação de textos quanto à textura, apresenta – sempre tomando como base um texto curto ou uma passagem curta – as interações encontradas entre cadeias coesivas.

Modificações introduzidas no Modelo de Hasan

Em função do presente estudo, algumas alterações foram feitas em relação ao modelo conforme proposto pela autora em *Language, context, and text*. Em primeiro lugar, foi modificada a ordem de apresentação das tabelas, sendo que a Tabela 4 deste trabalho é na verdade a segunda tabela a ser apresentada por Hasan, antecedendo a apresentação dos dados da Leitura Lexical dos textos comparados e de suas Cadeias Coesivas. Por que tal inversão de ordem? Na página 87 de seu artigo “The texture of a text”, Hasan observa que sua segunda tabela (Mecanismos coesivos gramaticais e lexicais) apresenta, na linha 3, as “porcentagens de mecanismos coesivos gramaticais que entram

em cadeias; essas cadeias são formais, conforme descritas em Halliday & Hasan (1976) e não correspondem necessariamente a cadeias de identidade e/ou similaridade”. A modificação ora introduzida fica por conta de utilizarem-se justamente os dados de nossas Tabelas 3 (Cadeias coesivas), item 1 – cadeias de relações de identidade para então se obter os dados percentuais dessa linha 3 em nossas Tabelas 4. Altera-se, assim, a definição proposta pela autora e passa-se a lidar com cadeias, para essa linha 3 da tabela, que correspondem necessariamente a cadeias de identidade, e os dados da Tabela 4 podem ser cotejados com os da Tabela 3 em seu primeiro item. Tem-se assim uma definição mais limitada do que seria esse item 3 da Tabela 4, uma definição que se restringe aos conceitos apresentados pela autora tão-somente no artigo “The texture of a text” quando define o termo “cadeia coesiva”, conforme se viu acima, na seção “Definição de termos”.

Também nossa Tabela 4 (Mecanismos coesivos gramaticais e lexicais) difere dessa tabela, que é a segunda no modelo de Hasan, por introduzir um item, uma linha a mais. Enquanto o original apresenta 10 itens, nossa tabela tem 11, porque, entre “porcentagem de [mecanismos coesivos gramaticais] interpretados anaforicamente” e “porcentagem de [mecanismos coesivos gramaticais] interpretados exoforicamente”, acrescentamos “porcentagem de [mecanismos coesivos gramaticais] interpretados cataforicamente”. Este último é um item que diz respeito diretamente à linguagem literária de ficção, uma vez que a catáfora é usada corriqueiramente por autores ficcionais, como técnica que contempla não só a economia do texto, mas também a criação do suspense dentro do texto, conforme requerido pelo enredo ou mesmo pelo estilo do autor. Explica-se a não existência de catáforas no modelo de Hasan porque os textos por ela comparados foram criados oralmente por crianças, e o recurso catafórico na linguagem sempre é uma sofisticação e, provavelmente, não faz parte do repertório lingüístico infantil como recurso que se usa deliberadamente.

Uma outra modificação introduzida no modelo de Hasan para o presente trabalho diz respeito ao tratamento dado às partículas de negação, conforme pode ser visto abaixo, nas tabelas dos textos original e traduzido da Parte 1 do conto de Chandler. Essas partículas (not, no / não, nem) são computadas em nosso estudo, ao passo que, no Texto 5.2 de Hasan, tem-se, na linha 4, “they don’t know” (p. 72), o que vai aparecer na leitura lexical como “sailor boy girl dog know” (p. 87), ou

O MODELO DE HASAN

seja, a autora não inclui a partícula de negação como item lexical a ser considerado. Para mim, particularmente, essa opção parece não fazer sentido, pois, já que esse é um estudo que se propõe dentro da semântica, como desconsiderar um item que justamente traz para dentro da frase o sentido oposto do verbo que está devidamente computado nas tabelas?

Que o trabalho de Hasan insere-se no estudo da semântica é algo que fica claro e explícito já na p. 71, segunda página do artigo “The texture of a text”: “A textura de um texto manifesta-se por certos tipos de relações semânticas entre suas mensagens individuais”.

No presente trabalho, com referência específica à Tabela 1 do Original da Parte 1, as partículas “not” das linhas 2 e 7 encarregam-se de explicar a ocorrência de “any” em “anything” e “any morning”, respectivamente. Para não cair em redundância, os dois itens “any” não são computados (pois são decorrências normativamente gramaticais das partículas “not”) e aparecem na tabela da seguinte forma: “(any)thing” e “(any)-morning”.

Outra razão por que faço questão de incluir as partículas de negação nas Tabelas 1, de leitura lexical dos textos, é porque penso que devemos ser capazes de reconstruir a passagem analisada a partir de sua Tabela 1. Uma reconstrução ainda mais fidedigna e praticamente completa pode-se dar a partir das Tabelas 1 e 2; no caso do presente trabalho, só faltaria determinar o tempo verbal e, mesmo assim, as expressões adverbiais de tempo poderiam eventualmente ditar os tempos verbais a serem empregados.

Nas Tabelas 1 (“leitura lexical”), optei também por apresentar os verbos em sua forma infinitiva, evitando assim a escrita desnecessária dos tempos compostos e procurando dar solução à introdução de ocorrências da voz passiva nas tabelas, tentando ainda uniformizar de alguma maneira a apresentação dos verbos dentro do modelo. No trabalho de Hasan, nota-se que a autora não usou de um único critério para a apresentação dos verbos. Na p. 87 de seu artigo, onde se apresentam as Tabelas 5.5 e 5.6 (“lexical rendering”), temos nas primeiras linhas, respectivamente, “little girl was” e “sailor go ship”. Observa-se que, para a análise do primeiro texto, Hasan manteve o emprego do tempo pretérito e mesmo da pessoa do verbo. Ocorre que, na linha 13, aparece “girl know” como leitura lexical de “she used to know”, ou seja, desaparece, na tabela, a ocorrência do tempo pretérito

(isso para não mencionar que desaparece também o *sentido* de “used to”, empregado pela criança autora deste exemplo como algo equivalente a “became to” – “ela passou a saber”). Por outro lado, no “lexical rendering” do segundo texto, lê-se na primeira linha “sailor go ship”, o que se encontra no texto 5.1 (p. 72) como sendo “the sailor goes on the ship”. Minha indagação fica sendo: por que, para o primeiro texto, “girl was” e, para o segundo texto, “sailor go”? A análise do primeiro leva em conta a pessoa do verbo, e a do segundo não. São essas as razões pelas quais justifico minha escolha do infinitivo em todas as Tabelas 1 de meu trabalho.

Apresento a seguir um exemplo, de uma única passagem dentre as quatro utilizadas para cotejo de original e tradução segundo o Modelo de Hasan Ampliado – justamente da Parte 1, devidamente discutida acima, onde justifico as modificações acrescentadas ao modelo original. No trabalho original que dá origem a este capítulo, analisam-se igualmente passagens das Partes 2, 6 e 8 do conto de Raymond Chandler. O cômputo final das porcentagens indicativas de harmonia coesiva dos textos original e traduzido aparecerá mais adiante neste capítulo, na Tabela 5, onde então apresento os dados obtidos para as quatro passagens investigadas quantitativamente em sua textura.

APLICAÇÃO DO MODELO AMPLIADO

Texto Original da Parte 1 – 12 orações

- 1 It is quite true
- 2 that I wasn't doing anything that morning
- 3 except looking at a blank sheet of paper in my typewriter
- 4 and thinking about
- 5 writing a letter.
- 6 It is also quite true
- 7 that I don't have a great deal [oração 8] any morning.
- 8 to do
- 9 But that is no reason
- 10 why I should have to go out hunting for old Mrs. Pen Ruddock's
pearl necklace.
- 11 I don't happen

O MODELO DE HASAN

12 to be a policeman.

Tabela 1 do original – Leitura lexical do Texto Original da Parte 1

- 1 [orações 2, 3, 4, 5] be quite true
- 2 Walter not do (any)thing *morning*
- 3 (Walter) look blank sheet paper Walter typewriter
- 4 (Walter) think
- 5 (Walter) write letter
- 6 [orações 7, 8] be quite true also
- 7 Walter not have great-deal (any)-morning
- 8 (Walter) do
- 9 [orações 1-8] be no reason
- 10 Walter hunt old Mrs. Penruddock pearl necklace
- 11 Walter not happen
- 12 (Walter) be policeman

Tabela 2 do original – Mecanismos coesivos gramaticais do Texto Original da Parte 1

- 1 It (catafórico)
- 2 I, *that* (exofórico)
- 3 Elipse do sujeito, my
- 4 Elipse do sujeito
- 5 Elipse do sujeito
- 6 It (catafórico)
- 7 I
- 8 Elipse do sujeito
- 9 *that* (anafórico)
- 10 I
- 11 I
- 12 Elipse do sujeito

Tabela 3 do original – Cadeias coesivas do Texto Original da Parte 1

1. Cadeias de relações de identidade (co-referência)

Walter (10) – I (4)

Elipse do sujeito (5)

my (1)

to do [something] (2) – doing (1)

to do (1)

TOTAL: 12 ocorrências lexicais (de um total de 49) incluem-se em cadeias coesivas de identidade, ou seja, 24,5 %.

2. Cadeias de relações de similaridade (co-classificação/co-extensão)

not (3) – no

quite (2) [ver “*Obs.*” abaixo]

true (2) [ver “*Obs.*” abaixo]

anything – a great deal

morning (2)

looking – thinking

sheet – paper – typewriter – letter

writing – hunting

TOTAL: 20 ocorrências lexicais (de um total de 49) incluem-se em cadeias coesivas de similaridade, ou seja, 40,8 %.

Do número total de ocorrências lexicais (explícitas e interpretadas coesivamente), 65,3 por cento (32 de 49) incluem-se em cadeias coesivas e são, portanto, ocorrências relevantes. Os outros 34,7 por cento seriam ocorrências periféricas.

Obs.: A meu ver, essas quatro ocorrências de “quite” e “true” poderiam perfeitamente ser computadas como duas ocorrências de “quite-true”. Este é um daqueles casos em que esta autora teve de decidir como computar certos itens, o que vem denunciar um grave problema da aplicação do modelo que se está tentando utilizar para a avaliação de textos original e traduzido, problema que se pode resumir

O MODELO DE HASAN

na seguinte questão: uma vez que, em algumas instâncias, o número de itens lexicais a serem computados nas tabelas depende dos critérios e decisões de quem está aplicando o modelo, estamos lidando com valores numéricos, porcentagens, enfim, dados quantitativos, e, no entanto, vai depender da interpretação de um indivíduo se o texto tem x ou y itens em sua leitura lexical. Penso que esse é um dilema do qual não escapam os cientistas – nem mesmo os estatísticos. Há que se considerar sempre que a quantificação, no momento em que não estamos lidando com dúzias de laranjas nem quilos de batatas, e sim com a linguagem natural, é e será sempre um processo gerador de dúvidas. Ainda mais considerando-se que nem a autora do modelo nem a autora do presente trabalho construíram textos “ideais” para serem analisados, antes tomando como amostra textos orais e textos publicados, respectivamente, produzidos dentro da realidade das línguas naturais e não “por encomenda”. Estou certa de que a palavra-chave para a solução desse problema é “critério”. Assim sendo, elegi o critério – como já havia feito anteriormente na questão das partículas de negação – que me diz que “quite true” tem um valor semântico diferente de “true”.

Texto Traduzido da Parte 1 – 12 orações

- 1 É bem verdade
- 2 que eu não estava fazendo nada naquela manhã,
- 3 exceto ficar olhando para uma folha de papel em branco na minha máquina de escrever
- 4 e pensando em
- 5 redigir uma carta.
- 6 Também é verdade
- 7 que não tenho muito [oração 8] nas minhas manhãs.
- 8 o que fazer
- 9 Mas isto não justifica
- 10 eu ter saído à caça do colar de pérolas da velha Sra. Penruddock.
- 11 Acontece
- 12 que nem sou policial.

Tabela 1 da tradução – Leitura lexical do Texto Traduzido da Parte 1

BEATRIZ VIÉGAS-FARIA

- 1 [orações 2, 3, 4, 5] ser bem verdade
- 2 Walter não fazer nada *manhã*
- 3 (Walter) olhar folha papel branco *máquina de escrever*
Walter
- 4 (Walter) pensar
- 5 (Walter) redigir carta
- 6 [orações 7, 8] ser verdade também
- 7 Walter não ter muito *manhãs* Walter
- 8 (Walter) fazer o-quê
- 9 [orações 1-8] não justificar
- 10 Walter sair-à-caça *colar pérolas velha Sra. Penruddock*
- 11 [oração 12] acontecer
- 12 Walter nem ser policial

Tabela 2 da tradução – Mecanismos coesivos gramaticais do Texto Traduzido da Parte 1

- 1 É (sujeito catafórico)
- 2 eu, (n)*aquela* (exofórico)
- 3 Elipse do sujeito, (n)a, minha
- 4 Elipse do sujeito
- 5 Elipse do sujeito
- 6 é (sujeito catafórico)
- 7 (tenh)o, (n)as, minhas
- 8 Elipse do sujeito
- 9 isto (anafórico)
- 10 eu, (d)o (catafórico), (d)a
- 11 (Acontec)e (sujeito catafórico)
- 12 sou

Tabela 3 da tradução – Cadeias coesivas do Texto Traduzido da Parte 1

1. Cadeias de relações de identidade (co-referência)

Walter (10) – eu (2)
verbo 1^a p. sing. (2)

O MODELO DE HASAN

elipse do sujeito (4)
minha (1)
minhas (1)
fazer [algo] (2) – fazendo (1)
fazer (1)

TOTAL: 12 ocorrências lexicais (de um total de 49) incluem-se em cadeias coesivas de identidade, ou seja, 24,5 %.

2. Cadeias de relações de similaridade (co-classificação/co-extensão)

verdade (2)
não (3) – nem
nada – muito
manhã – manhãs
olhando – pensando
folha – papel – máquina de escrever – carta
colar – pérolas

TOTAL: 18 ocorrências lexicais (de um total de 49) incluem-se em cadeias coesivas de similaridade, ou seja, 36,7 %.

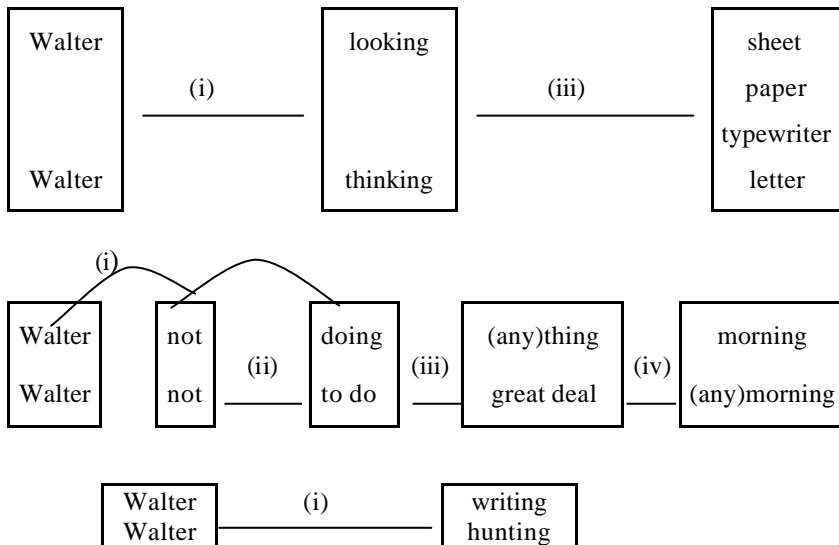
Do número total de ocorrências lexicais (explícitas e interpretadas coesivamente), 61,2 por cento (30 de 49) incluem-se em cadeias coesivas e são, portanto, ocorrências relevantes. Os outros 38,8 por cento seriam ocorrências periféricas. O índice de coesão aqui encontrado fica na mesma casa dos sessenta por cento que se encontrou para o texto original. À primeira vista, pode-se dizer que os dois textos, original e traduzido, teriam aproximadamente o mesmo grau de coesão.

Tabela 4 – Mecanismos coesivos gramaticais e lexicais dos Textos Original e Traduzido da Parte 1

	Original	Tradução
Mecanismos coesivos gramaticais	14	19
Frequência de 1 por oração	1,2	1,6
Porcentagem de 1 que entram em cadeias	71,4	52,6

Ocorrências lexicais explícitas	36	35
Ocorrências lexicais interpretadas coesivamente	13	14
Total de ocorrências lexicais	49	49
5 como porcentagem de 6	26,5	28,6
Porcentagem de 1 interpretados anaforicamente	78,6	73,7
Porcentagem de 1 interpretados cataforicamente	14,3	21,0
Porcentagem de 1 interpretados exoforicamente	7,1	5,3
Porcentagem de 1 foricamente ambíguos	-	-

Figura 1 do original – Interação entre cadeias no Texto Original da Parte 1



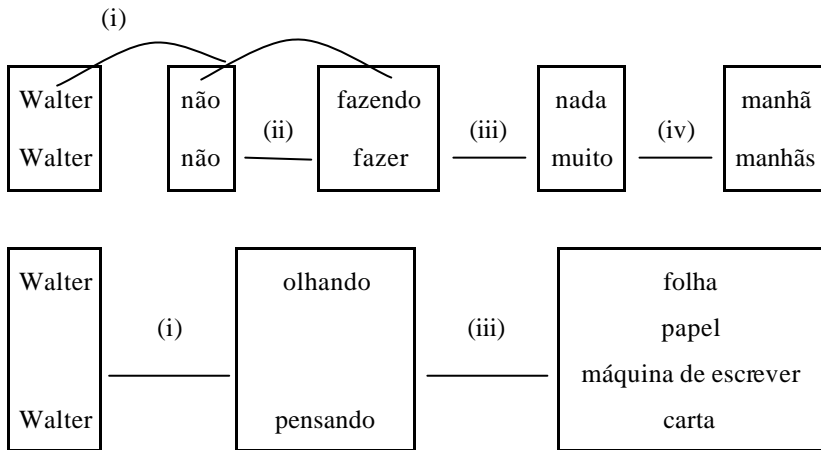
As cadeias acima vinculadas por uma seta marcada (i) encontram-se numa relação de ator-ação (I [was] looking), as vinculadas pela seta (ii) encontram-se numa relação de negação da ação, aquelas vinculadas por uma seta marcada (iii) encontram-se numa relação ação-objeto e, finalmente, o vínculo indicado pela seta (iv) é de ação-tempo. Em termos de sintaxe, diríamos que as relações são: (i)

O MODELO DE HASAN

sujeito – verbo; (ii) advérbio de negação – verbo; (iii) verbo – objeto direto; (iv) verbo – advérbio de tempo.

Das 32 ocorrências relevantes (todos os itens listados na Tabela 3), 22 são ocorrências centrais, ou seja, 68,7 %. Essas 22 ocorrências, apresentadas diagramaticamente acima, formam pares dentro de suas cadeias coesivas e interagem com pares de outras cadeias coesivas. Das 10 cadeias coesivas encontradas (conforme Tabela 3), 8 entram em interação, ou seja, 80,0 %.

Figura 1 da tradução – Interação entre cadeias no Texto Traduzido da Parte 1



A seta (i) indica vínculos marcados por uma relação ator-ação, a seta (ii) indica uma relação de negação-ação, a seta (iii) é indicativa de uma relação ação-objeto, e, finalmente, a seta (iv) marca uma relação ação-tempo.

Das 30 ocorrências relevantes (todos os itens listados na Tabela 3), 18 são ocorrências centrais, ou seja, 60,0%. Essas 18 ocorrências, apresentadas diagramaticamente acima, formam pares dentro de suas cadeias coesivas e interagem com pares de outras cadeias coesivas. Das 9 cadeias coesivas encontradas (conforme Tabela 3), 7 interagem entre si, ou seja, 77,7 %.

Na análise da Parte 2, temos exemplo, uma vez mais, das dificuldades em se computar os itens lexicais da Tabela 1 sem se perder de vista que a Tabela 2 vai apresentar aqueles exatos mecanismos coesivos gramaticais que mantêm uma correspondência biunívoca com os elementos destacados na Tabela 1, seja em negrito, itálico ou sublinhados. O exemplo é este: o artigo definido “the” está determinando “name and location” (no português, isso corresponderia a “os nome e endereço” – podendo, alternativamente, também corresponder a “o nome e endereço”, já que usa-se empregar, por exemplo, “teu nome e endereço”). Outra pessoa que aplicasse o modelo poderia justificadamente apresentar na linha 3 da Tabela 1 o seguinte item: *name-location*, em vez de dois itens distintos, do modo como eu procedi, apenas salientando na Tabela 2 que o artigo refere-se a ambos os vocábulos simultaneamente. Então, qual a minha justificativa para assim proceder? Como falei acima em “critério”, qual foi o meu critério aqui? *Name* e *location* são dois itens lexicais de conteúdos semânticos obviamente diferentes e são dois itens de mesma classe morfológica em igualdade de posição dentro da análise sintática da sentença. Diferente, por exemplo, é o caso de *hard-faced* ou *call-upon*, ocorrências da mesma passagem, itens que interpretei como sendo um só na leitura lexical do texto. Também considerei *name* e *location* dois itens distintos na Tabela 1 por acreditar que a Tabela 1 tem precedência, prioridade em relação à Tabela 2, que seria mera decorrência daquela. Em outras palavras, a leitura semântica do texto (Tabela 1) rege os mecanismos coesivos gramaticais (Tabela 2) que vão ser adotados nesse texto, e não o contrário.

Nessa mesma Parte 2, os itens listados dentro das cadeias de similaridade, assim como ocorreu em todas as Tabelas 3 item 2 do trabalho (co-classificação/co-extensão), apresentam imensas dificuldades para quem aplica o modelo no que se refere aos critérios usados para tê-los definitivamente listados em uma cadeia de relações de similaridade. Neste caso, por exemplo, os critérios foram os seguintes: *name* (nome), *location* (endereço) e *office* (escritório) são partes concretas de um todo abstrato (a Agência, um estabelecimento de prestação de serviços); *hard-faced* e *middle-aged* são qualificativos de *woman*; *employment*, *chauffeur*, *interview* são substantivos de um provável mesmo campo semântico (“mercado de trabalho”); *arrange*, *have*, *bring* são todos verbos que denotam alguma ação (neste caso

específico, sugestões de ação) da personagem chamada “woman” no trecho examinado. Ou seja, fica-se mais uma vez dependente da interpretação de quem aplica o modelo classificar estes ou aqueles itens como pertencentes a uma mesma cadeia de similaridade.

Mesmo quando se tenta utilizar como critério para essa classificação as definições de sinonímia, antonímia, hiponímia, meronímia e repetição, conforme usadas por Hasan (ver acima, na seção “Definição de Termos”), chega-se às seguintes conclusões: em primeiro lugar, sinonímia e repetição são dois critérios que servem para a classificação de itens dentro de cadeias de identidade; em segundo lugar, como a própria autora reconhece, certos tipos de antônimos e co-hipônimos não são fáceis de distinguir (p. 80-81); nos casos de meronímia, muitas vezes teríamos de repetir nas cadeias de similaridade itens que já se encontram nas cadeias de identidade, o que não acontece nos exemplos utilizados por Hasan na exposição de seu modelo (ver Tabelas 5.7 e 5.8 da autora, p. 90) – escolhi seguir este critério, o de não repetir em cadeias de similaridade itens já apresentados em cadeias de identidade. Assim por diante, na análise de cada passagem, vão surgindo novos e específicos problemas, e essa classificação dos itens em cadeias de relações não é tarefa fácil.

Para se ter mais um exemplo, na análise da passagem original da Parte 8, no item 2 da Tabela 3, em cadeias de relações de similaridade, se não houvesse o critério de não se repetir o mesmo item lexical em mais de uma cadeia, “telephone” entraria numa segunda relação, de meronímia com “apartment”, o termo superordenado. Do modo como foi analisado, “telephone” aparece numa relação de sinonímia com “wire”.

Por outro lado, o presente trabalho, por examinar trechos redigidos por profissionais da escrita, não apresentou maiores dificuldades no momento de listar-se os itens que compõem as cadeias de identidade. O contrário aconteceu no trabalho de Hasan, devido aos casos de ambigüidade presentes no segundo texto por ela analisado: “Aqui nos defrontamos com um problema. É difícil decidir o que entra nas cadeias de identidade e qual é o conjunto total de ocorrências lexicais para o Texto 5.2 sem resolver a ambigüidade. *Uma solução é ignorar...*” (p. 90, grifo meu). Isto nos remete aos comentários que venho tecendo quanto a depender da interpretação e das decisões de quem aplica o modelo como computar o quê. Isto posto, a conclusão

inevitável é: dependendo de quem aplica o modelo, alguns valores e porcentagens apresentados sofrerão variações, i.e., teríamos tabelas diferentes. (Fica aqui a sugestão para uma outra investigação: a mesma passagem, analisada por um número *x* de estudiosos segundo o modelo de Hasan, apresentaria quantos resultados diferentes? Em que tópicos específicos?)

Partindo-se da observação do conto de Raymond Chandler como um todo, chega-se à seguinte constatação sobre o trecho da Parte 6 analisado: todos os 11 mecanismos coesivos gramaticais referentes à personagem Walter são anafóricos, uma vez que essa é uma narrativa em 8 partes que se faz ao longo de 48 páginas no original e 50 páginas na tradução. O nome da personagem, Walter Gage, é apresentado ao leitor logo na primeira página da história, por meio de um artifício engenhoso do escritor: ele se apresenta em uma conversa telefônica (“Aqui é da residência de Walter Gage. É o Sr. Gage quem está falando.”), sendo que essa apresentação vem carregada de ironia – a personagem está se apresentando a uma outra personagem, que por sua vez sabe com quem está falando. Walter Gage é narrador em primeira pessoa e também o único foco narrativo de todo o conto. Sendo assim, o leitor não tem como não saber que é Walter quem está narrando quando a forma pronominal “me” (*awoke me* no original e *me acordou* na tradução) aparece na primeira linha, primeira sentença, primeira oração da Parte 6 do conto.

No entanto, a técnica narrativa de Raymond Chandler consegue ser tão apurada que, mesmo para aquele leitor que pega o livro ao acaso e começa a ler da Parte 6 desse conto, há como saber quem é a primeira pessoa que está narrando. Nessa Parte 6, os sete primeiros mecanismos coesivos gramaticais referentes a Walter seriam lidos como catafóricos, e então o autor apresenta essa personagem que fala em primeira pessoa como “um homem saudável, com os nervos no lugar”. Na língua-fonte, o inglês, saber quem é o narrador é um suspense que se mantém até a 8ª oração do parágrafo, quando então sabe-se que é um homem, porque ele está trajando um “dinner suit”. Na língua-alvo, o português, o suspense encerra-se um pouco antes, na 7ª oração, em função de aparecerem os adjetivos “doído” e “dissoluto”, com a desinência zero do masculino.

Temos, também na análise da Parte 6, um exemplo de dois itens lexicais que poderiam ter sido classificados como um só: nove-horas, e

O MODELO DE HASAN

a contagem a que se procedeu nas Tabelas 1 e 4 seriam diferentes, e suas respectivas porcentagens possivelmente teriam outros valores.

Na análise da Parte 8, texto original, as orações 1, 13 e 16 apresentam as ocorrências lingüísticas *It*, *There* e *There*, respectivamente (nas frases “It was past ten o’clock”, “There were no ‘they,’ darling” e “There was only Henry”). Embora essas formas pronominal e adverbiais pudessem ser a princípio confundidas com mecanismos coesivos gramaticais, elas remeteriam a sujeitos vazios (como se diz na gramática do inglês, são os “empty *it*” e “empty *there*”), elementos de função puramente sintática, sem qualquer referente semântico. Por isso não se qualificam como mecanismos coesivos e, por essa razão, opta-se por não computá-los nas Tabelas. Não seria em nada absurdo colocar na Tabela 1 acima, do Texto Original da Parte 8, que os referentes dos três itens seriam “sujeitos vazios”. Mas então estaríamos incorrendo numa análise de outro tipo que não semântica e, justamente, o significado de “vazio” é “desprovido de significado”, tanto exofórico quanto endofórico. Nas Tabelas 1 e 2 do Texto Traduzido da Parte 8, nos deparamos com a mesma questão no que se refere a “passava das dez horas”, onde o verbo *passar* é impessoal, e seu sujeito é inexistente. Sendo assim, também ocorreu que igualmente inexistente na Tabela 1 o sujeito do verbo e não consta da Tabela 2 o item gramatical que seria a conjugação do verbo na terceira pessoa do singular.

Na tradução dessa mesma Parte 8, “Eles” entra como ocorrência lexical, assim como ocorreu com “They” nas tabelas do Texto Original. Mesmo sendo forma pronominal, o item está sendo usado nessa passagem como lexical em vez de puramente gramatical, tanto que a personagem diz “Não tinha ‘eles’, querida”. Não há, no texto, um referente ao qual se pudesse vincular coesivamente o pronome, a não ser ele próprio. É um exemplo daquilo que Hasan apresenta no Capítulo 5 estudado: “o leitor perceberá a relação semântica de co-referencialidade (...); entretanto, não há nenhum referente lingüístico específico de [*eles*] em todo o texto” (p. 79). Neste caso, são os indícios situacionais do co-texto que darão ao leitor a chave para a interpretação de quem seriam “eles” – e um “eles”, afinal, que só existiu, pelo que se sabe, na imaginação da personagem Ellen Macintosh.

Diferenças com o modelo original

Os Textos Original e Traduzido que se investigou são apresentados, no trabalho que deu origem a este capítulo, em todas as Tabelas 1, sintaticamente divididos em suas orações. Essas mesmas Tabelas 1 dos Textos Original e Traduzido mostram todos os itens lexicais existentes nos textos, seja como itens lexicais (ocorrências lexicais explícitas) que assim se encontram nos textos como eles se apresentam publicados, seja como itens (mecanismos coesivos gramaticais) que sofreram interpretação. Estes últimos, as chamadas ocorrências lexicais coesivamente interpretadas, aparecem nas Tabelas 1 como itens sublinhados. Por exemplo, na oração 12 do Texto Traduzido, Parte 1, *Walter* está sublinhado; esse item lexical é a interpretação da desinência do verbo *sou* na oração *que nem sou policial*.

Note-se que o que estou aqui chamando de oração Hasan chama de “mensagem”. Na obra consultada, Halliday e Hasan, 1989, não há definição explícita de “mensagem”, muito embora os autores definam coisas como “canal”, “canal visual” e “meio escrito”, por exemplo, oferecendo ao leitor até mesmo um utilíssimo índice dos Termos Técnicos empregados na obra (p. 125). Entretanto, quando Hasan discute a interação entre cadeias, ela dá indícios de que a oração seria, pelo menos estruturalmente, a unidade básica de uma mensagem: “apenas a mensagem enquanto mensagem tem alguma viabilidade textual; e apenas em nível de oração ou acima uma unidade léxico-gramatical é viável contextualmente: é tão-somente nesse nível – ou acima – que uma unidade lingüística pode codificar uma mensagem completa” (p. 91). A partir dessa observação da autora, decidi por empregar o termo “oração” em vez de “mensagem”, diferentemente da terminologia empregada pela autora na apresentação de seu modelo. “Oração” é um termo que carrega uma definição bem calcada na tradição da análise sintática e evita os questionamentos e as inúmeras definições que podem ser atribuídas ao termo “mensagem”, ainda mais que este não aparece claramente definido como termo técnico em *Language, context, and text* (1989).

Retomando a interpretação das Tabelas 1, aparecem em itálico os substantivos modificados por artigo definido. Por exemplo, na oração 10 da tradução do exemplo aqui apresentado, o que se lê é “...pérolas da

O MODELO DE HASAN

velha Sra. Penruddock”; na Tabela 1 do Texto Traduzido da Parte 1, aparece em *itálico* essa ocorrência do item lexical “Sra. Penruddock”. Segundo Hasan, o substantivo assim modificado refere-se a uma coisa ou conjunto de coisas identificado como sendo único (p. 87).

Em **negrito** aparecem as ocorrências dos substantivos modificados por artigo definido que receberam interpretação exofórica. Esse recurso, o **negrito**, repete-se nas Tabelas 2, onde aparecem os respectivos artigos definidos.

No trecho examinado da Parte 6 do conto, são três os itens exoforicamente interpretados e, mais uma vez, temos oportunidade de admirar a excelência da técnica narrativa de Raymond Chandler. O autor coloca já no primeiro parágrafo três referências: de tempo (*manhã*), espaço (*quarto*) e ação (*atender ao telefone*), ou seja, o autor faz com que o leitor se localize dentro da história logo nas primeiras linhas, o que facilita acompanhar o desenrolar do enredo.

Por que classifico como exofóricas ocorrências lexicais que se encontram dentro de um texto cujo contexto é criado intratextualmente? Parto do princípio de que o texto ficcional cria exatamente um mundo de ficção (explicado dentro da Lógica Modal, no estudo dos mundos possíveis). Esse mundo de ficção é o contexto da situação criada pelo autor em forma de texto. O que acontece então é interessante: o leitor cria com o texto (e, conseqüentemente, com o autor do texto) um acordo tácito de que, enquanto durar aquela leitura, aquele contexto ficcional é a realidade a partir da qual vai se depreender o entendimento do texto. Em outras palavras, o leitor “entra” no mundo literário criado pelo escritor. Dentro desse mundo, quando Raymond Chandler, por exemplo, refere-se a uma manhã, um quarto e um telefone específicos, acompanhados que são os itens lexicais explícitos de seus respectivos artigos definidos, esses então eu considero itens exofóricos – porque seus referentes encontram-se “fora” do texto, ou seja, no mundo ficcional criado pelo autor e construído pelo leitor como realidade temporária.

As Tabelas 3 dos Textos Original e Traduzido mostram, em sua 1ª parte, as cadeias de relações de identidade, cadeias estas que não apresentam maiores problemas ao serem compiladas. Já em sua 2ª parte, cadeias de relações de similaridade, o caso é bem outro. Conforme reza a Tabela 5.1 do trabalho de Hasan (p. 82), os elos de co-classificação podem estar representados tanto por mecanismos coesivos gramaticais

(substituição, por exemplo) quanto por mecanismos coesivos lexicais (onde então entram repetição, sinonímia, antonímia e meronímia – conforme consta na Tabela citada –, e também hiperonímia – item que falta na Tabela mas que foi apresentado no texto). A própria autora chama a atenção para uma das dificuldades em se estabelecer essa 2ª parte da Tabela: “A distinção entre um certo tipo de antonímia e cohiponímia não é fácil de delinear” (p. 80-81).

Segundo o modelo de Hasan para essa tabela de Cadeias Coesivas, os itens de co-referência não entram na listagem dos itens de co-classificação, o que limita bastante esta segunda listagem. Justamente, se um dos critérios para um item entrar na lista de relações de similaridade é “repetição” (p. 81), os itens repetidos são exatamente os que se encaixam na categoria “co-referência”. Como os itens de co-referência são em geral os que se apresentam em maior número, eles entram em maior quantidade de relações de similaridade. Por exemplo, na 2ª parte da Tabela 3 da Tradução, para a Parte 6 do conto, onde se tem “tocar – ligação”, poderia-se ter “tocar – telefone – ligação”; onde se tem “manhã – nove – horas”, poderia-se ter “luminosidade – manhã – nove – horas”. Como já discutido anteriormente, é listagem dificultosa de se montar, porque depende basicamente de interpretação que até certa medida não tem como deixar de ser subjetiva.

Optei, na 2ª parte da Tabela 3, Parte 6, em trabalhar com “nove” e “horas” [“nine” e “o’clock”] como sendo dois itens distintos (embora, a meu ver, sejam um só item semântico, “nove horas” [“nine o’clock”]), para manter uma coerência com os dados apresentados na Tabela 1, uma vez que da contagem do número de itens lexicais dependem os resultados (incluindo porcentagens) apresentados na Tabela 4. Por outro lado, nessa mesma Parte 6 traduzida, “nervos no lugar” foi considerado um termo idiomático, expressão semicongelada, fazendo com que contasse como 1 item. Já no inglês isso não aconteceu, porque temos a expressão “steady nerves”, simplesmente um substantivo modificado por adjetivação.

Os acima são todos exemplos, enfim, de como a classificação dos itens depende de quem aplica o modelo, ou seja, de um leitor específico. Se tomamos as recentes definições de leitura como sendo um processo de construção do texto, processo este em que o leitor é agente ativo e nele entra com todo seu conhecimento prévio, capacidade de acesso à memória de longo termo, etc., podemos então

O MODELO DE HASAN

pensar que essa interpretação de cada um é não só de se esperar como também inevitável. Já que o indivíduo que vai aplicar o modelo é um leitor, não há como escapar da idéia de possíveis diferentes classificações dos itens nas Tabelas. O mesmo se dá com a tradução: como é um trabalho que depende de leitura, ele depende de interpretação e, portanto, para um texto ficcional escrito por um autor e traduzido por x tradutores, temos de conviver com a idéia de que teremos x textos traduzidos. Essa idéia, à primeira vista, poderia estar corroborando uma curiosa frase de Hasan: “um texto, afinal, não é uma unidade de forma, mas de significado” (p. 94). Entretanto, ao se refletir sobre essa frase da autora, no mínimo dois questionamentos fazem-se presentes: primeiro, o que é um texto? Aquele que se escreve ou aquele que se lê? O significado do texto está no escritor ou no leitor? Em segundo lugar, parece-me que a autora aqui está, sem querer, contradizendo o seu próprio artigo sobre textura, uma vez que nessa mesma página 94 ela coloca em destaque as seguintes palavras: “a variação em coerência é função da variação em harmonia coesiva de um texto”. Uma vez que harmonia coesiva vem definida como uma função da interação entre cadeias coesivas, e as cadeias de identidade e similaridade concretizam-se dentro e tão-somente dentro da forma do texto, não vejo como se possa pensar um texto como unidade de significado e não de forma – são as duas faces da mesma moeda. (Se o leitor não tem à sua frente uma forma coerente, vai tirar de onde um sentido para o texto?) Enfim, são noções sobre as quais refletir.

Enquanto os exemplos oferecidos por Hasan (Textos 5.1 e 5.2), na p. 72 de seu artigo, não apresentam casos de sujeito vazio (empty subject), realizados na língua inglesa por partículas como “it” e “there”, que aparecem para preencher uma lacuna meramente sintática, pois é exigido sujeito gramatical para todos os verbos, no presente estudo das relações semânticas que vão urdir a textura de uma passagem não nos interessa computar itens de um léxico vazio numa Tabela 1 (da Parte 8) que se chama “Leitura lexical”. Essa, pois, minha justificativa para não apresentar esses itens na análise e, conseqüentemente, não computá-los na Tabela 4, além da ausência de um exemplo similar no modelo de Hasan.

A passagem do original da Parte 6 também apresenta um sujeito vazio: “It was nine o’clock”, e procedeu-se da mesma maneira. Já no português, a mesma oração apresenta a seguinte tradução: “Eram nove

horas”. A língua portuguesa dá a esse tipo de oração um tratamento gramatical diferente; são as chamadas orações sem sujeito ou de sujeito inexistente. Sendo assim, a Tabela 1 de passagens com orações dessa espécie não apresenta maiores problemas: o sujeito do verbo não é computado porque, por definição, simplesmente não existe.

É importante observar que nas Tabelas 1 e 2 aparecem em **negrito** os itens que constituem exófora; nas Tabelas 2, sempre que um item for catafórico, isso vem explicitado logo após o item, entre parênteses; os demais itens serão anafóricos. Como já foi dito anteriormente, na seção “O modelo de Hasan”, os itens sublinhados das Tabelas 1 constituem interpretações de mecanismos coesivos gramaticais conforme apresentados nas Tabelas 2. Ainda nas Tabelas 1, os itens em *itálico* constituem substantivos modificados por artigo definido. Em termos de levantamento dos dados quantitativos para as Tabelas 4, acontece então o seguinte: o número total de itens de uma Tabela 2 corresponde ao número total de itens em **negrito**, *itálico* e sublinhados da Tabela 1 correspondente.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Observando-se os resultados obtidos na Tabela 4 dos textos original e traduzido da Parte 1 do conto de Raymond Chandler, uma primeira consideração: o item 11, porcentagem de 1 (mecanismos coesivos gramaticais) fornicamente ambíguos, produziu o mesmo resultado nulo em todas as Tabelas 4 (das quatro passagens analisadas em suas versões original e traduzida) do estudo que originou o presente capítulo. Aqui sinto-me obrigada a dizer que esse dado (valor zero tanto para o Texto Original quanto para o Texto Traduzido em 100% dos trechos investigados) é questionável. Acontece que a leitora do original, a autora da tradução e a pesquisadora que ampliou e aplicou o Modelo de Hasan encontram-se em uma relação de completa identidade, atadas por um elo indissolúvel de co-referência porquanto são uma e mesma pessoa. Assim sendo, esse valor zero pode ser nada mais que um dado altamente tendencioso (“biased”). O ideal seria que no mínimo uma outra pessoa qualificada fizesse uma leitura criteriosa dos textos investigados, para conferir credibilidade a esse valor zero ou então para contrariá-lo.

O MODELO DE HASAN

A meu favor tenho a dizer, depois de ampla experiência no ofício de tradutora, que não existe melhor revisor de um texto que o seu tradutor. Qualquer ambigüidade não-intencional no original seria detectada pelo tradutor, pois este depende de uma (1) interpretação do original para poder ser autor do texto-alvo. Mas, claro, o texto traduzido pode conter alguma ambigüidade que eventualmente passou despercebida ao tradutor e aos revisores da casa editora que o publica.

Também estou disposta a garantir o valor zero de ambigüidades no texto original, posto que um escritor do porte de Raymond Chandler em tese só apresentaria ambigüidade em seu texto se essa fosse intencional, o que obrigaria então o tradutor a encontrar uma solução na língua-alvo que preservasse a ambigüidade do original.

Os resultados apresentados na Tabela 4 mostram valores aproximados para Original e Tradução, exceto nos itens 3 (porcentagem de 1 [mecanismos coesivos gramaticais] que entram em cadeias) e 9 (porcentagem de 1 interpretados cataforicamente). Quanto a este último, vemos que o original apresenta uma ocorrência de catáfora (“*The busy ringing of the telephone*”) que se repete no português (“*O tocar incessante do telefone*”); e o texto traduzido apresenta ainda uma segunda ocorrência de catáfora (“*a luminosidade da manhã*”), que poderia ser evitada tivesse a tradutora optado por “*a luminosidade matutina*”, o que soa rebuscado. No inglês, “*the morning sunlight*” o substantivo “*morning*” (“*manhã*”) está empregado como adjetivo.

Quanto ao item 3, a maior discrepância encontrada nos valores apresentados que comparam Original e Tradução, uma explicação seria que o texto traduzido é menos coeso que o texto original, o que é bem possível, já que Raymond Chandler é um perfeccionista da técnica narrativa, costurando suas histórias com pontos tão apertados que não sobra furo no tecido, ou seja, na textura do texto. Já a tradutora não pode se arvorar a exímia construtora de bons textos, embora o tradutor tente sempre reconstruir com excelência os bons textos.

Por outro lado, a tradução pode estar tão coerente quanto o original, mesmo sendo, segundo os dados obtidos, menos coesa, e isto quem justifica é Hasan, a própria autora do modelo, quando observa que “ainda estamos longe de qualquer fato lingüístico que possa ser correlacionado de modo inequívoco com variação em coerência” (p. 91).

Ainda uma outra especulação, perfeitamente plausível, que explicaria as gritantes discrepâncias nos dados quantitativos encontrados para o item 3 das Tabelas 4 (porcentagem de mecanismos coesivos gramaticais que entram em cadeias) refere-se às diferenças entre os idiomas do original e da tradução. Como há diferenças que vão de 9,2 % (Parte 6) até 18,8 % (Parte 1), sendo que o texto que sempre tem a maior porcentagem é o original, seria possível fazer-se uma busca nas diferenças intrínsecas entre as gramáticas do inglês e do português que explicassem esses números. De qualquer modo, antes de se aceitar uma empreitada desse calibre, precisaríamos ainda assim (e com mais razão ainda) de um estudo extensivo, com um conjunto bem mais numeroso de exemplos que o deste trabalho, um universo de passagens e suas respectivas tabelas que seja estatisticamente significativo.

Repetindo comentário já tecido anteriormente, a tarefa mais difícil na montagem das Tabelas, em todos os quatro exemplos, foi decidir que ocorrências lexicais entram ou não em cadeias de similaridade. Essa dificuldade reflete-se automaticamente na montagem das Figuras 1, que representam a interação entre cadeias. E aqui repete-se aquilo que já se comentou anteriormente: vai depender da interpretação de quem aplica o modelo classificar de que modo as cadeias relacionadas vinculam-se. Nos exemplos de Hasan, o que aparece são vínculos do tipo “ator-ação”, “ação-receptor”, “ator-ação e/ou localização do ator”, “falar-texto”, e “atributo-objeto assim qualificado” (p. 93). Penso que essa lista de relações não ajuda no estabelecimento de critérios de classificação dos vínculos entre cadeias, visto ser uma lista um tanto quanto díspar, pois vai do geral ou universal (ator-ação, que se poderia também denominar sujeito-verbo) até o estritamente particular ao texto em questão (falar-texto, e o exemplo aqui é “said words”, quando também poderia denominar-se verbo-objeto). Parece então que o importante é encontrar algum vínculo, *qualquer* vínculo que una aos pares os itens lexicais presentes nas cadeias coesivas.

De meu ponto de vista, penso serem da maior importância as seguintes considerações: o modelo empregado para a avaliação da textura de um texto presta-se à comparação entre dois textos, como apresentado por Hasan e modificado por esta autora neste trabalho; o modelo é inovador e seu grande mérito consiste em ousar examinar uma característica textual tão ampla e tão abrangente, que em geral

O MODELO DE HASAN

define-se qualitativamente e em termos abstratos, sendo que exemplos pinçados de textos a princípio seriam meras ilustrações da noção de textura. Hasan sugere o caminho inverso: a partir de itens determinados, reais, definidos em parte pelas especificações do modelo e em parte por quem o aplica (no sentido então de se resolverem questões – por exemplo, a voz passiva – que não surgiram nos exemplos de Hasan, dadas as peculiaridades dos textos por ela examinados), constroem-se dados quantitativos em cima de termos definidos (ocorrências periféricas e relevantes, ocorrência centrais e não-centrais) para então chegar-se aos grandes termos abstratos: coerência e coesão, textura.

É um trabalho que examina dois textos específicos de um gênero de discurso, e seria irreal esperar que nele se encontrasse um modelo que servisse também para todos os outros gêneros. Mas as bases foram lançadas pela autora, e compete aos estudiosos do modelo modificá-lo (justificando-se as modificações) e possivelmente ampliá-lo, para que ele se vá inserindo nas investigações lingüísticas, dado o seu valor intrínseco e seu potencial de aplicação.

No modelo de Hasan não existe uma tabela para os valores encontrados de ocorrências relevantes, ocorrências centrais e cadeias em interação, os três itens que, somados, resultam naquilo que a autora chama de harmonia coesiva (p. 93-94). Os dois primeiros fenômenos são calculados por Hasan em termos de porcentagem para os dois textos por ela analisados. Já o terceiro fenômeno, cadeias em interação, ela descreve em termos visuais, baseando-se para isso no layout dos diagramas apresentados nas Figuras 5.4 e 5.5 (p. 92 e 93).

Modifiquei então esse terceiro item no sentido de transformá-lo também em um valor percentual, qual seja, a proporção entre o número de cadeias coesivas que se apresentam em interação e o número de cadeias coesivas encontradas, conforme as Tabelas 3.

Isso feito, obtive valores percentuais para os três itens que, somados, dão-nos a idéia de quão harmônico coesivamente é um texto e, portanto, qual o seu grau de coerência, pois, conforme citado em destaque pela autora na p. 94, “a variação em coerência é uma função da variação em harmonia coesiva de um texto”.

Pude então, com facilidade, montar a seguinte tabela:

BEATRIZ VIÉGAS-FARIA

Tabela 5 – Harmonia coesiva dos Textos Originais e Traduzidos analisados (valores dados em porcentagem)

PARTE 1	Original	Tradução
1. ocorrências relevantes	65,3	61,2
2. ocorrências centrais	68,7	60,0
3. cadeias em interação	80,0	77,7
PARTE 2		
1. ocorrências relevantes	61,7	54,0
2. ocorrências centrais	58,6	55,5
3. cadeias em interação	66,6	75,0
PARTE 6		
1. ocorrências relevantes	80,4	72,5
2. ocorrências centrais	34,1	32,4
3. cadeias em interação	33,3	30,7
PARTE 8		
1. ocorrências relevantes	62,7	59,1
2. ocorrências centrais	47,6	47,6
3. cadeias em interação	60,0	60,0

O que se pode observar nessa Tabela é o que vínhamos procurando desde o começo do trabalho: valores aproximados para Original e sua Tradução. Vale a pena notar que os percentuais encontrados para os textos originais são em dois casos os mesmos de seus textos traduzidos e, nos demais casos, sempre um pouco acima dos valores encontrados para os seus textos traduzidos. Aparentemente, poderia ser dito que, de modo geral, os originais apresentam uma coesão e coerência um pouco superior à coesão e coerência de suas traduções. Por outro lado, esse achado (de uma diferença constante, bastante aproximada mas, ainda assim, de valores menores nas traduções) poderia, dependendo de outra investigação, eventualmente ser creditado às diferenças que existem entre as gramáticas do inglês e do português.

COMENTÁRIOS FINAIS

Sem dúvida ficam sendo necessários os estudos de outros exemplos de textos original e traduzido, para que possamos equiparar

O MODELO DE HASAN

os resultados obtidos em termos quantitativos e então sim podermos chegar perto de uma possível afirmação quanto à validade do modelo de Hasan para uma tentativa de avaliação de traduções no que tange a questão da coesão dos textos original e traduzido – que, a princípio, espera-se seja aproximadamente (e idealmente) a mesma para os dois. Porque então poderíamos dizer que original e tradução aparentemente apresentam a mesma textura.

Do que se viu dos resultados obtidos, os valores alcançados parecem corroborar a idéia de que o modelo de Hasan, sendo criteriosamente aplicado a um texto original e sua tradução, irá acusar aproximações ou discrepâncias na coesão que os dois textos apresentam – e isso não descarta a possibilidade de encontrarmos uma tradução que consiga ser mais coesa e coerente que o original, de onde se conclui que o tradutor teria sanado problemas de coesão existentes no texto original, o que não é incomum, principalmente em casos flagrantes de ambigüidade não-proposital.

Quanto à praticidade da aplicação do modelo: ele poderia ser aplicado por críticos de tradução. E aqui não me refiro a resenhistas que colaboram com periódicos ditando sua avaliação desta ou daquela tradução publicada. Refiro-me a críticos de tradução no âmbito acadêmico, que desejem apresentar um trabalho não meramente descritivo dos achados e falhas presentes num texto traduzido quando cotejado com o seu original, mas que desejem calcar suas impressões em dados quantitativos. Nesse contexto, quer me parecer que o modelo que estuda mecanismos coesivos, conforme proposto por Hasan, tem um belo potencial para ser empregado em pesquisa na área de *Linguística Aplicada / Teoria da Tradução*. É um modelo que pode vir a ter sua validade incrementada conforme forem sendo apontadas suas limitações a cada novo trabalho que se proponha a fazer uso de seus parâmetros de avaliação de textura de textos comparados. Os mesmos autores que apontarem as limitações do modelo podem eventualmente ampliá-lo e/ou refiná-lo. O uso de técnicas estatísticas pode com maior precisão mostrar se diferentes valores obtidos (principalmente na tabela “Mecanismos Coesivos Gramaticais e Lexicais” – Tabelas 4 deste trabalho) são significativos ou irrelevantes.

Como os quatro trechos selecionados para o presente estudo são as primeiras linhas das Partes 1, 2, 6 e 8 da narrativa, os mesmos itens lexicais que apareciam na Parte 1 reaparecem nas Partes 2, 6 e 8 (I,

Ellen, Henry, telephone, pearls, etc.), o que permitiria uma tentativa de elaborar cadeias coesivas de co-referência e co-classificação ou co-extensão com dados cruzados dessas quatro passagens investigadas, com o objetivo de investigar a textura do conto como um todo, a trama e urdidura da elegante técnica narrativa do autor. Seria um belo trabalho, e fica aqui a sugestão.

Uma outra possibilidade ainda, que viria enriquecer o presente trabalho, mas que também deixo como sugestão para trabalhos futuros, é construir uma tradução diferente de uma das passagens estudadas – diferente daquela publicada e que já foi cotejada com o original segundo o modelo de Hasan aqui ampliado. O procedimento então seria cotejar o original com essa segunda tradução, construída tão-somente para fins desse estudo, e que apresentasse *menos* mecanismos coesivos que a tradução publicada – e a expectativa é ver essa diferença traduzida em valores significativamente diferentes nas Tabelas.

Finalmente, a montagem de uma quinta tabela, conforme feito no presente estudo, oferece uma sugestão de modificação e ampliação do modelo de Hasan, sendo que os dados apresentados nessa quinta tabela são aqueles que vêm corroborar a hipótese levantada, de que original e tradução, se analisados quantitativamente quanto a textura coesiva e coerência, devem produzir valores aproximados.

REFERÊNCIAS

- CHANDLER, Raymond. Pearls are a nuisance. In: *The simple art of murder*. New York: Vintage, Copyright 1950. p. 139-186, 1988.
- CHANDLER, Raymond. Pérolas são um incômodo. In: *A simples arte de matar*. Trad. Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: L&PM, p. 137-186, 1997.
- HASAN, Ruqaiya. The texture of a text. In: HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R., *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University, p. 70-96, 1989.

A coesão através de rótulos

Maria Maura Cezario
UFRJ

INTRODUÇÃO

O trabalho consiste numa análise detalhada do uso de rótulos presentes em narrativas e relatos de opinião.¹

É baseado na pesquisa de Francis (1994), que considera os rótulos como um meio de conectar e organizar o discurso. Tais rótulos referem-se a um trecho do discurso antecedente ou subsequente, podendo ainda se referir a ambos os contextos.

Comparamos as narrativas e relatos de opinião das entrevistas concedidas para realização do corpus *Discurso e Gramática* e comparamos esses relatos com alguns relatos apresentados no jornal *O Globo*, numa seção em que há um tema e duas opiniões diferentes, a da edição (anônima) e a de uma pessoa identificada.

Criamos, a partir da classificação apresentada em Francis (1994), nove categorias para melhor caracterização dos rótulos e para melhor comparação. Utilizamos o programa *Make3000*, programa que apresenta as percentagens das categorias independentes em relação a uma dependente. Esse trabalho pode contribuir para o aperfeiçoamento do ensino de interpretação e produção de textos.

¹ Agradecemos à Professora Vera Paredes pelas sugestões dadas durante a realização da pesquisa e agradecemos à FAPERJ pelo incentivo à divulgação deste trabalho.

A COESÃO ATRAVÉS DE RÓTULOS

O EMPREGO DE RÓTULOS

Segundo Francis (1994), a rotulação (“labelling”) é entendida como um tipo de coesão lexical, em que se podem verificar rótulos prospectivos e retrospectivos. Os primeiros, mais raros segundo a autora, apontam para uma lexicalização (trecho do discurso) que se apresenta na parte seguinte do discurso; os retrospectivos servem para encapsular ou embalar um trecho mencionado anteriormente no discurso.

Um exemplo de rótulo prospectivo é razão. Se a pessoa escreve que vai apresentar duas razões para a ocorrência de um fato, as cláusulas que seguem devem ser completamente compatíveis com a semântica da palavra razão.

O rótulo prospectivo tem como função preparar o leitor sobre o que ele deve esperar. A autora relaciona a função dos rótulos com as funções propostas por Halliday: a função ideacional, a interpessoal e a textual. O rótulo com função ideacional acrescenta informação necessária ao desenrolar do discurso; o com função interpessoal é avaliativo, ou seja, através desse rótulo, o escritor avalia negativa ou positivamente uma parte do texto e o rótulo com função textual é aquele apresentado como rema da cláusula e é parte do foco da informação. Muitas vezes, um rótulo acumula as três funções.

Os rótulos retrospectivos não se referem a um único grupo nominal do discurso precedente:

não é uma repetição ou um sinônimo de qualquer elemento precedente. Ao contrário, é apresentado como equivalente a uma cláusula ou a várias cláusulas. (...) O rótulo indica ao leitor exatamente como o trecho do discurso deve ser interpretado e dá o “frame” de referência dentro do qual o argumento subsequente é desenvolvido (p. 85).

Portanto, os rótulos retrospectivos, assim como os prospectivos, têm uma função organizacional de conduzir o leitor para as informações que se seguem no discurso.

No caso de um rótulo retrospectivo como este problema, o leitor deve interpretar o que foi dito no trecho anterior como um problema,

algo negativo, algo com conotação negativa e essa visão vai conduzir o discurso subsequente.

Dentre os tipos de rótulos, a autora destaca os rótulos metalingüísticos, aqueles que embalam um trecho, rotulando-o como um ato lingüístico, como, por exemplo, os rótulos argumento, ponto e afirmação.²

A autora utiliza a coleção de *corpora* do Bank of English em Cobuild e Birmingham e utiliza uma série de edições completas do *The times*. Eis algumas das principais características do rótulo:

- a- o rótulo requer uma realização lexical ou lexicalização;
- b- é inerentemente um elemento nominal não-específico cujo significado específico necessita ser precisamente explicitado;
- c- tem função catafórica e anafórica.

Na maior parte das vezes, o rótulo é um substantivo com significação geral, como homem, coisa, fato e idéia. Esses substantivos precedidos de determinantes com valores dêíticos, como o, este e tal, têm uma função coesiva, porque funcionam de forma semelhante a um item de referência. Além disso, esses rótulos retrospectivos fazem da informação antecedente um fato, um relato (Cf. p. 86).

O substantivo nuclear de um rótulo com esses determinantes é apresentado como sendo informação velha, apesar de o item lexical ser novo. A partir dessa informação a mensagem nova, o foco da informação, será formulada.

Os rótulos retrospectivos têm uma função clara de troca de tópico (“topic shifting function”) ou de conexão de tópico (“topic-linking function”). Mesmo quando há trocas de tópico, há preservação da continuidade discursiva, porque a informação nova é posta dentro de uma estrutura (“framework”) dada.

É comum aparecer rótulo retrospectivo no início de parágrafo, devido a sua capacidade de resumir fatos do trecho antecedente. Neste caso, o papel organizacional do rótulo é local. Há casos em que o papel organizacional é mais longo, ou seja, o rótulo refere-se a um trecho mais distante, maior ou mais geral. A autora exemplifica com o rótulo

² Os rótulos grifados foram retirados do artigo de Francis e os em itálico foram coletados nos corpora analisados para a realização deste trabalho.

A COESÃO ATRAVÉS DE RÓTULOS

this move, que se refere, no exemplo dado, a um parágrafo anterior (que é resumido) e, ao mesmo tempo, avalia tudo o que é dito no trecho subsequente.

Qualquer substantivo pode ser núcleo de rótulo, mas é necessário, como já foi dito, que o substantivo seja não-específico e que tenha uma realização lexical no contexto imediatamente posterior ou anterior. Os rótulos têm significação altamente dependentes do contexto, devido a sua não-especificidade.

Os rótulos metalingüísticos instruem o leitor para interpretar o status lingüístico de uma proposição de um modo particular. O leitor deverá, por exemplo, interpretar uma proposição ou um conjunto delas como uma afirmação, uma explicação, uma comparação, uma versão ou um comentário.

A autora classifica os rótulos metalingüísticos em substantivos ilocucionários, substantivos de atividade lingüística, substantivo de processo mental e substantivos textuais.

Os substantivos ilocucionários são nominalizações de processos verbais, como afirmação, acusação e alegação. São cognatos de verbos ilocucionários: *afirmar*, *acusar*, *alegar*. A autora lembra que a interpretação de um rótulo não é necessariamente igual à intenção original do escritor e, muitas vezes, o que pode ser considerado um sinônimo de um rótulo é uma ilusão.

Substantivos de atividade de linguagem são similares aos ilocucionários, mas não têm verbos cognatos do mesmo tipo (ilocucionários). Ex.: comparação, contraste, ambigüidade, debate, exemplo.

Substantivos de processos mentais são aqueles que se referem a estados e processos cognitivos e a seus resultados. Ex.: crença, opinião, interpretação, análise, conceito. Nem todos têm verbos cognatos.

Muitas vezes, os limites de sentidos dos rótulos são difusos. A autora considera os tipos de rótulos como estando numa escala. Numa ponta estão os substantivos de processo verbal, na outra estão os cognitivos. No meio, estão os substantivos, como conclusão, que podem se referir a atos ilocucionários ou a processos e estados mentais.

Substantivos textuais referem-se à estrutura textual formal do discurso. Não envolvem interpretação. Rotulam os trechos do discurso precedente cujas fronteiras são bem delimitadas. Ex.: frase, questão, sentença, palavras, página e parágrafo.

Normalmente, o rótulo é apresentado como uma informação velha, mas, muitas das vezes, há uma função interpessoal, ou seja, há uma intenção avaliativa envolvida. Há rótulos que expressam atitude neutra como afirmação e visão; outros apresentam conotação negativa, como problema, e outros, conotação positiva, como achado (“finding”).

Os rótulos que apresentam modificadores também têm as funções ideacional, interpessoal e textual, funções exercidas sobretudo pelos modificadores. Estes costumam ser informações novas ou atitudes novas do escritor em face de informações velhas. Muitas vezes, os modificadores são mais importantes do que o núcleo do rótulo, mas este jamais pode ser omitido. Eis alguns exemplos da autora:

- a- este incidente espontâneo (valor neutro)
- b- novo conceito de confeitos (valor neutro)
- c- atitude estúpida (valor negativo)
- d- descrição acurada. (valor positivo)

Há modificadores que contribuem diretamente para o papel organizacional dos rótulos. São os chamados modificadores textuais, como um outro, o segundo, o terceiro, e similar, que se unem a núcleos substantivos, formando rótulos que são sempre informações novas e nunca são co-referenciais ao texto precedente.

O USO DE RÓTULOS EM DIFERENTES GÊNEROS

Utilizamos parte do corpus Discurso e Gramática, um corpus composto por vários tipos de textos orais e escritos, produzidos por informantes cariocas de diferentes níveis de escolaridade. Analisamos apenas a versão escrita de 18 informantes, sendo 10 do segundo grau (especificamente do terceiro ano) e 8 do terceiro grau. Retiramos os dados relevantes de três gêneros: o narrativo (narrativa experiencial), o descritivo e o argumentativo (relato de opinião). Temos, portanto, do corpus Discurso e Gramática (corpus DG) um total de 54 textos.

Também analisamos 6 relatos de opinião retirados do jornal *O Globo* (corpus JO) da seção em que há um tema e um confronto de duas opiniões, uma a do editor do jornal e outra a de uma pessoa identificada, normalmente uma autoridade da vida pública.

A COESÃO ATRAVÉS DE RÓTULOS

O nosso corpus assim se configura:

- Relato de opinião (corpus DG): 8
- Relato de opinião (corpus JO): 6
- Descrição: 10
- Narrativa experiencial: 10

Fizemos duas rodadas do Make3000. Na primeira, contrastamos os textos narrativos e argumentativos do corpus DG. Numa segunda rodada, contrastamos apenas os textos argumentativos desse corpus com os textos do jornal. Eliminamos os dados dos textos descritivos das rodadas por causa do número baixo de rótulos: apenas três (veja o quadro 2)

O número baixo de ocorrências de rótulos nas descrições deve-se ao fato de estas apresentarem normalmente um substantivo concreto, referencial, específico para se referir ao que é descrito. Substantivos desse tipo, muito comuns nas descrições analisadas, não configuram o que Francis considera como rótulo. Confrontemos os exemplos (1) e (2), o primeiro de uma narrativa e o segundo de uma descrição:

Exemplo 1 Foi *uma experiência completamente constrangedora*, num daqueles dias de muito sol, calor e praia, num dos anos em que as praias de Ipanema e Leblon ficavam repletas, apinhadas de gente, sem nem lugar por onde passar. Eu era pequena (não lembro ao certo a idade, 11 ou 13 anos, não sei). Eu fui pra água com umas amigas (...) (Reg. 3^o grau)

Exemplo 2 Sou uma pessoa super individualista, então não gosto de dividir o que é meu, por isso escolhi *o meu quarto*. Ele é branquinho, tem cortinas escuras, tem televisão, ar condicionado, som, tem almofadas, carpetes, é pequeno mas é super aconchegante. (Cla, 2^o grau)

Enquanto a narrativa normalmente apresenta, nas primeiras cláusulas do texto, um rótulo caracterizando o que vai ser narrado como um *incidente*, um *fato*, uma *experiência*, a descrição precisa apresentar o nome do local que vai ser descrito, o *quarto*, a *sala*, etc. e esse rótulo-referente será repetido várias vezes no texto.

O número assimétrico de textos analisados deve-se ao tamanho destes. Os informantes produziram, em geral, narrativas e descrições em menor tamanho do que os relatos de opinião. Portanto, preferimos analisar um número menor de relatos de opinião. Os textos retirados do jornal são maiores do que os relatos do corpus DG. Portanto, analisamos apenas seis relatos de opinião do jornal *O Globo*.

O conceito de rótulo, assim como as suas subdivisões, foram apresentados no item 2. A partir daqui vou deter-me apenas nos resultados da pesquisa, assim como na apresentação e análise dos rótulos encontrados nos corpora analisados.

Os corpora analisados apresentaram um número considerável de rótulos, 112 no total, sendo 26 em narrativas, 3 em descrições, 36 em relatos do corpus DG e 47 nos relatos do jornal.

Eis algumas de nossas hipóteses iniciais:

- a- há rótulos específicos em cada gênero e há rótulos mais gerais que servem para todos os gêneros;
- b- os relatos de opinião apresentam um número mais variado de rótulos do que as narrativas e as descrições;
- c- os relatos de opinião retirados do jornal apresentam rótulos mais formais e em maior número do que os relatos do corpus Discurso e Gramática;
- d- os rótulos possuem funções diferentes em cada gênero ou tipo de texto.

Eis as listas com todos os rótulos:

Quadro 1 – Rótulos utilizados em narrativas

1	um incidente	14	a conversa
2	esse fato	15	Essa história que me aconteceu
3	esta experiência	16	um grande bem estar
4	Depois d[aquele dia]	17	Depois de [todo o sufoco]
5	uma coisa	18	tipo temporal mesmo
6	uma experiência completamente constrangedora	19	Uma coisa que aconteceu comigo
7	uma situação	20	Este acontecimento

A COESÃO ATRAVÉS DE RÓTULOS

constrangedora 8 a situação 9 depois do bar 10 Depois d[a batida] 11 um fato interessante que aconteceu comigo 12 uma confusão 13 coisa que nunca havia acontecido	21 uma coisa diferente 22 seu ato de falar 23 O engraçado da história 24 nessa interrupção 25 algumas surpresas 26 a “operação”troca de pneus
--	--

Quadro 2 – Rótulos utilizados em descrições

DESCRICHÃO
o lugar
toda a decoração
palavras pequenas

Quadro 3 – Rótulos utilizados em relatos de opinião (DG)

1 o namoro 2 uma coisa 3 uma prisão 4 uma dessas comemorações 5 o problema da educação 6 as coisas 7 as coisas 8 a situação em que o Brasil se encontra 9 uma baderna geral 10 uma situação 11 a última 12 d[essas imagens de corrupção]	19 o objetivo ideal 20 a maior de todas as crises econômicas pelas quais já passou 21 a situação política do Brasil 22 O resultado dessa brincadeira 23 Uma das coisas que está mais em voga 24 a respeito da situação política do Brasil 25 A respeito d[a situação política do Brasil] 26 O problema do material didático 27 esse serviço 28 A minha visão sobre a família 29 como exemplo 30 esse caminho
---	---

MARIA MAURA CEZARIO

13	esse problema	31	a minha revolta
14	outros problemas econômicos	32	a situação
15	o câncer do Brasil	33	a função de informantes
16	a situação econômica do qual o país passa	34	crise religiosa
17	o ponto	35	a importância da mulher
18	d[essa política econômica]	36	na minha opinião

Quadro 4 – Rótulos utilizados em relatos de opinião (JOI)

1	a utilização das medidas provisórias	25	problemas graves de manutenção da rede elétrica
2	Fato	26	contratempos criados
3	Indício	27	um exemplo gritante da ineficiência do PDI
4	sua conveniência	28	simples fato
5	Inconvenientes	29	o problema
6	outras fórmulas	30	uma retrospectiva
7	uma comparação honesta	31	a ruptura
8	intermináveis reedições de medidas provisórias	32	desse contato
9	a questão	33	este primor de escapismo
10	pela segunda hipótese	34	a negociação
11	nosso substitutivo à proposta do senador	35	uma estratégia
12	a plena convicção	36	os motivos alegados pelo governo
13	conseqüência natural	37	radicalidade de suas ações
14	os diversos programas de desligamento incentivados, adotados pela União	38	utilização de métodos
15	o resultado do primeiro programa	39	tais “crimes”
16	numa segunda etapa do programa	40	aos fatos
17	o problema	41	este fato
18	o fato	42	uma política de colonização
19	estas palavras	43	um conjunto de políticas públicas

A COESÃO ATRAVÉS DE RÓTULOS

20	a opção que está sendo oferecida	44	dados ainda parciais
21	a implantação da estratégia neoliberal	45	verdadeira afronta
22	essa medida	46	a opção política do governo
23	exemplos recentes	47	uma fachada
24	o caso da Cerj		

Comparemos os gêneros do corpus DG, os quadros 1 e 3. O núcleo de rótulo que aparece em ambos os gêneros é *coisa*. O sentido dos rótulos do relato de opinião refere-se principalmente a ‘assunto’, ‘tópico’: *o namoro, o problema da educação, o problema do material didático*, etc, enquanto o sentido dos rótulos das narrativas refere-se aos continuíntes da narrativa: *um incidente, esse fato, uma experiência completamente constrangedora*.

Os textos do jornal (quadro 4) não apresentam o rótulo *coisa*, por esse rótulo ser informal. O núcleo *fato* é comum ao JO e à narrativa, tendo uma frequência maior de ocorrência no JO.

O núcleo *problema* ocorre repetidas vezes nos relatos de opinião de ambos os corpora.

Como a seção do jornal analisada é escrita em registro formal, observamos um uso mais formal de rótulos do que os textos do corpus DG. Os rótulos 8, 12 e 21 do quadro 4 são exemplos de rótulos estrutural e semanticamente mais complexos. Vemos inclusive o uso de núcleos modificados por adjetivos antepostos, que não ocorrem nos dados do corpus DG. A única exceção é o rótulo “um grande bem estar” de uma narrativa, que na verdade é quase uma fórmula, pois “um bem estar grande” não é usual.

Além do tipo de gênero, criamos, a partir da leitura do texto de Francis, oito categorias linguísticas: ‘papel anafórico ou catafórico’, ‘troca ou não de tópico/assunto’, ‘especificidade’ x ‘não-especificidade’ ‘rótulo metalingüístico’, ‘tipos de modificadores’, ‘presença x ausência de epítetos comparativos’, ‘carga avaliativa do rótulo’ e ‘papel organizacional (local ou geral)’. Também controlamos as categorias sociais ‘Escolaridade’ e ‘Sexo’.

RESULTADOS

Apresentaremos os resultados das categorias controladas. Em cada item abaixo, há em primeiro lugar a comparação entre narrativas e relato de opinião do corpus DG e em segundo lugar a comparação entre relatos de opinião do corpus mencionado e do jornal.

Anáfora e catáfora

Relato de opinião DG e narrativas

Ao contrário dos resultados de Francis (1994), encontramos um número maior de rótulos prospectivos no corpus. De um total de 62 rótulos (rótulos das narrativas junto com os rótulos dos relatos de opinião do corpus DG), 37 têm função catafórica, são, portanto, prospectivos, como em (3); 20 têm função anafórica, são chamados retrospectivos, como em (4) e 5 deles podem se referir ao contexto antecedente ou ao subsequente, exercendo ao mesmo tempo as duas funções, como no exemplo (5). Vemos que normalmente o escritor usa rótulos na primeira cláusula ou primeiras cláusulas para resumir o que será dito e para preparar o leitor sobre o que lerá.

Exemplo 3 Foi *um incidente*. Uma vez eu estava numa prova, sentada normalmente resolvendo as questões, ou achava que estava tudo normal, eu sabia tudo. Eu sabia tudo, mas minha colega que estava atrás de mim não. Eu sentada de lado, encostada na parede, não percebi a menina olhando desesperadamente para minha prova. Só percebi quando a professora passou recolhendo as duas provas.(...) (Isa, 2^o grau)

Exemplo 4 (...)Até que um dia ele resolveu se revelar dando em cima da minha melhor amiga, ela também estava envolvida na conversa dele e caiu na mesma cilada. Ele sumiu e eu nunca mais tive notícias dele. *Esta experiência* foi proveitosa pois atualmente eu reflito bastante antes de tomar qualquer decisão. (Cla, 2^o grau)

A COESÃO ATRAVÉS DE RÓTULOS

Exemplo 5

A situação em que o país se encontra é vergonhosa. Corrupção por todos lados, criação de impostos absurdos... enfim, é *uma baderna geral*. Temos que reconhecer que o mundo todo está sofrendo uma grande crise, mas o Brasil é sempre a mesma piada, o que nos salva por muitas vezes é o espírito esperançoso do povo, sempre com aquele “jeitinho brasileiro” pra contornar as situações. O Collor saiu, mas a corrupção sempre existiu e duvido que pare por aqui, os métodos é que serão aprimorados e melhor encobertos para o escândalo não se repetir. (Reg. 3^g)

O rótulo *um incidente* resume toda a narrativa, enquanto *a experiência* refere-se ao que foi dito e o rótulo *uma baderna geral* se refere à situação do Brasil já mencionada assim como se refere à caracterização que é feita da situação nas orações seguintes.

Observemos a tabela 1:

Tabela 1 – Função dos rótulos (textos do corpus DG)

	Relato de opinião			Narrativas	
	T	Apli.	Freq.	Apli.	Freq.
Rótulos prospectivos	37	20	54%	17	46%
Rótulos retrospectivos	20	12	60%	8	40%
Rótulos com dupla função	5	4	80%	1	20%
Total	62	36	58%	26	42%

Vemos que a utilização dos rótulos nas três funções é mais freqüente no relato de opinião do que na narrativa. Os resultados mostram que os rótulos com dupla função, que são os mais complexos, ocorrem na sua grande maioria no relato de opinião.

Relatos de opinião

Coletamos 83 rótulos nos relatos de opinião de ambos os corpora (Discurso e Gramática e Jornal O Globo). Desse total, 47 são prospectivos, 25 são retrospectivos e 11 apresentam as duas funções ao

mesmo tempo. A tabela seguinte apresenta os resultados da análise dos rótulos de acordo com a categoria em questão.

Tabela 2 – Função dos rótulos (corpora DG e JO)

Função dos rótulos	Relato de opinião (JO)			Relato de opinião (DG)	
	T	Apli.	Freq.	Apli.	Freq.
Rótulos prospectivos	47	27	57%	20	43%
Rótulos retrospectivos	25	13	52%	12	48%
Rótulos com dupla função	11	7	64%	4	36%
Total ³	83	47	57%	36	43%

O resultado mais interessante é que nos relatos de opinião do jornal, os informantes utilizam com maior frequência os rótulos com função anafórica e catafórica concomitantes. Tais rótulos são mais raros e mais complexos uma vez que sua função coesiva envolve o contexto anterior e o posterior. Vejamos um exemplo desse tipo de rótulo utilizado no jornal:

Exemplo 6 Um exemplo gritante da ineficiência do PDI está ocorrendo no município de Macaé, onde as pessoas estão impossibilitadas de tirar carteira de identidade e ter acesso a outros serviços desde dezembro pelo simples fato de um único servidor do Instituto Félix Pacheco, responsável pelo trabalho, ter pedido demissão e não haver mais quem cuide do serviço. Na saúde e na educação *o problema* é semelhante e a falência do sistema de atendimento da rede pública é patente. Recentemente observou-se que os médicos dos hospitais da Zona Oeste do Rio de Janeiro não estavam comparecendo aos plantões de fim de semana, porém, posteriormente, detectou-se que, na verdade, eles haviam pedido demissão de suas funções. (Demissão involuntária).

³ Os totais não serão repetidos nas próximas tabelas.

A COESÃO ATRAVÉS DE RÓTULOS

Esse exemplo é muito semelhante ao (5): o rótulo problema embala as orações antecedentes, faz o leitor encarar os fatos apresentados como um problema; também embala as informações subseqüentes pois são apresentados outros exemplos da mesma natureza dos já expostos.

Continuidade/descontinuidade de tópico (assunto)

Observamos se os rótulos apareciam em trocas ou não de tópico, no início de texto (contextualização) ou na conclusão para vermos os locais em que tais elementos coesivos costumam ocorrer.

Relato de opinião DG e narrativas

Do total de 62 rótulos, a maior parte dos rótulos (24) aparece no início dos textos; 10 ocorrem nas trocas de tópico, 9, nas conclusões e 19 dão continuidade ao assunto. Os exemplos (7), (8), (9) e (10) ilustram, respectivamente, esses quatro tipos de rótulos:

Exemplo 7 Um fato interessante que aconteceu comigo foi uma vez que ocorreu uma confusão com um cliente meu, para o qual eu realizava uma marca(identidade visual) para sua produtora de vídeo.

Exemplo 8 Como isso não acontece, as coisas não mudam. Só se vê recessão e mais recessão. É por isso que eles adoram a recessão, pois para os pobres é ruim e para eles é ótimo pois o país é capitalista claro que eu não tenho nada contra o capitalismo, e sei de seu funcionamento. A última foi agora; os deputados aprovaram uma verba de Cr\$ 250.000.000,00 para tratamento dentário, como se o salário deles já não fosse suficiente! Eles deviam saber e contar nos dedos quem trata dos dentes no país. Chega dessas imagens de corrupção até mesmo com os nossos maiores governantes. O Brasil precisa crescer se não for agora quando será? (Jor 3^o g)

Exemplo 9 (...)Até que um dia ele resolveu se revelar dando em cima da minha melhor amiga, ela também estava envolvida na conversa dele e caiu na mesma cilada.

MARIA MAURA CEZARIO

Ele sumiu e eu nunca mais tive notícias dele.
Esta experiência foi proveitosa pois atualmente eu reflito bastante antes de tomar qualquer decisão. (Cla, 2^o grau)

Exemplo 10 Mas no meu modo de ver o câncer do Brasil são esses políticos que iludem e roubam. E são não maior parte homens de grandes bens e fortunas que manipulam assim a situação econômica do país. Eu acho que o único meio de mudar a situação do país é incentivando a educação. Como isso não acontece, as coisas não mudam. Só se vê recessão e mais recessão. É por isso que eles adoram a recessão, pois para os pobres é ruim e para eles é ótimo pois o país é capitalista claro que eu não tenho nada contra o capitalismo, e sei de seu funcionamento. (...) (Jor, 3^o g)

A tabela seguinte apresenta os resultados da comparação entre esses tipos de rótulos e os gêneros argumentativo e narrativo.

Tabela 3 – Uso de rótulos e continuidade discursiva (corpus DG)

Localizações	Relato de opinião			Narrativas	
	T	Apli.	Freq.	Apli.	Freq.
Contextualização	24	13	54%	11	46%
Conclusão	9	6	67%	3	33%
Troca de tópico	10	3	30%	7	70%
Contin. de tópico	19	14	74%	5	26%

Os informantes utilizam quase na mesma frequência rótulos nas contextualizações (partes iniciais) de narrativas e argumentações. Nas conclusões e nas partes em que havia continuidade de tópico, houve maior número de rótulos nas argumentações, e nas trocas de tópico, dos 10 rótulos utilizados 7 foram utilizados nas narrativas.

A COESÃO ATRAVÉS DE RÓTULOS

Relatos de opinião

Vemos, através dos resultados expostos na tabela 4, que há diferenças fundamentais na utilização de rótulos nas argumentações de textos de jornal e de textos do corpus DG.

Tabela 4 – Uso de rótulos e continuidade discursiva (corpora DG e JO)

Localizações	Relato de opinião (JO)			Relato de opinião (DG)	
	T	Apli/	Freq.	Apli/	Freq.
Contextualização	14	1	7%	13	93%
Conclusão	6	0	0%	6	100%
Troca de tópico	4	1	25%	3	75%
Contin. de tópico	59	45	76%	14	24%

Dos 83 rótulos dos textos argumentativos analisados, a grande maioria ocorre em continuidades tópicas. Nos textos do jornal, os rótulos são utilizados principalmente nessa parte, enquanto nas demais partes ou não houve rótulos, ou ocorreu apenas um dado. É interessante notar que os alunos do terceiro grau utilizam praticamente o mesmo número de rótulos em contextualizações e em continuidades tópicas: 13 e 14, respectivamente.

Talvez o baixo número de rótulos nas contextualizações dos textos jornalísticos se deva ao fato de o tema vir expresso antes dos relatos de opinião (vide anexo). Na verdade, o tema é um rótulo que resume todo o relato de opinião. Mas não incluímos tal rótulo na análise, porque, no corpus DG, o tema não é expresso pelos informantes. Para uniformizar deixamos de lado os temas e títulos do jornal.

Rótulos metalingüísticos

Como fez Francis (1994), codificamos os rótulos em ilocucionários, rótulos de atividade verbal, de processo mental e rótulos textuais (cf. seção 1).

Relato de opinião DG e narrativas

Nos textos analisados do corpus Discurso e Gramática, encontramos apenas 5 rótulos metalingüísticos: 2 rótulos de atividade de linguagem, presentes em narrativas, e 3 de processo mental, sendo 2 de relato de opinião e 1 de narrativa:

a- atividade de linguagem:

- Exemplo 11 Do outro lado do telefone, ele me atendeu de uma maneira rude e indiferente, coisa que nunca havia acontecido. Não entendi. A *conversa* foi mais ou menos assim:
“- Carlos, sou eu Mônica.”
“- Olha, já vou falando que não deu tempo de passar, pois ontem tive que sair e quando vi já eram 16:30 da tarde. Mas não precisa reclamar que na segunda o dinheiro fica depositado.”
“- Eh, não...mas não liga pra isso - falei sem graça.
“- Eu só estou ligando pra dizer que deixei a fita com a minha mãe e gostaria de saber se você recebeu direito.”
“- Fita? Com a sua mãe? Peraí. Quem está falando? Sua mãe não está no Norte?” (...) (Mon, 3^a g)

b- processo mental:

- Exemplo 12 Não penso desta forma pois *na minha opinião* ambos os sexos têm a mesma responsabilidade e importância como seres humanos e pais, sem nenhum dos lados ser melhor que outro. (Yur, 2^a g)

O rótulo *a conversa* (ex. 11) é uma nominalização de um processo verbal que ocorre entre duas ou mais pessoas. Prepara o leitor para a transcrição que é feita no parágrafo seguinte. Não apresenta um verbo ilocucionário cognato.

No exemplo (12), o rótulo destacado refere-se a um estado mental criado a partir da escolha de uma visão de mundo sobre

A COESÃO ATRAVÉS DE RÓTULOS

determinado fato. No caso a de ver homens e mulheres como seres iguais, com os mesmos direitos e deveres.

Relatos de opinião

Nos relatos de opinião do jornal, encontramos um número maior de rótulos metalingüísticos: houve 2 rótulos ilocucionários, 2 de processo mental, 1 de atividade de linguagem e 2 textuais. Desses ainda não houve exemplificação aqui de rótulo ilocucionário e textual. Vejamos os exemplos:

a- ilocucionário:

Exemplo 13 A questão que se coloca é: devemos simplesmente retirar do presidente da República o poder de editar medidas provisórias ou devemos, na verdade, criar mecanismos institucionais que obriguem o Congresso a apreciá-las e votá-las? (Omissão)

b- textual:

Exemplo 14 “É hora de estes servidores refletirem sobre a oportunidade que lhes está sendo dada. Se eles não aderirem poderemos demiti-los sem incentivo.” Com estas palavras o governador Marcelo Alencar definiu muito bem a opção que está sendo oferecida aos funcionários públicos. Os que se demitem ou são demitidos! (...) (Demissão involuntária)

A *questão* (ex. 13) é um sintagma que representa um processo verbal e que tem um verbo cognato ilocucionário, o verbo questionar. Daí a classificação diferente da de *conversa* (ex. 11). O rótulo *estas palavras* (ex. 14) refere-se a um constituinte essencial da estrutura de um texto, as palavras.

Os rótulos metalingüísticos são raros e mais complexos do que os que não são metalingüísticos, pois são uma forma de codificar o próprio ato de fala e ao mesmo tempo de resumir toda uma parte do texto. Por isso, aparecem com frequência maior nos textos de jornal, os mais formais aqui estudados.

Modificadores

Relato de opinião DG e narrativas

Aqui a análise é voltada para o modificador do núcleo nominal. Dos 62 rótulos, 35 não apresentam modificadores, 15 apresentam modificadores ideacionais (segundo Francis, aqueles que apenas acrescentam informação nova, sem fazer avaliação negativa ou positiva em relação ao contexto que resumem), 11 são avaliativos e 1 é textual. Vejamos os exemplos e os resultados do confronto entre relatos de opinião e narrativas:

a- modificador ideacional:

Exemplo 15 e o ponto para resolver tudo isso é arrumar a economia do país, pagando as dívidas externas e acertando a política.(...) Pois só um país arrumado politicamente sem conchavos, crimes do colarinho branco etc; fará com que o Brasil se torne uma grande nação respeitada por todo o mundo, e partindo *desta política econômica*, atingir de imediato à saúde, a educação e à moradia é o objetivo ideal de um país que pretende ser vitorioso. (And, 3^o g)

b- modificador avaliativo

Exemplo 15 e o ponto para resolver tudo isso é arrumar a economia do país, pagando as dívidas externas e acertando a política.(...) Pois só um país arrumado politicamente sem conchavos, crimes do colarinho branco etc; fará com que o Brasil se torne uma grande nação respeitada por todo o mundo, e partindo *desta política econômica*, atingir de imediato à saúde, a educação e à moradia é o objetivo ideal de um país que pretende ser vitorioso. (And, 3^o g)

Exemplo 16 Um dia resolvi sair com a minha namorada. Fomos dançar e depois resolvemos ir a um motel, só que chegando ao motel eu não poderia imaginar que eu iria me encontrar em uma situação constrangedora, não para

A COESÃO ATRAVÉS DE RÓTULOS

mim mais sim para duas pessoas. Assim que parei o carro na fila de entrada dei conta de que conhecia o carro que estava à minha frente, e era sem dúvida o carro do rapaz que namorava a minha irmã, hoje meu cunhado.(...) Abri a porta do carro em que me encontrava e me puz à caminhar até o carro dele, só não podia imaginar que ao chegar até ao carro dele iria encontrar minha irmã ao lado dele (...) (Jor, 3^og)

c- modificador textual

Exemplo 17 Vamos nos permitir, vamos valorizar a educação e pensar que a economia de um país pra ficar bem na balança primeiramente tem de exportar mais e importar menos. Como um país não pode consumir mais do que exporta. Se dá esse problema. Lógico que existe *outros problemas econômicos* entre eles estão: Especulação, Empresário, Sonegações de impostos etc...Acorda Brasil!!! (Jor, 3^og)

Em (15), o modificador ‘econômica’ restringe o sentido de política, mas não apresenta qualquer teor avaliativo. O rótulo destacado em (16), além de restringir o sentido do núcleo, também avalia todo o contexto seguinte, preparando o leitor para o conhecimento de uma história com algum fato constrangedor. A avaliação é, portanto, negativa. Em (17), o modificador em questão é ‘outros’, que serve como um organizador do texto, com função catafórica, apresentando fatores que também devem ser considerados problemas econômicos: especulação, empresário, etc.

Tabela 5 – Uso de modificadores (corpus DG)

Modificadores	Relato de opinião			Narrativas	
	T	Apli.	Freq.	Apli.	Freq.
Ideacionais	15	10	67%	5	33%
Avaliativos	11	5	45%	6	55%
Textuais	1	1	100%	-	-
Sem modificadores	35	20	57%	15	43%

O único rótulo textual ocorreu num relato de opinião. Os relatos de opinião, ao contrário do que esperávamos, privilegiam os rótulos ideacionais (10 rótulos ideacionais, contra 5 avaliativos e 1 textual); as narrativas apresentam um equilíbrio no uso dos rótulos: 6 avaliativos contra 5 ideacionais. Pensávamos que o fato de haver uma argumentação levaria à utilização mais freqüente de rótulos avaliativos nos relatos de opinião, mas os resultados não confirmam essa hipótese. Talvez porque os informantes apresentam uma avaliação positiva ou negativa em todo o rótulo e não apenas nos modificadores, como é possível observar nos resultados apresentados na tabela (5).

Relatos de opinião

A próxima tabela apresenta o resultado da análise dos tipos de modificadores utilizados nos relatos de ambos os corpora.

Tabela 6 – Uso de modificadores (corpus DG e JO)

Modificadores	Relato de opinião (JO)			Relato de opinião (DG)	
	T	Apli/	Freq.	Apli/	Freq.
Ideacionais	21	11	52%	10	48%
Avaliativos	20	15	75%	5	25%
Textuais	4	3	3%	1	25%
Sem modificadores	38	18	47%	20	53%

Apenas 18 dos 47 rótulos de jornais não apresentam modificadores. Os rótulos com modificadores são muito mais comuns no texto jornalístico do que no corpus DG. Há um número muito maior de rótulos com modificadores avaliativos no jornal, como era de se esperar, uma vez que os textos são estruturados a partir de avaliações positivas ou negativas de determinados aspectos do tema abordado.

Dos quatro rótulos textuais coletados dos dois corpora de textos argumentativos, 3 são do jornal, também em decorrência da maior formalidade e complexidade dos textos escritos para o jornal.

A COESÃO ATRAVÉS DE RÓTULOS

Epítetos comparativos

Apenas 7 dados, em todos os textos analisados, apresentaram o que Francis chamou epítetos comparativos (como no exemplo 18: *outros problemas econômicos*), que contribuem para o papel organizacional dos rótulos, preparando o leitor para a informação imediatamente seguinte. Esses rótulos, como já dissemos, são informações novas e nunca são co-referenciais ao texto precedente. Tais rótulos aparecem apenas nos relatos de opinião, porque esse gênero privilegia a codificação de informação nova ao redor do núcleo (modificadores e epítetos).

Desses 7 rótulos, 5 ocorreram no corpus DG e 2, no corpus JO.

Caráter avaliativo do rótulo

Com base em Francis (1994), os rótulos podem ser utilizados para guiar a leitura do texto no sentido de fazer o leitor interpretar uma parte do texto como tendo um caráter negativo (ex. 19) ou positivo (ex. 20). Também ocorrem rótulos sem qualquer caráter avaliativo, são os rótulos neutros (como nos rótulos destacados nos exemplos já mencionados em 19 e 20, dentre outros). Nesta categoria, analisamos o caráter avaliativo de todo o rótulo, e não apenas dos modificadores, quando estes aparecem:

Exemplo 19 O noticiário da imprensa apontou quedas de energia em várias cidades, inclusive causando desabastecimento d'água em várias regiões do estado, causado por falta de bombeamento nas adutoras. Além de *contratemos criados* para a população, a falta de energia elétrica trouxe prejuízos incalculáveis para o comércio e a indústria.m (Omissão)

Exemplo 20 Era o aniversário de minha e eu estava encarregado de escrever o cerimonial, fiquei o dia inteiro escrevendo e escolhendo as pessoas que seriam agraciadas e as que iriam falar. *O engraçado da historia* é que, quando começou o cerimonial eu fiquei nervoso minha voz acho que engrossou demais, e acho que o som também sem sintonia

MARIA MAURA CEZARIO

perfeita ninguém entendia o que eu falava era uma barulhada só. (Jea, 2^a g)

Em (19), o rótulo resume de forma negativa as conseqüências da falta de energia, pois utiliza o rótulo ‘contratempos criados’. Em (20), o que é narrado poderia ser visto como uma história constrangedora, mas o autor encarou a situação apresentada como algo engraçado. Talvez porque a distância do tempo de narração para o tempo de ocorrência da história seja grande, e o fato constrangedor tornou-se engraçado, quando analisado à distância.

Relato de opinião DG e narrativas

A tabela 7 apresenta os resultados de nossa pesquisa, contrapondo relatos de opinião com narrativas:

Tabela 7 – Valor dos rótulos (corpus DG)

Valor do rótulo	T	Relato de opinião		Narrativas	
		Apli	Freq.	Apli.	Freq.
Negativo	22	15	68%	7	32%
Positivo	8	4	50%	4	50%
Neutro	32	17	53%	15	47%

A diferença fundamental é que os informantes utilizam muito mais rótulos negativos nos relatos de opinião do que nas narrativas, o que era de se esperar uma vez que nas argumentações os informantes fazem uma crítica negativa a uma determinada situação. Lembremos que são os mesmos informantes que escrevem ambos os textos, os argumentativos e os narrativos. O número de rótulos negativos está muito próximo ao número de rótulos neutros, nas argumentações. Além disso, nas narrativas, o rótulo positivo deve estar associado à valorização da história, às avaliações pessoais (ou seja, àquilo que mostra ao ouvinte por que vale a pena contar uma dada história).

A COESÃO ATRAVÉS DE RÓTULOS

Relatos de opinião

Vejamos os resultados da análise dos textos do jornal, em confronto com os do corpus DG:

Tabela 8 – Valor dos rótulos (corpora DG e JO)

Valor do rótulo	T	Relato de opinião (JO)		Relato de opinião (DG)	
		Apli.	Freq.	Apli.	Freq.
Negativo	36	21	58%	15	42%
Positivo	15	11	73%	4	27%
Neutro	32	15	47%	17	53%

O número de rótulos positivos é muito alto nas argumentações do jornal, porque os escritores, além de fazerem uma crítica negativa a respeito de uma determinada situação, apresentam aspectos positivos de medidas que consideram a solução para certos problemas. Nos textos do corpus DG os informantes normalmente apenas criticam uma situação, apresentando os seus pontos negativos, daí a baixa ocorrência de rótulos positivos.

Papel geral ou local

Os rótulos podem ter um papel organizacional local, referindo-se a um trecho imediatamente antecedente (como no exemplo 14, mencionado) ou subseqüente (como no exemplo 17) ao próprio rótulo; ou podem ter um papel geral, tendo uma capacidade de resumir ou avaliar todo o texto ou uma parte longa do texto (como em 21, um texto completo)

- Exemplo 21 *O problema da educação* está piorando cada vez mais. Daqui a pouco ninguém mais vai poder cursar faculdade, porque as mensalidades estão altas demais. As universidades públicas não tem verba e estão caindo aos pedaços, além dos professores quase não darem aulas, e as particulares, cobram um absurdo de mensalidades e, nem por isso, oferecem melhores condições ao alunos e professores. Os professores reclamam o salário baixo de

MARIA MAURA CEZARIO

um lado e os alunos reclamam as altas mensalidades do outro. As crianças que estudavam em escolas particulares estão passando para as públicas, que já não tinham condições de atender às crianças carentes. Se as coisas continuarem assim ninguém mais vai estudar nesse país. (Éri, 3o g)

Tudo o que é dito no texto acima está relacionado a problemas da educação. O rótulo resume todo o texto.

Relato de opinião DG e narrativas

Não há grandes diferenças na utilização de rótulos locais e gerais nos dois gêneros. Os informantes usam muito mais rótulos gerais do que locais: cerca de 70% (26 dos 36 rótulos dos relatos de opinião e 18 dos 26 rótulos das narrativas) têm a capacidade de subsumir todo o discurso ou uma parte longa dele:

Tabela 9 – Papel local ou geral do rótulo (corpus DG)

Papel do rótulo	T	Relato de opinião (DG)		Narrativas	
		Apli.	Freq.	Apli.	Freq.
Geral	44	26	59%	18	41%
Local	18	10	56%	8	44%

Relatos de opinião

Os escritores do jornal utilizam os rótulos locais e gerais numa frequência muito diferente dos escritores do corpus DG, como pode ser visto na tabela seguinte:

Tabela 10 – Papel local ou geral do rótulo (DG e JO)

Papel do rótulo	T	Relato de opinião (JO)		Relato de opinião (DJ)	
		Apli.	Freq.	Apli.	Freq.
Geral	41	15	37%	26	63%
Local	42	32	76%	10	24%

A COESÃO ATRAVÉS DE RÓTULOS

As argumentações do jornal apresentam um número muito maior de rótulos locais do que as argumentações do corpus DG. Aqueles também apresentam menos rótulos gerais do que estes.

Enquanto os textos do corpus DG apresentam, do seu total, mais que o dobro de rótulos gerais, os textos do jornal têm um comportamento invertido: mais do que o dobro de rótulos locais.

Tais diferenças talvez sejam decorrentes do fato de os textos dos jornais serem maiores, com um número maior de parágrafos, o que permite haver rótulos que se refiram a um pequeno parágrafo ou a um conjunto pequeno de períodos.

Caráter geral ou específico do rótulo

A categoria ‘especificidade’ foi utilizada para controlar se o rótulo se referia a um ser específico ou não. Na verdade, os rótulos específicos não deveriam, sendo Francis, ser considerados na pesquisa, já que uma das características do rótulo é a não-especificidade. No entanto, encontramos 5 SNs específicos que consideramos como rótulos, apesar de que não temos certeza de que a classificação esteja correta. Tais sintagmas apresentam um ponto em comum com os rótulos prototípicos, apresentam a capacidade de resumir, de embalar uma parte da informação. São eles: “depois *d[aquele dia]*”, “depois *d[a batida]*” e “*n[essa interrupção]*”, “*nosso substitutivo à proposta do senador*” e “*dados ainda parciais*”. Os três primeiros ocorreram em narrativas e os dois últimos, em argumentações do corpus JO. Não temos certeza de que tais sintagmas são rótulos. Portanto, não houve rótulos nas argumentações do corpus DG.

Vejamos dois contextos:

- Exemplo 22 Tenho duas filhas a mais velha está com seis anos. Não pretendia ter mais filhos, quando voltei a estudar, mas como os anticoncepcionais estavam me fazendo mal tive que interromper, *nessa interrupção* é que eu engravidei da minha segunda filha, mas mesmo assim continuei a estudar, terminando assim o meu segundo ano.
- Exemplo 23 Ao final do ano de 1996, *nosso substitutivo à proposta do senador Josaphat Marinho* foi aprovado pela

MARIA MAURA CEZARIO

Comissão de Constituição e Justiça, encontrando-se pronto para ser apreciado pelo plenário do Senado. Nele, estabelecemos condições e mecanismos operacionais novos na tramitação das medidas provisórias, praticamente obrigando o Congresso Nacional a sair do seu imobilismo e da sua inapetência. (Omissão)

Em (21), o núcleo do sintagma destacado é um substantivo abstrato, específico, anafórico e é um rótulo que resume a oração “tive de interromper”.

Em (22), a dúvida quanto à natureza do que consideramos rótulo é maior. O núcleo do rótulo é um substantivo concreto, específico, catafórico, resumindo o período seguinte. As condições e mecanismos operacionais novos constituem o substitutivo à proposta do senador. No entanto, é um documento que apresenta as tais condições. O núcleo refere-se a um objeto concreto e ao mesmo tempo resume o período seguinte.

Escolaridade

Como há um número maior de informantes do sexo feminino do que do sexo masculino, preferimos não analisar a categoria sexo. Das categorias sociais que poderiam ser utilizadas, controlamos apenas a escolaridade.

Relato de opinião DG e narrativas

Os resultados mostram que, no corpus DG, os informantes do 2º grau utilizam o mesmo número de rótulos nas suas narrativas e relatos de opinião. No entanto, os informantes do terceiro grau utilizam um número muito maior de rótulos nos relatos de opinião.

Tabela 13 – Relação entre o uso de rótulos e a escolaridade (corpus DG)

Escolaridade	T	Relato de opinião		Narrativas	
		Apli.	Freq.	Apli/	Freq.
2º grau	24	12	50%	12	50%
3º grau	38	24	63%	14	37%

A COESÃO ATRAVÉS DE RÓTULOS

Relatos de opinião

Tomamos como certo que todos os informantes que escreveram as argumentações do jornal possuem ou cursam o terceiro grau. Além disso, escrevem numa linguagem mais formal. Portanto, era de se esperar que houvesse um número muito maior de rótulos neste corpus. Os resultados mostram que de um total de 71 rótulos (todos de informantes do terceiro grau de ambos os corpora), o jornal concentrou 47 deles, perfazendo 66%.

Concluimos que o maior domínio da linguagem escrita deve levar o escritor a aumentar o uso desse mecanismo coesivo. O mesmo ocorre com a mudança de registro: registros mais formais propiciam a ocorrência de rótulos.

CONCLUSÃO

As categorias controladas permitiram ver que as pessoas utilizam com frequência, em seus textos, sintagmas nominais que podem resumir, avaliar toda uma parte da informação dada ou a ser apresentada. Em ambos os casos, o objetivo é conduzir o leitor para que este encare da mesma forma que o escritor os fatos narrados e as críticas realizadas.

Todas as nossas hipóteses (cf. seção 3) foram confirmadas.

Há rótulos específicos que normalmente aparecem no gênero narrativo, como *experiência*, outros na argumentação como problema; e há rótulos mais gerais, que normalmente servem para narrativas e argumentações, como *fato*.

O relato de opinião apresenta um número maior de rótulos e estes são mais variados e mais formais.

As funções também apresentam diferenças entre os gêneros e entre os relatos de opinião do corpus DG e JO. Algumas das diferenças funcionais são listadas abaixo:

1. Os rótulos mais comuns são os prospectivos, resumindo o contexto seguinte e preparando o leitor para o conhecimento e avaliação da informação ali contida. Rótulos que se referem tanto ao contexto antecedente quanto ao subsequente

- são mais complexos e se apresentam mais frequentemente nos relatos de opinião, sobretudo nos do JO.
2. O jornal apresenta em nº maior rótulos metalingüísticos, que são mais formais e complexos.
 3. O jornal também apresenta um maior número modificadores de rótulos com função avaliativa, como era de se esperar, uma vez os textos são estruturados a partir de avaliações positivas ou negativas de determinados aspectos do tema abordado.
 4. Os informantes utilizam muito mais rótulos negativos nos relatos de opinião do que nas narrativas, o que era de se esperar uma vez que nas argumentações os informantes fazem uma crítica negativa a uma determinada situação. O número de rótulos positivos é muito mais alto nas argumentações do jornal, porque os escritores, além de fazerem uma crítica negativa a respeito de uma determinada situação, apresentam aspectos positivos de medidas que consideram a solução para certos problemas. Aspectos positivos normalmente não são tratados nas argumentações do corpus DG, que é composto de textos geralmente mais curtos.
 5. Os relatos de opinião do JO apresentam um número muito maior de rótulos locais, enquanto os textos argumentativos e narrativos do corpus DG apresentam um número maior de rótulos gerais. Essa diferença explica-se da seguinte forma: os textos do jornal são maiores, com um número maior de parágrafos, ou seja, sub-tópicos que podem ser resumidos por rótulos locais.

Concluimos, com Francis, que “o relacionamento entre um rótulo e as cláusulas que substitui não é um processo de nomeação ao acaso, mas uma codificação de percepções de mundo divididas e divisíveis” (Francis, 1994, p. 100).

Esse mecanismo coesivo pode servir para ajudar leitores na interpretação de textos, na interpretação do tom, negativo ou positivo, que o autor quer dar a certos trechos informativos. É um mecanismo utilizado por todas as pessoas que escrevem, mas é muito mais

A COESÃO ATRAVÉS DE RÓTULOS

complexo e freqüente nos textos de escritores mais experientes como os que escrevem para o jornal.

Se o aluno tomar consciência da forma como esse mecanismo atua, poderá ter mais êxito, não só na leitura de textos, mas também na sua produção.

REFERÊNCIAS

- FRANCIS, Gill. Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. In: Coulthard (ed). *Advances in written text analysis*. New York: Routledge, 1994.
- GORSKY, E.M. *Condições de entrada e de continuidade de tópicos em narrativas orais*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.
- PRINCE, E. Toward a taxonomy of given-new information. In: Cole (ed). *Radical pragmatics*. New York: Academic Press, 1980.

Heterogeneidade composicional de textos Analisando a crônica "Zoeira" de Luis Fernando Veríssimo

Maria Eduarda Giering
UNISINOS

INTRODUÇÃO

O interesse do presente artigo é tratar da heterogeneidade discursiva, trazida à discussão pelo trabalho de M. Bakhtin. Para isso, enfocamos a heterogeneidade composicional de crônicas de Luiz Fernando Veríssimo, fato já descrito por Maria da Glória Bordini (1982). Interessam-nos alguns acontecimentos intrigantes levantados pela autora. O “truque” de Veríssimo (Bordini, In Veríssimo, 1982, p. 102) de compor crônicas que “parecem” contar uma história, o de relatar acontecimentos que só servem para ilustrar o ponto-de-vista do autor sobre um incidente do cotidiano, o de empregar a técnica do diálogo como no teatro, quando se esperaria a forma indireta de relato. Ou, ainda, o jogo de que se ocupa o cronista entre “o que se diz no texto e o que se entende no contexto”, entre o que as palavras “parecem dizer e o que dizem (mesmo quando não o dizem)” (Bordini, In Veríssimo, 1982, p. 104-5).

Essas ocorrências mostram que o texto de Luis Fernando Veríssimo é bastante complexo em termos de sua organização. Suas crônicas desafiam e desapontam aqueles que pretendem classificá-las como simples narrativas, como comentários, como descrições ou, ainda, como textos argumentativos. Maria da Glória Bordini, para desvendar a “mágica” de Luis Fernando Veríssimo, sugere que descrevamos o modo de construção dos textos do cronista. É o que pretendemos realizar aqui, ainda que, no espaço deste artigo, não

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

possamos aprofundar a questão colocada pelo postulado bakhtiniano da “heterogeneidade da estrutura composicional” (Bakhtin, 1992, p.305) das formas dos enunciados, nem apresentar as noções gerais que explicitam a base teórica sobre a qual se sustenta a análise semiolinguística realizada.

A CRÔNICA SIGLAS

A crônica foi extraída da obra Zoeira (Veríssimo, 1987) e trazida como dificuldade por um aluno, que não conseguia “classificá-la”. Ela tem uma característica peculiar: vem marcada integralmente pelo discurso direto, como no teatro. Seria ela, em vista disso, classificada, em termos globais, como um texto dialogal? Tratar-se-ia, nesse caso, de um texto homogêneo? Ou haveria lugar, também em *Siglas*, para uma história contada (narração) ou para a defesa de um ponto-de-vista (argumentação)? Ou para descrições? Como classificá-lo, afinal?

OS PASSOS DA ANÁLISE

Na análise, inicialmente, identificamos os índices discursivos (título, disposição gráfica em parágrafos, turnos, operadores argumentativos) que permitem, num primeiro contato com o texto, realizar uma segmentação mínima. Também vemos a possibilidade de recorte, através de disjunções categoriais espaço-temporais, actoriais ou temáticas.

Os segmentos textuais, num segundo momento, passam a ser analisados quanto às execuções de actorialização, temporalização e espacialização, que se efetivam, no discurso, através das operações de embreagem e de debreagem enunciativas e enuncivas. Verificamos, aqui, os procedimentos lingüísticos que são mobilizados para a concretização da discursivização.

Ao especificar e particularizar os antropônimos, topônimos e cronônimos empregados no discurso, esclarecendo os recursos lingüísticos mais importantes mobilizados para sua organização, identificamos os percursos figurativos. Procuramos, então, reconhecer, através dos procedimentos da discursivização, as unidades discursivas

em sua organização particular. Verificamos como essas unidades se relacionam umas com as outras, se estão revestidas de uma função narrativa segunda, de acordo com a estratégia discursiva determinada pelo fazer persuasivo do enunciador e pelo fazer interpretativo do enunciatário. E também como contribuem para a organização do todo do discurso. Dessa forma, reconhecemos a estratégia discursiva que motiva a organização do material lingüístico em unidades discursivas.

Nessa análise, observamos os investimentos modais assumidos pelo actante sujeito, assinalando as etapas da aquisição de sua competência modal. Examinamos também os programas narrativos modais no quadro das estruturas da manipulação e acompanhamos, nas instâncias do enunciador e do enunciatário, a instalação do contrato de veridicção. Procuramos reconhecer o fazer persuasivo do enunciador, identificando as modalidades que convoca com vistas a fazer aceitar, pelo enunciatário, o contrato enunciativo proposto.

No desenvolvimento da análise, identificamos a estrutura semionarrativa da crônica, distinguindo, na superfície, o programa narrativo de base e os eventuais programas de uso. Ocupa-nos igualmente se a narratividade está ou não organizada como uma face-a-face de dois programas contrários (ou contraditórios) que põem frente a frente um sujeito e um anti-sujeito, procurando evidenciar os efeitos narrativos e argumentativos que essa organização acarreta.

Estabelecemos ainda um paralelo entre a organização hierárquica dos conteúdos da unidade discursiva narrativa e o modelo quinário da narrativa, evidenciando, entre as categorias liminares – Estado inicial e Estado final –, a *mise en intrigue*, própria da narrativa. Além disso, buscamos encontrar a estrutura argumentativa da crônica, acompanhando os procedimentos do enunciador em seu fazer persuasivo.

Com vistas a reconhecer o valor ilocutório do discurso, identificamos, nos atos enunciativos de base, as modalidades enunciativas, as quais evidenciam os simulacros que os interlocutores constroem um do outro, reconstituindo os papéis pressupostos pelo ato discursivo considerado.

Para evidenciar a unidade semântica da crônica, procuramos, ao situar os atores e os papéis actanciais que operam papéis temáticos, identificar a isotopia temática. Encerra a abordagem uma discussão

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

sobre a organização discursiva da crônica e sobre o papel das unidades discursivas na construção de discursos que, além de evidenciarem uma circulação de valores suscetível de ser projetada numa matriz acrônica de relações lógicas, se caracterizam pela ação sobre as crenças do enunciatário, procurando “modificar um estado de coisas preexistente” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 61).

A ANÁLISE DA CRÔNICA

A divisão seqüencial

Como *Siglas* se apresenta do início ao fim em discurso direto, dividimo-la, de acordo com critérios temáticos, em quatro segmentos, os quais serão igualmente a base para a análise da sua organização discursiva:

Tabela 1 – Segmentação temática

1ª seqüência	até linha 48	“Tentativa e fracasso de elaboração da sigla partidária”
2ª seqüência	linhas 49 a 74	“Proposta de definição ideológica”
3ª seqüência	linhas 75 a 91	“Nova tentativa de criação da sigla”
4ª seqüência	linhas 92 a 97	“Dissidência”

Segmentação discursiva e análise

A partir da segmentação temática, organizada na Figura 1 a seguir, analisamos a crônica.

1 ^o - Bota aí: “P” - “P”? - De “partido”. - Ah. - Nossa proposta é? De união, certo? Acho que a palavra “União” deve constar do nome. - Certo. Partido de União... - Mobilizadora!	Disjunção temática: “Tentativa e fracasso na elaboração da sigla partidária”.
---	--

- Boa! Dá a idéia de ação, de conagraçamento dinâmico. Partido de União Mobilizadora. Como é que fica a sigla?

- PUM.

- Não sei não...

- É. Vamos tentar outro. Deixa ver. “P”...

- “P” é tranqüilo.

- Acho que “Social” tem que constar.

- Claro. Partido Social...

- Trabalhista?

- Fica PST. Não dá.

- É. Iam acabar nos chamando de “Ei, você”.

- E mesmo “trabalhista”, não sei. Alguém aqui é trabalhista?

- Isso é o de menos. Vamos ver. “P”...

- Quem sabe a gente esquece o “P”?

- É. O “P” atrapalha. Bota “A”, de Aliança.

Aliança Inovadora...

- AI.

- Que foi?

- Não. A sigla. Fica AI.

- Espera. Eu ainda não terminei. Aliança Inovadora de Arregimentação Institucional.

- AIAI... Sei não.

- É. Pode ser mal interpretado.

- Vanguarda Conservadora?

- Você enlouqueceu? Fica VC.

- Aliança Republicana de Renovação do Estado.

- ARRE!

- O quê?

- Calma.

2^o - Espera aí, pessoal. Quem sabe a gente define a posição ideológica do partido antes de pensar a sigla? Qual é, exatamente, a nossa posição? Disjunção temática: “Proposta de definição ideológica”

- Bom, eu diria que estamos entre a centro-esquerda e a centro-direita.

- Então é no centro.

- Também não somos radicais...

- Nós somos a favor da reforma agrária?

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

- Somos, desde que não toquem na terra.
 - Aceitaremos qualquer coalizão partidária para impedir a propagação do comunismo no Brasil.
 - Inclusive com o PCB e do PC do B?
 - Claro.
 - Não devemos ter medo de acordos e alianças. Afinal, um partido faz pactos políticos por uma razão mais alta.
 - Exato. A de chegar ao poder e esquecer os pactos que fez.
- 3^o - Partido Ecumênico Republicano Unido. Disjunção temática:
- PERU. “Nova tentativa de
- Movimento Institucionalista Alerta e Unido. criação da sigla”.
- MIAU?!
 - Que tal KIM?
 - O que significa?
 - Nada, eu só acho o nome bonito.
 - MUMU. Movimento Ufanista Mobilização e União.
 - MMM... Movimento Moderador Monarquista.
 - Mas nós somos republicanos.
 - Eu sei. Mas por uma boa sigla a gente muda.
- 4^o - TCHAU. Disjunção temática:
- Hm, boa. Trabalho e Capital em Harmonia “Dissidência”.
com Amor e União.
- Não, é tchau mesmo.
 - Aonde é que você vai?
 - Abrir uma dissidência
-

Figura 1 – Segmentação discursiva de Siglas.

Em todos os segmentos, o enunciador opera uma debreagem actorial, espacial e temporal enunciativa, articulando o discurso na unidade discursiva do diálogo, assinalada no texto pelos travessões. Os verbos estão no presente, e ocorre o uso, ao longo do texto, da primeira e da segunda pessoas e de dêiticos espaciais. Vários interlocutores interagem a partir da injunção de um primeiro interlocutor – “- Bota aí, ‘P’”. As três falas seguintes – “- ‘P’?”, “- De ‘partido’” e “- Ah” – têm a finalidade de situar o enunciatário sobre o contexto no qual se dá a troca dialogal: o da criação de uma sigla partidária. Diante da ordem de

fazer, o interlocutário comunica um não-saber. A interrogativa – “- ‘P’?” – assinala seu pedido de informação sobre o que representa a letra naquela situação de enunciação. Com função fática, a interjeição “Ah” registra o entendimento do interlocutário, frente à resposta do interlocutor, o que permite a continuidade do diálogo.

Segue uma fala introduzida por pergunta retórica – “- Nossa proposta é?”. O objetivo da pergunta não é, como na anterior, o de solicitar ao interlocutor uma informação, mas o de obter sua adesão, implicando-o no raciocínio esboçado pelo interlocutário. A comprovação disso está no fato gramatical de que o predicado nominal (“De união”) que completaria a oração anterior (“Nossa proposta é?”) se acrescenta imediatamente à interrogação em forma de uma oração nominal declarativa: “Nossa proposta é ... de união”. A posposição da partícula “certo” constrói uma nova interrogação, forma que atenua a força ilocutória da asserção. O interlocutor solicita do outro a confirmação do conteúdo proposicional da declaração que precede a interrogação, e, com isso, manipula-o, fazendo com que raciocine conforme o esperado.

O interlocutor, ainda com a palavra, completa seu pensamento, revelando seu ponto-de-vista intelectual frente à proposição que enuncia – “Acho que a palavra ‘União’ deve constar do nome.” –. A expressão oracional “Acho que” marca sua atitude de crença (crer-ser) em relação ao conteúdo de sua fala. O auxiliar modal “deve” revela a necessidade (dever-ser), segundo ele, do estado de coisas veiculado.

O interlocutário, em resposta, manifesta seu acordo total ao crer-verdadeiro do interlocutor: “Certo. Partido da União...”, completando parte do nome do partido, conforme o desejo do interlocutor. As reticências, ao final da fala do interlocutário, marcam a interrupção de sua fala, que é completada pelo próximo interlocutor: “- Mobilizadora!”. Observamos, assim, o entendimento entre os interlocutores e a execução conjunta da tarefa de nomeação do partido.

Isso é confirmado pelo turno de fala seguinte. O interlocutário, ao ouvir a complementação do nome pelo companheiro, manifesta seu acordo total: “- Boa! Dá idéia de ação, de conagraçamento dinâmico. Partido de União Mobilizadora. Como é que fica a sigla?”. A interjeição “Boa!” expressa a aprovação do interlocutário à ação de acrescentar o qualificativo “Mobilizadora” ao nome “União”. A

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

expressão “Dá idéia de...” assinala que, para o interlocutário, a inserção do adjetivo “mobilizadora” é interpretada como a manifestação da modalidade veridictória do parecer. Os determinantes “União” e “Mobilizadora” fazem parecer que o Partido está conjunto dos valores “ação” e “congraçamento dinâmico”, o que é visto como algo positivo. A pergunta com que finda seu turno de fala “Como é que fica a sigla?”, ao mesmo tempo em que mostra sua preocupação com a forma final da sigla constituída a partir dos vocábulos apresentados, implica o interlocutor, que passa a ter a obrigação de responder e de dar, assim, continuidade à conversação. “- PUM.”, diz o interlocutor. A combinação sonora da composição das letras “p + u + m” gera um cacófato, tornando ridícula a sigla obtida.

Diante disso, o interlocutário, que antes se manifestava totalmente concordante com o raciocínio do interlocutor, passa da certeza à dúvida: “- Não sei não...”. A dupla negação intensifica seu julgamento epistêmico de incerteza (não-crer-ser) sobre a adequação da sigla recém elaborada. Frustra-se, portanto, a tentativa do fazer dos interlocutores.

No turno de fala seguinte – “- É. Vamos tentar outro. Deixa ver.” “P”. –, o interlocutor concorda com o juízo emitido pelo interlocutário sobre a impropriedade da sigla. O verbo ser, na terceira pessoa, sintetiza essa concordância, funcionando como marcador conversacional: “é (de fato), eu também não creio seja adequada à sigla”. Em seguida, ele compromete o interlocutário com a proposta de realização, em conjunto, de uma ação futura: “Vamos tentar outro”. O verbo ir, na primeira pessoa do plural, antepondo o verbo “tentar”, no infinitivo, marca a disposição para ação conjunta. “Tentar”, por sua vez, registra a ação de busca que é oferecida ao companheiro. O anafórico “outro” remete ao nome da sigla anterior, já alcançado pelos interlocutores.

Imediatamente à proposição da ação conjunta, o interlocutor inicia, sozinho, a ação de pensar o novo nome, o que é ilustrado pela frase “Deixa ver”. A frase seguinte – “‘P’...”. – assinala a retomada do raciocínio de outros nomes que possam ser acrescentados à primeira letra do nome “partido” para formação da sigla. As reticências marcam a continuidade da ação de pensar, que é interrompida pelo interlocutário: “- ‘P’ é tranqüilo”.

Ao interpor sua fala à do interlocutor, o interlocutário demonstra que adere à oferta de fazer conjunto, considerando o estado descrito pelo outro como certo – crer-ser. No próximo turno de fala – “- Acho que ‘Social’ tem que constar” –, o interlocutor faz saber, na ação conjunta da composição da sigla do partido, sua crença quanto à necessidade da inserção do qualificativo “social”. Assim como na quarta intervenção, a expressão oracional “Acho que” assinala a atitude de crença do interlocutor na verdade da proposição. A expressão “ter que” indica a obrigatoriedade (modalidade alética), segundo a “verdade” do interlocutor, de o qualificativo “social” compor o nome do partido.

O interlocutário, no turno seguinte, prontamente concorda com a crença do interlocutor nessa “necessidade”: “- Claro. Partido Social...”. O advérbio “claro”, isolado, na frase anteposta à frase nominal em que ele enuncia o nome do partido determinado pelo adjetivo, reforça sua adesão à “verdade” do interlocutor.

A próxima intervenção – “- Trabalhista?” – registra a interrogação do interlocutor sobre a conveniência da inserção do qualificativo “trabalhista” à composição “Partido Social”, que já fora aprovada. Com a interrogação, ele solicita o assentimento do interlocutário ao mesmo tempo em que o obriga à resposta, atitude que esse não teria se não fosse interrogado.

O interlocutário, por sua vez, diante do pedido de dizer se adere ou não ao propósito do dito do outro, reúne, em primeiro lugar, as letras dos vocábulos que compõem a sigla e divulga seu resultado – “- Fica PST”. Depois disso, conclui: “Não dá”. Sua afirmação de desacordo advém da articulação prosódica da composição das letras da sigla, que a identifica com uma interjeição de chamamento. O ridículo da composição leva-o a julgar a sigla inviável (não-poder-ser).

Como já ocorrera, o interlocutor concorda com o julgamento negativo do interlocutário: “É. Iam acabar nos chamando de ‘Ei, você’”. Repete-se a ocorrência do verbo ser como marcador conversacional, indicando a conformidade com a posição do outro. A frase que segue indica a justificativa para a concordância, demonstrando o reconhecimento do interlocutor de que a sigla PST pode mesmo ser lida como uma interjeição de chamamento, tornando-se ridícula. O verbo – “iam” –, na terceira pessoa do plural do pretérito

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

imperfeito do indicativo, remete aos leitores/ouvintes indeterminados da sigla, numa situação futura possível.

O turno de fala subsequente – “- E mesmo ‘trabalhista’, não sei. Alguém aqui é trabalhista?” – registra a inconformidade com o acréscimo do qualificativo “trabalhista”, que fora inserido na conversação num ato alocutivo de interrogação, com o fim justamente de solicitar a validação positiva ou negativa do interlocutário. Como a resposta subsequente à pergunta não manifestava discordância na inserção da palavra, mas apenas considerava o ridículo de seu efeito na composição da sigla, o interlocutor, desta vez, insere na conversação uma descrença ou incerteza (não-crer-ser) quanto à validade da própria palavra na composição da sigla partidária pretendida. O operador argumentativo “mesmo” registra que essa avaliação é um argumento mais forte que o do interlocutor precedente. A negação “não sei” assinala o julgamento negativo de descrença (não-crer-ser). Para fundamentar sua avaliação e conseguir a adesão dos outros, o interlocutor interroga os parceiros sobre sua identificação com a qualificação “trabalhista”. O indeterminado “alguém” remete a todos que estejam no mesmo espaço enunciativo assinalado pelo dêitico “aqui”, e o verbo – “é” – relaciona os indivíduos indeterminados à propriedade permanente ou estável de “ser” trabalhista. A pergunta dirigida aos interlocutores exige uma resposta, o que conduz à continuidade da conversação.

Na intervenção que segue – “- Isso é o de menos. Vamos ver. ‘P’...” –, o interlocutor não se preocupa em responder, como se esperaria, se alguém entre os presentes possui a propriedade questionada na fala antecedente. Em vez disso, ele afirma que o fato de alguém entre eles ser trabalhista é o de menor importância em face de outros fatos que poderiam ser levantados. Com isso, desqualifica totalmente a pergunta formulada. O anafórico “isso” retoma o conteúdo da pergunta, o qual, através da comparação implícita em “é o de menos”, é qualificado como irrelevante. Logo após declarar a “verdade” desse seu saber, o interlocutor reinicia a tarefa de composição da sigla, encerrando o assunto sobre a necessidade de os membros do partido terem alguma identidade ideológica com o trabalhismo. O verbo “ir”, na primeira pessoa do plural, repete a fórmula para a retomada conjunta do fazer. E as reticências assinalam a

dificuldade de construção da sigla, a incapacidade de ir além da palavra “partido”.

Diante de tanta dificuldade na execução do fazer, um interlocutor interfere perguntando: “- Quem sabe a gente esquece o ‘P’?”. A proposta oferece a realização de uma ação em comum que beneficiaria o grupo, facilitando a tarefa da construção da sigla até aquele momento impedida, segundo o parecer do interlocutor, pela palavra “partido”. A expressão “Quem sabe” e a forma interrogativa atenuam a proposição que poderia ter sido declarativa: “Eu proponho que a gente esqueça o ‘P’”. A opção pela interrogação evidencia o desejo do interlocutor de implicar o interlocutário, levando-o a manifestar sua aceitação ou rejeição à proposta.

A resposta do interlocutário – “- É. O ‘P’ atrapalha. Bota ‘A’, de Aliança. Aliança Inovadora...” – evidencia sua concordância. Novamente o verbo “ser”, como marcador conversacional, sintetiza a adesão do interlocutário, que explicita a razão de seu assentimento: o fato de a letra “P” (ou a palavra “partido”) dificultar – “atrapalhar” – a construção de uma sigla eufônica. Diante disso, ele, num ato injuntivo marcado pelo verbo no imperativo (assalto de turno), expõe uma ação a ser realizada pelo interlocutor: ordena que esse reinicie o registro da sigla pela letra “A”, explicitando sua correspondência com o nome “aliança”. Prosseguindo em sua fala, esboça uma nova sigla, apondo o determinante “inovadora” ao nome “aliança”. A fala do interlocutário, no entanto, é interrompida pelo interlocutor. As reticências assinalam a suspensão de seu dizer.

“- AI”, interpõe o outro. O emprego das letras maiúsculas assinala que se trata da sigla formada pela reunião das letras iniciais dos vocábulos “aliança” e “inovadora”. A reação a essa fala, registrada no turno subsequente – “- Que foi?” – indica, entretanto, que o interlocutor, quando pronunciou a sigla, articulou prosodicamente os sons, fazendo com que o outro a identificasse com a interjeição de dor “ai”. Observemos que a modalidade interrogativa da intervenção assinala o pedido de informação do interlocutário, impondo ao interlocutor o papel de respondedor.

O turno de fala subsequente – “- Não. A sigla. Fica AI.” – concretiza a resposta prevista pelo jogo dialogal. Três frases curtas a formam. A primeira, composta simplesmente do advérbio “não”,

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

expressa que a interpretação realizada a partir da audição do “AI” articulado é incorreta. A segunda orienta sobre como o outro deve compreender a intervenção anterior, não como interjeição, mas como sigla. A terceira explicita o resultado da composição das palavras “Aliança” e “Inovadora”.

O interlocutor que suspendera sua fala devido à intervenção do companheiro, insere-se novamente na conversação (retomada de turno), ordenando que esse, antes de intervir sobre a impropriedade da composição das letras, aguarde o término da fala que fora interrompida: “- Espera. Eu ainda não terminei. Aliança Inovadora de Arregimentação Institucional”. O verbo “esperar”, no modo imperativo, assinala a ordem de suspensão do fazer do outro. A razão vem expressa na frase seguinte: “Espera (pois) eu ainda não terminei”. O advérbio “ainda” associado à negação “não” assinala o estado inacabado da ação empreendida, a qual é encerrada no enunciado seguinte com o acréscimo aos nomes já conhecidos do adjunto adnominal “de Arregimentação Institucional”.

O interlocutário encarregado da composição da sigla a partir das letras iniciais dos vocábulos a organiza de pronto e a faz saber, intervindo no diálogo: “- AIAL...Sei não”. Mais uma vez são articulados prosodicamente os sons da sigla, identificando-a com a interjeição “ai-ai”. As reticências marcam o sentimento de ridículo diante de tão esdrúxula composição, o que leva o interlocutário à dúvida sobre a sua adequação. O verbo saber seguido da negação registra a improbabilidade (crer-não-ser) com a qual ele modaliza a apropriação da sigla.

O turno seguinte apresenta a concordância sobre a avaliação de impropriedade e o motivo da não aceitação do nome: “- É. Pode ser mal interpretado”. O modalizador “pode” assinala a possibilidade de acontecer a interpretação da sigla como uma interjeição, o que é naturalmente considerado pelo interlocutor como algo indesejável.

Frustrando-se mais uma tentativa de composição da sigla, a conversação tem continuidade com mais uma intervenção sob forma interrogativa: “- Vanguarda Conservadora?”, a qual é imediatamente rechaçada pelo interlocutor: “Você enlouqueceu? Fica VC”. Observemos que a recusa em aceitar a sugestão do outro se dá em forma de pergunta, no entanto, esta não caracteriza pedido de informação e sim julgamento negativo sobre a ação realizada pelo

interlocutário. A razão da reprimenda está no fato de a nova sigla formada pelos vocábulos “vanguarda” e “conservadora” coincidir com o nome abreviado pelo qual são nomeados os banheiros públicos. Com isso, o interlocutor modaliza o enunciado do interlocutário pela categoria alética da impossibilidade (não-poder-ser), o que leva à nova tentativa de nomeação do grupo político – “- Aliança Republicana de Renovação do Estado” –, por parte de próximo interlocutário. Imediatamente a nova sigla é articulada: “ARRE!”. O ponto de exclamação indica que ele a identificou com a interjeição de alívio “Arre”. O ridículo da situação gera certo clima de desentendimento entre os vários interlocutores, evidenciado pelas manifestações seguintes: “- O quê?” “- Calma”.

Observemos que, na primeira tentativa de composição da sigla, entre as linhas 1 e 15, há certa preocupação com a relação entre a proposta do grupo e os nomes que formam a sigla que o identifica – “- Nossa proposta é?”. Na segunda tentativa, no entanto, a inquietação sobre a correspondência entre o nome e a existência da propriedade designada entre os participantes da conversação é desprezada – “- Isso é o de menos”. Nas demais tentativas, a correspondência não é sequer aventada. A preocupação única passa a ser quanto à cacofonia provocada pela conjunção das letras.

Depois de tantas tentativas de organização de siglas que acabam formando interjeições esdrúxulas, um dos interlocutores intervém: “Espera aí, pessoal. Quem sabe a gente define a posição ideológica do partido antes de pensar a sigla? Qual é exatamente, a nossa posição?”. O verbo “esperar”, no imperativo, seguido da forma interjectiva “pessoal”, distingue a tomada de palavra do interlocutor com o objetivo de atrair a atenção dos demais para fazer cessar a discussão que principiava. Em seguida, faz proposta ao grupo de realizarem uma nova ação em comum, a qual ele considera deve preceder a ação de “pensar a sigla”. A expressão “Quem sabe” e a forma interrogativa do enunciado assinalam a intenção de entrar em acordo com os outros interlocutários a fim de que esses adiram à “verdade” de seu ponto-de-vista. O conector adverbial “antes de” marca que a ação de definir a posição ideológica do partido, sugerida pelo interlocutor, deve preceder temporalmente a de pensar a sigla, o que, não obstante, já estava sendo executado pelo grupo, mas sem êxito. Antes de o interlocutário

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

manifestar seu acordo ou desacordo, o interlocutor dirige ao grupo nova interrogação – “Qual é, exatamente, a nossa posição?”. Observamos que, com a estratégia de endereçar aos pares duas perguntas consecutivas, o interlocutor faz recair sobre a segunda a resposta do interlocutário. Dessa forma, o conteúdo da primeira interrogação passa a já ser admitido como verdadeiro.

Considerando o desenvolvimento do discurso até este momento, é possível observar uma organização narrativa. No primeiro segmento testemunhamos uma série de fazeres fracassados. O fator levantado por um dos interlocutores para o insucesso da tarefa é a presença da letra “p” de “partido”, no entanto, mesmo depois de a retirarem, o grupo não consegue realizá-la. Nesse momento, um dos interlocutores intervém identificando como empecilho o fato de o grupo partidário não ter uma posição ideológica definida, a qual deveria preceder a tarefa de idealização da sigla. A definição da posição ideológica é considerada, portanto, condição para o sucesso. Em termos narrativos, ela figurativiza a aquisição da competência modal necessária para o fazer. Mais do que apenas desejar fazer, é preciso estar conjunto do objeto “posição ideológica” para que o fazer seja exitoso.

A palavra do interlocutor que inaugura o que consideramos o segundo segmento do texto caracteriza o fazer do sujeito manipulador para que o ator coletivo “a gente” faça saber de sua posição ideológica e, só a partir desse conhecimento, volte à tarefa de composição da sigla. O programa narrativo do sujeito manipulador, esquematicamente: $PN = [(S_2 \cup O) (S_1 \rightarrow S_2 \cap O)]$, em que se lê: S_2 , o ator coletivo “a gente”; O , definição ideológica; S_1 , o membro do partido.

Após a pergunta que leva ao fazer do grupo, vários interlocutores interagem para a configuração do objeto “definição ideológica”. Antes, porém, de nos fixarmos no conjunto de intervenções que seguem a pergunta do sujeito manipulador, atentemos para o emprego do advérbio “exatamente” e do pronome possessivo na primeira pessoa do plural, no interior da questão da qual resultam as demais falas. O advérbio distingue a busca do interlocutor por maior precisão das propriedades do objeto “definição ideológica”; o pronome assinala que o sujeito manipulador se situa como membro do ator coletivo “a gente” e, portanto, também como agente empreendedor da busca.

A intervenção que segue – “- Bom, eu diria que estamos entre centro-esquerda e centro-direita.” – revela que o interlocutor se ocupa em responder apenas a última das perguntas dirigidas ao grupo, pois, ao apresentar sua crença sobre a identidade do partido quanto à posição de esquerda ou direita, está automaticamente admitindo, ou seja, tomando como “verdadeira”, a necessidade de definição ideológica antes da composição da sigla.

A expressão oracional “eu diria que”, com o verbo no futuro do pretérito do indicativo, revela a crença do interlocutor na “verdade” da proposição, mas deixa subentender que ele não assegura certeza plena. O turno seguinte – “- Então é no centro” –, no entanto, revela que a fala anterior foi aceita, ou seja, tomada como verdadeira, servindo de base para o raciocínio “mais preciso”, solicitado pelo sujeito manipulador.

O acréscimo de mais uma propriedade ao objeto “posição ideológica” dá-se com a intervenção que segue: “- Também não somos radicais...”. O advérbio “também” assinala que as propriedades estão sendo nomeadas, não sendo a presentemente divulgada a primeira delas. Observemos que o verbo “ser”, na primeira pessoa do plural, manifesta uma propriedade temporalmente permanente do grupo, a qual ele, interlocutor, sabe que existe em sua verdade. Chama nossa atenção o fato de que ocorre a negação de uma propriedade, implicando automaticamente o seu contrário “não-radical”, ou seja, a atribuição de uma propriedade negativa. O emprego das reticências assinala que o interlocutor, ao fazer sua declaração sobre a não-radicalidade do grupo, deixa à disposição dos outros interlocutores o tópico da conversação relacionado à propriedade “radical”, que ainda poderia ser complementado.

Isso se confirma na subsequente intervenção. O interlocutor interroga o grupo: “- Nós somos a favor da reforma agrária?” A relação dessa pergunta com a fala anterior é indireta e apenas recuperada pelo conhecimento histórico-cultural de que a reforma agrária está associada à esquerda, a qual, por sua vez, é relacionada, na maioria das vezes, ao radicalismo.

Vemos, nessa intervenção, que o interlocutor, diante da declaração com valor de verdade da fala antecedente, solicita o posicionamento do grupo frente à questão da reforma agrária, o qual definiria concretamente a posição ideológica do partido. Uma vez

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

interrogado, um dos membros responde: “- Somos, desde que não toquem na terra”. A declaração do interlocutário é, naturalmente, contraditória, tendo em vista a condição que apresenta para que os membros do partido sejam a favor da reforma agrária. A implicação das duas proposições revela a estrutura [Se A_1 , então A_2], ou seja, “se não tocam nas terras, somos a favor da reforma agrária”. Observamos que a condição necessária contida em A_1 (não tocar na terra) para que aconteça o que é dito em A_2 (ser favorável à reforma agrária) contradiz a posição sustentada em A_2 , pois é princípio básico da reforma agrária “tocar nas terras”, ou seja, retirá-las de seus antigos donos e redistribuí-las equitativamente. Deduzimos, dessa forma, que aquilo que é afirmado pelo interlocutor revela-se uma mentira, pois não existe reforma agrária que possa se enquadrar na condição imposta pelo interlocutor. O juízo epistêmico do enunciatário sobre a posição do partido é o de que, na verdade, ele se diz apenas aparentemente favorável à reforma agrária, embora, de fato, não o seja. Revela-se aqui, sobremaneira, a ironia, uma vez que a afirmação do interlocutor entra em conflito com a opinião aceita sobre as condições “*sine qua non*” para a existência da reforma agrária, posição que leva à desvalorização do ator.

A intervenção seguinte – “Aceitaremos qualquer coalizão partidária para impedir a propagação do comunismo no Brasil.” – caracteriza uma declaração (Eu afirmo que...) de um dos membros do grupo sobre um procedimento futuro a ser adotado pelo partido. Ao declarar verdadeiro seu saber sobre as coalizões partidárias, coloca-se numa posição de autoridade e deixa supor que haveria, no grupo, alguma dúvida sobre o procedimento que prescreve. O verbo “aceitar”, no futuro do presente do indicativo, assinala uma ação passiva de assentimento a um pedido de fazer que seja endereçado ao partido num tempo posterior ao da enunciação. O indefinido “qualquer”, aqui um quantificador que opera sobre um conjunto virtual¹, expressa uma indeterminação total exaustiva, na medida em que remete a todas as coalizões partidárias possíveis. Ou seja, assinala a idéia de que não haverá nenhum tipo de discriminação, por parte do grupo, dos partidos que oferecerem aliança. Através do conector “para”, articula-se a oração que contém a explicação sobre a finalidade dessa ação: “para

¹ Conforme Mateus; Brito; Duarte et al., 1983, p. 91.

impedir a propagação do comunismo no Brasil”. Observemos que se mostra, dessa forma, a intenção que conduz o interlocutor a declarar o procedimento futuro do partido, deixando pressupor que há a ameaça do comunismo expandir-se no Brasil. O verbo “impedir”, por sua vez, indica que o partido realizará alianças, assumindo o papel negativo de sujeito oponente da ação de propagação de um outro sujeito: “o comunismo”. O locativo “no Brasil” leva ao pressuposto de que o interlocutor situa-se neste país no momento da enunciação.

A intervenção seguinte – “- Inclusive com o PCB e o PC do B?” –, em forma interrogativa, revela o pedido de informação do interlocutor sobre o caráter universal do quantificador “qualquer”, empregado pelo interlocutário em sua declaração. Ele pergunta se se incluem dentre os inseridos no “qualquer” também – “inclusive” – os partidos brasileiros declarados comunistas, os quais, por razões óbvias, não esperaríamos estivessem inseridos na universalidade das coalizões partidárias que objetivam impedir a propagação do comunismo. O interlocutário, retomando a palavra, responde positivamente – “- Claro.” –, sem, no entanto, acrescentar esclarecimento sobre a aparente contradição, o que permite a inferência de que o motivo para aceitação das coalizões não é exatamente o de impedir a propagação do comunismo, comprovado, mais além, pelas declarações dos demais membros.

Na seqüência das falas dos integrantes do partido sobre a posição ideológica do grupo, insere-se a de um interlocutor que declara sua certeza sobre a impossibilidade (não-poder-ser) de o partido ter medo de acordos e alianças: “- Não devemos ter medo de acordos e alianças. Afinal, um partido faz pactos políticos por uma razão mais alta”. O advérbio de negação, seguido da locução verbal “devemos ter”, assinala que a afirmação da convicção do interlocutor pressupõe a existência, no grupo, do medo de acordos e alianças. O argumento apresentado para levar os demais à adesão a sua crença vem introduzido pelo operador “afinal”, registrando que este é um argumento decisivo. Ao dizer que “uma razão mais alta” é a causa dos acordos políticos, o interlocutor gera a expectativa da divulgação de um fato positivo que de fato justifique sua defesa aos pactos.

Mas o turno seguinte – “- Exato. A de chegar ao poder e esquecer os pactos que fez.” – dá a conhecer que o interlocutário não só

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

concorda com a verdade da crença do interlocutor – o adjetivo “exato” assinala a intensidade forte da adesão do destinatário –, como também aponta a tal “razão mais alta” que justifica a realização indistinta de pactos políticos: a do simples oportunismo. Revela-se, assim, que é o acesso ao poder que, de fato, norteia os homens do partido e que, para alcançá-lo, não importa quais pactos tenham que realizar. A afirmativa “e esquecer os pactos que fez” assinala a sua desvinculação com programas ou idéias aos quais tenham aderido antes da chegada ao poder.

Nesse segundo segmento, descobrimos a “posição ideológica” do partido: ele está no centro dos centros, isto é, “entre a centro-esquerda e a centro direita”, ou, em outras palavras, ele não se situa em lugar nenhum, pois a posição lhe é indiferente. Ele não é radical, entendido aqui como não adepto a qualquer tipo de reforma com fins sociais. Diz-se favorável à reforma agrária, mas com a condição de que ela não se realize, ou seja, é contrário a ela. Aceita qualquer tipo de coalizão, independentemente da sigla e da ideologia dos partidos a que as siglas pertençam, pois lhe são indiferentes os compromissos que tenha que assumir, já que, quando no poder, os esquece. Interessa-lhe unicamente o acesso ao poder.

Lembremos que o conhecimento da posição ideológica do partido se deu a partir da intervenção de um sujeito manipulador que levou o grupo a expor suas idéias, pois, para ele, esse era o pré-requisito para que a tarefa de composição da sigla do partido fosse exitosa. Ou seja, dando a conhecer a ideologia que os norteia, o grupo adquiriria a competência necessária para a organização da sigla. Descobrimos, no entanto, nesse segmento, que ao grupo – que sempre se enuncia na primeira pessoa do plural – é indiferente qualquer posição ideológica, uma vez que seu princípio máximo de orientação é elevar-se ao poder.

Observamos que, a partir da indagação que o sujeito manipulador dirige ao grupo, o coletivo expõe suas posições. A revelação, porém, de que o partido segue o princípio do não-comprometimento com qualquer programa, exceto com sua escalada ao poder, mostra que, para o partido, é indiferente a relação entre a sigla e os nomes a que ela corresponde, fato que vem de encontro à crença do sujeito manipulador.

Por outro lado, isso mostra que a corporação está apta (querer, saber e poder) a conjungir-se a qualquer sigla.

No terceiro segmento, reinicia-se a tarefa interrompida de organização da sigla:

- Partido Ecumênico Republicano Unido.
- PERU.
- Movimento Institucionalista Alerta e Unido.
- MIAU?!
- Que tal KIM?
- O que significa?
- Nada, eu só acho o nome bonito.
- MUMU. Movimento Ufanista Mobilização e União.
- MMM... Movimento Moderador Monarquista.
- Mas nós somos republicanos.
- Eu sei. Mas por uma boa sigla a gente muda.

Constatamos, nas três primeiras trocas, um simples jogo de enunciação de nomes e siglas, em que um interlocutor organiza nomes possíveis para a agremiação partidária, e o outro pronuncia a sigla esdrúxula resultante. Nessa seqüência, ocorre uma intervenção, na qual o interlocutor propõe uma sigla sem que os nomes correspondentes tenham sido anunciados: “- Que tal Kim?”. Diante da novidade, um dos componentes do grupo pergunta pela relação nome-sigla. O interlocutor declara a inexistência de correspondência – “Nada” – e justifica sua proposta em vista de uma simples apreciação estética. Diante da fealdade de tantos nomes esquisitos, ele propõe um “nome” bonito – Kim – e não uma sigla. O emprego do advérbio “só” marca que exclusivamente a apreciação afetiva motivou a sua intervenção.

A partir dessa última intervenção, inverte-se o processo anteriormente adotado para composição das siglas. Agora os interlocutores anunciam a sigla, cuja pronúncia salienta sua correspondência com sons onomatopaicos – MUMU e MMM... –, e, em seguida, dizem os nomes a elas relacionados, como uma simples brincadeira. A última sigla contém o nome “monarquista”, o que leva um dos membros do grupo a exteriorizar sua inconformidade: “Mas nós somos republicanos”, anunciando, enfim, uma posição ideológica que estaria sendo desrespeitada com a proposta do nome Movimento

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

Moderado Monarquista. A intervenção do interlocutor registra a oposição explícita entre ser republicano e adotar uma sigla adequada à posição ideológica contrária, a monarquia. O proponente da sigla, entretanto, retoma a palavra para declarar seu saber sobre o fato de o partido se apresentar como republicano, justificando sua proposta aparentemente incoerente com uma objeção: “Mas por uma boa sigla a gente muda”. Ou seja, para ele, uma posição ideológica não é razão suficiente para obstaculizar a aquisição de uma “boa” sigla, encaixando-se, cremos, nesse qualificativo a sigla que permita atingir a “razão mais alta”, ou seja, o poder. Para atingir o objetivo máximo do partido, seus membros não hesitam em mudar de posição.

Revela-se, neste terceiro segmento, pelo simples jogo de exposição de siglas extravagantes e vazias de sentido e pela defesa da “adequação” da ideologia do grupo à melhor sigla para atingir o poder, que os integrantes do partido, justamente por serem indiferentes às posições ideológicas, não se interessam absolutamente por compor siglas que correspondam a algum nome que identifique o partido por uma posição. A ironia se faz presente pelo ridículo da composição das siglas, o que sanciona o riso, levando à desvalorização dos integrantes da agremiação partidária.

Finaliza a crônica o segmento que intitulamos “Dissidência”:

- TCHAU.
- Hm, boa. Trabalho e Capital em Harmonia com Amor e União.
- Não, é tchau mesmo.
- Aonde é que você vai?
- Abrir uma dissidência.

Na seqüência já conhecida da elaboração das siglas, um interlocutor enuncia: “TCHAU”. As letras maiúsculas assinalam que sua enunciação foi entendida como mais uma sigla. Um outro membro do partido, em seu turno de fala, manifesta sua aprovação – “- Hm, boa” –, complementando, em seguida, com uma composição qualquer de nomes a que ela corresponderia. O interlocutor, entretanto, nega a leitura do companheiro: “- Não, é tchau mesmo”. O advérbio “mesmo” marca que a enunciação anterior deve ser de fato entendida como a interjeição de despedida, contrariamente às vezes anteriores. O interlocutário, por sua vez, dá-se o direito de questionar: “Aonde é que

você vai?”, reconhecendo a fórmula “tchau” como a empregada para o encerramento das conversações, que resulta, em geral, no afastamento do interlocutor. “- Abrir uma dissidência”, responde ele, deixando subentender, através da palavra “dissidência” sua divergência de opinião com o grupo.

Da análise das falas dos interlocutores, observamos o quadro de uma estrutura polêmica, na qual o ator individual, S_1 , defronta-se com o ator coletivo S_2 , cujo programa narrativo é inverso ao de S_1 . Se S_1 busca uma definição ideológica para a composição da sigla partidária, S_2 mostra que tal definição é desnecessária, pois o partido não está comprometido com idéias, mas com outro objeto de valor, o poder. Para S_1 , a sigla deve externar a posição ideológica do grupo; para S_2 , ela é apenas um nome necessário para a escalada ao poder. Esquemáticamente, os programas narrativos de sujeito e anti-sujeito são:

$$PN = [S_2 \cup O] (S_1 \rightarrow S_2 \cap O),$$

sendo O, para S_1 , “sigla representativa da posição ideológica”

$$PN = [S_2 \cup O] (S_2 \rightarrow S_2 \cap O),$$

sendo O, para S_2 , “qualquer sigla”.

No início da crônica, S_1 busca conjungir-se, através do diálogo com os membros do partido (S_2), a uma sigla que represente ideologicamente a organização. Diante das tentativas frustradas, S_1 apresenta o programa de uso que, segundo ele, dará a competência necessária para essa conjunção. Sob o ponto-de-vista de S_1 , a definição ideológica do grupo é condição necessária para que possam pensar uma sigla representativa. Ele, então, sincreticamente assume o papel de sujeito manipulador, procurando fazer com que S_2 externar essa posição. À medida que os membros do partido apresentam suas falas, verificamos que, contrariamente ao desejo de S_1 , S_2 revela-se definitivamente disjunto do objeto “definição ideológica”. E mais, o coletivo do partido faz saber seu próprio programa narrativo, ou seja, o de querer a conjunção com qualquer sigla que lhe propicie a chegada ao poder.

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

Confrontam-se, assim, sujeito e anti-sujeito com a dominação do último. A fala “por uma boa sigla a gente muda” figurativiza o domínio do programa de S_2 sobre o de S_1 , deixando claro que qualquer sigla serve ao partido. A conseqüência é negativa para S_1 , que termina por desligar-se do grupo, já que ambos, embora queiram conjungir-se com uma sigla, na verdade, buscam diferentes objetos.

Constatamos, ao final, duas transformações significativas. A primeira relaciona-se a S_1 . No Estado inicial, o ator individual está conjunto do grupo na tentativa de composição da sigla. Após a revelação da disjunção de S_2 da competência que se mostrava necessária para a execução do fazer de acordo com o programa narrativo de S_1 , este se disjunge do grupo por divergência de valores. A segunda transformação diz respeito a S_2 . No Estado inicial, S_2 está disjunto do objeto “sigla”, mas ao revelar sua desvinculação com a “definição ideológica” e a conjunção com o “oportunismo”, percebemos S_2 finalmente conjunto do objeto “sigla”, uma vez que a ele é indiferente a qual sigla se vincule, desde que ela lhe sirva para alcançar o objetivo maior de chegada ao poder. Portanto, depois da revelação daquilo a que visa S_2 , descobrimos que ele está, na verdade, conjunto do objeto “sigla”, pois todas as siglas lhe servem.

A análise da crônica permite-nos identificar seu programa narrativo geral, o da busca pela definição ideológica do partido. Para concretizá-lo discursivamente, o enunciador reproduz, sob forma de simulacro, a estrutura da comunicação através da unidade discursiva do diábgo. Assim, através da operação de debreagem enunciativa, um narrador implícito instala os actantes denominados “interlocutor” e “interlocutário”, preenchidos alternadamente pelo ator coletivo “partido” e pelo ator “membro do partido”, este último, em alguns momentos, caracterizando-se por sua individualidade e, em outros, por compor o coletivo – “a gente”. Entre os interlocutores, distinguem-se, enquanto actantes narrativos, o sujeito, S_1 , e o anti-sujeito, S_2 . O primeiro atua como sujeito manipulador para fazer com que S_2 divulgue sua conjunção à posição ideológica. O anti-sujeito, no entanto, ao executar o programa de uso, revela seu próprio programa. O afastamento de S_2 figurativiza a sua derrota e, conseqüentemente, o fracasso do PN principal, já que a busca da definição ideológica é frustrada.

A derrota do programa narrativo do sujeito no interior da crônica aponta para o fim ilocutório do enunciador: revelar o oportunismo dos partidos políticos cujas siglas não têm qualquer relação com o posicionamento ideológico de seus integrantes. Através da fala dos atores que sustentam descaradamente a adesão a qualquer partido que lhes permita chegar ao poder, o enunciador “desvela” seu saber, situando-se numa posição de denunciador.

No contrato de veridicção firmado entre enunciador e enunciatário, o recurso do humor irônico desempenha papel-chave. O “non-sense” das siglas formadas pelos integrantes do partido, o jogo de palavras (“estamos entre a centro-esquerda e a centro-direita”), as aparentes contradições (“Somos [a favor da reforma agrária], desde que não toquem na terra”) são atribuídas ao fazer persuasivo do enunciador que, ao produzir um efeito de estranhamento, chama a atenção do enunciatário para a tese de que muitos partidos não têm qualquer preocupação em manter postura ideológica, de que seus discursos são vazios de sentido, pois apenas lhes interessa o acesso ao poder. Alia-se a esses procedimentos um outro, que também visa ao cômico, o artifício discursivo de fazer o ator “membro do partido” declarar, através da debreagem enunciativa interna, aquilo que muito dificilmente enunciaria em público numa situação não-ficcional qualquer: “...um partido faz pactos políticos por uma razão mais alta... a de chegar ao poder”. O enunciatário, que compartilha com o enunciador o conhecimento da “mentira” que caracteriza o discurso oficial dos partidos, reconhece o desvelamento provocado, no discurso, pelo enunciador. Acontece dessa forma a adesão do enunciatário à “verdade” do discurso do enunciador.

Para o “fazer parecer verdadeiro”, desempenha papel importante a unidade discursiva dialogal, estratégia pela qual optou o enuncador e que lhe permitiu a criação de um simulacro de conversação, no qual actantes instalados por uma debreagem enunciativa interna assumem diretamente, em sua instância enunciativa, a responsabilidade pela “verdade” de suas enunciações num tempo e num espaço diferentes do da enunciação. Produz-se, dessa forma, um efeito de sentido de realidade, fazendo parecer que o diálogo entre os interlocutores constitui uma “situação real”. As “verdades” assumidas pelos interlocutores nessa situação contribuem para a adesão do enunciatário ao fazer-parecer-verdadeiro do enunciador.

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

A unidade discursiva dialogal se evidencia pela presença das unidades que compõem a organização estrutural das conversações: a seqüência, a troca, a intervenção, o ato de fala.

Constatamos que blocos de trocas ligados semântica e pragmaticamente definem as seqüências. A de abertura (1ª troca) situa o cenário no qual a interação se dará, apresentando o contexto “formação de sigla partidária”. Esse início não segue, portanto, uma fórmula ritualizada, como ocorre com a seqüência de fechamento, que traz a expressão de despedida “tchau”, a partir da qual a conversação se encerra. Entre as seqüências liminares, situa-se o corpo da interação, composto de trocas extensas que comportam duas ou mais intervenções.

Os sessenta turnos de fala contabilizados no todo da interação organizam trocas construídas por dois ou mais participantes, as chamadas trocas extensas e as trocas de pares adjacentes. Constatamos que elas apresentam em geral a fórmula questão-resposta-avaliação (intervenção de iniciativa + intervenção reativa + intervenção avaliativa), embora, muitas vezes, a avaliação não seja realizada pelo mesmo interlocutor da intervenção da troca de iniciativa, como ditam os modelos (Roulet, 1981; Moeschler, 1985; Kerbrat-Oricchioni, 1996). Observemos o quadro da Figura 2.

1. [- Bota aí: “P”	[Iniciativa ↓
	↑
2. - “P”?	Reativa ↓
	↑
3. - De “partido”.	Reativa
	↑
4. - Ah.]	Avaliativa] ↓
5. [Nossa proposta é? De união, certo? Acho que a palavra “União” deve constar do nome.	[Iniciativa
6. - Certo. Partido de União...	↑
	Reativa
	↑
7. - Mobilizadora!	Reativa
	↑
8. - Boa! Dá a idéia de ação, de conagraçamento dinâmico. Partido de União Mobilizadora.][Como é que fica a sigla?	Avaliativa] [Iniciativa ↓

9. - PUM.	↑
	Reativa
10.- Não sei não...]	Avaliativa] ↓
11.[- É. Vamos tentar outro. Deixa ver. “P”...	[Iniciativa
12.- “P” é tranqüilo.]	↑
	Reativa]
13.[- Acho que “Social” tem que constar.	[Iniciativa ↓
14. - Claro. Partido Social...]	↑
	Reativa]
15. [- Trabalhista?	[Iniciativa ↓
16. - Fica PST. Não dá.	↑
	Reativa
17. - É. Iam acabar nos chamando de “Ei, você”.]	↑
	Reativa
	↑
	Avaliativa]
18. [- E mesmo “trabalhista”, não sei. Alguém aqui é trabalhista?	[Iniciativa ↓
19. - Isso é o de menos.] [Vamos ver. “P”...	↑
	Reativa] [Iniciativa ↓
20. - Quem sabe a gente esquece o “P”?	↑
	Reativa
	↑↓
21. - É. O “P” atrapalha.] [Bota “A”, de Aliança. Aliança Inovadora...	Avaliativa] [[Iniciativa
22. - AI.	↓
	↑
	[[Reativa
	↑
23. - Que foi?	Reativa e Iniciativa
	↗ ↓
24. - Não. A sigla. Fica AI.	Reativa]troca encaixada
	↑
25. - Espera. Eu ainda não terminei.] Aliança Inovadora de Arregimentação Institucional.	Reativa] [Retomada da iniciativa ↓
26. - AIAI... Sei não.	↑
	Reativa
	↑
27. - É. Pode ser mal interpretado.]	Avaliativa]
28. [- Vanguarda Conservadora?	[Iniciativa ↓
29. - Você enlouqueceu? Fica VC.]	↑
	Reativa]

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

30. [Aliança Republicana de Renovação do Estado.	[Iniciativa ↓
31. - ARRE!]	↑
32. [- O quê?	Reativa ↑
33. - Calma.]	Reativa e Iniciativa ↓ ↑
34. [Espera aí, pessoal. Quem sabe a gente define a posição ideológica do partido antes de pensar a sigla? Qual é, exatamente, a nossa posição?	Reativa] [Iniciativa ← ↓
35.- Bom, eu diria que estamos entre a centro-esquerda e a centro-direita.	↑
36. - Então é no centro.	Reativa ↑
37. - Também não somos radicais...]	Avaliativa Avaliativa]
38.[- Nós somos a favor da reforma agrária?	[Iniciativa ↓
39. - Somos, desde que não toquem na terra.]	↑ Reativa]
40. [- Aceitaremos qualquer coalizão partidária para impedir a propagação do comunismo no Brasil.	[Iniciativa ↓
41. - Inclusive com o PCB e do PC do B?	↗
42. - Claro.]	Reativa (Aceitação pressuposta) ↓ ↑
43. [- Não devemos ter medo de acordos e alianças. Afinal, um partido faz pactos políticos por uma razão mais alta.	Reativa] [Iniciativa ↓
44. - Exato. A de chegar ao poder e esquecer os pactos que fez.]	↑
45. [- Partido Ecumênico Republicano Unido.	[Iniciativa ↓
46. - PERU.]	↑ Reativa]
47. [- Movimento Institucionalista Alerta e Unido.	[Iniciativa ↓
48. - MIAU?!]	↑
49. [- Que tal KIM?	[Iniciativa ↓
50. - O que significa?	↑

	Reativa e Iniciativa
	↓
51. - Nada, eu só acho o nome bonito.]	↑
	Reativa]
52. [- MUMU. Movimento Ufanista Mobilização e União.]	[Iniciativa]
53.[- MMM... Movimento Moderador Monarquista.	[Iniciativa ↓
54. - Mas nós somos republicanos.	↑
	Reativa
55. - Eu sei. Mas por uma boa sigla a gente muda.]	↑
	Avaliativa]
56.[- TCHAU.	[Iniciativa ↓
57. - Hm, boa. Trabalho e Capital em Harmonia com Amor e União.	↑
	Reativa
58. - Não, é tchau mesmo.]	↑
	Avaliativa]
59. [- Aonde é que você vai?	[Iniciativa ↓
60. - Abrir uma dissidência]	↑
	Reativa]

Figura 2 - Esquema funcional da conversação em *Siglas*.

Salientamos que, na alternância das intervenções, variam os interlocutores sucessores, ocorrendo que a terceira ou a quarta intervenção de uma mesma troca é realizada por interlocutores diferentes, não se dando um retorno, para uma intervenção de avaliação, ao interlocutor que iniciou a troca. Com isso, produz-se o efeito de uma conversação em que vários interlocutores interagem em ação conjunta, um complementando a fala do outro para concordar, discordar, avaliar ou para questionar a fala do outro e, assim, receber maiores informações. Constrói-se, dessa forma, o ator coletivo “o partido”.

Analisando a organização estrutural da interação, verificamos que as intervenções de iniciativa das principais unidades conversacionais são realizadas pelo ator individual. É ele quem inicia a seqüência na qual ocorre a idéia de propor a definição da posição ideológica do grupo e é dele também a iniciativa de fechamento da conversação. Esses são indicadores de que o sujeito individual situa-se numa posição mais alta do que o sujeito coletivo. Lembremos que, no nível da narrativa, o programa de S_1 acabou se frustrando, vencendo o

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

programa do anti-sujeito. No nível discursivo, porém, o fato de o interlocutor que representa o ator individual tomar a iniciativa de fechamento serve ao propósito ilocutório do enunciador de denunciar os valores aos quais está conjunto o ator coletivo, que ocupa posição inferior relativamente ao ator individual. Este, diante da ausência do pré-requisito para sua conjunção ao partido, decide por sua disjunção.

Se a crônica apresenta uma organização dialogal indiscutível, mostra igualmente uma organização narrativa de superfície que pode ser verificada a partir do esquema quinário seguinte:

Tabela 2 – Esquema quinário

Estado inicial	Força transformadora	Dinâmica de ação	Força equilibrante	Estado final
Os membros procuram compor siglas para o partido.	As siglas são esdrúxulas.	Proposta da definição ideológica do grupo para compor siglas representativas.	Revela-se a ausência de uma convicção ideológica e a defesa do oportunismo político. Um dos membros defende a mudança do grupo de republicano para monarquista, em vista da conjunção com uma sigla.	Um dos membros, descontente, abre uma dissidência.

Ao analisarmos a crônica, verificamos igualmente que o terceiro segmento, o qual denominamos “proposta de definição ideológica”, é composto por uma série de turnos de fala, nos quais membros do

partido procuram caracterizar a definição ideológica do partido, a partir da proposta de um deles. Assim:

Qual exatamente a nossa posição?

- estar entre a centro-esquerda e a centro-direita;
- estar no centro;
- ser a favor da reforma agrária, desde que não toquem na terra;
- aceitar qualquer coalizão partidária para impedir a propagação do comunismo no Brasil, inclusive com o PCB e o PC do B;
- não ter medo de acordos e alianças;
- fazer alianças para chegar ao poder e esquecer os pactos que fez.

Verificamos, pela série de contribuições dos membros do grupo, que são arroladas propriedades que deveriam definir ou descrever sua posição. Entretanto, o enunciatório constata, a cada fala, convocando seus conhecimentos enciclopédicos e confrontando suas expectativas com aquilo que é descrito, que o que se definem não são princípios que delineiam um programa a ser respeitado, mas idéias e ações que manifestam a posição anti-ética resumida pela palavra “oportunismo”. Ocorre, inclusive, uma gradação nas falas dos interlocutores, que culmina com a definição “exata”, como fora solicitado pelo interlocutor, da idéia maior que norteia o partido: “chegar ao poder e esquecer os pactos que fez”.

Discursivamente, no terceiro segmento da crônica, ocorre, portanto, uma descrição, a qual figurativiza a competência de S_2 (querer-poder-saber-fazer) para a performance da conjunção com qualquer sigla que lhe possibilite alcançar o poder. As contribuições dos interlocutores podem ser, inclusive, organizadas numa esquema arbóreo, como o proposto por J.-M. Adam e A. Petitjean (1989), a partir do tema-título “posição ideológica” (Figura 3).

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

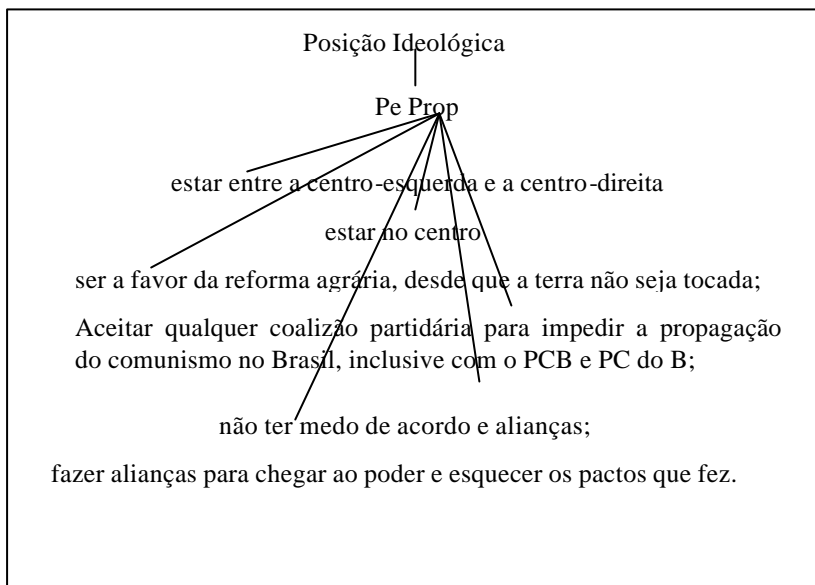


Figura 3 – Esquema descritivo

A unidade descritiva presente em *Siglas* serve, como vimos, a fins narrativos, integrando o programa narrativo do anti-sujeito. Considerando a crônica sob sua organização argumentativa, vemos que a descrição igualmente compõe o desenvolvimento do quadro que justifica a tese do enunciador. Os componentes da organização argumentativa da crônica se encontram sistematizados na Figura 4.

Diante da constatação de que a crônica apresenta uma organização dialogal, uma unidade descritiva e, além disso, uma organização global narrativa e uma argumentativa, impõe-se a pergunta sobre a sua classificação.

MARIA EDUARDA GIERING

Tese	Tomada de posição favorável à tese	Desenvolvimento de quadro que justifica a tese	Conclusão ou reafirmação da tese
Partidos políticos cujo único objetivo é a chegada ao poder vinculam-se a siglas quaisquer, sem nenhuma relação com convicções ideológicas.	O ator individual, após ter proposto a definição da posição ideológica do partido e de obter como resposta a defesa do oportunismo político, desvincula-se do grupo.	Membros do partido definem seu posicionamento ideológico, que se identifica com o oportunismo político, e se entretêm compondo siglas de sonoridades extravagantes e vazias de sentido.	Um membro do partido, representando o coletivo, defende a mudança do posicionamento ideológico — de republicanos para monarquistas — a fim de viabilizar a conjugação a uma sigla.

Figura 4 – Esquema do dispositivo argumentativo.

Seguindo a classificação sequencial de J.-M. Adam ao nível da textualidade, a crônica seria um texto dialogal. Mas, pergunta-se: a consideração exclusiva das categorias da organização dialogal dá conta do fim ilocutório do discurso ou das estratégias adotadas pelo enunciador para fazer crer o enunciatário na verdade de sua crença? Como classificar um texto no qual a estrutura dialogal se explica como estratégia discursiva do enunciador para produzir efeito de sentido de realidade? Ou ainda, como classificar um texto no qual percebemos, além da estrutura narrativa subjacente, uma organização argumentativa que também orienta escolhas no nível discursivo?

A nosso ver, *Siglas* é um discurso narrativo na medida em que encerra uma estrutura polêmica na qual se encontram dois sujeitos, com programas e percursos narrativos próprios. A unidade dialogal caracteriza um procedimento de discursivização definido como o emprego da operação de debreagem enunciativa actorial, espacial e temporal, ligado ao esquema narrativo pelo sincretismo que os interlocutores contraem com os actantes da narração. Ela é um

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

fenômeno da superfície e, nesta crônica, cobre os programas narrativos da estrutura polêmica. Portanto, a unidade dialogal não define o discurso, e sim, caracteriza o procedimento que visa a produzir um efeito de sentido de “real”. Serve também ao enunciador, em seu fazer persuasivo, mostrar-se distanciado daquilo que acontece na enunciação enunciada.

Da mesma forma, a unidade descritiva presente no terceiro segmento. Vimos que ela faz parte da estrutura narrativa, pois caracteriza a aquisição da competência de S_2 para o fazer que o conjuga ao objeto “sigla”, marcando a oposição dos programas do sujeito e do anti-sujeito. Já a organização argumentativa que verificamos igualmente na crônica caracteriza o movimento do discurso sob o prisma do fazer persuasivo do enunciador.

Em *Siglas*, ao mesmo tempo em que detectamos a estrutura narrativa que nos permite, por exemplo, detectar um programa narrativo geral, verificamos uma estrutura argumentativa, esta considerada sob a ótica do fazer manipulatório do enunciador, que organiza procedimentos destinados a afetar o enunciatário, a fim de que este emita seu juízo epistêmico de crer-verdadeiro. A crença do enunciador caracteriza a tese, à qual ele se mostra favorável no momento em que se identifica com o ator individual que abandona a cena por discordar da orientação do partido. Como toda argumentação implica um mecanismo que se fixa em estabelecer provas que justificam a tese, o enunciador providencia uma seqüência interlocutiva em que membros do partido, coagidos, declaram seus princípios, que são reafirmados quando um dos membros sugere a mudança do grupo de republicanos para monarquistas em vista da conjunção a uma sigla.

C. Perelman e L. Olbrechts-Tyteca (1996, p. 212) salientam que “os textos literários – romance, teatro, discurso – têm a vantagem de apresentar os argumentos de forma simplificada, estilizada ou exagerada”. Isso se mostra com clareza nesta crônica, em que a opção pelo figurativo, no qual se inclui o emprego da ironia e do cômico, torna acessível a tese de que os partidos se vinculam a siglas quaisquer desde que estas lhes permitam o acesso ao poder. É possível imaginarmos um leitor que chegue ao final da crônica e diga: “É verdade, eles não têm mesmo vergonha”, validando a crença do enunciador.

O enunciatário chega ao fim ilocutório da crônica através do conjunto dos procedimentos em jogo na sua organização. Se a estrutura narrativa mostra a relação dos sujeitos com os objetos de valor, no nível discursivo, unidades narrativas, dialogais, descritivas se organizam para, figurativamente, formar um todo significativo que visa a fazer-saber, ou seja, a denunciar um saber que o enunciador possui e que desvela ao enunciatário. Assim, além da estrutura narrativa que comporta a forma de organização do discurso, constatamos, no nível discursivo, a organização argumentativa, que registra a movimentação do enunciador em seu fazer persuasivo.

Circulando entre os valores “decoro” e “indecoro”, a crônica concretiza o seguinte percurso na estrutura elementar de significação:

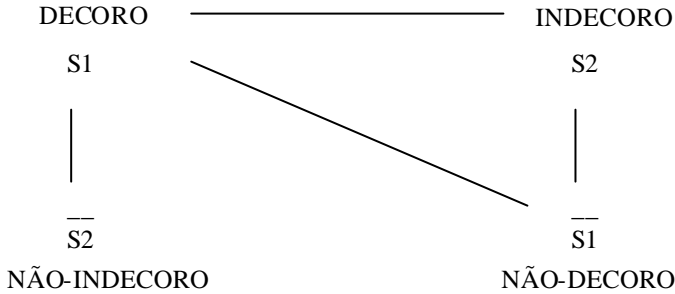


Figura 5 – Percurso na estrutura elementar da significação

No Estado inicial e na Perturbação, quando os membros buscam, sem sucesso, formar siglas para o partido, ainda sem maior preocupação de definição ideológica, o discurso situa-se na categoria “não-indecoro”. Na Dinâmica de ação, quando S₁ dirige ao coletivo a proposta de definição da posição ideológica, ocorre a passagem para a categoria “decoro”. Quando, na Força Equilibrante, S₂ define-se adepto do oportunismo político, o discurso desloca-se para a categoria “indecoro”. No Estado final, no momento em que S₁ desliga-se do grupo, define-se a categoria do “decoro”. S₁, portanto, está relacionado ao decoro, e S₂ ao indecoro.

HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL DE TEXTOS

A transformação que verificamos – S_1 inicialmente conjunto do grupo para, no final, estar disjunto dele – indica que o fato de o programa narrativo de S_1 ter sido derrotado não o leva a incorporar-se ao grupo que busca uma conjunção com um objeto de valor diferente do seu. Os programas narrativos são opostos e inconciliáveis. A derrota de S_1 significa que ele nada pode fazer para modificar as concepções de S_2 . A única alternativa, para conservar-se fiel à busca da conjunção ao seu objeto de valor é afastar-se do grupo. A valorização do programa de S_1 se dá no nível discursivo, quando o narrador dá a ele a tomada de iniciativa de encerrar a conversação figurativa, anunciando sua dissidência. Ocorre, neste momento, a valorização do “decoro”, da coerência entre idéias e atitudes. A estrutura polêmica assinala que o indecoro existe e predomina. Resta denunciá-lo.

Verificamos, portanto, que narrativo e argumentativo mobilizam os procedimentos discursivos e lingüísticos da crônica, compondo sua heterogeneidade. Não é possível reduzi-la a uma simples unidade discursiva ou dizer que uma domina a outra.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J.-M.; PETITJEAN, A. *Le texte descriptif*. Paris: Nathan, 1989.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BORDINI, Maria da Glória. Na pista do gigolô das palavras. In: VERISSIMO, L.F. *O gigolô das palavras*. Porto Alegre: L&PM, p. 99-106, 1982.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *La conversation*. Paris: Seuil, 1996.
- MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês Silva et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ROULET, E. Échanges, interventions et actes de langage dans la structure de la conversation. *Études de Linguistique Appliquée*. Paris: Didier, n. 44, p. 7-39, déc. 1981.
- VERISSIMO, L. F. *Zoeira*. Porto Alegre: L&PM, 1987.

Os modos de organização descritivo e narrativo no estabelecimento do tema textual¹

Janaína Pimenta Lemos
PUCRS

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, fundamentando-se na investigação das marcas textuais, procura contribuir para o estudo de textos literários a partir de uma abordagem lingüística. O objetivo da análise textual é verificar de que forma os modos de organização descritivo e narrativo contribuem para o estabelecimento do tema subjacente ao texto "Longe como o meu querer", de Marina Colasanti (1997).

Algumas perguntas serão respondidas ao longo das páginas que aqui se iniciam. Que informações figuram nos enunciados descritivos e nos narrativos? Relacionam-se os modos de organização descritivo e narrativo? Além disso, relacionam-se os dois modos de organização ao tema? Os modos de organização prenunciam o tema? Só os modos de organização são suficientes para o estabelecimento do tema?

¹ Adaptação de *Os modos de organização descritivo e narrativo no estabelecimento de textos de Marina Colasanti*. Orientação de Maria Eduarda Giering. Trabalho de conclusão de curso – Letras, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 114 p., 2000.

OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO

A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O estabelecimento dos temas textuais

De acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli (1997), há duas formas de discurso: os predominantemente concretos e os preponderantemente abstratos. Aqueles são os textos figurativos, enquanto estes são os textos temáticos. Concretos são os termos que remetem a algo do mundo natural, ao passo que abstratos são os termos que ordenam o que se manifesta no mundo natural. As duas categorias – concreto e abstrato – pertencem ao universo criado pela linguagem, não ao universo real.

Para os autores, os textos figurativos e os textos temáticos desempenham uma função distinta. Os primeiros produzem um efeito de realidade ao representarem o mundo com seus seres e seus acontecimentos. Já os segundos explicam, ordenam, classificam e interpretam as coisas do mundo. Dessa forma, “tematização e figurativização são dois níveis de concretização do sentido. Isso significa que o texto temático não tem a cobertura figurativa, mas o figurativo tem um nível temático subjacente” (1997, p.91).

Em *Elementos de análise do discurso* (1999), Fiorin aprofunda o estudo da figurativização e da tematização. Defende que as figuras textuais estabelecem entre si relações, o que as integra em uma rede. Ao encadeamento de figuras denomina percurso figurativo, ao passo que ao encadeamento de temas denomina percurso temático. Conforme o autor, “para achar o tema que dá sentido às figuras ou o tema geral que unifica os temas disseminados num discurso temático, é preciso apreender os encadeamentos das figuras ou dos temas, ou seja, os percursos figurativos ou temáticos” (1999, p.75). Além disso, é o nível dos temas e das figuras o lugar privilegiado de manifestação da ideologia.

Em seqüência à figurativização e à tematização, Fiorin define isotopia como “a reiteração, a redundância, a repetição, a recorrência de traços semânticos ao longo do discurso” (1999, p.81), fator responsável pela coerência semântica de um texto. Tal recorrência de traços semânticos estabelece a leitura adequada de um texto, a qual não provém da fantasia do leitor, mas está inscrita no texto. Por sua vez, a

metáfora e a metonímia são “procedimentos discursivos de constituição do sentido” (1999, p.86). Quando há a intersecção de traços semânticos entre duas possibilidades de leitura, há uma metáfora; quando há uma relação de inclusão entre duas possibilidades de leitura, há uma metonímia. De acordo com Fiorin,

a metáfora e a metonímia (...) podem ser tomadas como conectores de isotopia, que permitem passar de uma isotopia a outra num texto pluri-isotópico. Com isso, todo o discurso (ou parte dele) passa a ser constituído de metáforas ou metonímias projetadas, ou seja, torna-se unidade retórica dentro de uma determinada isotopia. (1999, p.87)

A estrutura da seqüência narrativa

Conforme Jean-Michel Adam e Françoise Revaz (1997), a narratividade de uma seqüência se estabelece através da presença de personagens, de uma sucessão temporal, de uma transformação entre o estado inicial e o estado final e de uma intriga, que contém o nó (a complicação) e o desenlace (a resolução da complicação).

Para os autores, em uma seqüência accional nenhum fato se estrutura como um nó, já que “as ações estão encadeadas sem qualquer ruptura” (1997, p.79). Ao contrário, em uma seqüência narrativa um acontecimento particular, que perturba o equilíbrio inicial, forma o nó da intriga. A ação das personagens constitui uma tentativa de restabelecer o equilíbrio inicial. Da ação das personagens, resulta o desenlace. Quando o equilíbrio se restabelece em virtude da resolução do nó, surge o estado final. Essa divisão do texto em partes permite que se perceba “uma estrutura em cinco proposições” (1997, p.80), conforme se pode observar na figura 1.

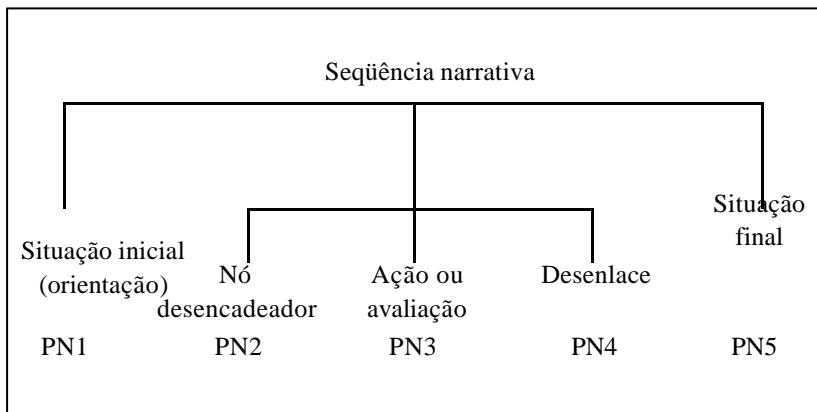


Figura 1 – O esquema narrativo canônico (ADAM, REVAZ, 1997, p.80)

De acordo com os autores, em uma seqüência narrativa longa, realizam-se agrupamentos de proposições em macroproposições narrativas, designadas no esquema por “Pn”. A hierarquização das proposições, bem como as relações de correspondência entre elas são demonstradas no esquema narrativo canônico, conforme Adam e Revaz, já que “a situação final [Pn 5] reenvia à situação inicial [Pn 1], e o desenlace [Pn 4] é simétrico do nó [Pn 2]. A ação (ou avaliação, se, em vez de agir, o narrador ou uma personagem avalia apenas a situação) [Pn 3] está no centro do dispositivo, ela resulta diretamente do nó [Pn 2]” (1997, p.80).

Adam (apud MOURA, 1992) propõe, como se pode ver na figura 02, um outro esquema quinário organizador da seqüência narrativa, em que, na verdade, alteram-se somente as denominações dos cinco momentos. O estado inicial (EI) corresponde ao início equilibrado da história, responsável pela caracterização, por exemplo, das personagens. Por sua vez, a força transformadora (FT) é a complicação que perturba o equilíbrio do estado inicial. Já a dinâmica da ação (DA) é a série de ações que visam ao equilíbrio da força transformadora e que podem pender para a melhoria ou para a degradação. Por seu turno, a força equilibrante (FE) é a força que restabelece o equilíbrio da

narrativa, confirmando a melhoria ou a degradação dos eventos. Finalmente, o estado final (EF) apresenta conseqüências dos quatro momentos que o antecedem e restaura o equilíbrio, podendo ser igual ao estado inicial ou diferente dele.

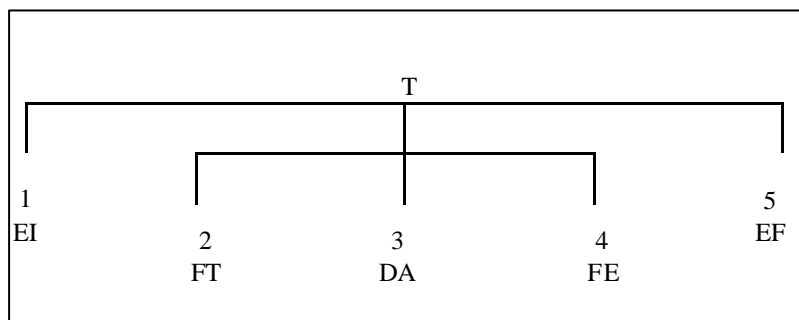


Figura 02 – Esquema quinário da seqüência narrativa (ADAM apud MOURA, 1992, p.132)

A tipologia da descrição

De acordo com Sueli Cristina Marquesi (1995), a necessidade de definição do descritivo surgiu a partir de pesquisas sobre a narrativa. A delimitação do descritivo na narrativa possibilitou pesquisas que o abordaram teórica e funcionalmente. Configurou-se pioneiro da pesquisa sobre o descritivo Philippe Hamon, que, em 1981, publicou *Introduction au type descriptif*, publicado em 1991, em Buenos Aires, sob o título *Introducción al análisis de lo descriptivo*. O autor já publicara, em 1972, o artigo *Qu'est-ce qu'une description?*, em que analisara a descrição sob o enfoque supracitado.

Posteriormente a Hamon, Adam e André Petitjean também propuseram uma teoria sobre a constituição do descritivo. Em conjunto, publicaram, em 1982, *Introduction au type descriptif* e *Les enjeux textuels de la description*. Separadamente, Adam editou, em 1987, *Approche linguistique de la séquence descriptive*, e Petitjean, no mesmo ano, *Fonctions et fonctionnements de la description représentative*. Adam e Revaz ainda produziram *L'analyse des récits*,

OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO

em 1996, em que, embora seu objetivo maior seja o estudo da narrativa, abordam a descrição, apresentando, particularmente, as operações descritivas e os tipos de descrição. Além desses textos, para a análise que se empreende, interessa igualmente o intitulado *Le Mode d'Organisation Descriptif*, que Patrick Charaudeau desenvolve em sua *Grammaire du sens et de l'expression*, de 1992.

A constituição do enunciado descritivo

Hamon, que, conforme Marquesi (1995), é o desencadeador das investigações teóricas sobre o descritivo, abordou, em *Introducción al análisis de lo descriptivo*, diversas questões relacionadas à constituição do enunciado descritivo. De acordo com o autor (1991), a atitude descritiva possui duas tendências fundamentais: uma horizontal e uma vertical. Horizontalmente, tende-se ao exaustivo e considera-se o referente como uma superfície a ser segmentada em suas partes. Verticalmente, tende-se a descobrir o sentido que há por detrás do descritivo e a decifrar o significado do que se descreve. Dessas duas variantes, surgem duas posturas enunciativas: a do detalhe, “recorte último e microscópico de um campo semântico recorrido”, e a da analogia, “que vincula dois espaços diferentes, separados semanticamente na horizontalidade da exposição referencial” (1991, p.72).

Hamon define o descrever como pôr em equivalência, em um texto, uma expansão predicativa e uma condensação dêitica ou denominativa. Assim, pode se definir a descrição como uma unidade textual contínua ou descontínua, paratática ou sintática, permutável, em certas condições, com um dêitico e com um nome próprio ou comum, conforme a figura 03.

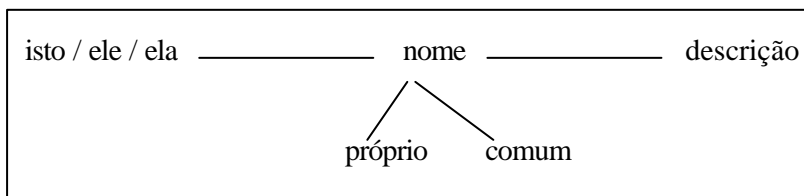


Figura 03 – Permutações da descrição (HAMON, 1991, p.87)

Em virtude dessa propriedade, a descrição pode ser assimilada à classe de textos que apresentam o mesmo funcionamento: a adivinhação, o dicionário, as palavras cruzadas, a paráfrase, o resumo, a perífrase, a tradução e a nota ao pé da página de um texto de saber. O vínculo da descrição com a metalinguagem é inegável. Todo enunciado metalingüístico evidencia uma equivalência de duas palavras, de dois enunciados, de dois textos, de uma palavra e de um texto. A descrição é um aparato metalingüístico que fala das palavras, e não das coisas. No enunciado descritivo, importa, pois, o léxico do trabalho e o trabalho sobre o léxico.

Hamon reforça que o descritivo é, por um lado, a equivalência permanente entre uma denominação e uma expansão e, por outro, uma lista de saturação organizada de unidades hierarquizadas. Assim, a descrição exige do leitor operações de derivação, de equivalência, de hierarquia e de classificação e focaliza sua atenção em um elemento semântico do texto, cuja importância será sinalizada pela duração e insistência em que aparece textualmente.

O autor considera superficiais as distinções de acordo com as quais a descrição se aproxima mais dos objetos, não das ações, ou apresenta mais substantivos e adjetivos, enquanto a narração, mais verbos. Ainda que possa ser útil opor, num primeiro momento, a descrição e a narração, ambas são, para o autor,

dois tipos estruturais em perpétua interação (sempre há narrativa no descritivo e o inverso – isto para rechaçar toda hierarquização unívoca dos tipos), dois tipos complementares que devem ser construídos teoricamente ou duas tendências textuais nas quais sem dúvida seria vão o intento de encontrar encarnações exemplares perfeitas. (p.101, 1991)

Assim, toda descrição supõe um sistema narrativo, mesmo elíptico ou perturbado, no mínimo porque a temporalidade sucessiva e a ordem da leitura exigem do enunciado transformações. Dessa forma, para Hamon, deve-se falar em “descritivo”, mais que em “descrição”, por se considerar o descritivo uma dominante textual. Além disso, a justaposição dos sistemas descritivos estabelece relações lógicas, causais e implicativas, coerência lógica e ideológica, referências

OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO

anafóricas e catafóricas; enfim, uma coerência narrativa. Por isso, toda descrição é um operador fundamental da legibilidade de um texto.

A descrição é, simultaneamente, saber sobre as palavras (competência léxica), saber sobre o mundo (competência enciclopédica) e saber sobre os esquemas e as grades de classificação (competência taxonômica). Dessa forma, conforme o autor, o que se modaliza em uma descrição é a competência de um narrador “em dar existência, em fazer existir alguma coisa” (1991, p.126).

Basilar é a proposta de Hamon de acordo com a qual “um sistema descritivo (S.D.) é um jogo de equivalências hierarquizadas: equivalência entre uma *denominação* (uma palavra) e uma *expansão* (um surtido de palavras justapostas em lista, ou coordenadas e subordinadas em um texto)” (1991, p.141). A denominação assegura a permanência e a continuidade do conjunto e é sincrética do pantônimo da descrição. O conjunto estruturado na figura 04 constitui a norma de todo sistema descritivo. Porém, cada uma das unidades – o pantônimo, a nomenclatura e os predicados – é optativa.

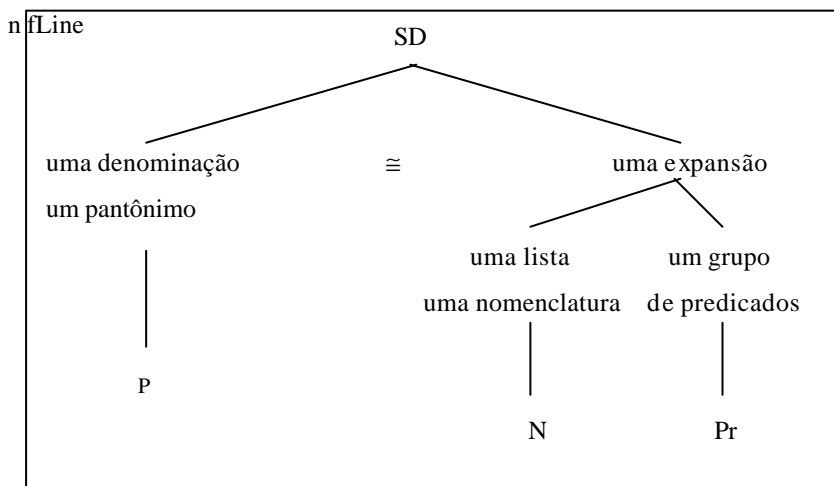


Figura 04 – Esquema organizador do descritivo (HAMON, 1991, p.141)

Conforme Hamon, o pantônimo não tem uma classe gramatical determinada: pode ser um nome próprio, um substantivo, um sintagma

ou um nexos gramatical. Embora não seja o único operador de legibilidade de um texto, o pantônimo, quando se manifesta na matriz textual, deve ser destacado. Tal acentuação é construída por “meios táticos”, quando o pantônimo ocupa um lugar estratégico do texto, por “meios quantitativos”, quando o pantônimo é repetido diversas vezes, e por “meios qualitativos”, quando o pantônimo está acompanhado por um termo metalingüístico ou quando exerce, por exemplo, a função sintática de complemento verbal. Da mesma forma, a localização do pantônimo em diferentes posições sintáticas também o coloca em relevo.

Conforme o autor, por um lado, uma descrição é um conjunto de ‘linhas’, já que apresenta paradigmas léxicos saturados e expandidos em associação centrífuga; por outro lado, é um conjunto de ‘núcleos’, porque possui termos privilegiados em cujo centro se recompõe a informação. Além disso, uma descrição é “um lugar retórico”, pois nela se concentram operações fundamentais da retórica, como, por exemplo, a sínecdoque (N é a enumeração das partes de P), a metonímia (N é a enumeração de objetos justapostos) e a metáfora (Pr é analogia: n1 é como Pr1, n2 é como Pr2... nx é como Prx).

Conforme Hamon, “o enunciado descritivo está aparentado funcional e estruturalmente com as operações de tipo metalingüístico e se converte também no lugar privilegiado da posta em cena de certa idéia da legibilidade” (1991, p.257). O autor finaliza seu texto, destacando que não se deve considerar o descritivo como subordinado a uma narração dominante. Já que todo texto legível é um texto narrativo, e vice-versa, uma descrição em um texto narrativo é, de alguma maneira, duplo enunciado legível.

Os esquemas de organização do enunciado descritivo

A competência descritiva constitui uma das reflexões iniciais de Adam e Petitjean em *Introduction au type descriptif* (apud MARQUESI, 1995). Tal competência garante um estatuto próprio para o descritivo; portanto, um lugar específico na tipologia textual. Conforme os autores, a coesão global do texto descritivo apresenta dois actantes: o descritor e o descrito. Aquele, responsável pelo “como se descreve”, instaura o ponto de vista base da seleção e da interpretação do que é descrito; este comporta dois elementos: o tema-título e a

OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO

nomenclatura de subtemas que o caracteriza. A figura 05 corresponde ao esquema organizador do descritivo proposto pelos autores.

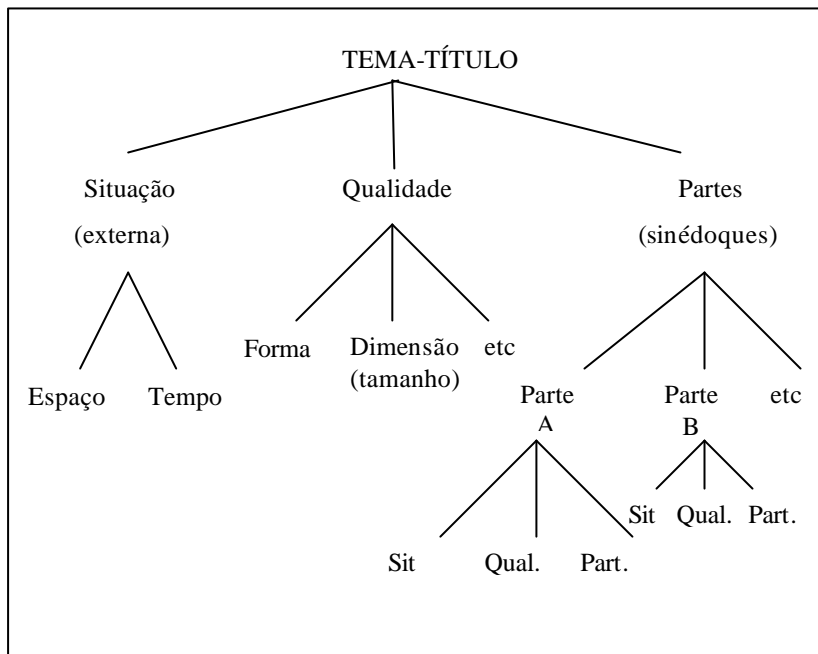


Figura 05 – Esquema organizador do descritivo (ADAM, PETITJEAN apud MARQUESI, 1995, p.67)

A descrição realista configura-se objeto de um outro estudo de Adam e Petitjean sobre o descritivo: *Les enjeux textuels de la description*. De acordo com os autores, o escritor enfrenta duas dificuldades ao descrever: a primeira se refere ao inventário lexical necessário; a segunda, ao efeito de coerência da descrição. Ao identificarem tais desafios, os autores explicitam, na verdade, duas características específicas do enunciado descritivo.

Além disso, Adam e Petitjean elencam quatro tendências principais da descrição. A descrição ornamental se preocupa com a pompa e com o ornamento do estilo. Já a expressiva consagra a imaginação em detrimento da imitação. Por sua vez, a representativa é

marcada pela objetividade e pela precisão. Finalmente, a produtiva funciona criativamente, como reação à variante anterior.

Em relação aos diferentes papéis do descritivo no texto narrativo, os autores apontam a construção do cenário da narrativa, o retrato de uma personagem, a expressão do ponto de vista de uma personagem, a introdução de enunciados explicativos de ações anteriores, a informação das apreciações e dos conhecimentos do autor, o anúncio prospectivo de ações mais ou menos previsíveis e o estabelecimento de isotopias do contexto. Finalmente, os autores afirmam que a descrição realista estrutura duas funções da descrição: a matésica, referente aos saberes do descritor, e a didascálica, relacionada ao estabelecimento do auto-referente textual – a situação espaço-temporal e o tipo de mundo em que interagem os atores.

Em *Approche linguistique de la séquence descriptive*, Adam define lingüisticamente um texto ou uma seqüência como descritivos. Afirma que o texto descritivo pressupõe uma organização textual subjacente – uma esquematização descritiva: “por descritivo, entendo o processo que dá lugar tanto às proposições descritivas (microproposições) quanto às seqüências descritivas em suas maiores proposições” (apud MARQUESI, 1995, p.75). Na abordagem da esquematização descritiva, Adam recorre à estrutura do descritivo proposta por D. Apothéloz:

Globalmente falando, uma descrição resulta de uma série de colocações em equivalência, de unidades que são parcialmente levantadas sobre o objeto e que são compostas de ancoragem de predicados descritivos, estes últimos podendo eles mesmos conter unidades que são suscetíveis, por seu turno, de constituir o lugar de novos pontos de ancoragem de outros predicados, e assim por diante. (apud MARQUESI, 1995, p.75-76)

Adam retoma as cinco operações propostas por Apothéloz – ancoragem, afetação, assimilação, aspectualização e tematização –, considerando-as base da esquematização descritiva, presentes tanto na produção, quanto na compreensão de textos descritivos. De acordo com Adam, as duas primeiras operações relacionam-se à macroestrutura semântica do texto descritivo, ao passo que as três últimas, à superestrutura textual descritiva.

OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO

Através da ancoragem, o tema-título assegura a legibilidade da descrição, ativando as representações cognitivas do leitor. Já a afetação produz incertezas ou estranhezas, uma vez que aborda o objeto descrito como um enigma ou parte de uma solução. Por sua vez, a assimilação – colocação em relação – opera metonímias ou metáforas, ao desenvolver os aspectos de um objeto com o auxílio dos predicados de outro objeto. Por seu turno, a aspectualização consiste na operação central da descrição, em que se decompõe o objeto descrito em subtemas religados ao tema-título como hipônimos desenvolvidos por predicados qualificativos. Finalmente, a tematização é uma operação recursiva que faz de subtemas hipônimos um tema suscetível de expansão por novos predicados.

De acordo com Adam, são macroproposições descritivas as proposições que caracterizam o tema-título. Ao contrário, são microproposições descritivas as proposições que definem unidades não ligadas diretamente ao tema-título, ou seja, uma parte da parte ou qualquer outro aspecto da parte.

Petitjean redefine as funções da descrição em *Fonctions et fonctionnements de la description représentative*. A função matésica difunde, no interior da narrativa, os saberes do descritor, procedentes de suas investigações ou de suas leituras. As descrições miméticas, relacionadas à ilusão da realidade, operacionalizam a ancoragem, a afetação, a assimilação, a aspectualização e a tematização. Enfim, a função semiótica, responsável pela regulação do sentido, possibilita que os romances realistas concebam a ilusão do verdadeiro através da lógica ordinária dos fatos. Petitjean aceita o esquema organizador do descritivo proposto por Adam em 1987, apresentado na figura 06.

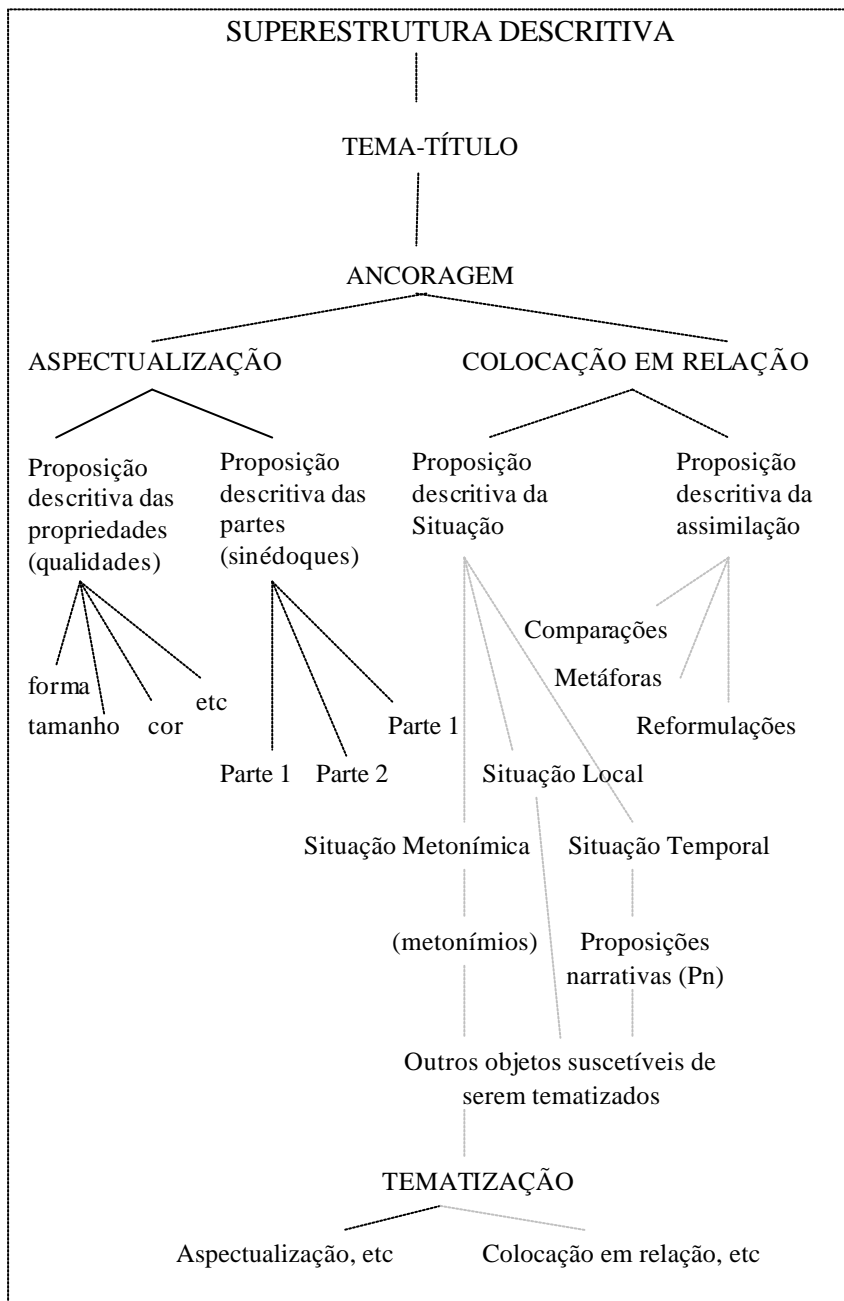


Figura 06 – Esquema organizador do descritivo (ADAM apud MARQUESI, 1995, p.77)

Operações descritivas e tipos de descrição

Os capítulos sétimo, oitavo e nono da obra *L'analyse des récits*, de Adam e Revaz, traduzida pela editora Gradiva sob o título de *Análise da narrativa*, abordam os componentes do enunciado descritivo e a distinção entre os tipos de descrição. A obra focaliza o estudo da narrativa, e, inserida nesse tipo textual, aborda-se a descrição.

No capítulo sétimo – *A descrição*, os autores enumeram a classificação das descrições de acordo com a retórica clássica. A descrição de pessoas pode ser um retrato moral ou etopéia, um retrato físico ou prosopografia, um retrato de um tipo ou caráter ou um retrato duplo ou paralelo. Além da descrição de pessoas, também há a descrição de coisas, a de lugares – topografia, a de tempo – cronografia, a de animais e a de plantas.

Adam e Revaz afirmam que, em vez de distinguir através desses critérios as espécies de descrições, é possível distingui-las através do “repertório das operações comuns a qualquer processo descritivo” (1997, p.40). A operação de localização ou de referenciação corresponde à [a] denominação do objeto da descrição. Já a operação de actualização se divide na [b] fragmentação do todo [a] em partes [b] e no [c] destaque de qualidades ou propriedades do todo [a] ou de partes consideradas em [b]. Por sua vez, as operações de relação referem-se à [d] localização temporal, à [e] localização espacial e à [f] assimilação comparativa ou metafórica que permite descrever o todo [a] ou as suas partes [b] por meio de analogias com outros objetos-indivíduos. Finalmente, a operação de reformulação se refere à [g] reidentificação do todo [a] ou das suas partes [b] no decurso ou no final da descrição.

Conforme os autores, a descrição pode desempenhar funções semânticas. A função representativa ou diegética, que se centraliza sobre a construção do universo imaginário da narrativa, se duplica na função expressiva, que introduz o ponto de vista de um sujeito ficcional, e pela função narrativa, que anuncia desenvolvimentos futuros e destaca a progressão de uma intriga. Adam e Revaz ainda ressaltam que a descrição interrompe a narrativa, o que “resulta da

diferença entre as naturezas profundamente estáticas da descrição de estado e dinâmica da narrativa” (1997, p.43).

No capítulo intitulado *Descrever pela ação*, Adam e Revaz dedicam-se à abordagem do retrato de uma personagem pelos seus atos. Para ambos, uma personagem pode ser caracterizada pelas suas ações, o que constitui um “retrato animado” (1997, p.45), que evita a lentidão da descrição de estado. Dessa forma, dominam a descrição de ações os predicados accionais, que estruturam a expressão do carácter de uma personagem. Não se tematizam, portanto, na descrição de ações, as características físicas do ser.

Os autores tratam igualmente da descrição dinâmica de um objeto. Para eles, um objeto pode ser humanizado por meio de metáforas e comparações, o que caracteriza a operação descritiva [f]. Além disso, a construção de um objeto é a caracterização que se processa entremeada às ações verbalizadas no pretérito perfeito. Durante muito tempo, essa modalidade descritiva foi considerada, pelos retóricos e estilistas, “um modelo e mesmo a única maneira de descrever sem interromper o desenrolar da narrativa” (1997, p.47). Sobre a presença do tempo verbal referido, Adam e Revaz expressam:

Alguns teóricos sensíveis à presença do pretérito perfeito simples – ‘pedra angular do texto narrativo’ segundo Barthes – consideram este tipo de descrição uma ‘narrativa’ ou, pelo menos, uma descrição ‘narrativizada’. De maneira geral, é verdade que o pretérito perfeito simples transforma os predicados accionais em *pivots* de uma cadeia factual-causal. Aqui, os pretéritos perfeitos simples balizam uma simples progressão cronológica. De forma nenhuma transformam esta descrição de ações numa seqüência narrativa. (1997, p.48)

A descrição de uma situação e a descrição de uma ação compõem o assunto do capítulo nono – *Descrever da ação*. Na descrição de uma situação, também chamada de quadro, a ação apresentada não tem nem princípio, nem meio, nem fim. Para os autores, “por uma espécie de paragem da imagem, as ações são mostradas numa relação de simultaneidade: o tempo não avança” (1997, p.49). O tempo verbal que estrutura essa modalidade descritiva é o pretérito imperfeito.

OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO

A descrição de uma ação, por sua vez, apresenta uma seqüência de ações ordenadas temporalmente. Tal tipo descritivo pode ser um *script*, que é uma seqüência de ações estereotipada. Conforme os autores, “em qualquer caso, a organização da descrição obedece ao seguinte princípio: uma ação global desenrola-se numa continuidade de microações” (1997, p.50).

Finalizam o capítulo considerações de Adam e Revaz sobre a distinção entre descrição, relato e narrativa. Para eles, a descrição expõe estados simultâneos, ao passo que o relato e a narrativa apresentam ações sucessivas. O que distingue estas duas últimas modalidades é a presença da transformação e da intriga na narrativa. Assim, “a construção de um texto narrativo é mais do que uma mera sucessão-consecução de fatos” (1997, p.52). A figura 07 apresenta o quadro que sintetiza a classificação textual especificada.

ESTADOS	AÇÕES	
DESCRIÇÃO	RELATO	NARRATIVA (INTRIGA)

Figura 07 – Distinção entre descrição, relato e narrativa (ADAM, REVAZ, 1997, p.52)

Modo de organização do enunciado descritivo

Patrick Charaudeau, no capítulo *Le mode d'organisation descriptif*, da *Grammaire du sens et de l'expression* (1992), defende que o modo de organização descritivo possui três componentes autônomos e indissociáveis. O primeiro deles é o nomear, ou seja, dar existência a um ser ao final de uma dupla operação: “perceber uma diferença no *continuum* do universo e simultaneamente relacionar essa diferença a uma semelhança/analogia” (1992, p.659-660), o que constitui o princípio da classificação. Dessa forma, nomear resulta do “fazer nascer os seres significantes no mundo, classificando-os” (1992, p.659).

De acordo com o autor, a atividade descritiva sempre tem uma finalidade comunicativa que impõe seu quadro de pertinência. A identificação dos seres humanos no mundo é determinada pelos códigos

sociais e está tanto sujeita à finalidade das situações de comunicação em que se inscreve, quanto relativizada pela decisão do sujeito descrevente.

O segundo componente do modo de organização descritivo é o localizar-situar, que consiste em determinar o espaço e o tempo ocupados pelo ser descrito. Localizar-situar é também caracterizar um ser, à medida que “ele depende, para sua existência, para sua função, em suma, para sua razão de ser, de sua posição espaço-temporal” (1992, p.661). A localização-situação resulta de uma divisão objetiva do mundo, a qual depende da visão projetada por um grupo social em relação a esse mundo.

Por sua vez, o terceiro componente do modo de organização descritivo é o qualificar. Ao passo que nomear consiste em fazer existir seres, classificados conforme suas semelhanças e diferenças com outros seres, qualificar é atribuir explicitamente a um ser qualidades que o caracterizam e o especificam e, assim, classificá-lo novamente no subconjunto. Dessa forma, a qualificação dá um sentido particular aos seres, de maneira mais ou menos objetiva conforme o olhar do sujeito que descreve, submetido ao consenso social e às suas próprias visões.

Conforme Charaudeau, o descritivo constrói uma imagem atemporal do mundo. Ao serem nomeados, localizados e qualificados, os seres no mundo “se encontram como fixados sobre uma película para todo sempre” (1992, p.665). Assim, descrever fixa as características dos objetos, o ser e o fazer das personagens, os lugares e as épocas.

METODOLOGIA DE ANÁLISE TEXTUAL

Quatro análises integram o estudo de “Longe como meu querer”. A primeira refere-se ao modo de organização descritivo do texto. Em primeiro lugar, será observado o funcionamento dos três componentes do enunciado descritivo, que, de acordo com Charaudeau (1992), são o nomear, o localizar-situar e o qualificar. Posteriormente, através do esquema organizador do descritivo de Adam e Petitjean (apud MARQUESI, 1995, p.67), serão estruturados os enunciados descritivos referentes aos personagens e aos espaços responsáveis por sua localização-situação.

OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO

Por sua vez, a segunda análise se refere ao modo de organização narrativo do texto. Utiliza-se, nesse exame textual, o esquema quinário da narrativa proposto por Adam (apud MOURA, 1992). Primeiramente, são descritos os momentos da seqüência narrativa. Posteriormente, tais momentos são esquematizados, a fim de que seja possível, como no esquema organizador do descritivo, a visualização da organização narrativa.

Por seu turno, a terceira análise refere-se à identificação da tematização subjacente à figurativização textual. Através do percurso figurativo, proposto por Fiorin (1999), descobre-se o tema subjacente às figuras textuais. Além disso, percebem-se as isotopias, sobrepostas no texto e conectadas por metáforas, a fim de que se reconheçam as várias possibilidades de leitura desse texto.

Finalmente, a quarta análise refere-se à interdependência estabelecida entre, por um lado, as organizações descritiva e narrativa e, por outro lado, a tematização. Nesse momento, será verificado de que forma as organizações descritiva e narrativa do texto, pertencentes ao nível da figurativização, contribuem para o estabelecimento do tema, cuja interpretação é sempre indispensável à compreensão do sentido global dos textos.

ANÁLISE DE “LONGE COMO O MEU QUERER”

Modo de organização descritivo

Os três componentes do enunciado descritivo – nomear, localizar-situar e qualificar – integram “Longe como o meu querer”. A nomeação da castelã ocorre depois que se deduz que o ator central da narrativa é uma castelã. Os dois primeiros parágrafos, a seguir transcritos, apresentam eventos narrativos que se referem à moça, ainda não nomeada. Aliás, como se observa no excerto, antes mesmo da nomeação da castelã, o jovem por quem ela se apaixona é referido através da expressão “jovem de longos cabelos”.

Regressava ao castelo com suas damas, quando do alto do cavalo o viu, jovem de longos cabelos à beira de um campo. E embora fossem

tantos os jovens que cruzavam seu caminho, a partir daquele instante foi como se não houvesse mais nenhum. Nenhum além daquele. À noite, no banquete, não riu dos saltimbancos, não aplaudiu os músicos, mal tocou na comida. As mãos pálidas repousavam. O olhar vagava distante.

O regresso ao castelo na companhia de damas, o conhecimento do jovem de longos cabelos e o desânimo no banquete, expressos na passagem transcrita, se referem a uma moça que mora em um castelo. No parágrafo seguinte, seu pai a chama pela expressão “filha”: “– Que tens, filha, que te vejo tão pensativa? – perguntou-lhe o pai”. Conforme se observa, é a nomeação do pai da castelã que ocorre nesse excerto através da expressão “o pai”. Após a resposta da moça à pergunta do pai, há um novo parágrafo em que consta a expressão “a filha”. Porém, sua nomeação através da expressão “a castelã” só se manifesta no terceiro parágrafo posterior a este: “Saído o pai, a castelã lavou aquele rosto, perfumou e penteou os longos cabelos, acarinhou a cabeça no seu colo”.

Como se verifica nos dois primeiros parágrafos do texto transcritos anteriormente, a localização-situação da castelã ocorre já na primeira linha, através da expressão “o castelo”. Além disso, há um campo perto do castelo, porque é em um campo que a castelã vê o jovem por quem se apaixona. Posteriormente, ela vai a um monte a fim de realizar um dos desejos do jovem. Quando resolve executar o último pedido dele, a castelã e sua dama afastam-se da cidade e chegam a um remanso. A castelã observa a planície, cujos limites fronteiros são montanhas. Em uma das praias do mar, que está além das montanhas, o jovem espera por ela.

Os espaços ocupados pela castelã, responsáveis por sua localização-situação, são nomeados à medida que ela realiza ações desenvolvidas nesses locais. O esquema organizador do descritivo referente aos espaços ocupados pela castelã corresponde à figura 08. Ao tema-título desse esquema, denomina-se “ambientação da castelã”, pois o texto não informa os limites territoriais de sua localização. O mar está além da cidade onde a castelã mora; porém, o texto não indica de que todo fazem parte o mar, a cidade, a planície e as montanhas.

A qualificação da castelã, de seu pai e do jovem de longos cabelos ocorre através da exposição de suas ações, não através da

OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO

referência a suas características físicas. A qualificação dos atores constitui, portanto, o retrato animado da castelã, de seu pai e do jovem.

A particularização da castelã principia com a ação “E embora fossem tantos os jovens que cruzavam seu caminho, a partir daquele momento foi como se não houvesse mais nenhum. Nenhum além daquele”. Através dessa passagem, a castelã é qualificada como uma moça que ama, exclusivamente, um homem. Posteriormente, após receber, de seu pai, a cabeça do jovem de longos cabelos, “a castelã lavou aquele rosto, perfumou e penteou os longos cabelos, acarinhou a cabeça no seu colo”. Tais ações caracterizam-na como uma mulher que cuida do ser amado.

Na primeira noite em que a cabeça do rapaz repousava ao lado da castelã, ele suspirou porque não conseguira semear seu campo. No dia seguinte, “durante todo o dia a castelã lançou sementes nos sulcos”. Já na segunda noite, o jovem suspirou porque deixara suas ovelhas no monte, à mercê dos lobos. No outro dia, “a castelã desceu com o rebanho até o redil”. Por sua vez, na terceira noite, o jovem suspirou porque não guardara a palha no celeiro. No dia seguinte, a castelã “começou a carregar os feixes para o celeiro. Antes do anoitecer tudo estava guardado”. Dessa forma, a castelã realizou os desejos do jovem, caracterizando-se como alguém que respeitava os desejos do ser amado e agia a fim de que eles se realizassem.

Além disso, em todas as três atividades, a castelã escondeu de seu pai o que pretendia fazer. Na primeira tarefa, ela “calçou tamancos sobre seus sapatinhos de cetim, não fosse a lama denunciá-la ao pai”. Na segunda, ela “cobriu sua saia com o manto, não fossem folhas e espinhos denunciá-la ao pai”. Na terceira, ela “calçou os tamancos, protegeu a saia, enrolou tiras de pano nas mãos, não fossem feridas denunciá-la a seu pai”. Assim, ela se configura como uma jovem que oculta de seu pai suas ações, já que essa é uma das condições para a execução dos desejos do ser amado.

A castelã também realizou o último desejo do ser amado, embora esse desejo lhe trouxesse tristeza. Na quarta noite, o jovem declarou: “Amanhã deverás entregar-me ao rio. Só ele sabe onde meu corpo espera. Só ele pode nos juntar novamente antes de entregar-nos ao mar”. Mesmo que sofresse em virtude de que se separariam, a castelã também agiu a fim de concretizar o quarto desejo do rapaz. Revelou,

portanto, ser uma moça que realiza os desejos do ser amado, ainda que isso lhe cause sofrimento.

Entretanto, a castelã age a fim de extinguir seu próprio sofrimento. Depois de entregar a cabeça do jovem ao rio, ela seguiu a planície em direção ao mar. Pretendia encontrá-lo em alguma praia. Inclusive declarou: “A distância até o mar se mede pelo meu querer”. Dessa forma, a castelã é particularizada como uma jovem que segue o ser amado. As dificuldades dessa busca são determinadas pelo seu querer. A qualificação da castelã corresponde ao esquema organizador do descritivo referente à figura 09.

A qualificação do pai da castelã, que integra o esquema organizador do descritivo correspondente à figura 10, integra os fatos de que ele era senhor “daquele castelo e das gentes”, “sempre havia satisfeito todas as suas vontades”, “ordenou que se decapitasse o jovem e se entregasse seu corpo ao rio” e “a cabeça entregou à filha em bandeja de prata”. Assim, o pai da castelã se caracteriza como um pai que, soberano em relação aos moradores do castelo, satisfaz as vontades da filha.

A qualificação do jovem constitui-se, inicialmente, de dois eventos narrativos: ele é decapitado, e sua cabeça é entregue à castelã. Assim, ele é caracterizado como um jovem que permanece sob o poder da moça que o ama. A seguir, o moço deseja que as coisas que deixara inconclusas sejam finalizadas: “deixei a terra arada no meu campo. E as sementes preparadas no celeiro. Mas não tive tempo de semear. E no meu campo nada crescerá”, “deixei minhas ovelhas no monte, e sem ninguém para trazê-las ao redil serão devoradas pelos lobos” e “não tive tempo de guardar a última palha do verão, e apodrecerá quando as chuvas chegarem”. Seus suspiros e a manifestação das tarefas inconclusas constituem um pedido para que a castelã finalize as atividades. Portanto, o jovem se configura como um moço que confia suas responsabilidades à jovem que ama.

Finalmente, o moço decapitado aspira ao encontro com seu corpo, ou seja, visa à sua integralização física, ainda que isso resulte em que se separe da castelã, o que o entristece: “uma tarefa mais é necessária. E acima de todas me entristece. Amanhã deverás entregar-me ao rio. Só ele sabe onde meu corpo espera. Só ele pode nos juntar novamente antes de entregar-nos ao mar”. Entretanto, embora precise se separar da castelã, esperará por seu encontro com ela: “em alguma

OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO

praia daquele mar o moço esperava por ela”. Assim, o jovem se caracteriza como um homem que deseja sua integridade, ainda que isso implique a separação da moça que ama, e que a aguardará após a separação. A qualificação do jovem compõe o esquema organizador do descritivo correspondente à figura 11.

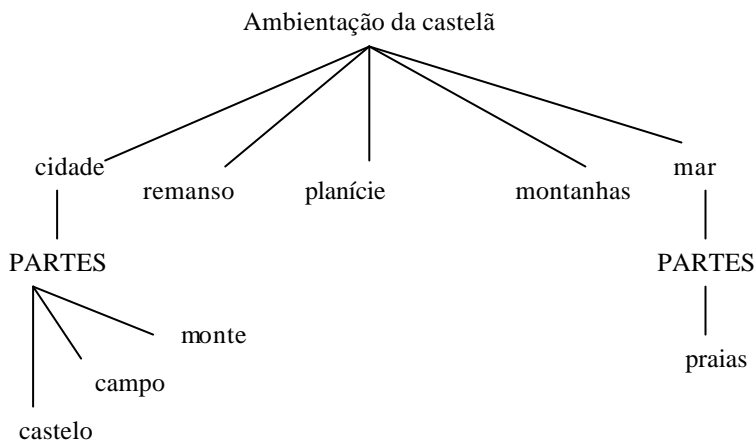


Figura 08 – Esquema organizador do descritivo referente à ambientação da castelã

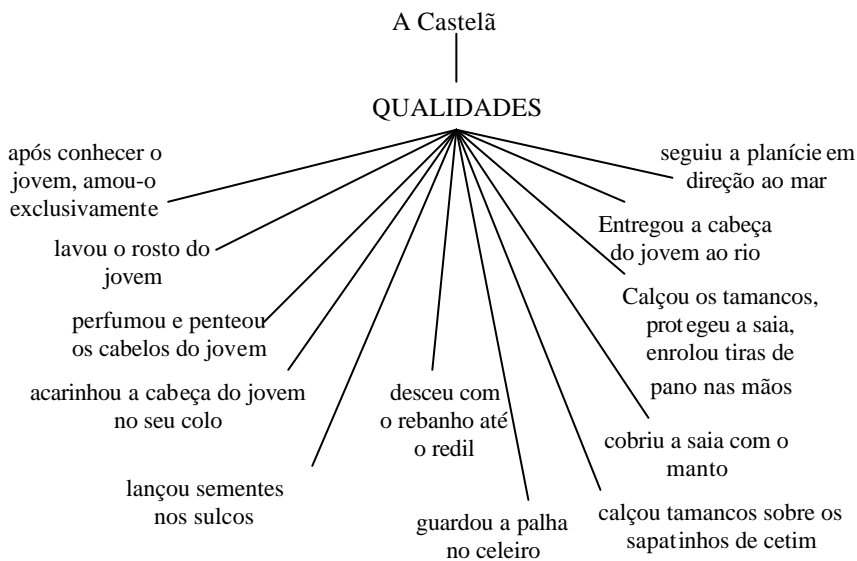


Figura 09 – Esquema organizador do descritivo referente à castelã

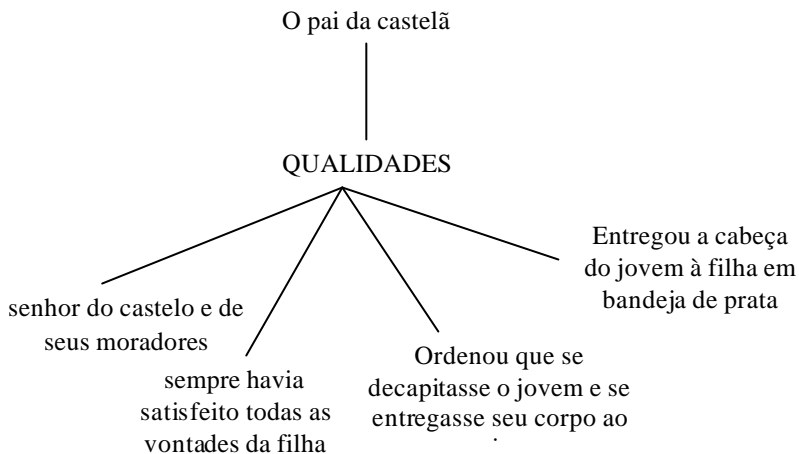


Figura 10 – Esquema organizador do descritivo referente ao pai da castelã

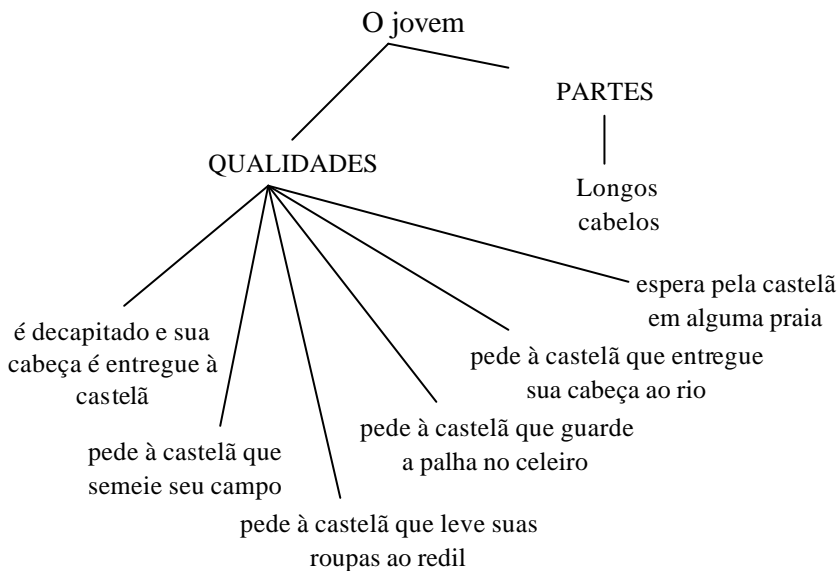


Figura 11 – Esquema organizador do descritivo referente ao jovem

Modo de organização narrativo

Integra o estado inicial 1 de “Longe como o meu querer” o regresso da castelã ao castelo em companhia de suas damas. Já a força transformadora 1 corresponde ao fato de que a castelã, como vira um jovem de longos cabelos à beira de um campo, “embora fossem tantos os jovens que cruzavam seu caminho, a partir daquele instante foi como se não houvesse mais nenhum. Nenhum além daquele”. Por seu turno, a dinâmica da ação 1 compreende o desânimo da castelã durante o jantar, a pergunta de seu pai sobre seu desânimo, o relato da castelã referente à paixão pelo jovem e a ordem do pai em decapitá-lo e jogar seu corpo ao rio. Por sua vez, a força equilibrante 1 equivale a que “a cabeça (o pai) entregou à filha em bandeja de prata”. Nesse momento, surge o estado final 1, que se refere à retirada do pai diante da filha.

A seguir, estabelece-se o estado inicial 2, que abrange as seguintes ações: a castelã lavou o rosto do jovem, perfumou e penteou os longos cabelos, acarinhou a cabeça no colo, pousou-a à noite no travesseiro ao lado do seu e deitou-se para dormir. Já a força transformadora 2 corresponde aos suspiros do jovem, que, embora tivesse deixado a terra arada no seu campo e as sementes preparadas no celeiro, não tivera tempo de semear. Por sua vez, a dinâmica da ação 2 refere-se aos seguintes eventos: a castelã chamou sua dama mais fiel e pretextou um passeio; a castelã e sua dama saíram a cavalo e apearam no campo; a castelã calçou tamancos sobre seus sapatos de cetim. Por seu turno, a força equilibrante 2 envolve o fato de que a castelã “durante todo o dia lançou sementes nos sulcos”. O estado final 2 corresponde a que a castelã deitou-se exausta à noite.

Surge, em seguida, a força transformadora 3, que novamente abrange os suspiros do jovem, nesse momento em função de que deixara suas ovelhas no monte à mercê dos lobos. Já a dinâmica da ação 3 integra as seguintes ações: a castelã chamou sua dama mais fiel; elas pretextaram um passeio, saíram a cavalo e subiram até o alto do monte; a castelã cobriu sua saia com o manto; a castelã e sua dama reuniram as ovelhas. Manifesta-se a força equilibrante 3 quando “a castelã desceu com o rebanho até o redil”. O estado final 3 relaciona-se, por sua vez, ao cansaço da castelã à noite devido ao trabalho realizado.

Na seqüência narrativa, estabelece-se a força transformadora 4, que novamente corresponde aos suspiros do jovem, agora em virtude de que não tivera tempo de guardar a última palha do verão, que apodreceria quando as chuvas chegassem. Como reação a essa força transformadora, surge a dinâmica da ação 4, que integra as seguintes ações: a castelã chamou sua dama mais fiel; elas pretextaram desejo de ar livre e se afastaram do castelo; a castelã calçou os tamancos, protegeu a saia, enrolou tiras de pano nas mãos e começou a carregar os feixes para o celeiro. A força equilibrante 4 envolve o fato de que “antes do anoitecer tudo estava guardado”. Por seu turno, o estado final 4 equivale ao regresso das duas ao castelo.

Instala-se, logo em seguida, a força transformadora 5, outra vez relacionada aos suspiros do jovem. Entretanto, esses lamentos não se originam de quaisquer tarefas inconclusas, mas do fato de que era necessário que a castelã entregasse a cabeça dele ao rio, que poderia juntar sua cabeça ao seu corpo antes de entregá-los ao mar. Já a dinâmica da ação 5 envolve as seguintes ações: à noite, suspiraram tanto o jovem quanto a castelã; ao amanhecer, ela perfumou e penteou os cabelos do moço, acarinhou a cabeça, envolveu-a em linhos brancos e chamou a dama; a castelã e a dama pretextaram ir dar comida aos pobres, saíram levando o fardo, afastaram-se da cidade até encontrar um remanso e apearam. Por sua vez, a força equilibrante 5 refere-se a que “abertos os linhos, entregaram ao rio seu conteúdo”. O estado final 5 corresponde, por seu turno, a que os cabelos do jovem flutuaram por um tempo e depois desapareceram na água.

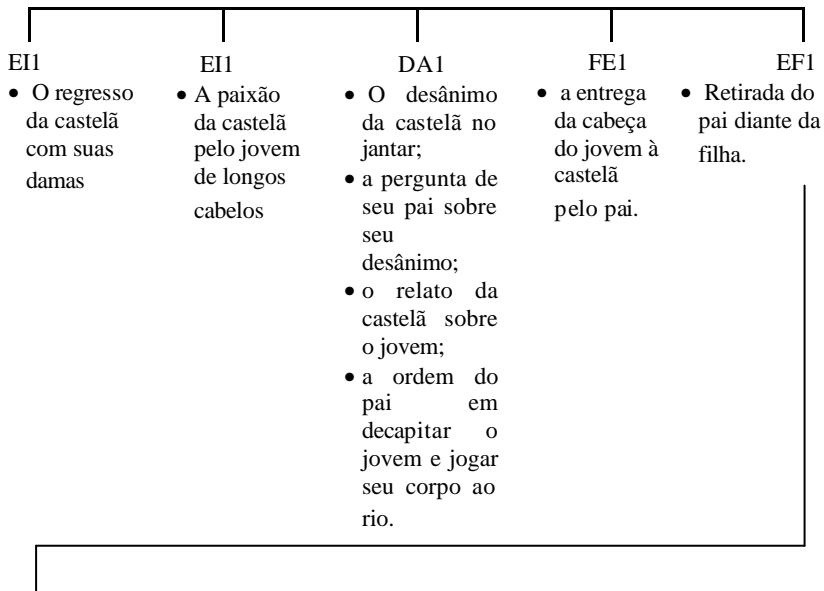
Estabelece-se, no desenrolar dos eventos narrativos, a força transformadora 6, que corresponde ao desejo de a castelã dirigir-se rumo ao mar, a fim de encontrar o jovem de longos cabelos em alguma praia. A dinâmica da ação 6 integra as seguintes ações: a castelã tomou as mãos de sua dama e pediu que lhe fosse fiel; a dama exclamou que o mar era muito longe; as duas montaram; a castelã olhou a grande planície e as montanhas ao fundo, refletiu que o moço a esperava em alguma praia, disse que a distância até o mar se media pelo seu querer e esporeou o cavalo. É exatamente neste momento que se encerra a seqüência narrativa. A ida da castelã ao encontro do jovem, evento integrante da dinâmica da ação, finaliza “Longe como meu querer”. Não há referências nem à força equilibrante, que restabeleceria a força transformadora referente ao desejo de a castelã encontrar o jovem, nem

OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO

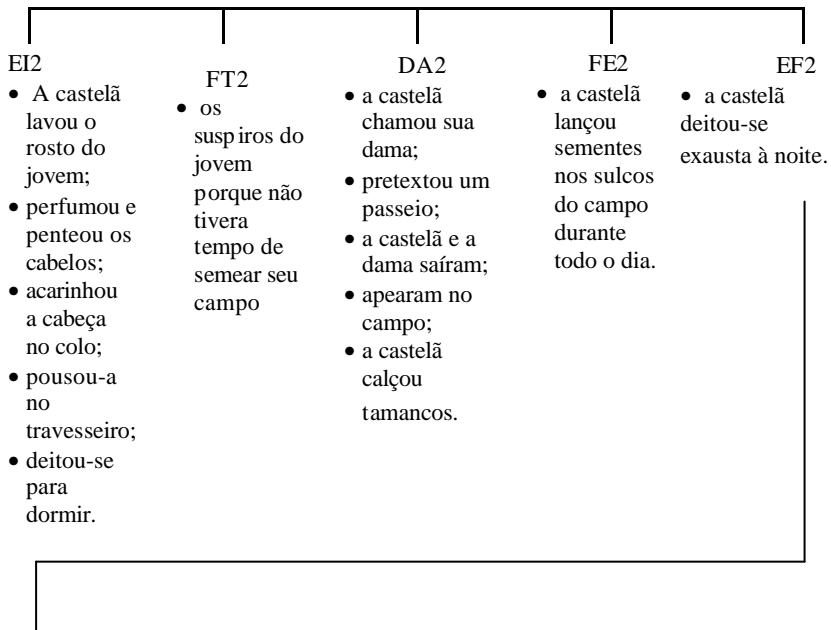
ao estado final. Relevante passa a ser não o possível encontro entre o jovem e a castelã, mas a ida da castelã em busca dele.

A figura 12, a seguir apresentada, corresponde ao esquema organizador do narrativo.

“Longe como o meu querer”



JANAÍNA PIMENTA LEMOS



OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO

EI4	FT4	DA4	FE4	EF4
	<ul style="list-style-type: none"> • O suspiro do jovem porque não tivera tempo de guardar a última palha do verão. 	<ul style="list-style-type: none"> • a castelã chamou sua dama; • elas pretextaram desejo de ar livre; • afastaram-se do castelo; • a castelã calçou os tamancos; • protegeu a saia; • enrolou tiras de pano nas mãos; • começou a carregar os feixes. 	<ul style="list-style-type: none"> • antes de anoitecer, toda a palha estava guardada no celeiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • O regresso da castelã e de sua dama ao castelo.

EI5	FT5	DA5	FE5	EF5
	<ul style="list-style-type: none"> • os suspiros do jovem porque era necessário que a castelã entregasse sua cabeça ao rio. 	<ul style="list-style-type: none"> • o jovem e a castelã suspiraram; • a castelã perfumou e penteou os cabelos do jovem; • acarinhou a cabeça; • envolveu-a em linhos; • chamou a dama; • pretextaram alimentar os pobres; • saíram levando o fardo; • afastaram-se da cidade; 	<ul style="list-style-type: none"> • a castelã e a dama entregaram a cabeça do jovem ao rio. 	<ul style="list-style-type: none"> • os cabelos do jovem flutuaram; • desaparecera m nas águas do rio.

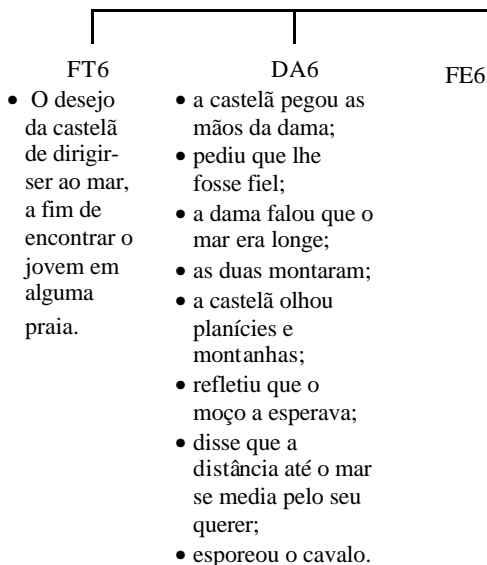


Figura 12 – Esquema organizador do narrativo de “Longe como o meu querer”

A tematização subjacente à figurativização narrativa

Em “Longe como o meu querer”, estruturam-se oito isotopias figurativas; portanto, oito isotopias temáticas. Os elementos desse texto – atores, espaços, ações – são figuras, e, como todo texto figurativo possui um nível temático subjacente, esses elementos podem não ser lidos só no estrato figurativo. Assim, a castelã não é só a castelã, nem o jovem é só o jovem. Desvelar o tema que subjaz às figuras garante o acesso às diversas possibilidades de leitura de um texto.

A primeira isotopia figurativa se estrutura sobre as figuras “embora fossem tantos os jovens que cruzavam seu caminho, a partir daquele instante foi como se não houvesse mais nenhum. Nenhum além daquele”, “uma tarefa mais é necessária. E acima de todas me entristece”, “naquela mite foram dois a suspirar” e “em alguma praia daquele mar o moço esperava por ela”. Essas quatro figuras fundam a isotopia figurativa referente ao amor recíproco entre a castelã e o

OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO

jovem. O encadeamento das figuras, ou seja, o percurso figurativo sustenta o tema do amor recíproco entre um jovem e uma moça.

A segunda isotopia figurativa se baseia nas figuras “(a castelã) não riu dos saltimbancos”, “não aplaudiu os músicos”, “mal tocou na comida”, “as mãos pálidas repousavam”, “o olhar vagava distante”, “(o pai) ordenou que se decapitasse o jovem e se atirasse seu corpo ao rio” e “a cabeça entregou à filha em bandeja de ouro”. Tais figuras sustentam a isotopia figurativa correspondente à satisfação dos desejos da castelã por seu pai. Por seu turno, o percurso figurativo estabelece o tema da satisfação dos desejos de uma filha por seu pai.

A terceira isotopia figurativa se firma sobre as figuras “a cabeça (o pai) entregou à filha em bandeja de prata” e “à noite (a castelã) pousou-a no travesseiro ao lado do seu”. Essas duas figuras fundamentam a isotopia figurativa referente à sujeição do jovem de longos cabelos à castelã. Já o percurso figurativo firma a isotopia temática da dependência do ser amado para com a mulher. Na pluri-isotopia de “Longe como o meu querer”, a decapitação do jovem, a qual pertence à isotopia figurativa, metaforiza, na isotopia temática, a dependência do homem para com a mulher. Assim, o traço semântico comum à decapitação e à dependência é /a impossibilidade de libertação do homem em relação à mulher/.

A quarta isotopia figurativa se funda nas figuras “a castelã lavou aquele rosto”, “perfumou e penteou os longos cabelos” e “acarinhou a cabeça no seu colo”. Tais figuras sustentam a isotopia figurativa equivalente aos cuidados da castelã em relação ao jovem. Por sua vez, o percurso figurativo estrutura o tema do zelo da mulher em relação ao ser amado.

A quinta isotopia figurativa se apóia nas figuras “deixei a terra arada no meu campo. E as sementes preparadas no celeiro. Mas não tive tempo de semear. E no meu campo nada crescerá”, “deixei minhas ovelhas no monte, e sem ninguém para trazê-las ao redil serão devoradas pelos lobos”, “não tive tempo de guardar a última palha do verão, e apodrecerá quando as chuvas chegarem” e “amanhã deverás entregar-me ao rio”. Essas figuras fundamentam a isotopia figurativa correspondente aos pedidos do jovem à castelã, impossibilitado de realizá-los devido à sua dependência em relação a ela. O percurso figurativo define o tema das súplicas do ser amado à mulher, impedido de executar seus objetivos pois está sob a dependência feminina.

A sexta isotopia figurativa se firma sobre as figuras “(a castelã) lançou sementes nos sulcos”, “desceu com o rebanho até o redil”, “começou a carregar os feixes para o celeiro” e “(a castelã e sua dama) entregaram ao rio seu conteúdo”. Tais figuras sustentam a isotopia figurativa referente à realização dos desejos do jovem pela castelã. Já o percurso figurativo desvela o tema da satisfação dos desejos do ser amado pela mulher.

A sétima isotopia figurativa se funda nas figuras “a castelã calçou tamancos sobre seus sapatinhos de cetim, não fosse a lama denunciá-la ao pai”, “a castelã cobriu sua saia com o manto, não fossem folhas e espinhos denunciá-la ao pai” e “a castelã calçou os tamancos, protegeu a saia, enrolou tiras de pano nas mãos, não fossem feridas denunciá-la a seu pai”. Essas figuras sustentam a isotopia figurativa correspondente à ocultação ao pai, por parte da castelã, das atividades de concretização dos desejos do jovem. Por sua vez, o percurso figurativo estabelece o tema da ocultação a um pai, realizada por sua filha, de atividades realizadoras dos desejos do seu ser amado.

A oitava isotopia figurativa se fundamenta sobre as figuras “cada uma tomaria seu rumo. Para a dama, o castelo. Para ela, o mar”, “(a castelã disse:) – a distância até o mar se mede pelo meu querer” e “esporeou o cavalo”. Essas três figuras estruturam a isotopia figurativa correspondente ao cumprimento dos desejos da castelã por ela mesma, independentemente dos obstáculos a serem enfrentados. Por seu turno, o percurso figurativo sustenta o tema da realização dos desejos femininos por uma mulher que avalia os obstáculos de acordo com a sua vontade em realizar esses desejos.

*Os modos de organização descritivo e narrativo
no estabelecimento do tema*

Em “Longe como o meu querer”, a qualificação dos atores se estabelece não através de características físicas, mas de ações que os particularizam. Como essas ações integram a seqüência narrativa, fundem-se os modos de organização descritivo e narrativo. Além disso, os oito temas desvelados pelos percursos figurativos confirmam as configurações dos atores, indicadas no nível figurativo específico aos modos de organização focalizados.

OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO

Os enunciados descritivos qualificaram a castelã como uma jovem que ama exclusivamente um homem e o jovem como um homem que ama a castelã. Por sua vez, representa a primeira força transformadora da seqüência narrativa a paixão da castelã pelo jovem. Assim, a qualificação desses dois atores, própria do nível descritivo, e a força transformadora equivalente à paixão da castelã, própria do nível narrativo, fundamentaram o tema do amor recíproco entre um jovem e uma moça, confirmado por um dos percursos figurativos que os relaciona.

A qualificação do pai da castelã o particularizou como um pai que satisfaz as vontades da filha. Na seqüência narrativa, o pai integra a dinâmica da ação responsável pela busca de soluções à força transformadora referente à paixão da castelã pelo jovem. Dessa forma, a qualificação do pai da castelã e sua participação em uma das dinâmicas da ação estruturaram o tema da satisfação dos desejos de uma filha por seu pai, corroborado por um dos percursos figurativos.

O estrato descritivo qualificou o jovem de longos cabelos como um homem que permanece sob o poder da moça que o ama. Ainda a força equilibrante em resposta à paixão da castelã pelo jovem refere-se à entrega da cabeça dele a ela. Portanto, a particularização do jovem – evento do nível descritivo – e a entrega de sua cabeça à castelã – evento do nível narrativo – basearam o tema da dependência do ser amado para com a mulher, confirmado por um percurso figurativo.

A castelã ainda foi qualificada como uma mulher que cuida do homem que ama. Na seqüência narrativa, após receber a cabeça do jovem, há um momento de equilíbrio em que a castelã cuida dele. Dessa forma, o tema do zelo da mulher em relação ao ser amado, desvelado por um dos percursos figurativos, também fora fundado nos modos de organização descritivo e narrativo.

O sistema descritivo particularizou o jovem como um homem que, submisso à mulher que o ama, confia-lhe suas responsabilidades. Já o sistema narrativo demonstrou que tais anseios do jovem, que perturbam o equilíbrio em que estavam os dois assim que ele foi entregue à castelã, integram quatro das seis forças transformadoras. Assim, a qualificação do jovem e a constituição de forças transformadoras através de seus desejos firmaram o tema das súplicas à mulher feitas pelo ser amado impedido de realizar seus objetivos, pois

está sob a dependência feminina. Um dos percursos figurativos ratificou este tema.

A castelã foi qualificada também como alguém que respeitava os desejos do ser amado e agia a fim de que eles se realizassem. São executadas pela castelã as forças equilibrantes que solucionam as forças transformadoras referentes às súplicas do jovem. Portanto, o tema da satisfação dos desejos do ser amado pela mulher, validado por um dos percursos figurativos, fora fundamentado pela qualificação da castelã, pertencente ao modo de organização descritivo, e pela execução das forças equilibrantes que resolvem os desejos do jovem pela castelã, evento específico do modo de organização narrativo.

Outra qualificação da castelã a particularizou como uma moça que esconde de seu pai suas ações, já que essa é uma das condições para a execução dos desejos do ser amado. Além disso, anterior às forças equilibrantes correspondentes à execução dos desejos do jovem, vinham as dinâmicas da ação em que a castelã tomava precauções para que seu pai não descobrisse o que faria. Dessa forma, o modo de organização descritivo, no que se refere à qualificação da castelã, e o narrativo, no que se refere à precaução de não ser descoberta pelo pai nas dinâmicas da ação, sustentaram o tema, confirmado por um percurso figurativo, da ocultação a um pai, realizada por sua filha, de atividades concretizadoras das aspirações do seu ser amado.

Ainda outra qualificação da castelã a singularizou como uma jovem que age a fim de realizar seus objetivos e que julga as dificuldades de sua ação conforme seu querer. A castelã também é a responsável pela dinâmica da ação que visa à anulação da força transformadora referente ao seu desejo de dirigir-se ao mar a fim de encontrar o jovem. Assim, o tema da realização dos desejos femininos por uma mulher que avalia os obstáculos de acordo com sua vontade em realizar esses desejos, corroborado por um dos percursos figurativos, fora fundamentado tanto pela qualificação da castelã, que pertence ao modo de organização descritivo, quanto pela execução de uma dinâmica da ação pela própria castelã, evento integrante do modo de organização narrativo.

CONCLUSÃO

Algumas constatações quanto à organização descritiva, à narrativa e aos temas subjacentes às figuras de “Longe como o meu querer” emergem do estudo da narrativa. O modo de organização descritivo articulou informações referentes aos espaços onde se desenvolviam as ações. A análise textual revelou que só foram elencados os espaços relevantes ao desenrolar dos eventos narrativos. Assim, interessa a nomeação do castelo, uma vez que ele corresponde à residência da castelã. Por sua vez, o campo próximo ao castelo importa, pois figura o local onde a castelã conhece o rapaz. Já o monte e o remanso correspondem a lugares onde foram realizados desejos do jovem de longos cabelos. Finalmente, a referência a uma praia que está além das montanhas convém ao evento narrativo relacionado à ida da castelã em busca do rapaz.

O modo de organização descritivo também coordenou informações referentes aos atores da narrativa. A castelã foi qualificada exclusivamente através de suas ações. Suas qualificações não se constituíram de características físicas nem de características psicológicas. Por sua vez, o jovem de longos cabelos também foi qualificado através de suas ações. A única característica física constante no esquema organizador do descritivo referente a ele o qualificou como possuidor de longos cabelos, característica que integra, inclusive, sua nomeação.

Por seu turno, o modo de organização narrativo não coordenou somente uma seqüência narrativa, ou seja, não houve apenas um estado inicial, uma força transformadora, uma dinâmica da ação, uma força equilibrante e um estado final em “Longe como o meu querer”. Aliás, encerrou o texto uma dinâmica da ação, o que significa que uma força transformadora não foi solucionada. A análise do texto demonstrou que isso ocorreu em virtude de que à caracterização da castelã não interessava se ela encontraria o jovem por quem se apaixonara, o que corresponderia à força equilibrante. Importava que ela fosse ao seu encontro, isto é, que ela agisse para alcançar o fim a que se propunha. Dessa forma, é a dinâmica da ação, não a força equilibrante, que interessa à estrutura narrativa.

Relacionaram-se os modos de organização descritivo e narrativo em associação particular. As ações que integravam o modo de

organização descritivo, caracterizando os atores, fundamentavam as seqüências narrativas. Ações caracterizaram o rapaz como alguém que confiava suas obrigações à jovem amada. Tais ações integravam forças transformadoras da narrativa referentes aos pedidos do rapaz à castelã.

Finalmente, os modos de organização descritivo e narrativo contribuem para o estabelecimento do tema, mas não são suficientes para assegurá-lo, o que só é possível através dos percursos figurativos. A castelã foi qualificada, nos enunciados descritivos, como alguém que respeitava os desejos do homem amado e os realizava. Nas seqüências narrativas, a castelã foi a responsável pelas forças equilibrantes que anularam as forças transformadoras referentes às súplicas do jovem. Portanto, os modos de organização descritivo e narrativo anteciparam o tema da satisfação dos desejos do ser amado pela mulher. No entanto, foi um dos percursos figurativos que relacionou a castelã ao jovem que determinou este tema.

Dessa forma, em “Longe como o meu querer”, os modos de organização descritivo e narrativo, que instauram o nível figurativo dos textos, relacionaram-se em mútua colaboração. Além disso, contribuíram para o estabelecimento dos temas subjacentes à produção. Entretanto, a observação das organizações descritiva e narrativa corresponde a apenas um momento da descoberta dos temas. A análise das relações estabelecidas entre as figuras textuais, fundamentada em valores socioculturais, assegura o acesso a temas subjacentes à narrativa, o que garante possibilidades de leitura que vão além do estrato figurativo.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel, REVAZ, Françoise. *A análise da narrativa*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- CHARAUDEAU, Patrick. Le mode d'organisation descriptif. In: _____. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, p.653-707, 1992.
- COLASANTI, Marina. Longe como o meu querer. In: _____. *Longe como o meu querer*. São Paulo: Ática, 1997. p.87-91.

OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO

- FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. Textos temáticos e textos figurativos. In: _____. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, p.85-94, 1997.
- FIORIN, José Luiz. Semântica discursiva. In: _____. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, p.63-91, 1999.
- HAMON, Philippe. *Introducción al análisis de lo descriptivo*. Buenos Aires: Edicial, 1991.
- MARQUESI, Sueli Cristina. *A organização do texto descritivo em língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MOURA, Adila Beatriz Naud de. Proposta de leitura a partir do estudo de fábulas. *Verso e Reverso*, São Leopoldo, n.10, p.127-154, jan./jun. 1992.

ANEXO

LONGE COMO MEU QUERER

Regressava ao castelo com suas damas, quando do alto do cavalo o viu, jovem de longos cabelos à beira de um campo. E embora fossem tantos os jovens que cruzavam seu caminho, a partir daquele instante foi como se não houvesse mais nenhum. Nenhum além daquele.

À noite, no banquete, não riu dos saltimbancos, não aplaudiu os músicos, mal tocou na comida. As mãos pálidas repousavam. O olhar vagava distante.

– Que tens, filha, que te vejo tão pensativa? – perguntou-lhe o pai.

– Oh! pai, se soubesses! – exclamou ela, feliz de partilhar aquilo que já não lhe cabia no peito. E contou do rapaz, do seu lindo rosto, dos seus longos cabelos.

O que o pai pensou, não disse. Mas no dia seguinte, senhor que era daquele castelo e das gentes, ordenou que se decapitasse o jovem e se atirasse seu corpo ao rio. A cabeça entregou à filha em bandeja de prata, ele que sempre havia satisfeito todas as suas vontades.

– Aqui tens o que tanto desejas.

E sem esperar resposta, sem sequer procurá-la em seus olhos, retirou-se.

JANAÍNA PIMENTA LEMOS

Saído o pai, a castelã lavou aquele rosto, perfumou e penteou os longos cabelos, acarinhou a cabeça no seu colo. À noite pousou-a no travesseiro ao lado do seu, e deitou-se para dormir.

Porém, no escuro, fundos suspiros barraram a chegada do seu sono.

– Por que suspiras, doce moço? – perguntou voltando-se para o outro travesseiro.

– Porque deixei a terra arada no meu campo. E as sementes preparadas no celeiro. Mas não tive tempo de semear. E no meu campo nada crescerá.

– Não te entristeças – respondeu a castelã. – Amanhã sementearei teu campo.

No dia seguinte chamou sua dama mais fiel, pretextou um passeio, e saíram ambas a cavalo.

Aparearam no campo onde ela o havia visto a primeira vez. A terra estava arada. No celeiro encontraram as sementes. A castelã calçou tamancos sobre seus sapatinhos de cetim, não fosse a lama denunciá-la ao pai. E durante todo o dia lançou sementes nos sulcos.

À noite deitou-se exausta. Já ia adormecer, quando fundos suspiros a retiveram à beira do sono.

– Por que suspiras, doce moço, se já semeei teu campo?

– Porque deixei minhas ovelhas no monte, e sem ninguém para trazê-las ao redil serão devoradas pelos lobos.

– Não te entristeças. Amanhã buscarei tuas ovelhas.

No dia seguinte, chamou aquela dama que mais do que as outras lhe era fiel e, pretextando um passeio, saíram juntas além dos muros do castelo.

Subiram a cavalo até o alto do monte. As ovelhas pastavam. A castelã cobriu sua saia, não fossem folhas e espinhos denunciá-la ao pai. Depois, com a ajuda da dama reuniu as ovelhas e, levando o cavalo pelas rédeas, desceu com o rebanho até o redil.

Que tão cansada estava à noite, quando o suspiro fundo pareceu chamá-la!

– Por que suspiras, doce moço, se já semeei teu campo e recolhi tuas ovelhas?

– Porque não tive tempo de guardar a última palha do verão, e apodrecerá quando as chuvas chegarem.

– Não te entristeças. Amanhã guardarei a tua palha.

OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DESCRITIVO E NARRATIVO

Quando no dia seguinte mandou chamar a mais fiel, não foi preciso explicar-lhe aonde iriam. Pretextando desejo de ar livre, afastaram-se ambas do castelo.

Os feixes de palha, amontoados, secavam ao sol. A castelã calçou os tamancos, protegeu a saia, enrolou tiras de pano nas mãos, não fossem feridas denunciá-la a seu pai. E começou a carregar os feixes para o celeiro. Antes do anoitecer tudo estava guardado, e as duas regressaram ao castelo.

Nem assim manteve-se o silêncio no escuro quarto da castelã.

– Por que suspiras, doce moço? – perguntou ela mais uma vez. – Por que suspiras, se já semeiei teu campo, recolhi tuas ovelhas, e guardei tua palha?

– Porque uma tarefa mais é necessária. E acima de todas me entristece. Amanhã deverás entregar-me ao rio. Só ele sabe onde meu corpo espera. Só ele pode nos juntar novamente antes de entregar-nos ao mar.

– Mas o mar é tão longe! – exclamou a castelã num lamento.

E naquela noite foram dois a suspirar.

Ao amanhecer a castelã perfumou e penteou os longos cabelos do moço, acarinhou a cabeça, depois a envolveu em linhos brancos e chamou a dama.

Os cavalos esperavam no pátio, o soldado guardava o portão. – Vamos entregar alguma comida para os pobres – disseram-lhe. E saíram levando seu fardo.

Seguindo junto à margem, afastaram-se da cidade até encontrar um remanso. Ali apearam. Abertos os linhos, entregaram ao rio seu conteúdo. Os longos cabelos ainda flutuaram por um momento, agitando-se como medusas. Depois desapareceram na água escura.

De pé, a castelã tomou as mãos da sua dama. Que lhe fosse fiel, pediu, e talvez um dia voltassem a se ver. Agora, cada uma tomaria um rumo. Para a dama, o castelo. Para ela, o mar.

– Mas é tão longe o mar! – exclamou a dama.

Montaram as duas. A castelã olhou a grande planície, as montanhas ao fundo. Em algum lugar além daquelas montanhas estava o mar. E em alguma praia daquele mar o moço esperava por ela.

– A distância até o mar – disse tão baixo que talvez a dama nem ouvisse – se mede pelo meu querer.

E esporeou o cavalo.

Construção complexa do leitor-modelo de manuais de geografia

Exame do texto “Brasil no contexto internacional”

Maria Eduarda Giering
Adila Beatriz Naud de Moura
Maria Helena Albé Veppo
UNISINOS

INTRODUÇÃO

Este artigo relata parte da experiência da pesquisa intitulada “O leitor de manuais de História e Geografia: o perfil lingüístico-discursivo”. Enfocando o texto dissertativo como resultado material especialmente das estratégias comunicativas executadas pelo enunciador a partir do fim ilocutório a ser atingido e da representação que o enunciador faz do enunciatário, a pesquisa objetiva identificar, em textos dissertativo-argumentativos de manuais de História e Geografia, o perfil do leitor-modelo projetado pelo enunciador, considerando os processos lingüístico-discursivos presentes nos textos.

O estudo se deu a partir da evidência de que dificuldades na manipulação de fatores lingüístico-discursivos em jogo na leitura de textos dissertativos constituem obstáculo para o cumprimento de um dos principais objetivos apontados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 42): *orientar o aluno a utilizar a linguagem como instrumento de aprendizagem, sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos.*

CONSTRUÇÃO COMPLEXA DO LEITOR-MODELO

O *corpus* de análise foi organizado com textos retirados de quatro manuais¹ de História e quatro de Geografia da primeira série do Ensino Médio, dois manuais adotados por escolas públicas e dois por escolas privadas da Grande Porto Alegre. Devido à heterogeneidade temática dos textos inseridos nos diversos manuais, optamos por examinar os textos introdutórios da primeira parte de cada obra. Selecionados os textos, passamos (a) à identificação do contrato enunciativo entre enunciador e enunciatário; (b) à identificação e descrição das estratégias discursivas para o cumprimento do fim ilocutório, através da descrição, local e global, de diferentes operações nos níveis sintático-semântico-discursivo, efetuadas pelo enunciador.

Foram analisados textos que evidenciam vários tipos de ocorrências, sendo o mais representativo o intitulado “O Brasil no contexto internacional” (anexo), de J.W. Vesentini (1998). O texto apresenta alto grau de complexidade, considerando sua organização sintática, semântica e discursiva. O enunciador projeta um leitor-modelo com ampla competência lingüístico-discursivo-pragmática: a organização sintática exige o domínio da interpretação da estrutura e o estabelecimento das relações de dependência, ordem e hierarquia entre seus componentes, a discursiva revela seleção e estabelecimento de dados em função de seu valor argumentativo. Além disso, o texto, ao engendrar um leitor que tenha conhecimentos extratextuais relativamente à organização sócio-político-econômico-cultural de outros países, condiciona sua compreensão ao domínio de um conhecimento de mundo específico. O texto de Vesentini, ao idear um

¹Os manuais são os seguintes:

ARRUDA, José Jobson de A., PILETTI, Nelson. *Toda a história: história geral e história do Brasil*. 8 ed. São Paulo: Ática, 1999.

COTRIM, Gilberto. *História e consciência do mundo*. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. *História global: Brasil e geral*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

FARIA, Ricardo de Moura, MARQUES, Adhemar Martins, BERUTTI, Flávio Costa. *História*. (volume 3), Belo Horizonte: Lê, 1997.

LUCCI, Elian Alabi. *Geografia: o homem no espaço global*. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MOREIRA, Igor. *O espaço geográfico: geografia geral e do Brasil*. 40 ed. São Paulo: Ática, 1999.

PEDRO, Antonio. *História da civilização ocidental: geral e Brasil, integrada*. São Paulo: FTD, 1997.

VESENTINI, J. William. *Brasil: sociedade e espaço*. 6 ed. São Paulo: Ática, 1998.

leitor que somente interagirá comunicativamente caso consiga identificar as operações do enunciador nos vários níveis, é adequado para ilustrarmos as muitas competências necessárias ao leitor.

O ponto de partida de nosso estudo é a determinação do contrato de fala entre enunciador e enunciatário², cuja troca discursiva levará em conta esse contrato previamente legitimado. O texto, inserido no livro didático, remete a um enunciador que detém um saber e a um enunciatário que não é possuidor do saber, mas está na condição de dever adquiri-lo. Além disso, a inserção conduz ao conjunto de restrições e liberdades a que se submete o gênero “texto didático”, determinando as estratégias discursivas acionadas pelo sujeito da enunciação.

O contrato de fala nos conduz igualmente ao que U. Eco (1979, p. 76) denomina *cooperação textual*, ou seja, a atualização das intenções contidas no enunciado. O enunciador produz um certo leitor-modelo³. Podemos associar essa idéia àquela de C. Perelman e L. Olbrechts-Tyteca (1996, p. 37), para quem é possível *caracterizar cada orador pela imagem que ele próprio forma do auditório universal que busca conquistar para suas opiniões*. Ou à de U. Eco (1979, p. 39), o qual acredita que prever o leitor-modelo significa *mover o texto de modo a construir tal leitor*. O leitor-modelo, em seu fazer interpretativo, atualiza as estruturas discursivas, aciona seus conhecimentos sobre a organização da matéria lingüística, sobre gênero discursivo e seus saberes relacionados às estratégias discursivas.

Enfocando o texto “O Brasil no contexto internacional”, constatamos, a partir das marcas lingüístico-discursivas, que Vesentini projeta um enunciador que organiza seu discurso para fazer cumprir o fim ilocutório de fazer-saber, tal como nos demais textos didáticos analisados. Porém, ao examinarmos a *intentio operis* (Eco, 1995, p. 6), buscando os mecanismos internos responsáveis pela produção dos efeitos de sentido e pela construção de um parecer-verdadeiro⁴, os quais

² Consideramos que, no espaço posto pela enunciação, locutor e alocutário se inscrevem como seres da linguagem, assumidos pelo sujeito da enunciação que se desdobra em enunciador e enunciatário, os quais constroem, diante de si, a figura um do outro enquanto actantes discursivos.

³ Associamos a noção de leitor-modelo à de enunciatário.

⁴ Consideramos que o discurso não pode ser visto como a representação de uma verdade que lhe é exterior, mas como a produção de efeito de sentido de “verdade” que

CONSTRUÇÃO COMPLEXA DO LEITOR-MODELO

visam à adesão do destinatário a que se dirige, verificamos que, em “O Brasil no contexto internacional”, o enunciador mobiliza as matérias lingüística e discursiva criando estratégias para manipulação do enunciatário de forma mais complexa que os demais textos estudados. Isso se evidencia na observação da trajetória do fazer-criar do enunciador visando a persuadir o enunciatário de que o estudo dos países do mundo atual deve se dar a partir da abordagem baseada na sociedade e não na que toma como referência a terra como espaço natural.

Embora muitos sejam os exemplos a serem destacados para ilustrar os níveis de complexidade oferecidos pelo texto de Vesentini, enumeramos apenas algumas ocorrências significativas nos níveis lingüístico e discursivo, tendo em vista os limites deste artigo. Começamos pela orientação argumentativa assinalada pelo emprego de conectores e operadores. Em seguida, examinamos algumas estruturas sintáticas complexas. Finalmente, enfocamos o léxico empregado.

A ORIENTAÇÃO ARGUMENTATIVA

O primeiro exemplo a distinguir situa-se entre as linhas 14 e 17, nas quais se encontra uma comparação: “... os Estados Unidos e Inglaterra (ou mesmo a Alemanha) possuem muito mais semelhanças entre si, apesar de se localizarem em continentes diferentes (na América e na Europa) do que os Estados Unidos e o México (ou Cuba), (...)”. Nesse caso, o enunciador supõe um leitor-modelo que, para apreender a comparação realizada, deve ter conhecimentos sobre a organização sócio-político-econômico-cultural dos países relacionados. No enunciado, há o pressuposto de que Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha têm semelhanças, as quais precisam ser compartilhadas com o enunciador. Observe-se que está em jogo aqui a confrontação das características dos países entre si, sem a qual não é possível compará-las nem concluir sobre o maior grau de semelhanças entre determinados países. Torna ainda mais complexa a passagem a necessidade de o enunciatário empreender raciocínios concessivos inseridos no interior

corresponde ao exercício de um fazer cognitivo particular, um fazer parecer verdadeiro, ou seja, de um fazer persuasivo.

da comparação. As proposições de concessão apresentam saberes que seriam possíveis refutações do enunciatório, tendo em vista o papel do espaço geográfico nos estudos tradicionais de geografia, o que é questionado pelo enunciador. Os raciocínios concessivos em jogo seriam: (1) o fato de Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha se localizarem em continentes diferentes não é razão suficiente para que não tenham muitíssimas semelhanças entre si; (2) o fato de Estados Unidos, México e Cuba se situarem no mesmo continente e serem nações vizinhas não impede que possuam diferenças.

Ainda no quarto parágrafo e no interior da estrutura comparativa referida, verificamos a ocorrência do operador mesmo (linha 15) – (ou mesmo a Alemanha) –, que orienta o enunciatório para a inserção de informação que o enunciador considera inesperada. Pode surpreender a inclusão da Alemanha na seqüência formada por países de língua inglesa, como Estados Unidos e Inglaterra, os quais, com certeza, têm algo em comum. No entanto, para acompanhar o efeito de sentido impresso pelo enunciador, o enunciatório deve saber mais do que apenas o fato de que na Alemanha não se fala inglês. Novamente estão em jogo conhecimentos extratextuais; neste caso, particularidades sócio-econômicas do país, as quais permitem a confrontação de características e a inserção da Alemanha numa relação de equivalência considerada, num primeiro momento, estranha.

No parágrafo subsequente, deparamo-nos com o operador na realidade (linha 25). Todo o movimento argumentativo desse 6º segmento é digno de observação. A proposição introduzida pelo operador constitui-se de uma resposta, considerando a argumentação apresentada nos parágrafos 4º e 5º precedentes, a uma pergunta implícita do enunciatório: “E o elemento terra não é importante?”. O enunciador, em seu fazer persuasivo, nesse momento, orienta seu discurso para a reafirmação da importância maior do elemento homem, reconhecendo a importância do elemento terra, porém não no mesmo grau.

No prosseguimento de seu fazer persuasivo, em que o raciocínio do enunciatório é elemento de base do dito do enunciador, este organiza as proposições seguintes num entimema: o elemento terra, espaço físico, só teria maior importância que o elemento homem, se a natureza dominasse a sociedade humana. Na primeira proposição, verificamos que o emprego do operador só assinala a exclusividade da

situação na qual o elemento terra poderia ter maior importância que o elemento homem. Na passagem se a natureza dominasse a sociedade humana, coloca-se a condição para que a proposição precedente pudesse ser considerada verdadeira. Como é exposta uma condição contrafactual, o pressuposto da asserção apresenta a negação do argumento de que a natureza pudesse dominar a sociedade. Assim, se não existe a única condição que permitiria ao elemento terra ter maior importância que o elemento homem, invalida-se completamente o argumento centrado no elemento terra, o qual origina a complexa contra-argumentação do enunciador. A premissa a ser deduzida é justamente a de que o elemento terra não tem maior importância que o elemento homem.

Ocorre, nesse caso, a relação lógica denominada por P. Charaudeau (1992, p. 529) de “condição indiscutível” (“condition inéluctable”), pois a negação embutida em A_1 (“A natureza não domina a sociedade humana”) conduz à negação de A_2 (“O elemento terra não tem maior importância que o elemento homem”), e, assim, à classificação modal da impossibilidade (não-poder-ser) do raciocínio baseado na maior importância do elemento terra. No entanto, apesar do peso dessa modalização que interdita o argumento baseado no elemento terra, o enunciador, através do anafórico *isso*, recupera esse conteúdo, modalizando-o como possível no passado (*Isso pode ter ocorrido no passado...*). Em seguida, apresenta a contraposição da situação presente (*hoje*), quando, afirma o enunciador, ocorre o inverso (linha 27). Dessa forma, ratifica-se a impossibilidade anteriormente assinalada, a qual é reforçada pela afirmação final: o homem é que domina e modifica a natureza (linha 27).

Observe-se, neste 6º parágrafo, que o enunciador, partindo de um raciocínio que poderia ser efetuado pelo leitor-modelo – o de que o elemento terra, ou o espaço físico, pudesse se sobrepor ao elemento homem no estudo geográfico dos países no mundo atual – conduz o leitor a negar sua validade para o estudo presente. Assim, constata-se o uso ardiloso de uma concepção já formada sobre o estudo da geografia – a de que ela trata predominantemente das características físicas dos países –, para negá-la e, dessa forma, afirmar a validade da abordagem baseada no homem para o estudo dos aspectos geográficos dos países atualmente. É preciso considerar que a composição de enunciados

contrafactuais, de pressupostos, de negações implícitas torna o jogo de manipulação para o crer-verdadeiro do enunciatário bastante complexo, exigindo desse uma série de competências lingüísticas que vão além daquilo que é simplesmente dito.

Outra complexidade ocorre na linha 35, através do emprego do operador também, em pois também as distâncias possuem agora um sentido relativo. O leitor deve considerar a compreensão do espaço geográfico como tendo sentido relativo, da mesma forma como, atualmente, são relativas as distâncias entre os países. O enunciador leva a um raciocínio complexo no qual o enunciatário é conduzido à dedução de que as diferenças e as semelhanças explicitadas no 4º e 5º parágrafos são contingentes, caso ele observe a abordagem metodológica baseada no homem. Ressaltamos que a contingência implica duas possibilidades de interpretação. No texto, isso significa dizer que o conhecimento até então sobre a distância da localização geográfica dos países permanece válida (dever-ser), mas “nem tanto” (poder-não-ser), pois novos fatores (desenvolvimento dos transportes e das comunicações, deslocamento rápido de um ponto a outro do globo terrestre) interferem no antigo conceito, modificando-o. Observe-se, portanto, que o enunciatário deve apreender essa transformação conceitual a partir das informações dadas.

Merece destaque ainda a orientação argumentativa do último parágrafo. Ele é composto de três períodos, através dos quais o enunciador introduz um novo tópico discursivo: o da necessidade, para estudar o Brasil no contexto internacional, de considerá-lo como país subdesenvolvido industrializado.

Para isso, inicialmente, o enunciador refuta o valor máximo (mais marcante) de importância das características naturais do Brasil como critério para o estudo do país no atual contexto internacional. Em seguida, entre as linhas 45 e 47, numa estrutura restritiva [(É verdade que...), mas...], admite, na primeira proposição, o valor de verdade das características apontadas (Todos esses fatos são verdadeiros). Entretanto, na proposição subsequente, introduzida pela expressão de reserva mas, restringe a validade de se considerar essas características como fatos decisivos para o estudo específico proposto pelo enunciador. É no terceiro e último período do parágrafo que o fato decisivo para o estudo do Brasil é nomeado: o de ele ser um país subdesenvolvido industrializado. Esse atributo da nação vem marcado

CONSTRUÇÃO COMPLEXA DO LEITOR-MODELO

pelo grifo e introduz o tópico discursivo que será desenvolvido na subseção seguinte do manual.

É interessante que se focalize a estratégia argumentativa realizada pelo enunciador, neste parágrafo final, a fim de, a partir de um conhecimento de mundo estereotipado do leitor-modelo sobre o Brasil – o fato corrente da dimensão continental do País –, conduzi-lo não só a um novo tópico discursivo mas também a um novo saber. Comparativamente com a maioria das nações do mundo, a dimensão do Brasil poderia ser uma forma marcante – e talvez seja uma das mais populares – de situar a nação brasileira no contexto internacional. O enunciador traz esse suposto conhecimento, afirma-o verdadeiro, mas restringe sua validade como critério para a tarefa específica proposta, ou seja, a de estudar o Brasil no contexto internacional de acordo com a abordagem baseada no homem. Verificamos que o enunciador parte do conhecimento que presume ser partilhado pelo leitor-modelo e, a partir daí, leva-o a redimensionar seus saberes no sentido de ele perceber que, no estudo do Brasil no contexto internacional, conceitos mais complexos estão em jogo do que aqueles que até então possuía.

Os exemplos apresentados ilustram, sob o enfoque da orientação argumentativa, a extensão da complexidade das estratégias discursivas ideadas pelo sujeito da enunciação para cumprir o fim ilocutório de fazer-criar o enunciatário. Também no nível sintático isso se evidencia.

A COMPLEXIDADE SINTÁTICA

A organização sintática de “O Brasil no contexto internacional” compõe-se, predominantemente, de frases complexas. Consideramos frases complexas os períodos compostos, cuja combinação pode ser feita com duas ou mais orações, através dos procedimentos sintáticos de coordenação e subordinação das estruturas sintagmáticas. Assim, quando no texto, o enunciador faz uso de determinadas estruturas sintáticas que se evidenciam em orações complexas, exige de seu enunciatário a competência lingüística para o reconhecimento de uma oração que contenha *dentro de seus limites pelo menos outra oração* (Perini, 1998, p. 124), além, é claro, de pressupor competência para a interpretação do conteúdo proposicional.

Há, no texto de Vesentini, vários exemplos de orações complexas organizadas tanto por coordenação como por subordinação. Entretanto, é com estruturas subordinadas, especialmente com orações subordinadas adverbiais, que o enunciador torna o texto sintaticamente complexo, presumindo que o leitor seja capaz de reconhecer as relações de sentido organizadas na ordenação linear dos sintagmas que compõem as orações e na construção das próprias orações que constituem o texto.

Ao iniciar o texto com a oração - *Quando realizamos um estudo geográfico dos numerosos países do mundo atual, podemos utilizar dois principais pontos de partida ou formas de abordagem.* - o enunciador evidencia a complexidade temporal instituída na relação entre oração subordinada e a oração principal - *podemos utilizar dois principais pontos de partida ou formas de abordagem.* Essa relação de feição temporal recai tanto sobre a predicação da oração principal como sobre a predicação da subordinada.

Quanto aos aspectos de construção das orações temporais, Moura Neves (2000, p. 787) salienta que a ordem relativa da oração temporal, posposta, anteposta ou intercalada à oração principal, é pertinente para a interpretação do efeito de sentido. E, com relação a modo e tempos verbais, as orações que compõem as estruturas complexas temporais apresentam-se predominantemente no modo indicativo, em que a correlação dos tempos verbais caracterizarão diferentes estados de coisas.

Na análise da complexidade sintática da oração - *Quando realizamos um estudo geográfico dos numerosos países do mundo atual, podemos utilizar dois principais pontos de partida ou forma de abordagem.* (linhas 1-2), além da posição que ocupa, antecedendo à principal, é importante destacar a correlação dos tempos verbais. As orações estão no presente e caracterizam, segundo Moura Neves (2000, p.791), uma perspectiva global, imperfectiva de estados de coisas simultâneos (total ou parcial), o que licencia a indicação de habitualidade, favorecendo uma interpretação condicional dos fatos apresentados. Considerando esses aspectos, o enunciatário estaria sendo convidado a ponderar a respeito de uma possível condição de o estudo geográfico dos numerosos países do mundo estar condicionado à utilização de dois pontos de partida ou formas de abordagem, que serão explicados no decorrer do texto.

CONSTRUÇÃO COMPLEXA DO LEITOR-MODELO

Assim, ao iniciar o texto com a complexidade sintático-semântica temporal, o enunciador supõe que seu enunciatário seja capaz de perceber a complexidade dessa relação e interprete-a considerando os aspectos relevantes da estrutura.

Na seqüência do texto, especificamente no 3º parágrafo, o período situado entre as linhas 14 a 17 também é um exemplo da complexidade sintática, no qual o enunciatário deverá reconhecer que a estrutura apresenta relações de comparação e concessão em orações adverbiais intercaladas e, encadeada a elas, uma oração relativa.. Veja-se o exemplo:

Exemplo 1 Assim, por exemplo, os Estados Unidos e a Inglaterra (ou mesmo a Alemanha) possuem muito mais semelhanças entre si, apesar de se localizarem em continentes diferentes (na América e na Europa), do que os Estados Unidos e o México (ou Cuba), que estão no mesmo continente e são nações vizinhas. (linhas 14-17)

Nesse segmento, o enunciador utiliza a construção comparativa, cujo traço essencial é a existência de um elemento comum aos dois elementos comparados, no caso, o traço das diferenças entre determinado grupo de países. Na composição do segmento, entretanto, ao invés de o enunciador justapor oração principal e subordinada adverbial comparativa, ele procede à intercalação de uma oração subordinada concessiva com verbo no infinitivo flexionado, introduzida pela locução prepositiva *apesar de* em "apesar de se localizarem em continentes diferentes". O efeito dessa intercalação concessiva é o de indicar um novo argumento ao enunciado da oração principal, ao qual o enunciador supõe uma possível objeção do enunciatário (como poderia haver semelhanças entre Estados Unidos e Inglaterra se estão em continentes distintos?) para refutá-la através do procedimento concessivo. Se a própria construção comparativa já atesta a complexidade sintática do texto, ela se acentua com intercalações dessa natureza. Mais interessante que a mera descrição dessas orações, é notar o modo como o enunciador faz uso da recursividade sintática com um propósito definido, conforme tratado na seção anterior, a respeito da orientação argumentativa da oração concessiva.

Especificamente com relação às orações subordinadas introduzidas por um pronome relativo, Perini (1998, p. 151) assinala que elas “sempre têm a função de modificador externo e pertencem à classe dos adjetivos.” A última oração do exemplo (1) é de natureza adjetiva. Nela, o enunciatário deverá perceber que os termos da oração anterior - os Estados Unidos ou México (ou Cuba) - estão sendo modificados pela oração relativa. Tradicionalmente, a oração *que estão no mesmo continente* é classificada como explicativa. Apesar de a análise semântica ser correta na sua classificação, Sousa e Silva & Koch (1991, p. 129) classificam esse tipo de oração relativa em oração apositiva e analisam a complexidade como resultante de duas orações conjuntas. Veja-se o exemplo 2:

Exemplo 2 os Estados Unidos e o México (ou Cuba) possuem
semelhanças e Estados Unidos e o México estão no mesmo
continente e são nações vizinhas.

Como apositiva, a oração - *que estão no mesmo continente e são nações vizinhas* -, faz uma asserção sobre todos os elementos do conjunto representado pelos sintagmas nominais os *Estados Unidos e o México (ou Cuba)*, sem restringi-los. Esses aspectos deverão ser percebidos pelo enunciatário, inclusive a exigência da vírgula antecedendo o pronome relativo, visto que são aspectos decorrentes de fatores de ordem sintático-semântico. Ao empregar essa estrutura, o enunciador busca compartilhar com o enunciatário um conhecimento de mundo sobre os países em questão .

Apesar do predomínio de orações circunstanciais no texto, a complexidade está também evidenciada no último período do texto em uma oração completiva.

Exemplo 3 O fato decisivo é ser o Brasil um país subdesenvolvido
industrializado. (linhas 49-50)

O exemplo (3) contém uma oração - *O fato decisivo é* – seguida da oração completiva – *ser o Brasil um país subdesenvolvido industrializado*. Observamos que o encaixamento da completiva deu-se por meio de uma oração substantiva reduzida de infinitivo, cuja função

CONSTRUÇÃO COMPLEXA DO LEITOR-MODELO

é de predicativo do sujeito. O enunciador, ao fazer uso dessa estrutura, pressupõe que seu leitor reconheça a complexidade da estrutura e saiba interpretar as relações de predicação entre orações.

A complexidade das estruturas sintáticas presentes no texto exige do leitor o reconhecimento de que as relações internas do texto se apóiam na combinação de palavras e orações agrupadas segundo certos princípios lingüísticos, os quais determinam a constituição da estrutura. É inevitável que o leitor seja capaz de proceder ao reconhecimento da complexidade da organização das estruturas sintáticas para a compreensão do texto.

O LÉXICO

Enfocando o texto de Vesentini quanto ao léxico, constatamos que o enunciador faz uso freqüente de uma série de vocábulos ou expressões relacionados à descrição e à classificação, próprios do discurso científico, neste caso, referindo-se a fenômenos da área da geografia (por exemplo: *formas de abordagem, tomar como referência, sentido relativo, espaço natural*, etc.). São termos que implicam certa familiaridade do leitor com o discurso científico, ou no mínimo, com o gênero didático do discurso científico.

Ao contrário de diversos outros textos didáticos de geografia, ele não se faz acompanhar de um glossário que auxilie o aluno no aprendizado de possíveis palavras novas ou com sentido redefinido pelo contexto. No entanto, verificamos que há, por parte do enunciador, preocupação de ordem metalingüística já que ele se dedica, freqüentemente, a esclarecer ao enunciatário o léxico empregado. Para isso, apresenta segmentos explicativos que seguem após o emprego de dois pontos ou do operador *ou*. Também é registrada a ocorrência de anafóricos que, ao retomarem o referente, precisam-lhe o sentido. Vejamos alguns exemplos:

Exemplo 1 Esta última classificação ou forma de abordagem (...)
 (linha 13)

No 3º parágrafo, linha 8, o enunciador emprega a expressão *a outra forma de abordagem* numa correferenciação a *o primeiro ponto*

de partida, presente no início do segundo parágrafo, linha 3. Observa-se, pelo exemplo (1) acima, que, a esta altura no texto, ao retomar as formas de abordagem do objeto de estudo “países do mundo atual”, o enunciador trata de categorizar os enfoques propostos como “classificações”. A complexidade, no contexto, do termo *classificação* é amenizada pela expressão *forma de abordagem*, com o operador argumentativo *ou* adquirindo valor de *isto é* e marcando a aproximação do sentido do termo *classificação* ao de *forma de abordagem*, já apresentado na linha 8. Destaca-se igualmente a preocupação do enunciador em apresentar termos técnicos do discurso científico.

Exemplo 2 (...) o mais importante não será o território do país, e sim o povo e suas instituições: a questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, a organização político-territorial e as atividades econômicas. (linhas 9-12)

No exemplo (2), observa-se que o enunciador, calculando que a relação *povo e instituições* possa ser desconhecida pelo enunciatário, organiza as proposições de modo que se siga, após os dois pontos, uma série de temas que ilustram a relação proposta. Verifica-se, assim, novamente, cuidado metalingüístico. Esse procedimento permite que o enunciatário precise as possibilidades de interpretação para a relação *povo e suas instituições* e relacione-as aos itens indicados após os dois pontos. De qualquer forma, observa-se, nessa ocorrência, algo de que já falávamos na seção 2: os elementos da série que esclarecem a relação *povo e instituições* exigem do enunciatário conhecimentos extratextuais sobre organização sócio-político-econômica dos países.

Exemplo 3 Isso pode ter ocorrido no passado; hoje ocorre o inverso: o homem é que domina e modifica a natureza. (linhas 26-27)

O exemplo (3) mostra o emprego de vocábulo que retoma informação já apresentada. Sobressai, no entanto, a ocorrência particular do termo *o inverso* em que o enunciatário, para estabelecer o sentido atribuído pelo enunciador, deve empreender, inicialmente, um raciocínio hipotético sobre informações já explicitadas relativamente ao fato de que, no passado, poderia ter havido a supremacia do elemento *homem* sobre o elemento *terra*, informação recuperada pelo anafórico

CONSTRUÇÃO COMPLEXA DO LEITOR-MODELO

isso. Realizado esse raciocínio, o enunciatório deve apreender que o vocábulo *o inverso* tem, aqui, como referente, o conteúdo contrário ao recuperado pela pronominalização anafórica. Identificando a complexidade da estratégia argumentativa pela qual optou, o enunciador, na seqüência, usa dois pontos e explicita o conteúdo apresentado como contrário à possibilidade de a natureza ter dominado a sociedade humana: *o homem é que domina e modifica a natureza*.

É interessante focar, igualmente, que nem sempre a relação entre uma palavra e seu contexto definidor é marcada de maneira tão explícita pelo enunciador. Tal recurso cede lugar a relações mais indiretas. É o caso da expressão *sentido relativo* (linha 35), cujo conteúdo semântico, para ser apreendido, implica relacionar várias informações que, indiretamente, estão em jogo. O leitor deve considerar os exemplos citados nos parágrafos 4^o e 5^o, em que países são classificados por semelhança ou diferença, conforme novos critérios postos pela abordagem centrada no homem. Ou seja, fazendo valer essa nova referência, os países podem ser muito semelhantes, em continentes diferentes, ou muito diferentes, ainda que situados no mesmo continente. O outro percurso orienta o leitor no exame do conteúdo que segue os dois pontos (linha 35), o qual explicita a relatividade ou contingência, agora, das distâncias entre os países. O que antes era considerado remoto, pode estar próximo, caso consideremos a aproximação dos países devido ao fator progresso. Desempenha papel importante também, na apreensão de *sentido relativo*, o conteúdo explicitado no parágrafo antecedente, que apresenta a relação proporcional (marcada pelo operador *de acordo com*) entre volume de recursos técnicos e econômicos dos países e sua capacidade de transformar a natureza. Além disso, é preciso o leitor atentar para o conteúdo do parágrafo subsequente, no qual são exibidos exemplos ilustrativos da relatividade das distâncias, que é determinada pela tecnologia das comunicações e do transporte, as quais são desproporcionais entre países ricos e pobres.

O léxico em “O Brasil no contexto internacional”, podemos constatar, ratifica a complexidade da opção estratégica do enunciador, pois, apesar da preocupação metalingüística, muitos vocábulos ou expressões se encontram em contextos lingüístico-discursivos que exigem do enunciatório raciocínios complexos ou conhecimentos

extratextuais, os quais podem se constituir em obstáculo para o cálculo de sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como sustenta U. Eco (1979), as competências são produzidas pelo próprio texto, o que se verifica em “O Brasil no contexto internacional”, seja pelo uso de recursos metalingüísticos que esclarecem o sentido de vocábulos e expressões, seja pelo emprego de marcas argumentativas e sintáticas que servem ao propósito de fazer o enunciatário aderir à tese de que a abordagem mais adequada para o estudo no Brasil no contexto internacional é a que se baseia na sociedade. De fato, o texto constrói a competência do enunciatário na medida em que desenvolve uma estratégia argumentativa na qual, (1) valendo-se de supostos conhecimentos de mundo do leitor-modelo, o enunciador apresenta sua contra-argumentação relativamente a esse saber prévio; (2) o enunciador marca lingüística e discursivamente o texto de maneira que o enunciatário possa “cooperar” textualmente, como postula U. Eco.

No entanto, pelas complexidades que constatamos na análise, perguntamo-nos sobre a adequação do perfil do leitor-modelo construído a do leitor empírico. Poderá esse último de fato atualizar as intenções contidas na relação enunciador-enunciatário? Questionamo-nos sobre o gerenciamento do leitor empírico das operações em jogo na estratégia de manipulação empreendida pelo enunciador. Terá esse leitor domínio simultâneo das diferentes operações em jogo? Além disso, possui a maioria dos estudantes de Geografia da primeira série do Ensino Médio competência enciclopédica sobre os temas pressupostos para os cálculos de sentido? No prosseguimento da pesquisa, pretendemos verificar se os alunos, como leitores empíricos, se aproximam ou não do leitor-modelo projetado pelo enunciador.

A análise do texto “O Brasil no contexto internacional” permite (a) compreender por que os professores de disciplinas específicas reclamam da dificuldade dos alunos de ler textos de estudos, culpando os professores de língua portuguesa pelos problemas enfrentados; (b) perceber a dificuldade desses últimos em atuar mais eficientemente sobre as deficiências dos alunos; e, finalmente (c) identificar a

CONSTRUÇÃO COMPLEXA DO LEITOR-MODELO

necessidade de diálogo entre os professores das diversas áreas (Língua Portuguesa e Geografia, neste caso) para a superação dos problemas de leitura dos estudantes.

REFERÊNCIAS

- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- ECO, Umberto. *Lector in fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado de argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PERINI, Mario A. *Gramática descritiva do português*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- SOUZA E SILVA, Maria Cecília P. de; KOCH, Ingedore G. V. *Linguística aplicada ao português: sintaxe*. 7 ed. São Paulo, 1996.
- VESENTINI, J. William. *Brasil: sociedade e espaço*. 6 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- VIGNER, Gérard. *Argumenter et dissenter: parcours d'une écriture*. Pratiques, Metz, n. 68, p. 17-55, déc 1990.

ANEXO

O BRASIL NO CONTEXTO INTERNACIONAL

- 1 Quando realizamos um estudo geográfico dos numerosos
- 2 países do mundo atual, podemos utilizar dois principais pontos
- 3 de partida ou formas de abordagem.
- 3 O primeiro ponto de partida toma como referência a terra,
- o espaço natural, e estuda as nações de acordo com a sua

4 localização, agrupando-as em função do continente em que se
5 situam: América, Europa, Ásia, África, Oceania. Neste caso,
6 inicia-se sempre com o tamanho e a localização do país, suas
7 formas de relevo, seus climas, etc., aparecendo a população e a
8 economia somente no final.

9 A outra forma de abordagem baseia-se na *sociedade*, no
10 homem, e estuda os países de acordo com as suas características
11 político-econômicas. Neste caso, o mais importante não será o
12 território do país, e sim o povo e as suas instituições: a questão
13 do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, a organização
14 político-territorial e as atividades econômicas.

15 Esta última classificação ou forma de abordagem
16 permite uma melhor compreensão do espaço geográfico. Assim,
17 por exemplo, os Estados Unidos e a Inglaterra (ou mesmo a
18 Alemanha) possuem muito mais semelhanças entre si, apesar de
19 se localizarem em continentes diferentes (na América e na
20 Europa), do que os Estados Unidos e o México (ou Cuba), que
21 estão no mesmo continente e são nações vizinhas.

22 O mesmo se pode dizer do Brasil em relação à África do
23 Sul ou mesmo em relação à Índia, que possuem muito mais
24 semelhanças entre si, apesar de várias diferenças, do que o Brasil
25 com o Canadá. E o Japão, situado no continente asiático, possui
26 maior quantidade de características importantes (tais como o tipo
27 de economia e de sociedade, a forma de viver da população, o
28 regime político, etc.) em comum com os países da Europa
ocidental ou com os Estados Unidos do que com grande parte de
seus vizinhos na Ásia.

Na realidade, o elemento *terra*, espaço físico, só teria
maior importância que o elemento homem, se a natureza
dominasse a sociedade humana. Isso pode ter ocorrido no
passado; hoje ocorre no inverso: o homem é que domina e
modifica a natureza.

De acordo com os recursos (técnicos, econômicos) de
que dispõem, as sociedades atuais transformam a natureza
original de seus territórios: a vegetação é inteiramente
modificada, os rios são represados ou desviados do seu curso
original, os morros e as colinas aplainados, os solos corrigidos e
até o clima de certas áreas se altera em razão dos

CONSTRUÇÃO COMPLEXA DO LEITOR-MODELO

29 desmatamentos, da construção de grandes lagos artificiais, da
30 poluição do ar e do asfaltamento de ruas e avenidas.

31 A própria localização de uma área ou de um país ganha
32 um novo significado, pois também as distâncias possuem agora
33 um sentido relativo: com o desenvolvimento dos transportes e
34 das comunicações, pode-se ir rapidamente de um ponto a outro
do globo terrestre ou estabelecer, em segundos, contato com
alguém distante milhares de quilômetros.

35 Mas essa tecnologia das comunicações e dos transportes
36 é, como todas as outras, muito desigualmente distribuída: está
37 concentrada em poucas áreas ou países. Por esse motivo, é mais
38 fácil e rápido ir do Japão até os Estados Unidos do que até países
39 asiáticos vizinhos, como o Camboja ou o Paquistão. E as
comunicações e a interligação comercial, cultural, tecnológica,
etc. são muito maiores entre a Europa e os Estados Unidos do
que entre este país e a América do Sul.

40 Dessa forma, quando estudamos o Brasil no atual
41 contexto internacional, o fato mais marcante não é o de ele ser
42 um país tropical, nem o de estar no continente americano ou
43 possuir um território imenso e com grande quantidade de rios
44 caudalosos. Todos esses fatos são verdadeiros, mas nenhum
deles é o mais importante para compreender o Brasil no mundo
atual. O fato decisivo é ser o Brasil um *país subdesenvolvido*
industrializado.

45
46 (VESENTINI, J.W. Brasil: sociedade e espaço. Geografia do
47 Brasil. 6. ed. São Paulo: Ática, p. 7-8, 1998.)

48
49
50

Em busca de uma definição de tese

Tânia Maris de Azevedo
UCS

INTRODUÇÃO

Desde pequenos, quando queremos alguma coisa, tentamos convencer quem está conosco a fazer as nossas vontades: batemos o pé, choramos ou argumentamos para conseguirmos o que queremos, para alcançarmos os nossos objetivos. Em nossa adolescência, então, tudo é motivo para uma boa “briga”, afinal somos rebeldes contra tudo e contra todos; a razão sempre está conosco, pensamos poder mudar o mundo e a nossa arma para isso é a argumentação.

Se isso é verdade, então podemos dizer – e muitos já o dizem – que argumentar é uma atividade cotidiana. Muitas vezes nem sequer nos damos conta de que a estamos realizando, outras tantas “queimamos nossos neurônios” para selecionar argumentos capazes de fundamentar nossas idéias. Mesmo sendo uma ação quase que habitual, não é de modo algum algo simples, muito pelo contrário, trata-se de um jogo de intrincadas regras, de complexas manobras mentais e lingüísticas.

Já na Grécia Antiga a preocupação com a retórica, com a persuasão, com a demonstração deu origem a tratados sobre a *arte do bem falar*, sobre as formas de obter a adesão de um auditório por meio de raciocínios os mais diversos.

Todo um percurso teórico foi feito até hoje sobre a argumentação, seja sobre as formas mais eficazes de encadear um discurso, de expressar logicamente um raciocínio, seja sobre os diferentes tipos de argumentos, de conclusões. Ao lado desse percurso, e não menos longo, foi o caminho percorrido pela pedagogia, pela

EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE TESE

didática, na tentativa de ensinar a argumentar, a lidar com o imbricamento de idéias e fatos.

Pois bem, diante de toda essa complexidade e de tudo o que já foi feito no sentido de explicá-la e torná-la mais acessível quer do prisma da compreensão do próprio processo argumentativo, quer de sua textualização, ainda parece ter ficado obscuro um dos conceitos fundamentais à prática da argumentação.

Ao entrarmos no mundo argumentativo, ao tentarmos aprofundar estudos nesse sentido, nos deparamos com uma ausência. Uma das etapas do processo de argumentar, ou um dos elementos constituintes da textualização desse processo parece ter ficado à margem de maiores aprofundamentos/explicações: afinal, o que se entende por *tese*? Como ela se apresenta ou pode ser apresentada? Como identificá-la num texto?

Esse “vazio” – que parece ser sempre tomado como um pressuposto ou como um conceito já dominado por todos – se faz sentir sempre que procuramos, seja nos mais diferentes referenciais teóricos, seja em manuais didáticos, uma definição de *tese*, uma breve exposição que possa nos guiar para compreendermos um texto argumentativo ou para podermos produzi-lo, ou mesmo, avaliar a produção de um texto desse gênero.

Este artigo não tem a pretensão de preencher tal vazio, até porque não há espaço e nem audácia suficiente para fazê-lo aqui e neste momento, entretanto penso que seja importante levantar o problema e tecer alguns comentários. Assim, procurarei mostrar como alguns teóricos da lingüística, da filosofia e da epistemologia abordam o conceito de *tese* e de que forma ele aparece em alguns manuais didáticos do ensino médio – nível que prevê mais claramente o ensino da argumentação/dissertação. Arriscarei, também, algumas análises e uma possível definição para o que todos chamam corriqueiramente de *tese*.

O QUE ANDAM DIZENDO POR AÍ

Argumentar é raciocinar, propor uma opinião aos outros dando-lhes boas razões para aderir a ela. (Breton, 1999, p. 26.)

Tem havido consenso em afirmar que um bom texto argumentativo é aquele que apresenta um encadeamento lógico entre tese, argumentos e evidências. Ou seja, a boa argumentação, aquela que é capaz de convencer o interlocutor, que consegue levá-lo a aceitar nossas idéias como se dele fossem, é a que reúne argumentos suficientemente fortes, consistentes e evidenciáveis para fundamentar uma tese a ponto de fazer com que nosso interlocutor a adote e passe também a defendê-la.

(...) toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual. (Perelman, Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 16)

(...) Uma argumentação consiste em uma relação entre um ou dois argumentos e uma conclusão. (Moeschler¹)

A argumentação é o movimento pelo qual uma pessoa – ou um grupo – tenta levar um auditório a adotar uma posição. (Oleron²)

Esse consenso também é percebido quando se diz que o cerne de uma argumentação está na relação tese-argumento. É fácil encontrar subsídios para aprender a formular argumentos dos mais diversos tipos, para hierarquizá-los, para ordená-los coerente e logicamente. O mesmo é válido para as evidências: o que são, como classificá-las, selecioná-las, torná-las válidas.

No entanto, como argumentar se não soubermos elaborar uma *tese*? Como argumentar se não soubermos bem o que é uma *tese*? Existem tipos de *tese*? Em que momento de um texto ela deve ser apresentada? Ela precisa ser explicitada para ser defendida?

Sem as respostas a essas perguntas, parece que a complexidade do ato de argumentar fica ainda maior. Penso ser muito difícil dizer a alguém que sua tese não está boa ou que seu texto não tem uma tese, ou ainda como se pode construir uma boa tese sem que se tenha clareza do que é uma tese e de como ela pode ser formulada.

¹ Apud Vigner, 1990, p. 42.

² Id. ib.

EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE TESE

O que dizem os dicionários

Sempre que se procura uma definição, o caminho mais curto e mais rápido é o dicionário. Aurélio Buarque de Holanda apresenta o verbete *tese* da seguinte forma: *proposição que se expõe para, em caso de impugnação, ser defendida*. Isso quer dizer, então, que nem sempre é preciso defender uma tese? Ela só precisa ser defendida quando houver impugnação?

Aurélio diz que tese é uma *proposição*. Para ele, *proposição* é: *expressão verbal de um juízo; asserção, asseveração. Máxima, sentença. Enunciado verbal suscetível de ser dito verdadeiro ou falso*.

Então, *tese* é a expressão verbal de um juízo, uma asserção, um enunciado verbal do qual pode ser dito verdadeiro ou falso? A mim ainda não parece muito claro. Posso dizer que toda sentença da qual se pode dizer que é verdadeira ou falsa é uma tese?

Ainda conjecturando, penso ser a *proposição* uma espécie de exteriorização, de materialização da tese. Parece-me que a *proposição* está situada mais no âmbito da língua enquanto sistema, num prisma sintático, ao passo que a tese estaria relacionada à linguagem, num prisma semântico, enunciativo. Quiçá aqui esteja a grande dificuldade para definir mais precisamente o que seja uma *tese*.

Já que entramos no terreno dos valores ou juízos de verdade, vamos a um dicionário de filosofia. Abbagnano (1999, p. 957) diz que o termo *tese* deriva dos textos lógicos de Aristóteles, nos quais se encontra com dois significados: (a) *para designar o que o interlocutor põe no início de uma dissertação como assunção sua*; (b) *para designar uma proposição assumida como princípio*.

Na colocação de Abbagnano encontramos algumas pistas: (a) a tese, pela sua origem, é um elemento lógico, logo, ligado à razão, ao raciocínio, ao plano das idéias. Talvez possa ser considerada uma espécie de sistematização, de organização mental de algo que é, na sua essência, abstrato; (b) a tese, enquanto o que o interlocutor manifesta como *assunção sua*, tem algo de subjetivo, algo que é próprio de quem a enuncia, um posicionamento individual e, talvez, por isso precise ser defendida, fundamentada.

O mesmo autor (p. 801) apresenta *proposição* como um *enunciado declarativo ou aquilo que é declarado, expresso ou designado por tal enunciado; (...) expressão verbal de uma operação*

mental, freqüentemente chamada de juízo; entidade objetiva ou valor de verdade de um enunciado.

A definição de Abbagnano avaliza a conjectura que lancei anteriormente de ser a *proposição* uma espécie de atualização (no sentido de pôr em ato) da *tese*, que ao meu ver aqui pode ser associada à *operação mental* que ele chama de *juízo*. Se assim o for, então talvez seja possível, por meio de uma análise de diferentes tipos de proposição, de suas diferentes manifestações verbais, chegar a uma concepção mais clara do que seja *tese*.

Esse mesmo autor diz ainda sobre o verbete *proposição*:

A doutrina de que a proposição é expressão verbal de um operação mental foi formulada pela primeira vez por Aristóteles, para quem o conjunto dos termos (nome e verbo) do discurso declarativo corresponde a um pensamento inerente necessariamente ao ser verdadeiro ou falso; portanto, “o verdadeiro e o falso” versam sobre a composição e sobre a divisão. O discurso declarativo é, assim, expressão de um pensamento que procede compondo e dividindo: a composição dá origem à afirmação; a divisão, à negação. Nos Analíticos, Aristóteles chamou o discurso declarativo de “prótasis” (cujo equivalente latino é “*propositio*”), ou seja, “premissa de raciocínio”, definindo-a como “o discurso que afirma ou nega alguma coisa de alguma coisa” ou como “a asserção de um dos membros da contradição”. Desse ponto de vista, a proposição difere do problema apenas na forma, visto que, enquanto o problema consiste em perguntar, a proposição consiste na asserção ou na asserção contraditória. Porém, em qualquer caso, a verdade ou a falsidade de uma proposição depende do fato de a composição ou divisão dos termos nos quais consiste corresponder ou não àquela que o intelecto encontra nas coisas existentes. (Abbagnano, 1998, p. 801)

Agora já temos algo bem mais palpável sobre a proposição e que, no meu modo de pensar, aplica-se também e na mesma proporção à tese. Pode-se dizer que a proposição é a verbalização de um pensamento – no caso, um juízo ou a própria tese – que assume a forma de uma declaração, de uma asserção e que pode afirmar ou negar algo de alguma coisa. A verdade ou a falsidade de uma proposição está diretamente relacionada à correspondência desta ao pensamento e deste à coisa existente.

EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE TESE

Dessa perspectiva, quando digo que *o homem é um animal racional*, estou afirmando algo [ser racional] sobre alguma coisa ou alguém [o homem] e esta afirmação é fruto de uma operação mental que me fez perceber, compreender e apreender uma realidade [a do homem] desta ou daquela forma [como um animal e como um animal que raciocina]. Segundo o próprio Aristóteles³, o homem não é um animal racional porque eu acredito que ele o seja, mas, por ser ele animal racional, digo a verdade ao afirmar isso.

Essa mesma postura em relação à proposição é adotada por Antônio Joaquim Severino quando fala sobre a formação dos juízos. Diz ele:

(...) O juízo é enunciado verbalmente através da proposição, sinal do juízo mental. A proposição é, pois, a vinculação entre um sujeito e um predicado através de um verbo, que são os termos da proposição. Algumas proposições derivam da experiência, enunciam fatos dados na experiência externa ou interna, que elas expressam diretamente; outras são formadas pela análise do conceito-sujeito e o predicado é descoberto enquanto é uma nota da compreensão desse conceito. (Severino, 2000, ps. 190-191)

Aparece mais explícita aqui a sintaxe de uma proposição. Uma proposição é formada pelo encadeamento, afirmativo ou negativo, de um sujeito a um predicado por meio de um verbo. Logo, uma proposição não pode ser formada apenas por uma ou mais expressões, não se constitui apenas de nomes. Necessariamente para se dizer algo de alguém ou de alguma coisa, seja afirmando ou negando, precisa-se do “tripé” sujeito-verbo-predicado.

É possível ainda que, pela sintaxe, neste caso, se tenha alguma pista sobre uma questão de significação: se uma proposição expressa uma idéia, um juízo, isto é, uma tese, então precisa ter a forma de uma sentença, uma vez que os nomes parecem ser mais facilmente assimiláveis aos conceitos. Uma sentença guarda em si uma complexidade bem maior do que uma única palavra, uma sentença

³ Apud Abbagnano, 1998, p.801.

pressupõe uma rede de relações entre tantos significados⁴ quantas forem as palavras que a constituem. No momento em que falo em *amor* isso quer dizer que possuo o conceito de *amor*, mas não seria fácil comprovar que ao falar *amor* eu tenha um juízo, uma idéia, uma concepção sobre o *amor*. Ao contrário, se digo que *o amor faz as pessoas amadurecerem*, além de pôr em cena um conceito de *amor*, eu afirmo algo [fazer as pessoas amadurecerem], eu declaro alguma coisa sobre esse sentimento, na minha opinião, eu expresso um juízo sobre esse sentimento: uma operação mental muito mais complexa do que aquela que mobilizo para simplesmente enunciar a palavra *amor*. Para expressar uma idéia, uma concepção, é preciso combinar coerentemente uma série de conceitos; para formar um juízo, uma idéia, uma tese, é necessário fazer uso de várias significações.

Ao relacionar tese e raciocínio e este ao mundo das coisas existentes, torna-se prudente um olhar rápido sobre as duas grandes formas de raciocinar ou de construir raciocínios e, conseqüentemente, de expressá-los.

Afinal, como é mesmo que a gente raciocina

Para falar sobre raciocínio, nem mesmo um tratado seria suficiente, entretanto, como nosso propósito aqui é bastante restrito, reduziremos também a concepção de raciocínio a um encadeamento lógico de juízos, de pensamentos, de idéias em direção a uma conclusão. Chamaremos *raciocínio* o percurso que inter-relaciona tese/argumentos/evidências/conclusão; o caminho estabelecido propositalmente pelo enunciador, por meio de operadores argumentativos, de nexos lingüísticos, para que o interlocutor possa, ao trilhá-lo, chegar à conclusão pretendida pelo enunciadador.

Aristóteles estabeleceu duas formas de raciocínio que são aceitas até hoje: a dedução e a indução. Conforme Antônio Severino,

(...) O raciocínio dedutivo é um raciocínio cujo antecedente é constituído de princípios universais, plenamente inteligíveis; através

⁴ Utilizarei aqui *sentido* e *significado*, *frase* e *enunciado*, como se fossem sinônimos. Não considero relevante para a temática deste artigo a distinção feita por Ducrot entre esses conceitos.

EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE TESE

dele se chega a um conseqüente menos universal. As afirmações do antecedente são universais e já previamente aceitas: e delas decorrerá, de maneira lógica, necessária, a conclusão, a afirmação do conseqüente. Deduzindo-se, passa-se das premissas à conclusão. (Severino, 2000, p. 192)

Essa forma de raciocinar leva-nos primeiro a uma apreensão geral da realidade; partimos de uma idéia genérica já reconhecida universalmente como válida para, com base nela, formularmos uma conclusão mais particular, mais específica.

Pela dedução, por exemplo, é que se realizam boa parte dos estudos científicos, das pesquisas. Toma-se como ponto de partida pressupostos teóricos já estabelecidos e reconhecidos pela comunidade científica ou acadêmica – os quais constituem generalizações – para questioná-los, aprofundá-los, aplicá-los chegando a uma nova tese, mais específica, mais particular, mas que, ao ser novamente tomada como pressuposto para uma nova investigação, assume um caráter tão genérico quanto os referenciais que a fundamentaram.

O próprio processo de elaboração de um projeto de pesquisa me parece ser fruto de um raciocínio dedutivo. Frente a um tema – idéia genérica, assunto, “realidade” a ser estudada, compreendida –, nosso primeiro passo é delimitá-lo a ponto de poder ser investigado com profundidade (a necessidade de delimitação de um tema para pesquisa já mostra quão genérico ele pode ser). Delimitado o tema, a etapa seguinte é a de interrogá-lo, ou seja, de transformá-lo em uma pergunta, em uma questão a ser respondida. A resposta a essa pergunta nada mais é do que a tese elaborada pelo pesquisador, portanto bem mais restrita, bem mais particular do que o tema que deu origem a ela. No entanto, seguindo nosso raciocínio, nada impede que a tese utilizada num momento como resposta a um problema de pesquisa passe, num momento seguinte ou numa outra situação, a ser o tema de uma nova pesquisa, e o que até então se representava uma particularização, ou melhor, uma conclusão particularizada a respeito de um tema geral, passa a ter um caráter universal que, por sua vez, possibilita novas conclusões.

Num texto chamado dissertativo, ou argumentativo como prefiro designá-lo, a dedução se faz perceber na forma de organizar a macroestrutura do texto. O autor começa por apresentar a proposição

que expressa a tese, a idéia geral, o seu ponto de vista acerca do assunto em questão para, na seqüência do texto, apresentar os argumentos e as evidências que podem fundamentar a tese e convencer o leitor a aceitar a verdade dessa tese por ele apresentada. O papel do parágrafo final aqui é o de apresentar uma retomada da tese inicialmente exposta reforçando seu valor de verdade.

A outra forma de elaboração de um raciocínio definida por Aristóteles é a indução. Fazendo o caminho inverso ao da dedução, a indução nos faz partir de elementos ou conceitos particulares, específicos de uma dada situação, de um determinado momento, para chegarmos a idéias – teses, juízos – mais genéricas e consideradas válidas para situações ou momentos análogos.

Severino (2000, p. 192), referindo-se a essa forma de raciocínio, diz:

A indução ou o raciocínio indutivo é uma forma de raciocínio em que o antecedente são dados e fatos particulares e o conseqüente uma afirmação mais universal. Na realidade, há na indução uma série de processos que não se esquematizam facilmente. Enquanto a dedução fica num plano meramente inteligível, a indução faz intervir também a experiência sensível e concreta, o que elimina a simplicidade lógica que tinha a operação dedutiva.

Pelo que nos coloca esse autor, a tese a que chegamos por meio de um raciocínio indutivo não é fruto de uma atividade apenas cognitiva. De fato, pela indução, é a observação de fatos e dados específicos que fundamenta nossas conclusões. É sabido que a observação envolve, no mínimo, os nossos cinco sentidos, daí se dizer que o raciocínio indutivo tem um caráter mais empírico do que o dedutivo.

O mesmo autor coloca que, no caso da indução de alguns fatos julgados característicos e representativos, generaliza-se para a totalidade dos fatos daquela espécie, atingindo-se toda a sua extensão.

O resultado desse processo de observação e análise dos fatos concretos é uma norma, uma regra, uma lei, um princípio universal, que constitui sempre uma generalização. A indução parte, pois, de fatos particulares conhecidos para chegar a conclusões gerais até então desconhecidas. (Severino, 2000, p. 193)

EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE TESE

Voltemos ao nosso exemplo do processo de investigação. No momento em que estabelecemos um *corpus* de pesquisa – e se o estabelecemos é porque julgamos ser ele representativo para analisar determinado fenômeno – na verdade estamos, por meio da indução, fixando um número significativo de casos particulares do qual cremos poder propor uma tese, uma explicação, uma posição, uma idéia mais geral que poderá ser válida para explicar todos os casos de natureza semelhante.

Enquanto base cognitiva para a elaboração de um texto argumentativo, a indução nos conduz a iniciar o texto pela apresentação de evidências que, ao se agruparem, vão se constituindo argumentos que, por sua vez, vão fundamentar a tese, a qual, por essa via de raciocínio, se confundirá com a conclusão por assumir a forma de fechamento do texto, ou mesmo do raciocínio, da forma como o compreendemos nos limites deste artigo.

De qualquer forma, quer pelo raciocínio dedutivo, quer pelo indutivo, a tese – ponto de partida ou de chegada, dependendo do percurso que escolhermos trilhar – parece sempre vestir uma roupagem de generalização. Mesmo mudando sua “posição” – sendo expressa no início ou no fechamento de um texto – a tese não perde o sentido de uma idéia geral, de uma concepção, de um juízo, de um ponto de vista geral acerca de um tema específico e expressa por meio de uma proposição.

Embora tenha feito um parênteses de tamanho razoável para tratar das formas de raciocínio, e penso ter sido um parênteses necessário, é hora de retornarmos mais especificamente à temática deste artigo: a definição de *tese*. Para isso, vejamos o que alguns teóricos da linguagem dizem a respeito.

O (pouco) que dizem alguns teóricos

Começemos por Othon M. Garcia, um dos raros teóricos que conseguiu a proeza de ser utilizado por professores como referencial para o ensino, embora não possuindo um livro propriamente didático.

Othon coloca *tese* como idéia principal de um texto dissertativo, como *nossa opinião sobre fatos e idéias* (1978, p. 374).

Diz ele:

TÂNIA MARIS DE AZEVEDO

Toda argumentação consiste, em essência, numa declaração seguida de prova. Quando a natureza da declaração implica desenvolvimento de idéias abstratas, a argumentação assume estrutura mais complexa, com uma “arquitetura” mais trabalhada. (Garcia, 1978, p. 374)

Afirmando ser *tese* uma *declaração* e ser esta expressa por meio de uma *proposição*, o mesmo autor mostra como deve ser uma *proposição*: clara, definida, inconfundível quanto ao que afirma ou nega. Além disso, continua ele, é indispensável que seja *argumentável*, quer dizer, não pode ser uma verdade universal, indiscutível, incontestável.

Não se pode argumentar com idéias a respeito das quais todos, absolutamente todos, estão de acordo. Quem discutiria a declaração ou proposição de que o homem é mortal ou um ser vivo? Quem discutiria o valor ou a importância da educação na vida moderna? Se argumentar é convencer pela evidência, pela apresentação de razões, seria inútil tentar convencer-nos daquilo de que já estamos... convencidos. Argumentação implica, assim, antes de mais nada, divergência de opinião. (Garcia, 1978, p. 379)

Garcia nos dá aqui mais uma pista em relação à definição de tese ao dizer que ela deve conter na sua significação algo que não seja aceito previamente por todos. A tese deve ter em si uma “pitada” de polêmica, um traço, um aspecto, um ponto capaz de gerar debate, de desencadear uma tomada de posição do interlocutor.

Mas, continuemos com Garcia na sua descrição de *proposição*.

(...) a proposição deve ser, de preferência, afirmativa e suficientemente específica para permitir uma tomada de posição contra ou a favor. Como argumentar a respeito de generalidades como a previdência social, a propaganda, a democracia, a caridade, a liberdade? Proposições vagas ou inespecíficas que não permitam tomada de posição só admitem dissertação, i. e., explanação ou interpretação. Para submetê-las à argumentação é necessário delimitá-las e apresentá-las em termos de opção: previdência social, sim, mas em que sentido? (Garcia, 1978, p. 379)

EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE TESE

Por essa colocação de Othon voltamos à idéia de delimitação necessária à expressão de uma tese. Para que ela possa ser desenvolvida, defendida ou demonstrada, é preciso que abranja um aspecto restrito de um tema, de um assunto. É preciso que a tese afirme ou negue algo sobre um aspecto de um tema, sobre uma fatia de um aglomerado maior. Se assim não for, corre o risco de simplesmente dizer o óbvio, o que já é consagrado, o que não mais é posto em discussão por já ter sido resolvido.

Outra questão importante para a consecução do papel da tese na argumentação é que a proposição que a apresenta tenha seus termos bem definidos quanto ao sentido. Se queremos que alguém passe a adotar nossa tese como se fosse sua, ou seja, se queremos o grau máximo de adesão do nosso interlocutor, não podemos permitir que a proposição que manifesta lingüisticamente a nossa tese dê margem a múltiplas interpretações ou que um de seus termos, por não ter bem definido o seu sentido, possa ser usado pelo interlocutor com uma outra acepção inclusive para refutar nossa tese.

Diz Othon:

Antes de começar a discutir é indispensável definir com clareza o sentido da proposição ou de alguns dos seus termos a fim de evitar mal-entendidos, a fim de impedir que o debate se torne estéril ou inútil, sem possibilidade de conclusão: os opositores, por atribuírem a determinada palavra ou expressão sentido diverso, podem estar de acordo desde o início, sem o saberem. (Garcia, 1978, p. 379)

Caroline Masseron, no artigo *Pour une didactique de l'argumentation (écrite)*⁵, refere-se rapidamente à *tese* como não sendo necessariamente a conclusão de todo fragmento argumentativo. Como disse anteriormente, creio que se argumentarmos por um raciocínio indutivo a tese pode se confundir com a conclusão, uma vez que muito provavelmente aparecerá expressa no fechamento do texto, bem possível que no seu último parágrafo.

A mesma autora define *tese* como uma *tomada de posição geral*. E com ela concordam muitos autores, mesmo os de livros didáticos, como veremos mais adiante, quando chamam *tese* de ponto de vista, de

⁵ In *Pratiques*, Nº. 96, DEZ/1997.

opinião do autor, de posicionamento explícito. Houve um tempo em que manuais didáticos chegavam a distinguir – e podemos ver essa distinção mesmo em Othon M. Garcia em um trecho já citado aqui, nas páginas 10 e 11 – a dissertação da argumentação, dizendo ser a primeira mais objetiva e consistir em uma exposição de idéias, e a segunda manifestar explicitamente um ponto de vista do autor e, por isso, ser considerada mais subjetiva. A mesma diferenciação era feita sob o nome de dissertação expositiva e dissertação argumentativa.

Gérard Vigner, no artigo intitulado *Argumenter et dissenter: parcours d'une écriture*⁶, ao falar sobre a caracterização do texto argumentativo, diz:

O texto de argumentação vai se caracterizar pela transformação que ele procura operar sobre o julgamento do leitor, quer dizer, sobre a capacidade deste último de apreciar o mundo em função de um certo número de normas de valor. (Vigner, 1990, p. 38)

Pode-se ver que implicitamente Vigner parece definir *tese* como juízo, julgamento, mais uma vez, como ponto de vista do autor sendo expresso de forma a obter a adesão do leitor.

Antônio Severino (2000, p. 184), embora não seja um estudioso da linguagem especificamente, defende a idéia de que a *tese* é a *proposta de solução para o problema de pesquisa adotada pelo autor*. E aqui também podemos perceber a noção de ponto de vista sendo usada para definir *tese*. No momento em que o autor diz que *tese* é a proposta de solução *adotada pelo autor*, fica claro o aspecto subjetivo, individual, o posicionamento que se traduz, enquanto situação de pesquisa, em proposta de solução para o problema a ser estudado.

Reforçando nossa idéia de que por vezes *tese* e conclusão coincidem, vejamos o que diz Eduardo Guimarães ao abordar a noção de orientação argumentativa, criada por Ducrot e Anscombe:

Orientar argumentativamente com um enunciado *X* é apresentar seu conteúdo *A* como devendo conduzir o interlocutor a concluir *C* (também um conteúdo). Ou seja, orientar argumentativamente é dar *A* como uma razão para se crer em *C*. (Guimarães, 1987, p. 25)

⁶ In *Pratiques*, Nº. 68, DEZ/1990.

EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE TESE

A noção de orientação argumentativa é usada por Ducrot e Anscombe para provar que a argumentação está na língua e que existem, na própria língua, recursos que são mobilizados propositadamente pelo enunciador para relacionar enunciados de modo a que um deles oriente o interlocutor a concluir o outro.

Mesmo que essa noção seja empregada em nível de enunciado ou de pares de enunciados, ela abre a possibilidade de uma assimilação, nessa teoria, entre tese e conclusão, e estabelece para a conclusão um conteúdo, um sentido, um elemento semântico, o que fortalece nossa idéia inicial de que a tese seria um conteúdo semântico exteriorizado, materializado por uma determinada estrutura sintática que seria a proposição.

Essa idéia ainda pode ser comprovada por Ducrot e Anscombe⁷ quando afirmam que

(...) um argumento não é algo que indica um fato que seja capaz de levar a uma conclusão. Um argumento é um enunciado que, ao ser dito, por sua significação, leva a uma conclusão (uma outra significação).

O mesmo Ducrot, no livro *Provar e dizer* (1981, p. 153), ao analisar textos literários de Montesquieu, admite a possibilidade de a tese ser assimilada à conclusão:

(...) grande número de textos literários – sobretudo dos séculos XVII e XVIII – apresentam-se como argumentações. Seu objetivo consiste, seja em demonstrar, seja em refutar uma tese. Para tanto, partem de premissas, por sinal nem sempre explícitas, consideradas incontestáveis, e procuram demonstrar que não se poderia admitir essas premissas sem admitir também tal ou qual conclusão – essa conclusão pode ser tanto a tese que se pretende demonstrar como a negação da tese de seus adversários, ou ainda a negação de certos argumentos de seus adversários.

Patrick Charaudeau começa o capítulo *Le mode d'organisation argumentatif*, do livro *Grammaire du sens et de l'expression* (1992) dizendo ser o modo de organização argumentativo mais delicado de

⁷ Apud Guimarães, 1995, p. 78.

tratar do que o narrativo, uma vez que o argumentativo, ao contrário do narrativo que está mais preso a uma forma de realidade “visível e tangível”, *está em contato com um saber que tenta dar conta da experiência humana por meio de certas operações de pensamento* (p. 779).

O mesmo autor diz ser a argumentação dirigida ao raciocínio do interlocutor (à sua capacidade de refletir e compreender). O sujeito que argumenta passa pela expressão de uma convicção e de uma explicação que ele tenta transmitir ao interlocutor para persuadi-lo e modificar seu comportamento.

Diz Charaudeau

Para haver argumentação, é necessário que exista:

- uma tese sobre o mundo que seja questionada por alguém quanto à sua legitimidade;
- um sujeito que se empenhe em relação a este questionamento (convicção) e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade (que seja própria ou universal, que se trate de uma simples aceitação ou de uma legitimação) sobre essa tese;
- um outro sujeito que, com relação à mesma tese, questionamento e verdade, constitua a finalidade da argumentação. Trata-se da pessoa a quem se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de levá-lo a partilhar a mesma verdade (persuasão), sabendo que ele pode aceitar (pró) ou refutar (contra) a argumentação. (p. 783)

Encontramos em Charaudeau mais um referencial para apoiar pelo menos duas concepções expressas aqui: a de argumentação como processo discursivo e a de tese como uma idéia, um juízo sobre o mundo.

Charaudeau (1992, p. 787-788) coloca que a lógica argumentativa – ou o que chamamos aqui de *processo argumentativo* – se compõe de, ao menos, três elementos: (a) uma *asserção de partida* (A_1) – que, sob a forma de um enunciado, representa um dado de partida destinado a fazer admitir uma outra asserção em relação àquela em torno da qual ela se justifica; (b) uma *asserção de chegada* (A_2) – que representa o que deve ser aceito de fato da asserção de partida e da ligação que as correlaciona; (c) uma *asserção de passagem* – que é

EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE TESE

responsável por justificar a relação estabelecida entre A_1 e A_2 , relação esta que, segundo ele, não se faz de forma arbitrária.

Por julgar esclarecedor, reproduzirei o esquema apresentado pelo autor à página 789 da obra já citada.

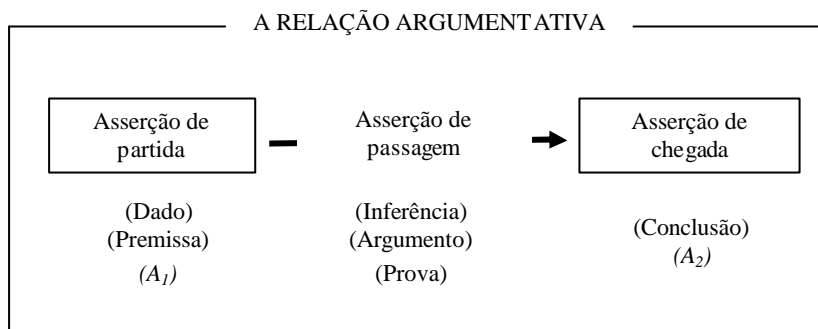


Figura 1 – Esquema do processo argumentativo

As colocações de Charaudeau podem ser assimiladas às que fiz anteriormente neste artigo de que, senão sempre, mas em boa parte dos discursos/textos a tese pode coincidir com a conclusão, sem que por isso sua significação ou finalidade seja alterada.

Charaudeau define *tese* como parte do processo argumentativo composta de uma ou de várias asserções que dizem alguma coisa sobre os fenômenos do mundo, e coloca como papel da *proposição* pôr em cena um *quadro de questionamento* sobre a tese, sendo que esse questionamento depende da tomada de posição que o sujeito adota em relação à veracidade da tese, e que o preparará para desenvolver a argumentação nesta ou naquela direção.

Confirmando a idéia lançada aqui de que a proposição possa ser a verbalização ou materialização da tese, Charaudeau, ao falar sobre as condições para o desenvolvimento do processo argumentativo, afirma que uma dessas condições é a de que *o sujeito que vai argumentar tome posição em relação à veracidade de uma tese existente, isto é, que esta tese seja colocada em uma proposição* (Charaudeau, 1992, ps. 803-804).

Resta-nos ainda uma última questão a tratar: frente a tudo (ou ao pouco) que abordamos até agora neste artigo, como os livros didáticos

abordam o processo argumentativo e, mais precisamente, a elaboração/identificação de uma *tese*?

O que os livros didáticos andam dizendo

Charaudeau abre o texto que mencionei anteriormente fazendo a seguinte crítica às instituições de ensino e às normas educacionais:

A tradição escolar nunca esteve muito à vontade para tratar desta atividade lingüística [o modo de organização argumentativo], tanto que só desenvolve formalmente o Narrativo e o Descritivo. As instruções oficiais recomendam o desenvolvimento das capacidades de raciocínio dos alunos, mas nada dizem sobre a forma de fazê-lo. (...) Esta aprendizagem é desenvolvida de forma mais ou menos explícita na matemática e nas lições de gramática, através de uma análise lógica da combinação de frases, sendo que a descrição dessas combinações raramente dão conta de situações de comunicação. (Charaudeau, 1992, p. 780)

Pelo que me foi possível observar ao analisar alguns dos livros didáticos mais comumente usados no Ensino Médio ou a argumentação é trabalhada única e exclusivamente como dissertação ou há uma diferenciação bastante vaga entre esses “dois” processos. A maioria dos autores desses livros chama de texto dissertativo, ou simplesmente dissertação, aquele que expõe ou explica uma idéia e a ilustra com exemplos sem que, ao menos explicitamente, fique registrado o posicionamento do enunciador com relação ao tema abordado. Já por texto argumentativo, ou argumentação, entendem aquele que expressa a defesa de uma idéia, de uma posição a respeito de algo de forma explícita, por meio de argumentos e evidências.

Por outro lado, não consegui encontrar, nos livros que examinei, a descrição do processo argumentativo e, muito menos, uma definição explícita de *tese*. O máximo que encontrei foi uma descrição e alguns exemplos acerca dos tipos de argumento. Aliás, é notável a utilização da exemplificação nos livros didáticos. Há alguns que não apresentam nenhuma definição, mas elencam uma enorme quantidade de exemplos, com raros e superficiais comentários, como se o aluno-leitor conseguisse deduzir deles as definições e as formas de realização dos processos ali exemplificados.

EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE TESE

Uma possível objeção a esta última colocação poderia ser a de que o livro didático não pretende em momento algum substituir o professor, devendo ser usado por ele apenas como um instrumento de apoio, logo, não deveria assumir o papel (do professor) de sistematizar as noções apresentadas. Entretanto, não podemos esquecer que, ao menos no Brasil, o livro didático representa, não raras vezes, o único material de consulta disponível ao professor para planejar suas aulas, ou mesmo ao aluno para a realização de tarefas extraclasse. Assim, não me parece de modo algum coerente com a nossa realidade a forma como está estruturada a maior parte dos livros didáticos produzidos no País.

A título de ilustração, embora este artigo não tenha neste momento nenhuma “finalidade didática”, transcreverei a seguir alguns trechos retirados de manuais didáticos do Ensino Médio.

(...) É através dela [da argumentação] que o locutor defende seu ponto de vista. A argumentação contribui na criação de um jogo entre quem escreve o texto e um possível leitor, já que aquele discute com este, procurando mostrar-lhe que tipo de idéias o levaram a determinado posicionamento. Dito de outra maneira, ao escrever um texto o locutor estabelece relações a partir do tema que se propôs a discutir e tira conclusões, procurando convencer o receptor ou conseguir sua adesão ao texto. (Infante, 1998, p. 156)

É possível deduzir desse fragmento que o autor define *tese* como ponto de vista do autor sobre determinado tema. Porém, no decorrer do capítulo ou mesmo do livro, não há mais nenhuma menção ao que seja ou como deva ser formulada uma tese.

Ao falar da elaboração de um texto dissertativo, o mesmo autor coloca:

Ao confeccionar a introdução de seu texto, você pode utilizar recursos que despertem o interesse do leitor: formular uma tese, que deverá ser discutida e provada pelo texto; lançar uma afirmação surpreendente, que o corpo do texto tratará de justificar ou refutar; propor uma pergunta, cuja resposta será dada no desenvolvimento e explicitada na conclusão. (Infante, 1998, p. 160)

Então uma tese tem que ser *surpreendente*, ou a *afirmação surpreendente* da qual fala Infante é uma outra além da tese? A tese pode ser interrogativa ou ao falar de *pergunta* o autor se refere à premissa (ou asserção de partida, como quer Charaudeau)? De qualquer forma, não me parece que essa instrução ajude o aluno a elaborar o parágrafo de introdução de um texto e, muito menos, entender o que seja e aprender a formular uma proposição que expresse com clareza uma tese.

Fiorin e Savioli (1996) destinam um capítulo de seu livro para a argumentação, mas sequer chegam a defini-la. Eles dizem que todo texto é argumentativo, uma vez que todos são, de certa maneira, persuasivos. E acrescentam:

(...) Seja a argumentação considerada em sentido mais amplo ou mais restrito, o que é certo é que, quando bem feita, dá consistência ao texto, produzindo sensação de realidade ou impressão de verdade. Achamos que o texto está falando de coisas reais ou verdadeiras. Acreditamos nele. (Fiorin e Savioli, 1996, p. 284)

Por essa colocação, parece-me que os autores encaram a argumentação como um recurso, uma estratégia de textualização, de elaboração de um texto, seja ele qual for. Afora isso, não definem os componentes do processo argumentativo, somente apresentam e exemplificam vários tipos de argumentos. Não trabalham com evidências e não mencionam explicitamente o que seja ou como se elabora uma tese.

Viana (1998), autor do livro intitulado *Roteiro de redação – lendo e argumentando*, no capítulo *Argumentando – pressupostos e argumentos*, fala primeiro da necessidade de delimitação de um tema antes da produção de um texto. Logo a seguir, afirma:

Ao expor um tema, é preciso pensar de antemão que direção pretendemos tomar, para onde queremos conduzir nossa argumentação. Para isso, é preciso ter uma posição definida em relação ao assunto, criar um pressuposto a partir do qual vamos encaminhá-lo, a fim de deixar bem claro nosso ponto de vista. (...) É preciso formular um pressuposto para orientar toda nossa argumentação. Ele é uma espécie de “idéia fixa” que nos vai acompanhar do princípio ao fim do texto. Significa que estamos

EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE TESE

sendo fiéis à idéia que defendemos e demonstra que temos uma posição firmada diante do assunto. (Viana, 1998, ps. 85-86)

Com base nessa colocação, é possível fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, exposição e argumentação aparecem como sinônimos, como atividades discursivas semelhantes. Não me parece que sejam processos similares, principalmente porque o autor fala em condução, em tomada de posição sobre um assunto e parece mencionar isso como algo a ser explicitado. Uma exposição, ao menos na sua concepção tradicional, não admite explicitação de posicionamento. Penso haver aí, de parte do autor, uma imprecisão lexical ou mesmo teórica.

Em segundo lugar, creio que algumas questões possam ser lançadas: tese, para ele, equivaleria a uma tomada de *posição*, a um *ponto de vista*, a uma *idéia fixa* do enunciador? E *pressuposto*, seria o que chamamos de proposição, ou de premissa?

E, por último, o autor fala da necessidade de *formular um pressuposto*, porém em momento algum, no decorrer do livro, descreve esse processo de formulação.

Para finalizar minha ilustração via livro didático, vou apresentar o que diz sobre dissertar um dos mais usados manuais de ensino de redação, que pertence a uma autora bastante conhecida por alunos e professores do Ensino Médio, Branca Granatic. Diz ela: “Dissertar é defender idéias através da apresentação de argumentos”. (Granatic, 1997, p. 186). Por incrível que possa parecer, essa é a única referência apresentada pela autora no livro citado. A partir dessa afirmação, ela aborda a forma de dissertar por meio da comparação e como trabalhar com dois pontos de vista opostos num mesmo texto dissertativo. Não faz qualquer menção ao que sejam argumentos, como elaborá-los, e o mesmo acontece no que diz respeito à tese.

Pela breve análise de manuais didáticos feitas aqui, é possível ver que, realmente, como disse Charaudeau e como já afirmei no início deste artigo, há um considerável desconforto dos autores desses manuais em lidar com o processo argumentativo, e mais ainda, em descrever suas etapas e seus constituintes.

A questão que fica é como ensinar a argumentar, onde buscar subsídios a fim de nortear a prática docente? Parece-me que essa é uma área bastante fértil para pesquisas e, conseqüentemente, para a

necessária e urgente elaboração de material didático confiável e preciso teoricamente.

Mesmo não sendo uma tarefa fácil, ante a profundidade e a amplitude do tema, é chegada a hora de esboçar algumas conclusões, obviamente, provisórias.

AFINAL (OU AO FINAL), O QUE DIZER SOBRE *TESE*

Pelo percurso que fizemos até então, algumas coisas parecem ter ficado – ou estarem ficando – mais claras. Tentemos, pois, explicitar algumas delas:

- a) a idéia de que *proposição* – enquanto uma sentença que, por meio de um verbo, une um sujeito a um predicado para afirmar ou negar algo de alguém ou de alguma coisa – nada mais é do que a materialização da *tese*, assim como o *texto argumentativo* é a realização da argumentação enquanto processo mental;
- b) a concepção de *tese* como juízo, idéia, operação mental que permite atribuir valor de verdade às coisas existentes, aos fenômenos do mundo;
- c) a suposição de que, independentemente do modo de formular um raciocínio – por indução ou por dedução –, o conceito de *tese* não se altera e, provavelmente, nem mesmo o de *proposição*;
- d) a possibilidade de, ao menos em alguns casos ou em alguns textos – principalmente os que forem fruto de um raciocínio indutivo –, poder assimilar *tese* e conclusão, sem que por isso as características da primeira sejam alteradas;
- e) a precariedade do material didático disponível para o ensino da argumentação, quer em termos de imprecisão teórica, quer em relação às formas como abordam o assunto.

A única e verdadeira constatação a que chego no final deste artigo é a de que se faz premente a necessidade de mais e mais

EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO DE TESE

aprofundados estudos sobre a argumentação e seus constituintes, bem como da decorrente elaboração de material didático para subsidiar o ensino/aprendizagem de professores e alunos nessa área.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette-Éducation, 1992.
- DUCROT, Oswald. *Provar e dizer: linguagem e lógica*. São Paulo: Global Ed., 1981.
- FIORIN, José L. & SAVIOLI, Francisco P. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1996.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 7. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- GRANATIC, Branca. *Redação: humor e criatividade*. São Paulo: Scipione, 1997.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário eletrônico Aurélio*. Versão 2.0., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- INFANTE, Ulisses. *Do texto ao texto: curso prático de leitura e redação*. São Paulo: Scipione, 1998.
- MASSERON, Caroline. “Pour une didactique de l’argumentation (écrite): problèmes, objets, propositions (I)”, *Pratiques*. n.º 96, pp. 07-34, Metz, 1997.
- PERELMAN, Chaïm, *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2000.
- VIANA, Antonio Carlos (org.). *Roteiro de redação: lendo e argumentando*. São Paulo: Scipione, 1998.

TÂNIA MARIS DE AZEVEDO

VIGNER, Gérard. “Técnicas de aprendizagem da argumentação escrita”. In GALVES, Charlotte et al. (orgs.). *O texto: escrita e leitura*. Campinas, SP: Pontes, 1988.

VIGNER, Gérard. Argumenter et dissenter: parcours d’une écriture. *Pratiques*. n.º 68, pp. 17-56, Metz, 1990.

EM BRANCO

Índice Remissivo por Assunto e Autor

- abordagem, 13, 70, 78, 104, 193, 225, 235, 239, 266, 268, 269, 270, 271, 274, 275, 276, 277, 278, 279
- adjetivo, 27, 74, 80, 133, 147, 154, 170, 198, 199, 208, 231, 273
- aluno, 18, 99, 100, 103, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 176, 184, 185, 190, 192, 263, 274, 277, 297, 298, 299, 300, 302
- anáfora, 21, 24, 27, 30, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 53, 55, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 95, 96, 97, 107, 108, 121, 171
- aprendizagem, 7, 110, 263, 297, 302, 303
- aquisição, 13, 193, 204, 210, 222
- argumentação, 34, 63, 65, 66, 89, 102, 103, 122, 181, 188, 192, 222, 224, 267, 268, 277, 278, 281, 282, 283, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303
- argumentativo, 5, 59, 61, 63, 65, 66, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 165, 166, 175, 176, 181, 183, 189, 191, 192, 193, 200, 221, 224, 263, 264, 267, 275, 282, 283, 287, 288, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 301
- artigo, 12, 14, 25, 68, 79, 80, 129, 134, 135, 136, 145, 149, 150, 152, 153, 191, 229, 263, 266, 282, 290, 292, 296, 298, 300, 301
- avaliação, 48, 49, 63, 64, 65, 103, 113, 114, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 139, 155, 158, 179, 180, 181, 188, 200, 202, 214, 217, 228
- Azevedo, 6, 281
- Barbisan, 1, 3, 5, 9, 61, 77, 90, 97, 99, 125
- Bexiga, 5, 99
- Brasil, 2, 6, 7, 11, 12, 13, 46, 57, 86, 168, 169, 172, 174, 175, 179, 180, 196, 206, 207, 216, 219, 263, 264, 265, 266, 269, 270, 273, 276, 277, 278, 279, 280, 298
- Cezario, 6, 161
- código, 60, 73, 83, 240
- coerência, 9, 12, 13, 15, 17, 18, 21, 25, 27, 34, 56, 58, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 70, 77, 86, 93, 98, 105, 110, 111, 115, 123, 127, 128, 133, 151, 152, 154, 156, 157, 159, 224, 226, 231, 232, 234
- coesão, 6, 12, 13, 14, 15, 17, 59, 62, 67, 68, 69, 70, 115, 123, 128, 129, 130, 142, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 233
- cognitivo, 13, 20, 21, 61, 67, 71, 73, 101, 104, 107, 109, 110, 111, 164
- colocação, 236, 237, 284, 292, 298, 299, 300

competência, 8, 11, 115, 193, 204, 208, 211, 212, 219, 222, 232, 233, 264, 265, 269, 270, 277
 compreender, 48, 63, 66, 76, 109, 112, 124, 202, 263, 277, 280, 286, 295
 compreensão, 13, 27, 29, 62, 67, 69, 73, 99, 100, 101, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 235, 242, 264, 269, 274, 279, 282, 286
 comunicação, 10, 22, 59, 60, 61, 62, 67, 71, 90, 100, 101, 111, 112, 124, 212, 241, 297, 302
 comunicativo, 18, 59, 60, 62, 67, 71
 concordância, 9, 24, 25, 30, 31, 52, 73, 80, 81, 83, 198, 199, 201, 202
 conhecimento, 7, 13, 14, 18, 19, 20, 52, 53, 54, 55, 62, 66, 67, 70, 73, 74, 76, 91, 99, 101, 109, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 119, 122, 151, 180, 188, 199, 204, 205, 208, 213, 219, 235, 243, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 273, 275, 276, 277
 contexto, 6, 7, 9, 11, 15, 18, 19, 20, 23, 25, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 55, 59, 60, 61, 62, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 97, 98, 100, 101, 102, 105, 109, 111, 129, 132, 134, 150, 158, 161, 164, 171, 173, 179, 180, 186, 188, 191, 196, 214, 235, 260, 263, 264, 265, 266, 269, 270, 274, 275, 276, 277, 278, 280
 contextualização, 174, 175, 176
 conversação, 14, 106, 198, 200, 202, 203, 205, 213, 214, 217, 224
 crônica, 6, 114, 191, 192, 193, 194, 210, 211, 212, 213, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224
 definição, 6, 12, 14, 22, 65, 127, 128, 130, 135, 146, 149, 153, 194, 195, 204, 205, 211, 212, 217, 218, 219, 221, 223, 229, 281, 282, 284, 285, 290, 291, 297
 descrição, 10, 11, 64, 65, 126, 165, 166, 168, 219, 220, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 264, 272, 274, 291, 297
 dicionário, 231, 284, 302
 didático, 63, 168, 170, 265, 274, 282, 290, 292, 293, 296, 297, 298, 300, 301, 302
 disciplina, 13, 277
 discurso, 7, 9, 11, 12, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 37, 38, 39, 40, 46, 50, 52, 60, 63, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 97, 102, 104, 105, 107, 120, 122, 156, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 172, 177, 185, 192, 193, 194, 196, 204, 213, 221, 222, 223, 226, 227, 260, 265, 267, 274, 275, 281, 285, 296
 dissertação, 98, 190, 282, 284, 291, 293, 297
 economia, 26, 112, 135, 179, 180, 279
 ensinar, 282, 300

ensino, 13, 14, 15, 18, 56, 161, 264, 277, 282, 290, 297, 298, 300, 301, 302
 entrada, 180, 190
 escola, 2, 12, 18, 90, 110, 185, 264
 escrever, 140, 141, 142, 144, 182, 298
 escrita, 13, 22, 28, 61, 99, 100, 101, 110, 111, 113, 120, 126, 128, 136, 146, 165, 170, 188, 303
 escritor, 92, 96, 101, 102, 104, 105, 147, 150, 152, 154, 162, 164, 165, 171, 184, 185, 188, 189, 190, 234
 espanhol, 25, 30, 31, 38, 73, 80
 estratégia, 13, 15, 60, 62, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 85, 87, 92, 93, 94, 96, 105, 110, 111, 116, 126, 169, 170, 193, 204, 213, 221, 263, 264, 265, 266, 270, 276, 277, 299
 estrutura, 9, 10, 13, 18, 20, 21, 55, 60, 62, 63, 66, 70, 100, 101, 104, 107, 109, 110, 118, 120, 128, 163, 164, 178, 192, 193, 206, 211, 212, 221, 222, 223, 224, 227, 235, 239, 253, 254, 258, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 291, 294
 estudo, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 38, 39, 41, 42, 46, 48, 56, 59, 77, 78, 79, 81, 83, 96, 97, 99, 103, 104, 106, 111, 115, 117, 124, 125, 134, 135, 136, 150, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 225, 226, 230, 234, 238, 241, 258, 260, 263, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 275, 277, 278, 282, 288, 302
 fala, 10, 19, 52, 63, 70, 71, 74, 78, 104, 110, 111, 147, 178, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 217, 218, 218, 231, 265, 267, 286, 299, 300
 falante, 17, 18, 19, 20, 26, 27, 37, 71, 100, 101, 102, 104, 105, 115, 124
 falar, 83, 103, 155, 168, 182, 231, 281, 287, 293, 296, 298, 299
 Faria, 5, 127, 159
 formal, 11, 28, 102, 110, 164, 170, 188
 frase, 9, 10, 22, 59, 70, 110, 136, 148, 152, 164, 198, 199, 201, 202, 270, 297
 funcionamento, 9, 13, 18, 174, 175, 231, 241
 Giering, 1, 3, 5, 6, 9, 191, 263
 gramática, 11, 13, 14, 15, 18, 20, 24, 33, 56, 60, 61, 70, 71, 97, 114, 126, 148, 155, 157, 161, 165, 167, 172, 177, 224, 278, 297
 Hasan, 5, 11, 12, 15, 68, 69, 91, 98, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159
 heterogeneidade, 6, 63, 65, 66, 91, 191, 192, 224, 264
 inferência, 66, 67, 102, 110, 116, 117, 119, 207
 informal, 102, 170
 inglês, 20, 24, 25, 29, 30, 33, 34, 37, 39, 41, 147, 148, 151, 154, 155, 157, 267

intencional, 7, 100, 154
 interdisciplinar, 7, 12, 126
 Jacobus, 5, 17, 84, 98
 jornal, 103, 112, 113, 116, 161, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 176, 178, 181, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190
 Kleiman, 109, 110, 126
 Koch, 11, 12, 13, 15, 17, 58, 67, 69, 98, 101, 126, 273, 278
 leitor, 6, 14, 22, 26, 27, 50, 56, 69, 72, 77, 83, 85, 86, 90, 94, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 112, 117, 118, 119, 121, 128, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 164, 171, 174, 177, 180, 182, 188, 189, 200, 222, 226, 231, 236, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 274, 276, 277, 289, 293, 297, 298
 leitura, 5, 18, 56, 99, 100, 103, 104, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 133, 134, 135, 136, 138, 140, 145, 150, 151, 152, 153, 170, 182, 190, 210, 226, 227, 231, 236, 242, 253, 259, 260, 263, 278, 302, 303
 Lemos, 6, 225
 ler, 109, 110, 113, 114, 147, 277
 letras, 2, 12, 97, 98, 106, 112, 126, 198, 199, 201, 202, 203, 210
 léxico, 7, 21, 110, 128, 149, 152, 231, 233, 266, 274, 276
 língua, 5, 7, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 37, 38, 42, 59, 60, 61, 67, 73, 78, 79, 80, 81, 82, 97, 109, 126, 140, 147, 152, 153, 154, 224, 260, 267, 277, 278, 284, 294
 linguagem, 9, 10, 12, 14, 18, 27, 59, 62, 70, 99, 100, 101, 102, 113, 120, 124, 132, 135, 140, 164, 177, 178, 188, 226, 231, 263, 284, 290, 293, 302
 livro, 7, 8, 14, 74, 75, 114, 147, 265, 290, 292, 294, 296, 297, 298, 299, 300
 Machado, 5, 61, 77, 90, 97, 99
 macroestrutura, 12, 62, 118, 235, 288
 Marquardt, 5, 99
 material, 60, 77, 86, 132, 168, 170, 193, 263, 298, 301, 302
 metáfora, 227, 233, 236, 239, 242
 método, 10, 12, 31, 169, 172
 modelo, 5, 6, 9, 11, 14, 18, 60, 70, 71, 78, 106, 126, 127, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 193, 214, 239, 263, 264, 265, 266, 268, 270, 277
 Moura, 6, 228, 229, 242, 260, 263, 271, 278
 narrativa, 12, 15, 60, 63, 64, 65, 69, 78, 86, 106, 147, 150, 154, 158, 159, 161, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 179, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 204, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 235, 236, 238, 239, 240, 242, 249, 253, 255, 256, 258, 259
 narrativo, 5, 6, 21, 22, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90,

91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 106,
 108, 147, 165, 166, 175, 183,
 188, 189, 193, 204, 211, 212,
 213, 220, 221, 222, 224, 225,
 228, 231, 233, 235, 239, 240,
 242, 245, 248, 249, 250, 253,
 255, 256, 257, 258, 259, 295,
 297
 natural, 140, 169, 226, 266, 274,
 278
 norma, 44, 101, 106, 232, 289,
 293, 297
 objetivo, 7, 9, 18, 29, 61, 62, 67,
 81, 113, 127, 159, 168, 179,
 188, 197, 203, 210, 212, 221,
 225, 230, 254, 256, 257, 263,
 281, 294
 oral, 14, 56, 61, 99, 100, 101, 102,
 106, 107, 108, 110, 111, 112,
 113, 115, 116, 117, 119, 120,
 121, 122, 123, 124, 125, 126
 organização, 6, 13, 63, 65, 66, 85,
 86, 92, 99, 106, 110, 111, 112,
 114, 115, 117, 118, 123, 125,
 191, 192, 193, 194, 203, 204,
 208, 209, 211, 214, 217, 218,
 220, 221, 222, 225, 233, 235,
 240, 241, 242, 248, 255, 256,
 257, 258, 259, 260, 264, 265,
 266, 270, 274, 275, 279, 284,
 294, 297
 palavra, 9, 18, 27, 63, 65, 69, 72,
 76, 102, 103, 104, 105, 107,
 108, 109, 110, 111, 115, 128,
 132, 140, 145, 150, 152, 162,
 164, 168, 169, 178, 191, 194,
 197, 200, 201, 202, 203, 204,
 207, 208, 210, 211, 213, 214,
 219, 224, 231, 232, 233, 273,
 274, 276, 286, 287, 292
 pergunta, 112, 113, 114, 122, 123,
 125, 197, 198, 200, 201, 202,
 204, 205, 207, 209, 220, 221,
 225, 243, 248, 267, 277, 283,
 285, 288, 298, 299
 Perini, 270, 273, 278
 pesquisa, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 18,
 28, 29, 30, 32, 38, 39, 47, 54,
 55, 59, 77, 78, 95, 99, 100, 101,
 103, 104, 106, 111, 112, 118,
 119, 121, 125, 158, 161, 167,
 183, 186, 229, 263, 277, 288,
 290, 293, 300
 português, 5, 12, 13, 14, 15, 17,
 18, 28, 29, 30, 31, 38, 39, 41,
 42, 52, 55, 56, 57, 73, 81, 97,
 98, 126, 127, 131, 145, 147,
 152, 154, 155, 157, 278, 302
 portuguesa, 5, 18, 29, 59, 61, 78,
 80, 81, 82, 97, 153, 224, 260,
 277, 278
 pragmática, 10, 11, 14, 18, 19, 60,
 62, 64, 67, 70, 71, 97, 100, 118,
 264
 prática, 7, 18, 110, 126, 282, 300
 procedimento, 47, 51, 60, 63, 78,
 113, 116, 119, 120, 122, 124,
 125, 159, 192, 193, 206, 207,
 213, 221, 222, 223, 224, 226,
 227, 270, 272, 275
 processamento, 17, 18, 21, 56, 60,
 73, 96, 102, 104, 106, 107, 109,
 110, 111, 121
 produção, 2, 7, 10, 11, 13, 15, 17,
 18, 54, 56, 59, 61, 62, 67, 69,
 101, 161, 190, 235, 259, 265,
 282, 299
 produto, 10, 21, 62, 67, 101, 112
 professor, 7, 14, 18, 56, 114, 124,
 171, 184, 277, 278, 290, 298,
 300, 302

qualitativo, 29, 233
 quantitativo, 28, 29, 133, 140, 153,
 155, 156, 158, 233
 radical, 110, 190, 205, 208
 rádio, 103, 106, 112, 113, 114
 recepção, 7, 10, 11, 17, 61, 101
 reconhecer, 172, 192, 193, 272
 reconhecimento, 110, 199, 270,
 274
 redação, 120, 125, 260, 299, 300,
 302
 rede, 101, 169, 173, 226, 287
 referência, 9, 11, 13, 14, 22, 23,
 26, 27, 30, 56, 60, 68, 70, 73,
 76, 77, 80, 94, 97, 105, 125,
 128, 129, 130, 136, 150, 159,
 162, 163, 190, 224, 231, 244,
 249, 258, 259, 266, 274, 276,
 278, 300, 302
 registro, 170, 188, 201
 regra, 10, 27, 47, 101, 133, 281,
 289
 resposta, 113, 116, 117, 119, 120,
 121, 122, 125, 197, 199, 200,
 201, 204, 214, 221, 243, 256,
 260, 267, 283, 288, 298
 revista, 12, 57, 75, 107, 114
 seleção, 8, 21, 124, 233, 264
 semântica, 11, 20, 21, 22, 51, 64,
 67, 68, 70, 75, 96, 97, 100, 115,
 123, 128, 130, 136, 145, 148,
 152, 162, 193, 214, 226, 235,
 238, 260, 264, 272, 273
 sentido, 7, 11, 13, 15, 21, 27, 59,
 61, 62, 63, 65, 67, 68, 70, 71,
 87, 100, 101, 109, 110, 112,
 122, 136, 137, 152, 156, 164,
 170, 180, 182, 210, 213, 221,
 222, 226, 227, 230, 236, 241,
 242, 265, 267, 269, 270, 271,
 274, 275, 276, 277, 280, 282,
 285, 289, 290, 291, 292, 294,
 299, 302
 sentimento, 202, 287
 significado, 60, 68, 69, 90, 91,
 100, 109, 128, 129, 130, 132,
 148, 152, 163, 230, 280, 284,
 287
 Silva, 1, 5, 59, 273, 278
 sinônimo, 89, 90, 92, 162, 164,
 300
 sintagma, 17, 18, 20, 23, 25, 27,
 28, 31, 33, 37, 41, 70, 72, 77,
 78, 80, 89, 90, 91, 97, 107, 108,
 178, 186, 187, 188, 232, 271,
 273
 sintaxe, 12, 13, 114, 143, 278, 286
 sistema, 12, 61, 110, 111, 112,
 118, 173, 231, 232, 256, 284
 sociedade, 86, 109, 266, 267, 268,
 276, 277, 278, 279, 280
 subjetivo, 19, 284, 293
 substantivo, 133, 134, 145, 149,
 150, 151, 153, 154, 163, 164,
 165, 166, 187, 231, 232
 tarefa, 10, 11, 111, 124, 146, 155,
 197, 200, 201, 204, 208, 209,
 244, 245, 249, 253, 262, 270,
 298, 301
 Teixeira, 5, 9, 13
 televisão, 106, 112, 113, 114, 124,
 166
 teoria, 9, 10, 11, 12, 16, 61, 77, 81,
 86, 88, 101, 104, 106, 121, 126,
 158, 229, 294
 terminologia, 65, 149
 texto, 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12,
 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20,
 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 35,
 36, 37, 39, 40, 44, 45, 55, 56,
 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65,
 66, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 77,

78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 165, 166, 167, 170, 172, 174, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 196, 204, 221, 222, 225, 226, 227, 230, 231, 232, 233, 235, 239, 240, 241, 242, 243, 253, 258, 259, 260, 263, 264, 265, 266, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 277, 282, 283, 284, 288, 289, 290, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303

textura, 5, 68, 69, 100, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 136, 137, 152, 154, 155, 156, 158, 159

tipologia, 12, 13, 14, 63, 77, 81, 83, 87, 89, 96, 97, 229, 233

tópico, 5, 12, 19, 20, 21, 23, 31, 39, 40, 45, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 59, 60, 61, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 147, 163, 170, 174, 175, 176, 189, 190, 205, 269, 270

trabalho, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 22, 56, 59, 62, 78, 103, 111, 118, 124, 127, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 140, 145, 146, 149, 150, 152, 155, 157, 158, 159, 161, 173, 191, 196, 210, 217, 225, 231, 248, 302

tradução, 12, 127, 128, 131, 137, 140, 141, 142, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 231

variação, 28, 90, 133, 152, 154, 156

Veppo, 6, 263

verbete, 283, 285

verbo, 72, 73, 80, 81, 133, 136, 137, 141, 144, 145, 148, 149, 152, 153, 155, 164, 177, 178, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 231, 272, 285, 286, 301

Veríssimo, 6, 191, 192

vocabulário, 111, 114, 119

EM BRANCO